

JUSCELINO PEREIRA NETO

**A MEMÓRIA BIOGRÁFICA DE JANUÁRIO DA CUNHA BARBOSA:
uma trajetória política na corte Imperial pelas páginas da Revista do IHGB
(1821-1846)**

ASSIS

2014

JUSCELINO PEREIRA NETO

**A MEMÓRIA BIOGRÁFICA DE JANUÁRIO DA CUNHA BARBOSA:
uma trajetória política na corte Imperial pelas páginas da Revista do IHGB
(1821-1846)**

Dissertação apresentada à Faculdade de Ciências e Letras de Assis – UNESP – Universidade Estadual Paulista para a obtenção do título de Mestre em História (Área de Conhecimento: História e Sociedade)

Orientador: Prof. Dr. Wilton Carlos Lima da Silva

ASSIS

2014

Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação (CIP)
Bibliotecária: Nadia Ficht CRB: 9/1386

P343m
2014

Pereira Neto, Juscelino
A memória biográfica de Januário da Cunha Barbosa: uma trajetória política na corte Imperial (1821-1846) / Juscelino Pereira Neto; orientador, Wilton Carlos Lima da Silva. – 2014.
164 f. ; 30 cm

Dissertação (Mestrado) – Universidade Estadual Paulista, Assis, 2014
Inclui bibliografia

1. Januário da Cunha Barbosa. 2. Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. 3. Império. I. Silva, Wilton Carlos Lima da. II. Universidade Estadual Paulista. Mestrado em História. III. Título.

CDD 20. ed. – 922.2

AGRADECIMENTOS

Ao Wilton, sou grato pela orientação, a acolhida e a convivência ao longo dos últimos três anos que se revelou muito rica em aprendizados que extrapolaram ao aprendizado acadêmico.

Agradeço a leitura atenciosa e as justas observações feitas pelos professores que compuseram a banca de qualificação: Áureo Busetto e Milton Carlos Costa.

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), pelo auxílio financeiro, que permitiu a dedicação integral à pesquisa.

Os primeiros passos na pesquisa não teriam encontrado a melhor coordenada não fosse pela presença de dois mestres aos quais devo enorme gratidão. Agradeço Jose Carlos Gimenez, o prof. Zeca, que me apresentou o prof. César Alencar Arnaut de Toledo que coordenou dois projetos de pesquisa que participei, durante a graduação.

Sou imensamente grato ao Departamento de História da UEM, instituição que me recebeu como aluno de graduação. Agradeço seu corpo docente, especialmente ao professor Lupércio Pereira, pela mestria de suas aulas e pelo aceite, a convite do prof. Claudinei, de comentar meu projeto em Assis. Também devo grandes dívidas intelectuais aos professores Marco Cícero Cavallini, Renata Biazotto Venturini, José Flávio, Rivail e Sandra Pelegrini. Aos amigos que desde este período pude acompanhar: Rafael, Sued, Kauê, Beatriz, Aluizio, Letícia, Carlota e muitos outros sou grato pela amizade ímpar. Aos companheiros de lide, verdadeiros irmãos espirituais, estimado Otávio e Betão, nosso “painho” e ao casal de amigos Mary angélica e Washington Tourinho. Aos amigos de Iguatemi, sincera gratidão.

Nesta caminhada, fui agraciado ao conhecer Nadine, que trouxe amor, alegria, confiança e um oceano a ser atravessado para que pudéssemos ficar novamente juntos.

Agradeço a Zélia, Marcos e demais secretários da Seção Técnica da UNESP, ao Áureo da Biblioteca, pela disposição e solicitude em esclarecer os trâmites da burocracia acadêmica.

Agradeço especialmente aos meus pais, Dirceu e Eulália e minha irmã Juliana, pela compreensão, generosidade e por sempre estarem presentes me incentivando em cada fase da vida.

PEREIRA NETO, Juscelino. **A memória biográfica de Januário da Cunha Barbosa: uma trajetória política na corte Imperial (1821-1846)**. 2014. 164 f. Dissertação (Mestrado em História). – Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista, Assis, 2014.

RESUMO

Esta dissertação investiga a construção da memória do padre secular fluminense Januário da Cunha Barbosa (1780-1846), a partir do exame de variadas narrativas biográficas primordialmente publicadas na Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB). Trata-se de memoriais escritos para edificar uma memória. Mais do que isso, são memórias corporativas de um grupo de letrados, nomeadamente membros do IHGB, que dissertaram sobre a vida do fundador desta instituição projetando nele a figura ideal de um homem de letras, cuja luta se deu em vários *fronts*, no púlpito, na imprensa nascente, no parlamento e por fim em sua “maior criação”, a idealização e fundação do Instituto Histórico.

Palavras-chave: Januário da Cunha Barbosa; memória biográfica; Revista do IHGB; Brasil império.

PEREIRA NETO, Juscelino. **A biographical memory of Januário da Cunha Barbosa: a political career in the Imperial court through the pages of the Journal of IHGB (1821-1846)**. 2014. 164 f. Dissertation (Master's degree in History). – Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista, Assis, 2014.

ABSTRACT

This dissertation has investigated the construction of the memory of the fluminense secular priest Januário da Cunha Barbosa (1780-1946), as from the diversity of analysis of the autobiographical narrative primarily published in the journal of Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB). These are memorials written to educate a memory. Moreover, these are corporate memories of a group of scholars who are appointed members of IHGB, who lectured about the founder of this institution, projecting himself the ideal character of a literate's man, whose struggle occurred in several *fronts*, at the pulpit, at the emerging press, at the parliament, and eventually in his “biggest achievement” the idealization and foundation of the Instituto Histórico.

Keywords: Januário da Cunha Barbosa; biographical memory; Revista do IHGB; empire of Brazil.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	1
Capítulo I – As dimensões e possibilidades de construção da memória	18
1.1. A escrita biográfica	22
1.2. Breve relação da produção literária de Barbosa.....	33
1.3. A produção literária de Barbosa entre dois mundos	36
1.4. Os itinerários de Januário Cunha Barbosa na SAIN e no IHGB	38
Capítulo II – A vida póstuma de Januário da Cunha Barbosa nas páginas da Revista do IHGB	41
2.1. Os <i>topoi</i> da memória biográfica de Januário da Cunha Barbosa	43
2.2. Os primeiros memoriais	48
2.3. A homenagem <i>post mortem</i> a Januário da Cunha Barbosa no IHGB.....	50
2.4. A memória corporificada	79
2.5. Januário na Galeria dos ilustres de Sisson	93
2.6. A memória de Januário da Cunha Barbosa entre os Bacharéis em Letras.....	104
Capítulo III – A memória de Januário da Cunha Barbosa no século XX	110
3.1. O esboço bibliográfico de Antônio da Cunha Barbosa.....	111
3.2. Januário da Cunha Barbosa, o jornalista da Independência.....	139
3.3. O sesquicentenário do nascimento de Januário da Cunha Barbosa	143
CONSIDERAÇÕES FINAIS	146
REFERÊNCIAS	152

INTRODUÇÃO

A primeira questão a ser enfrentada diz respeito às motivações que orientaram a escolha do objeto a ser analisado. No entanto, antes de enumerar as justificativas, pedimos licença ao leitor para dividir com ele um dado interessante: o advogado luso-brasileiro formado na Universidade de Coimbra, Antonio de Morais Silva (1755-1824), não apresenta a palavra trajetória, tampouco a palavra biografia em sua obra, *Dicionário da Língua Portuguesa* (1789), termos, que inclusive, não aparecem nem como sinônimos de palavras similares, como trajeto ou vida. A obra de Morais e Silva é reconhecidamente admitida como a primeira sistematização moderna do léxico na língua portuguesa e por constituir um modelo de publicação para futuras gerações de dicionaristas portugueses e brasileiros, marca um início desanimador para quem esperava oferecer contornos precisos acerca do nosso objeto de pesquisa a partir dos léxicos.

Avançando algumas décadas, encontramos o léxico do goiano Luiz Maria da Silva Pinto (1755-1869), o *Dicionário da língua brasileira* impresso no ano de 1832, em Ouro Preto. A obra, malgrado a sua distinção em relação aos outros projetos literários e linguísticos do início do século XIX, se propôs a apresentar um abrangente registro do vernáculo empregue à época, termina por trazer apenas uma breve menção a palavra biografia, como sinônimo de “Histórias de vida”.

Por fim, a consulta da obra de Antônio Houaiss, o *Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa* (2009), nos informa que o uso mais remoto do termo *trajetória* data do primeiro quarto do século XIX, precisamente de 1825, enquanto biografia se torna corrente meio século mais tarde, entre os anos de 1874-1881. As acepções possíveis apresentadas pela obra para o termo são: “narração oral, escrita ou visual dos fatos particulares das várias fases da vida de uma pessoa ou personagem”, ou “o suporte físico, onde se insere uma biografia”. O dicionário ainda apresenta a palavra com o significado de “gênero literário cujo objeto é o relato da aventura biográfica de uma pessoa ou de uma personagem”. Por fim, se aproximando da acepção buscada, o termo biografia aparece, em sua significação antiga, como sinônimo de uma “compilação de biografias de homens célebres”.

O significado proposto nos léxicos cruzará com nossa definição: os termos nesse trabalho indicam o estudo de uma trajetória, mais precisamente, a construção da memória de Januário da Cunha Barbosa, a partir do exame de variadas narrativas biográficas,

primordialmente publicadas na Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (RIHGB).

Tratam-se de memórias escritas para edificar uma memória. Mais do que isso, são *memórias corporativas* de um grupo de letrados¹, nomeadamente membros do IHGB, que dissertaram sobre a vida do fundador do grêmio projetando nele a figura ideal de um homem de letras, cuja luta se deu em vários *fronts*, no púlpito, na imprensa nascente, no parlamento e por fim em sua “maior criação”, a idealização e fundação do Instituto Histórico.

O objeto situa-se no entrelaçamento entre a memória, a política e a cultura historiográfica da primeira metade do século XIX. As fontes analisadas ao longo deste trabalho, as quais construíram a memória do fundador do IHGB, são de natureza variada. Publicadas no periódico oficial do grêmio, elas englobam discursos, biografias, necrológios², memórias, programas históricos, extratos das atas das sessões³, juízos e pareceres.

As justificativas da pesquisa remontam a primeira iniciação científica. (ARNAUT DE TOLEDO; PEREIRA NETO, 2010, p. 403) Na época, pesquisávamos a atuação dos padres jesuítas na formação da cultura brasileira a partir dos escritos de Januário da Cunha Barbosa publicados na Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (RIHGB). Barbosa argumentava a favor da catequese jesuítica como meio mais eficaz no processo de integração de populações indígenas ao recém emancipado Estado Nacional brasileiro.⁴ Os trabalhos de autoria do clérigo consagrariam uma visão favorável à ação dos jesuítas no Brasil. Com efeito, o projeto civilizatório jesuítico foi considerado dentro da instituição, como o melhor modelo de instrução dos índios, tendo posteriormente recebido acréscimos de outros letrados,

¹ A concepção de grupo de letrados segue a definição proposta por CANO, 2001.

² Os necrológios, ou como também aparecem designados *elogios fúnebres*, eram homenagens *post-mortem* costumeiramente pronunciados em ocasião de falecimento de algum sócio ou membro honorário do Instituto. O orador oficial, perante o público presente, rememorava a trajetória do benemérito indivíduo enaltecendo os feitos de sua vida cívica. Desde a fundação da Revista em 1839, foi assídua a presença deste material.

³ O IHGB buscava realizar sessões ordinárias quinzenalmente. Essa regularidade, no entanto, nem sempre era respeitada. O registro era publicado como *Extrato das Atas* nas seções da *Revista*. Eles estão convencionalmente divididos em duas partes. A primeira parte tem como título *Expediente*, e a segunda, *Ordem do dia*. No entanto, muitos dos encontros não apresentam uma clara divisão, o que é visível é o formato do funcionamento das sessões. Num primeiro momento são lidas as cartas recebidas pelo grêmio; se informam a nomeação dos novos sócios, bem como as propostas aprovadas para os membros correspondentes que tinham residência na corte, ou em outras províncias. Na primeira parte também é levado ao conhecimento dos presentes os intercâmbios com associações estrangeiras congêneres, a troca de material bibliográfico entre elas ou doações à Biblioteca, e são revelados os trabalhos formados das comissões. O andamento das atividades de cada comissão consta já na segunda parte do relatório, que também dava publicidade dos progressos de pesquisas incumbidas às comissões e as despesas do Instituto. Na 11ª sessão, em 4 de maio de 1839, Januário da Cunha Barbosa, no exercício de sua função como 1º secretário, propôs à casa, que cogitassem pedir auxílio financeiro ao Estado. Cf. **RIHGB**, 1839, p. 146-147. Sobre mais detalhes do funcionamento da Revista, ver SGRIGNERO, 2010.

⁴ Essa temática foi também discutida por Dirceu Lindoso, antropólogo e pesquisador da Biblioteca Nacional, ver *Anais da Biblioteca Nacional*, vol. 100, 1990. A temática das imagens e concepções sobre a ordem inaciana também foi investigada em pesquisas mais recentes, ver DOMINGOS, 2009.

como, por exemplo, do naturalista alemão Von Martius (1794-1868) em sua premiada monografia sobre a história do Brasil.⁵

No decorrer da investigação de dados sobre a vida do personagem pesquisado, era perceptível a inexistência de um estudo sistematizado acerca da construção de sua memória. Em paralelo, foi observada uma massa documental ligada à sua pessoa, que se estendia desde correspondências ativas, passivas, ofícios, manuscritos, documentos pessoais, a uma profícua produção literária de artigos em impressos, obras dramatúrgicas e literárias. Em suma, fontes de natureza variada, muitas delas de caráter primário.

A ausência de uma pesquisa acadêmica e a presença maciça de uma documentação acerca de sua trajetória pareceu, à primeira vista, justificativas mais que plausíveis quanto à relevância de um estudo circunstanciado dedicado a Januário da Cunha Barbosa. É necessário pontuar que não há nenhum desejo de pioneirismo, uma vez que como explica na apresentação da edição brasileira da obra *Apologia da História* de Marc Bloch, “a história é filha do seu tempo”, parafraseando outro historiador francês, Lucien Febvre. Para Le Goff: “Cada época elenca novos temas que, no fundo, falam mais de suas próprias inquietações e convicções do que de tempos memoráveis, cuja lógica pode ser descoberta de uma vez só.” (LE GOFF, 2002, p. 7)

Somada a essa justificativa, outro elemento capaz de fundamentar a investigação diz respeito a uma forma diferenciada de incorporação, da memória biográfica a partir da produção intelectual e literária de Januário da Cunha Barbosa, por parte de numerosos e variados grupos profissionais. Formado numa tradição erudita e do exercício de múltiplos ofícios do século XIX, Januário teve uma extensa lista de ocupações. Exerceu simultaneamente o magistério, como professor público de Filosofia Moral, e sacerdote, orador na Capela Imperial do Rio Janeiro. Também foi político, publicista e literato.

Por estar à frente de debates parlamentares que culminaram no primeiro projeto de instrução pública no Império, o clérigo secular viria a ser considerado o precursor na implementação de políticas públicas no campo da educação.⁶ Entre os literatos é distinto seu

⁵ Januário da Cunha Barbosa argumenta que sua opinião a favor dos jesuítas baseia-se em “muitos fatos da história do Brasil”, do mesmo modo para o naturalista alemão, de todas as ordens religiosas que passaram pelo Brasil, a “dos jesuítas representou o mais notável papel, e suas construções são os únicos monumentos grandiosos, ainda existentes daqueles remotos tempos;” sendo seus esforços, “como também instituições” não perderam, à época, “certa influência. “A atividade com que os jesuítas se ocupavam em missões, facultou-lhes meios para que possuíssem as mais variadas, e em grande parte muito importantes notícias sobre a vida doméstica e civil, assim como sobre as línguas e outros conhecimentos dos índios.” (MARTIUS, 1845)

⁶ A reabertura do Parlamento em 1826, favoreceu o retorno à discussão de uma lei que garantisse Instrução Pública para os cidadãos do império, como previa a Constituição de 1824. Januário da Cunha compunha a Comissão de Instrução Pública e, na companhia de Pereira de Mello França, ofereceu um detalhado projeto de ensino à Câmara que, segundo Moacyr (1936) era um dos mais completos projetos de educação, envolvendo

esforço pioneiro ao reunir poesias inéditas de autores nacionais desde o período colonial na antologia poética *Parnaso Brasileiro*, que foram sendo publicadas entre os anos de 1829 a 1832⁷. Na obra, o clérigo faz saber as origens familiares de cada poeta estudado, dados relevantes de suas vidas profissionais literárias, analisando suas formações escolares e as tradições às quais os autores se ligavam.

Já para os historiadores que estudam a história da disciplina, seu discurso inaugural no IHGB, *O Discurso no ato de estatuir-se o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro* (1839) publicado no primeiro número da Revista, bem como seus demais trabalhos divulgados no periódico, terão o mérito de fornecerem as balizas para a escrita para história, calcada na questão nacional. Neste discurso, o religioso definia o sentido político que a disciplina da história deveria assumir com vistas a fomentar o patriotismo para uma nação que à época, encontrava-se em gestação. Na exposição ficava reservado ao Instituto Histórico, o papel de centro fomentador dos estudos históricos.

A consagração da figura de Januário da Cunha Barbosa é assegurada pela afirmação sobredimensionada de suas referências biográficas que o projetam como um benfeitor que trouxe contribuições para uma gama de áreas, que vai da história, passando pela literatura e chegando a pedagogia. Entretanto, há um traço fundamental que ressaltaria seu sacrifício em prol da pátria. Mais precisamente, uma queixa disfarçada de lamento, que permeia seus memoriais. Este traço pode ser encontrado na coletânea de João Manuel Pereira da Silva (1817-1898), *Os varões ilustres do Brasil durante os tempos coloniais*, publicado em 1858.

todos os níveis de ensino. "A instrução pública do Império do Brasil será dividida em quatro graus distintos, que se denominarão: pedagogias, liceus, ginásios e academias. No primeiro grau ou pedagogias, se compreenderão aqueles conhecimentos que a todos são necessários, qualquer que seja o seu estado ou profissão. No segundo grau ou liceu, se compreenderão os conhecimentos essenciais aos agricultores, artistas e negociantes. No terceiro grau ou ginásios, se darão os conhecimentos científicos que devem servir de introdução aos estudos profundos das ciências e todo gênero de erudição. No quarto grau ou academias, se ensinarão as ciências abstratas e as de observação, consideradas em sua maior extensão e em todas as mais diversas relações com a ordem social, compreendendo-se além disto o estudo das ciências morais e políticas, contempladas debaixo do mesmo ponto de vista." Para acompanhar às discussões sobre a aprovação da referida Lei, ver BRASIL. **Anais da Câmara dos Deputados**. Sessão de 16 de junho de 1826. Brasília: Câmara dos Deputados. p. 152. Disponível em: <<http://www.camara.gov.br>>. Demerval Saviani (2008) postula que em lugar deste projeto abrangente, a Câmara dos Deputados optou por outra proposta de âmbito bem mais limitado que previa apenas a criação de escola elementar. A proposta de Januário foi preterida em prol desta última que foi instituída pela Lei de 15 de outubro de 1827 criando as chamadas "Escolas de Primeiras Letras".

⁷ Em meados de 1829, quando Januário da Cunha Barbosa acumulava o cargo de diretor do *Diário Fluminense*, o clérigo se valeria desta posição privilegiada para empreender a "ádua tarefa" de resgatar e apresentar "poetas ilustres" vicejavam em solo brasileiro, mas que não eram conhecidos do grande público. Barbosa (1829, s/nº) arrogava para si "um serviço relevante à glória literária do [seu] ninho paterno". Barbosa conclamava os leitores a lhe enviar poesias e informações relevantes dos poetas nacionais. (SENNÁ, 2006, p. 48) No *Parnaso Brasileiro* (1829, s/nº), em nota introdutória, o religioso afirma: "A esperança em que estou de ser coadjuvado nesta empresa de glória Nacional, por todas as pessoas, que possuem poesias e notícias dos nossos bons Poetas, até hoje sepultados em arquivos particulares, obriga-me a pedir, que as confiem ao Editor do *Parnaso Brasileiro*, remetendo-as à sua morada, rua dos Pescadores N.º 112 (porte pago), onde se dará recibo, para a entrega do original, depois de copiado."

Silva era membro do Instituto Histórico e autor de uma coletânea anterior dedicada aos *varões distintos*, denominada *Plutarco brasileiro*, publicada em 1847. O trabalho foi revisitado e acrescido com novos nomes biografados e seu relançamento se deu em Paris já com novo título, *Os varões ilustres do Brasil*.

O *Plutarco* foi o primeiro manual bibliográfico a dedicar um texto biográfico à memória do religioso publicado longe da chancela do grêmio, muito embora seu autor pertencesse a agremiação enquanto membro. Silva resume, exiguamente, a vida do fundador do IHGB:

Januário da Cunha Barbosa, cônego da capela imperial, e pregador e literário afamado, nasceu no Rio de Janeiro em 1785. Cooperou muito para a Independência do Brasil, e foi perseguido pelo ministério dos Andradas, apenas ela realizada. É um dos homens a quem mais devem as letras brasileiras. Compôs muitas lindas poesias, e entre elas o belo de *Niterói*; escreveu artigos importantes literários e políticos para os periódicos e revistas do tempo. Criou o Instituto histórico e geográfico brasileiro, e muitas outras associações importantes. Foi deputado à Assembleia geral por diversas vezes; pertenceu a muitas sociedades literárias⁸ da Europa, e exerceu imensa influência na literatura do seu tempo, que animava e promovia com todo o zelo e dedicação em 1846 (SILVA, 1858, p. 744-745).

Nota-se que além da imprecisão quanto sua data de nascimento que aconteceu em 1780, e não em 1785, um dado invariável que acompanhará o religioso nos memoriais e elogios biográficos elaborados pelo IHGB: Manuel Pereira da Silva faz emergir um Januário da Cunha Barbosa enquanto vítima das arbitrariedades políticas de José Bonifácio que lhe causaram grande prejuízo implicando em seu desterro. Embora ocultando seu autor, esta queixa também estará presente na compilação *Galeria dos Brasileiros Ilustres*, editada entre os anos de 1859 a 1861, de Sebastião Augusto Sisson, em memorial dedicado ao religioso:

O Cônego Januário da Cunha Barbosa teria colhido melhores louros em sua afanosa vida, e veria melhor recompensados os seus eminentes serviços, se a ingratidão dos homens e as tormentas políticas tanto o não houvessem contrariado (1861, p. 112).

Antes de recompensá-lo em seus “einentes serviços”, convém identificar e contextualizar a “ingratidão dos homens” que o litógrafo francês se refere. A alegada falta de reconhecimento aos préstimos do religioso teria como origem, uma perseguição infligida pelos seus adversários em diferentes etapas de sua trajetória. A primeira oposição a Januário

⁸ Afora o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional. Januário da Cunha Barbosa compôs o corpo de representantes de diversas instituições congêneres na Europa. São elas: Academia Real das Ciências de Lisboa, Associação Marítima Portuguesa, Academia Real das Ciências de Nápoles, Sociedade Pontoniana, Circulo Médico-Cirúrgico de Bruxelas, Sócio da Sociedade Politécnica Prática de Paris, Sociedade dos Curiosos da Natureza de Mogúncia, Sociedade Real dos Antiquários do Norte e Instituto Histórico da França. Para maiores informações, ver ROCHA; LIMA, 1972, 165.

viria da pena do censor, José da Silva Lisboa, o visconde de Cairu, que se opunha ao projeto de nação proposto no jornal do religioso redigido em companhia de Joaquim Gonçalves Ledo (1781-1847): o *Revérbero Constitucional Fluminense*. O Patriarca da Independência, José Bonifácio teria sido seu maior flagelo, quando este o incluiu no processo que desterrou Januário do país, logo após a Independência.⁹ O próximo adversário a ocupar um lugar nesta lista teria sido Bernardo Pereira de Vasconcelos (1795-1850). O político mineiro barraria a ascensão do clérigo nos quadros da burocracia imperial, após a abdicação de Pedro I em 1831, quando o demitiu, mais de uma vez, de cargos administrativos nos órgãos do governo. Por fim, o general pernambucano José Inácio de Abreu e Lima, já na década de 1840, denunciaria o clérigo e o IHGB, como lugar “onde bebe[ria] e folga[ria]” o “asqueroso redator”.

Ainda que Sisson mencione as “tormentas políticas”, o artista francês omite os adversários que estariam em questão nessa disputa. Esse procedimento se repetirá *ad infinitum* nos memoriais biográficos e em muitos outros manuais bibliográficos que tenha como objeto a trajetória de Januário da Cunha Barbosa. As disputas políticas resultaram em muitos reveses para o religioso e estes foram empregues por aliados e pósteros de Januário, para justificarem a não realização plena de suas potências intelectuais e ascensão profissional. A fim de compensarem os infortúnios vividos pelo clérigo, seus biógrafos elaboraram narrativas biográficas hiperbolizando os feitos de sua vida cívica, bem como, entrelaçando-a aos eventos mais importantes da história da pátria, de modo que ao rememorar a trajetória de Januário da Cunha Barbosa, fala-se também de um evento germinal para a nação, o processo de Independência do Brasil. A rede de relação a que o religioso pertenceu reforçou e ampliou seus méritos intelectuais para que seu prestígio fulgurasse mais do que em seu tempo.

Com efeito, a caracterização e a imagem de alguns aspectos da vida do clérigo que seus contemporâneos e comentadores posteriores construíram foram pensadas a partir de certa racionalidade e objetivos prévios. Em outras palavras, a trajetória de Januário da Cunha Barbosa é constituída muitas vezes como se suas características mais destacadas já estivessem sempre presentes, desde sua infância. Esta maneira de se conceber a trajetória de um indivíduo, encontra respaldo em uma forma singular de perceber o movimento da história.

⁹ A devassa que, posteriormente ficaria conhecida como *Bonifácia*, foi ordenada a 02 de novembro de 1822 e resultou em prisão e exílio de várias lideranças maçônicas, alvos da acusação de conspirarem contra o governo. Algumas testemunhas inqueridas no processo atestaram que Joaquim Gonçalves Ledo e padre Januário da Cunha Barbosa promoveram um jantar para Antônio Carlos Ribeiro de Andrada, quando este viera ao Rio de Janeiro em viagem para Portugal a caminho das cortes de Lisboa representando a província de São Paulo, para discutir a forma mais conveniente de encaminhar o Príncipe Regente Pedro de volta a Portugal e a forma de governo a se adotar. Segundo o testemunho de José Joaquim da Rocha, Ledo e Januário insistiram para que o Andrada, uma vez nas Cortes "fizesse todas as diligências para fazer retirar desta Cidade o Imperador, pois que era um tigre filho de outro tigre, e que só ausentando-se Ele, seria feliz este país". (PROCESSO DOS CIDADÃOS... 1824)

Está vinculada a uma específica concepção da história humana em que passado, presente e futuro interconectam entre si. Em contornos mais claros, François Hartog (2006, p. 14) oferece a definição:

Eu entendo por regimes de historicidade os diferentes modos de articulação das categorias do passado, presente e do futuro. [...] O antigo regime de historicidade corresponde ao modelo da *historia magistra vitae*: ele está fundado sobre o paralelo, faz apelo às lições da história e recorre a imitação. O passado não é (verdadeiramente) do passado, pois ele não está ultrapassado.

A partir desta concepção “história mestra da vida” a disciplina histórica se transformava em uma fornecedora de exemplos na clássica acepção de Cícero. Os exemplos, identificados a indivíduos considerados ilustres – tais como Januário – eram capazes de representar o passado, ao mesmo tempo em que apontavam para o futuro através da imitação do seu modelo de vida.¹⁰

O exercício de panteonização, promovida pelas biografias, que se empenhavam em salientar os feitos dos personagens, pode ser enquadrado como uma das formas de registro da memória dos “fundadores do império do Brasil”. Nelas, termos como *ordem monárquica* e *herói* ganham destaque entre homens de letras que se esmeraram em compor um panteão de ilustres, cujas trajetórias fossem exemplos¹¹ a serem imitados por outros cidadãos e servissem de matéria-prima para escrita da história de um Estado, recém-independente, em busca de legitimidade no projeto centralizador da monarquia.

Estas estratégias de manutenção da memória de determinados indivíduos revelam como diferentes grupos e movimentos se relacionam com seus predecessores e, como estes se apropriam de suas trajetórias para afirmarem sua identidade. No caso em particular, este exercício de análise nos ajudará na compreensão dos motivos de o religioso frequentemente ser descrito nos memoriais como um personagem cuja memória está em vias de desaparecer, constantemente perseguido.

A conjunção das narrativas biográficas sobre a memória biográfica de Januário da Cunha Barbosa conforma um *corpus*, cuja análise deve extrapolar a sua a própria produção: deve-se atentar que os discursos presentes nos elogios, não podem ser analisados senão nas

¹⁰ Para maiores informações sobre o tema, ver HARTOG, 2003.

¹¹ Na formação oitocentista, tributária da tradição humanista, a educação nas artes liberais tinha como leituras obrigatória os escritos de Cícero e de obras como a *Institutio oratoria* de Quintiliano. Nesta, o termo “Exemplum”, cuja acepção na retórica aristotélica significava “história em conserva para exemplo”, se une à definição propostas por Quintiliano e Cícero que aconselhavam aos oradores que colhessem exemplos da história, mas também das lendas heroicas e mitológicas. Estas duas últimas foram substituídas deram lugar aos heróis cívicos que formavam, no passado e no presente, os elementos básicos para construção do futuro. Ver CURTIUS, 1996, p. 96-97. A respeito da educação liberal, a bibliografia é farta, ver JOSEPH, 2008.

circunstâncias aos quais foram forçados. Isso equivale a dizer, que ao nos debruçarmos sobre a coleção destes textos biográficos, se atentou quais eram interesses que se pautavam no momento da elaboração das biografias.

Essa abordagem permitirá ultrapassar um problema comum às biografias de Januário da Cunha Barbosa, a saber, o personagem que emerge destes textos, não raro, é apresentado ao leitor pairando sobre instituições e conjunturas, sem que seu vínculo ou nexos com estas sejam devidamente explorado. O trabalho pretende realizar uma análise circunstanciada da trajetória política e intelectual de Januário da Cunha Barbosa presente nas biografias publicadas pela Revista e a construção progressiva de sua memória.

É imprescindível, para isso, deslindar as estratégias elaboradas pelos biógrafos na construção da identidade política e intelectual de Januário da Cunha Barbosa a partir da Revista do Instituto, identificando os esforços iniciais que edificaram a memória do religioso, sem desconsiderar, entretanto, seu percurso, e as permanências e mudanças envolvendo as tensões que compõem essas narrativas. Para citarmos um exemplo, se dentro do Instituto a visão favorável ao religioso em nenhum momento foi posta em dúvida, o prestígio de sua atuação parlamentar e produção literária¹² não se mantiveram incólumes, pois como aponta Romero (1906), perante as críticas no começo do século XX, os poemas escritos pelo religioso “e tudo mais que escreveu em revistas e jornais”, estavam esquecidos.

Desde já se admite que o objeto da pesquisa, a memória biográfica de Januário da Cunha Barbosa, apresenta dimensões mais amplas e complexas que extrapolam a documentação elencada e identificada como constitutiva das imagens, interpretações e visões que se cristalizaram em torno do religioso.

Em sua totalidade, a produção biográfica divulgada no periódico do IHGB projetava uma determinada leitura do passado nacional. Neste passado, o religioso ocupava um papel de

¹² Em ordem cronológica, apresentamos os artigos, programas, biografias, estudos de natureza diversa de autoria de Januário da Cunha Barbosa, publicados na Revista do IHGB: “Se a introdução dos escravos africanos no Brasil embaraça a civilização dos nossos indígenas, dispensando-lhes o trabalho, que todo foi confiado aos negros. Neste caso qual é o prejuízo que sofre a nossa lavoura?”, T. 1(3): 123-129, 1839. “Parecer e relatório sobre a inscrição da Gávea” T. 1(2): 77-81, 1839. “Lembrança do que devem procurar os sócios do IHGB [...] para remeterem à Sociedade Central do Rio de Janeiro”. T. 1(2): 109-110, 1839. “D. José Joaquim de Azevedo Coutinho”. T. 1(3), 272-274, 1839. “Monsenhor José de Souza Azevedo Pizarro e Araújo” T. 1(3): 275-276, 1839. “Qual seria hoje o melhor sistema de colonizar os índios em nossos sertões, se conviria seguir o sistema dos jesuítas [...] ou se outro do qual se esperam melhores resultados do que os atuais?” T. 2(5): 3-18, 1840. “João Pereira Ramos de Azevedo Coutinho” T. 2(5): 118-126, 1840. “Padre Antônio Pereira de Sousa Caldas” T. 2(5): 127-132, 1840. “José Monteiro de Noronha” T. 2(6): 254-257, 1840. “Bento de Figueiredo Tenreiro Aranha” T. 2(6): 257-260, 1840. “Gregório de Mattos” T. 3(11): 267-271, 1841. “Manoel Ignácio da Silva Alvarenga” T. 3(11): 272-279, 1841. “José Joaquim Carneiro de Campos (Marquês de caravelas)” T. 3(12): 394-399, 1841. “Clemente Pereira de Azevedo Coutinho e Mello” T. 4(13): 88-91, 1842. “Ararigbóya (depois Martim Afonso)” T. 4(14): 210-214, 1842. “Domingos Caldas Barbosa” T. 4 (14): 210-214, 1842. “Tradução do texto escrito por Warden “investigação sobre as povoações primitivas da América” T. 5(18): 199-219, 1843. “O sócio correspondente. O ilustre Conselheiro Henrique Júlio Walenstein” T. 6(21): 111-118, 1844.

relevo, continuamente identificado com a monarquia representativa constitucional, forma de governo que Januário da Cunha Barbosa foi um dos mais fervorosos defensores. A proclamação da República foi acompanhada por um candente e tumultuoso debate entre a crítica literária do final da década de 1870 – representada na figura de Sílvio Romero – com a geração dos literatos identificados aos românticos.

Desta contenda surgiram novas concepções que creditavam poucos méritos para a atuação de Januário da Cunha Barbosa, se distinguindo daquela visão consagrada ao religioso pelos românticos. Estes, por sua vez, tinham como expoentes os poetas Gonçalves Dias (que chegou a compor uma poesia em prol da memória do religioso), Gonçalves Magalhães e José de Alencar.

O crítico sergipano Sílvio Romero, revela que um dos seus objetivos em *A literatura brasileira e a crítica moderna* era menos "mostrar o largo caminho que nos cumpre trilhar" e mais "desobstruir o terreno, juncado de velhos preconceitos e falsidade" para tanto, se propunha a "alçar o látigo destruidor e desfazer as lendas, para afirmar a luz" (ROMERO, 2002, p. 39).

Em outras palavras, Romero tentava destronar os românticos do lugar que haviam conquistado no cânone. Sua postura extremamente crítica parece ter arrefecido em suas novas produções, mas o advogado, todavia, nunca se absteve de desprestigiar a geração romântica. (TURIN, 2005, p. 26)

Adotando uma postura mais ponderada em *História da Literatura Brasileira*, Romero reconhecera as contribuições dos românticos em termos metodológicos e estéticos na evolução da vida poética e artística do país, mas seu juízo acerca de Januário da Cunha Barbosa não deixava dúvidas de sua má vontade com a geração de ilustrados vinculados ao IHGB. Vejamos:

Cunha Barbosa é uma daquelas celebridades políticas ou literárias da época do primeiro imperador em torno das quais formou-se uma lenda, cuja densidade deve ser desfeita à luz da crítica. Era mais um homem cativo e destro do que um homem de grande talento e ciência. Tinha a paixão das exibições, por isso criou associações, como o Instituto Histórico, e escreveu em quase todos os jornais do tempo. No fundo não passava de um humanista retórico; a vulgaridade foi uma nota não rara em seus escritos. Prestamos-lhe hoje atenção, porque o seu bom senso levou-o a colaborar na obra de nossa independência. (ROMERO, 1888, 335)

Se como orador, o clérigo era "fatigante", enquanto poeta, Januário da Cunha Barbosa pertencia a uma "classe de obreiros" na literatura que se resumira a proparlar "o que os outros fizeram e a reunir os "trabalhos alheios esparsos". (ROMERO, 1888, p. 336)

Movido por uma variada gama de interesses, Romero pretendia instituir novas leituras acerca do passado nacional. Para tanto, se lançou ao ataque contra os românticos, desmitificando-os em suas patrióticas contribuições para afirmar sua posição no campo dos estudos literários.

Como consequência da posição de Romero, se observaria no idealizador da Academia Brasileira de Letras, José Veríssimo (1857-1916), um testemunho igualmente desfavorável em relação aos trabalhos literários de Januário da Cunha Barbosa. Em *História da Literatura Brasileira*, Veríssimo afirmaria que o

Cônego Januário da Cunha Barbosa, cujo talento era também muito inferior às suas boas intenções e cuja obra, em todos os gêneros medíocre, apenas tem o mérito destas. A poesia brasileira deve-lhe entretanto um inestimável serviço, a compilação e publicação do *Parnaso brasileiro*, com que salvou de total perda grande número de produções dos nossos poetas da época colonial. (1916, s/nº)

Para Veríssimo, não os talentos, mas as boas intenções de Barbosa teriam perpetuado sua reputação de benfeitor à literatura nacional. Ao reunir poesias do período colonial, o clérigo logrou “o melhor serviço prestado [...], não só às nossas letras, mas à nossa cultura.” (VERÍSSIMO, 1916, s/nº)

Ao fazer um juízo sobre as contribuições da geração romântica no campo da literatura, a nova crítica submeteu ao crivo de suas análises a produção do clérigo, incluindo entre os pioneiros do movimento. Essa tomada de posição permitiu que se delineassem novas concepções acerca da produção e trajetória institucional de Januário da Cunha Barbosa. Essas imagens se contrapunham a consolidada versão operada pelos românticos. Para citarmos um exemplo, o clérigo teria seus esforços na promoção da literatura nacional pesada pelo escritor Joaquim Norberto de Sousa e Silva (1829-1891) no seu *Capítulos de história da Literatura Brasileira*, que se dirigia ao sacerdote com reverência, denominava-o de “vulto venerando” (SILVA, 2001, p. 80)

Outra possibilidade de abordagem da construção da memória do clérigo nos levaria a analisar as vinculações políticas de Januário da Cunha Barbosa no período pré-Independência. Essa proposta é acenada por Cecília Helena L. de Salles Oliveira na obra *A Astúcia Liberal* (1999). O trabalho, originalmente apresentado como sua tese de doutoramento na USP, estudou a atuação política dos liberais no norte fluminense enquadrando-os na disputa dos mercados entre os anos que antecederam e sucederam a Independência. Disputavam posição em uma rede de negócios e de interesses que acabavam por integrar espaços mais amplos do que o vale fluminense, o grupo denominado de elite Coimbrã – em

razão da formação em comum na Universidade Coimbra – encabeçado pelas figuras de José Bonifácio e Rodrigo de Sousa Coutinho. Devido à sua formação, eram partidários de uma união com Portugal, segundo os princípios de um reformismo ilustrado. Este projeto era contestado, em um lado oposto, pela elite brasiliense, composta por José Clemente Pereira, Joaquim Gonçalves Ledo e Cipriano Barata, padre Diogo Feijó e Januário da Cunha Barbosa. A elite brasiliense preservava uma ideia mais viva acerca da representatividade popular que concretizava na prevalência do Poder Legislativo, embora não excluíssem a possibilidade de um império, desde que os princípios de liberdade e igualdade fossem salvaguardados. (NEVES, 1999, p. 50)

O foco da investigação de Salles Oliveira recai sobre as relações consideradas pela autora como fundamentais para as disputas entre os grupos. Dizia respeito às relações de mercado. O grupo de Ledo (ao qual Januário da Cunha Barbosa se vinculava) representava os interesses da região do Norte Fluminense que se articulava com demais negociantes das regiões do Sul de Minas, São Paulo e do Recôncavo baiano. Em certa medida, a hipótese defendida por Lorenzini é um aprofundamento das análises de Maria Odila Leite da Silva (2005) em sua tese que pontava o “enraizamento” de interesses portugueses no processo de “interiorização da metrópole” nos centro sul e sudeste do Brasil como motivação para emancipação.

Ao pretenderem ampliar seu domínio comercial, os partidários da elite brasiliense de Ledo se posicionaram peremptoriamente contrários aos grupos mercantis, cujos interesses estavam lastreados nos ideais mercantilistas que impregnavam a administração portuguesa na colônia com medidas protecionistas que procuravam assegurar o mercado aos interesses lusos. Como alternativa, o grupo de Ledo, segundo essa autora, buscou alianças entre a burguesia portuguesa que era apoiada, tal como Ledo e demais, pelos setores médios da população, tais como pequenos proprietários, funcionários e pequenos comerciantes, entre demais categorias.

O grupo de Ledo manejava na imprensa periódica, numerosas folhas doutrinárias, por onde eles criticavam a legislação tradicional dos monopólios que, segundo Salles Oliveira, levava a ruína de numerosos pequenos proprietários provocando descontentamentos entre os setores médios. Entretanto, na medida em que houve uma sucessiva perda de espaço político para os opositores, nesse ínterim, os brasilienses articularam um projeto de apoio ao Príncipe Regente Pedro e a partir daí, passaram admitir a ideia de uma monarquia constitucional, já que o projeto republicano – aventado por jornalistas que foram perseguidos por José Bonifácio – fora prematuramente abortado devido a crescentes manifestações violentas entre homens livres e demais fatores. (OLIVEIRA, 1999, 266)

Como consequência, se aliaram aos negociantes portugueses que estavam incrustados na Alfândega e assim passaram conjuntamente a negociar os contratos de distribuição de gêneros internos, o tráfico de escravos e os já citados cargos administrativos. Esse processo, contudo, foi interrompido quando foram derrotados em um litígio movido por José Bonifácio descontente com a “anarquia” e “desordem” provocada pelas “folhas incendiárias” dirigidas por Ledo e partidários. Essa medida marcou o desmembramento do grupo brasileiro em fins de 1822. (OLIVEIRA, 1999, 269)

Embora não se ignore as discussões tanto no campo da crítica literária quanto da historiografia que discutiu a questão da Independência e, considerarmos esse percurso rico para o estudo da conformação da memória do clérigo, ao priorizarmos nossa análise nos artigos e elogios divulgados no periódico do instituto fundado por Barbosa, e reduzirmos o foco de nossa investigação nesse material, pretendemos compreender como o IHGB pensou a trajetória de Januário da Cunha Barbosa e forjou uma memória acerca de sua produção literária e dos itinerários institucionais do seu “secretário perpétuo” por intermédio de sua revista e atividades no grêmio dedicadas à memória religioso. Nesse sentido, interessa-nos analisar os autores e os discursos relacionados ao clérigo e os interlocutores que despontam nos memoriais para que eles não permaneçam invisíveis quanto às suas origens e aos seus propósitos.

A produção da memória do religioso biográfica foi elaborada em contextos distintos. As interpretações acerca de sua trajetória/obra traduzem, em geral, posições diferentes acerca de questões políticas e historiográficas de sua época. Dessa forma, ao refazer os passos do clérigo, seus biógrafos acrescentaram-lhe problemas e questões que se lhes apresentavam em cada momento.

A fim de realizar esse objetivo, pretendemos operar com uma dupla compreensão a respeito das biografias que versam sobre a Barbosa, pois ao mesmo tempo em que elas procuram traçar sua memória, numa tarefa conjunta, resultado do esforço dos seus pares e intérpretes, correspondem também a um exercício de legitimação dos próprios autores, membros do IHGB e outros grêmios.

Neste sentido, a história da construção e perpetuação da memória de Januário da Cunha Barbosa pelas páginas da Revista do IHGB, ou em contrapartida, de suas omissões e esquecimentos, deve ser investigada, na medida em que é resultado de escolhas de

determinados grupos. A forma como seus biógrafos contaram sua vida não se dissocia da realidade histórica em que elas foram formuladas, uma vez que as memórias estabelecem relações entre o indivíduo e sociedade, da coletividade e do sujeito em si mesmo.

É oportuno esclarecer que ao longo trabalho evitaremos nos dirigir à figura de Januário da Cunha Barbosa pela expressão “cônego Januário”, como facilmente se pode observar em uma miríade de produções relacionadas ao clérigo. O propósito dessa esquivia é tentar evitar um procedimento habitual em análises de trajetória, no qual os personagens retratados parecem comportar uma espécie de “predestinação em suas vidas”. Desde o início, os indivíduos desenvolveriam uma singular capacidade de se “auto referenciar” e assim, encontrar-se-iam inescapavelmente “condenados” a um destino contra o qual não poderiam se desvencilhar. Esta característica, no qual indivíduos são capazes de produzirem a si mesmos, é equacionado por Leonor Arfuch (2010, p. 100):

[...] sabemos que não há possibilidade de afirmação da subjetividade sem intersubjetividade; conseqüentemente, toda biografia ou relato da experiência é, num ponto, *coletivo*, expressão de uma época, de um grupo, de uma geração, de uma classe, de uma narrativa comum de identidade. É essa a qualidade coletiva, como marca impressa na singularidade, que torna relevantes as histórias de vida, tanto nas formas literárias tradicionais quanto nas midiáticas e nas ciências sociais.

Desse modo, quando nos referimos à figura de Barbosa antecedido pelo título de “cônego”, em pontuais exceções será, primordialmente, após a data de setembro de 1824, quando Januário é agraciado com o benefício eclesiástico, atendendo às ordens expressas em carta do imperador D. Pedro I ao bispo da diocese do Rio de Janeiro na época, Dom José Caetano da Silva Coutinho.

Os primeiros jornais da Corte apresentam informações relevantes quanto aos aspectos da vida política e social do cotidiano da capital do Império. Mesmo que apareçam de forma dispersa, esses dados são essenciais para a composição do itinerário de Barbosa. Nesse sentido, os periódicos são de igual valor para a realização da pesquisa. Neles podemos observar, por exemplo – em particular no *Diário do Governo* –, anúncios nos quais o clérigo ofertava seus préstimos como lente de lógica em sua residência, na seção de *Artigos não Oficiais*.¹³ A pesquisa nesse periódico incide grande parte nessa seção. Em outros exemplares do *Diário*, a presença do sacerdote era solicitada na Câmara para compor um Conselho que apurava processos de abusos de liberdade de imprensa.¹⁴

¹³ Ver *Diário do Governo*, n. 33, 15 de fevereiro de 1833.

¹⁴ Cf. *Diário do Rio de Janeiro*, n. 17, 20 de novembro de 1830.

A utilização de compêndios, dicionários e antologias de indivíduos “notáveis” também deve ser mencionada. A partir de meados do século XIX, período em que se notabilizaram esforços mais vigorosos na “construção de uma História do Brasil” e do seu passado literário, grandes coletâneas de biografias de indivíduos exemplares serão impressas. Atentava-se para o aspecto pedagógico que esse material poderia oferecer ao apresentar personalidades históricas exemplares aos demais indivíduos. A figura de Barbosa, sempre presente nessas publicações, aparecerá ao lado de outros ‘fundadores’.

Feito o esclarecimento técnico relacionado à documentação, convém informarmos como o trabalho se encontra dividido. Os comentadores da trajetória do religioso fluminense iniciam sua vida pública pelo ano de 1821; que corresponde ao seu ingresso na imprensa periódica, bem como sua participação na criação do Conselho de Estado ao lado de Gonçalves Ledo. Até 1846, o que seria um quarto de século de trabalhos, como deputado eleito na Primeira Legislatura na Câmara (1826-1829), envolvido em ásperas discussões parlamentares, em especial sobre a o primeiro Projeto de instituição da Instrução Pública no império. Estes vinte anos também abarcam sua atuação como lente na cadeira de Filosofia e Moral no Seminário Diocesano São José. O clérigo também escreveria neste período, muitas vezes de forma anônima ou por pseudonimamente, obras satíricas e dramatúrgicas, se dedicaria na compilação de ontologias poéticas. Como funcionário público, atuaria administrativamente nos cargos do governo nas secretarias de sociedades literárias como Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional (SAIN) e principalmente, na fundação e administração do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Em síntese, o recorte temporal da análise cobre os últimos vinte anos da atuação de Januário da Cunha Barbosa.

Antes de adentrar na investigação da conformação da trajetória política e intelectual de Januário da Cunha Barbosa a partir dos memoriais, o primeiro capítulo procura esquadrihar as possibilidades de apreensão da memória biográfica do religioso, analisando discussões bibliográficas pertinentes dentro do campo do biografismo.¹⁵

O segundo capítulo apresenta a construção da memória biográfica de Januário Cunha Barbosa por meio da produção de artigos e biografias ligados a um dos principais *locus* da produção historiográfica no Brasil dos oitocentos – o IHGB –, cuja fundação e organização inicial couberam ao seu então “secretário perpétuo”, Januário da Cunha Barbosa. Esses textos

¹⁵ A definição de biografismo é proposta por Silva (2009, p. 152-153): "Entendo como 'biografismo' as práticas narrativas que envolvem a seleção, descrição e análise de uma trajetória individual a partir de diversos enfoques e metodologias que permitem sua incorporação através do romance histórico, das memórias pessoais (autobiografias e testemunhos), da literatura escolar e das biografias propriamente ditas."

são analisados segundo as *regras de escrita* e o *lugar*¹⁶ ocupado por essa instituição no período. Sua produção tem início logo após o falecimento do 1º secretário em 1846, avançando até períodos mais recentes. Procuraremos identificar quais as imagens que foram delineadas pelo periódico do IHGB sobre Januário da Cunha Barbosa ao longo desses anos.

Fez-se necessária a análise da figura do religioso para além das publicações de biografias e memoriais de sócios vinculados ao IHGB. A incidência de testemunhos de não-membros dessa associação literária a respeito de Januário da Cunha Barbosa era um indicativo que sua memória e trajetória política e intelectual poderia ser buscada fora das sessões que ocorriam no interior do Paço Imperial, sede do instituto. A inclusão deste material, periódicos, manuais bibliográficos, e obras variadas de natureza historiográfica, permitiu que identificássemos diferentes concepções acerca da trajetória política e da produção literária do religioso. Nestes estão trabalhos, pôde ser encontrado dados relevantes sobre formação sacerdotal, alianças e disputas políticas empreendido pelo religioso. Em síntese, as estratégias adotadas por Barbosa em sua carreira como funcionário público no império.

O terceiro capítulo foi reservado ao exame do mais amplo memorial biográfico publicado na Revista do IHGB sobre a trajetória de Januário da Cunha Barbosa. Seu autor, Antônio da Cunha Barbosa apresentou, de maneira pormenorizada, a trajetória do religioso analisando sua formação intelectual com destaque disputas na imprensa periódica do período anterior a Independência e após a renúncia de D. Pedro I, em 1831. A análise prioriza os embates travados pelo religioso com adversários, em especial as contendas envolvendo o clérigo e, por ordem, José Bonifácio, Bernardo de Pereira de Vasconcelos e Evaristo da Veiga.

Outro ponto a ser elucidado é a forma como o trabalho foi construído. Os anos transcorridos entre 1821 e 1846 são de enorme complexidade não só do ponto de vista da definição institucional do império e das lutas políticas – que ensejaram a vitória do projeto monárquico –, como também da configuração do que se poderia chamar de pressupostos para a “escrita de uma história nacional”, que se processou de maneira imbricada às lutas políticas. (GUIMARÃES, 2006, p. 71)

A escolha de reunir informações sobre um tema ou assunto em que aparecesse a figura Januário da Cunha Barbosa foi preterida por outra, de apresentar o clérigo a partir de cada

¹⁶ “Toda pesquisa historiográfica se articula com um lugar de produção sócio-econômico, político e cultural. Implica um meio de elaboração que circunscrito por determinações próprias: uma profissão liberal, um posto de observação ou de ensino, uma categoria de letrados, etc. Ela está, pois, submetida a imposições, ligada a privilégios, enraizada em uma particularidade. É em função deste lugar que se instauram os métodos, que se delineia uma topografia de interesses, que os documentos e as questões, que lhes serão propostas, se organizam.” (DE CERTEAU, 1982, p. 66-67)

autor-biógrafo que produziu uma versão para atuação do sacerdote. Nestes trabalhos, a vida do religioso segundo a cronologia. Em outras palavras, sob o risco de soar cansativo, determinado tema foi revisitado várias vezes ao longo do trabalho. Por outro lado, procedendo desta forma, podemos perceber a razão de alguns aspectos de sua trajetória receberem maior atenção que outros. Não menos importante, é que essa opção permitiu que se acompanhasse mais detidamente sua atuação parlamentar e administrativa e a assim pudéssemos confrontar a forma como essa trajetória foi posteriormente construída pelos seus comentadores.

Estabelecer como marco inicial da pesquisa o começo da década de vinte do século XIX, não significa que os anos anteriores careçam de importância ou ainda que nesse período a vida de Barbosa fosse “despolitizada”. Ainda que seus escritos políticos tenham surgido na fase “pós-1821”, sua formação sacerdotal não foi menos significativa em sua carreira parlamentar e nos cargos do governo que vieram a se concretizar depois. A questão do exercício da vida eclesiástica exercida simultaneamente ao mandato como deputado e outras atividades, merece mais destaque.

O reconhecimento internacional da Independência do Brasil foi resultado de negociações diplomáticas com diversas nações, sobretudo com Portugal, mas também uma negociação com um poder que viria intervir mais diretamente e trazer mais implicações na organização da vida eclesiástica do Brasil, esse poder era o papado.

Subsistia em Portugal e em suas colônias, um acordo feito entre o papa e o monarca denominado de Padroado Régio. Essa união remonta a uma longa negociação entre a Santa Sé com os Reinos Ibéricos, Portugal e Espanha. Nesse acordo, a Santa Sé delegava aos monarcas católicos ibéricos autoridade para organizar e administrar a Igreja Católica em seus domínios conquistados. Em poucas palavras, o Padroado Régio concedia ao soberano grande autoridade nos assuntos religiosos. Isso significava que o rei podia intervir diretamente na escolha dos bispos, nas ordenações dos religiosos, na construção de edifícios, etc. Era também o soberano quem geria as cobranças e doações dos dízimos da população das freguesias e quem garantia a prebenda do corpo eclesiástico.

Ao deixar de fazer parte do Reino de Portugal, o Brasil rompia o elo que unia os dois territórios, desarticulando a legitimidade do poder que permitia a gestão da estrutura eclesiástica no país a partir do soberano, como antes se fazia por intermédio de D. João VI. O herdeiro do trono luso, seu filho, Pedro de Alcântara (1798-1834), não detinha as prerrogativas que seu pai, as quais permaneceram com ele até o seu falecimento, a 10 de março de 1826. Dessa forma, ainda que o catolicismo se mantivesse como religião oficial do Estado garantido pela Constituição de 1824, o problema da nomeação e manutenção dos

bispos, párocos, delimitações das dioceses, cobrança dos dízimos e todas as questões antes devidamente sanadas pelo Padroado, ficaram à espera do fim das negociações, conduzidas em Londres e em Roma, administradas pelo monsenhor Francisco Corrêa Vidigal e seu secretário, Vicente Antônio da Costa. Ambos se instalariam na cidade em janeiro de 1825 (GRINBERG; SALLES, 2009, p. 396).

O monsenhor Vidigal Corrêa e Costa argumentava que as circunstâncias apressavam uma resolução por parte do Vaticano, sob risco do imperador ser obrigado a arrolar para si, a prerrogativa da nomeação do corpo clérigo e instalá-lo nas cidades a fim de evitar a ruína espiritual dos cidadãos. A Santa Sé postergou a decisão até a chegada da confirmação por D. João VI do tratado entre Portugal com o Brasil, marcando a reunião de Vidigal com o papa, a 13 de janeiro de 1826, um ano depois da chegada dos representantes brasileiros.

Das reuniões, vieram duas bulas, primeiro, a *Solicita Catholicas Gregis cura*, a 15 julho de 1826, e a *Praeclara Portugaliae* a dia 30 do mesmo mês do ano seguinte, ambas como tendo autor Leão XII (1760-1829). A Comissão Eclesiástica formada na Câmara dos Deputados para julgar o mérito dos documentos, decidiram desconsiderar quaisquer exigências oficiais do papa e deliberou a criação do Padroado tendo como base o poder emanado do Estado soberano e assegurado no Império do Brasil pela a Constituição de 1824. (AQUINO, 2012, p.165)

Desse modo, estavam sedimentadas a união entre os poderes secular e espiritual no império brasileiro. Essa configuração tornava o exercício de um mandato como de deputado conciliável com as atividades do calendário litúrgico as quais um clérigo secular, como Januário da Cunha Barbosa, estava submetido. Essa flexibilidade possibilitava, pois, ao religioso aliar as atribuições como funcionário público na administração imperial e lide jornalística com as obrigações do sacerdócio. Assim em um Estado unido à Igreja, em que o calendário público dito “civil” se coadunava com o “religioso”, era possível que “padres-políticos” como Barbosa, atuassem no parlamento sem abandonar o púlpito.

Januário fez parte de um clero devotado aos princípios liberais, cuja participação em debates na imprensa e no parlamento fez crescer as lutas e tendências políticas em favor da Independência. É pensando nessa contribuição que Nelson Werneck Sodré (1999, p. 16) chega a afirmar que para algumas figuras do clero, no qual surgiram os melhores publicistas, ainda não se tinha feito justiça, ao passo que muitas delas ainda estavam à espera de seu devido reconhecimento.

Oportuno ainda observar que, com o fito de facilitar a compreensão do leitor, a ortografia original da documentação foi atualizada, sendo mantida apenas sua pontuação.

Capítulo I

As dimensões e possibilidades de construção da memória

Pouco depois o chefe mandou-me chamar e fiquei aborrecido porque pensei que me ia dizer para telefonar menos e trabalhar mais. Não era nada disso. Declarou que me ia falar num projeto ainda muito vago. Queria apenas saber a minha opinião sobre o assunto. Tencionava instalar um escritório em Paris, para tratar diretamente com as grandes companhias e perguntou-me se eu estava disposto a ir. Poderia assim viver em Paris e viajar durante parte do ano. "Você ainda é novo e creio que essa vida lhe agradaria". Disse que sim, mas que no fundo me era indiferente. Perguntou-me depois se eu não gostava de uma mudança de vida. Respondi que nunca se muda de vida, que em todos os casos, todas as vidas se equivaliam e que a minha, aqui, não me desagradava.¹⁷

¹⁷ CAMUS, Albert. **O estrangeiro**. Lisboa: Editora Livros do Brasil, 2001.

Por que a vida de determinadas personalidades, literárias ou não, desperta tanto fascínio? O que torna um indivíduo *historiograficamente* mais interessante que os demais e possível de ser apreendido como objeto? Se seguirmos a premissa camusiana que compreende que “todas as vidas se equivalem”, a análise de uma vida se tornaria um exercício infecundo. Partindo do suposto de sua exequibilidade, pode-se pensar que o encantamento exercido por alguns personagens a torna excepcional e até digno de ser analisado e representado biograficamente.

A elaboração e a construção da memória de um indivíduo ou de uma obra, bem como seu o esquecimento, está relacionado a múltiplas apropriações feitas ao longo da história. Esse processo permite que algumas trajetórias preservem em torno de si um interesse vívido e duradouro, ao passo que outras não conseguem suscitar a mesma atenção e acabam consumidas pelo tempo.

Quando o personagem em questão está de alguma forma vinculado à história oficial, o registro de sua trajetória, não raras vezes, sofre uma inflexão que o faz passar de um tempo cronológico, no qual são registrados os fatos, para o tempo da memória, um tempo permanentemente passível de ser reelaborado e redimensionado. Sua vida e obra passam por uma sacralização capaz de tornar a sua existência mais imaginada do que a que se conheceu concretamente. Do mesmo modo, ao tornar-se uma referência, sua produção passa a ser mais imaginada do que lida.

Uma vez parte do cânone, o indivíduo é transformado em uma entidade, se tornando um signo de uma época. Esse processo o distancia da realidade e o converte em um monumento.¹⁸ A estreita participação em acontecimentos considerados importantes, como a Independência e a fundação do IHGB possibilitaram ao clérigo atingir a condição de um indivíduo excepcional.

A narrativa da vida de um indivíduo seria capaz de apreender a essência e o sentido de sua existência? A história de vida de uma pessoa que nos é apresentada a partir do relato de sua trajetória, que por sua vez é construída a partir da seleção e retenção de pontos considerados mais relevantes e importantes, cria, por vezes, a impressão de que a biografia traduz o sentido mais profundo de sua história, como se houvesse uma coerência intrínseca à sua existência e não fosse, antes, um *efeito narrativo*.

¹⁸ “A palavra latina *monumentum* remete para a raiz indo-européia *men*, que exprime uma das funções essenciais do espírito (*mens*), a memória (*menimi*). O verbo significa ‘fazer recordar’, ‘de onde’, ‘avisar’, ‘iluminar’, ‘instruir’.” (LE GOFF, 1990, p. 535)

Ao nos perguntarmos acerca de como se construiu a memória de Januário da Cunha Barbosa imediatamente o imaginamos como algo concreto, cujas dimensões o transformam em um objeto apreensível e narrável. Esse processo entendido por alguns antropólogos como “objetificação cultural”, sendo esta “uma tendência da lógica cultural ocidental de imaginar fenômenos não materiais como se fossem corporalizados, objetos físicos existentes” legitimam a entrada do religioso Januário da Cunha Barbosa para o domínio do patrimônio coletivo, a partir do qual é representado em monumentos e identificado à memória coletiva de determinados grupos. Assim, as narrativas biográficas dedicadas ao religioso desempenhariam uma mediação entre o passado e presente, associando a identidade do clérigo secular a um valor cívico que deveria compor a nação. (GONÇALVES, 1996, p. 12)

Produzida discursivamente, a memória do clérigo viria a compor a nação, pensada não em termos de instituições e dispositivos legais, mas enquanto uma “comunidade imaginada”, resultante de uma soma de grandes trajetórias de outros indivíduos igualmente ilustres.

A memória destes *vultos* não poderia ser abandonada sob o risco de se perder uma parte significativa da memória da própria nação. Os valores atribuídos a tais trajetórias transfigurariam na memória de Januário da Cunha Barbosa, em um signo patriótico.

A trajetória do clérigo, em seus feitos benéficos à pátria, é narrada sob uma frequente ameaça que pode lançar a memória do religioso a um inexorável esquecimento. Não é de todo gratuito que uma comunicação da sócia emérita do IHGB, Cybelle Ipanema, em uma solenidade do grêmio que celebrava os 150 anos do nascimento do sacerdote, tivesse como título *Januário da Cunha Barbosa: para não esquecer*. (RIHGB, 1997, p. 195)

A existência de atividades e a confecção de novos elogios biográficos em proveito da memória do clérigo-fundador apontam para uma recorrente preocupação do IHGB em querer manter viva a lembrança de um dos seus fundadores. Para que sua memória não se extinga, membros e sócios-correspondentes do grêmio a transformam em um signo, capaz de evocar uma dada realidade histórica, qual seja, a dos anos seminais da fundação do IHGB, ao mesmo tempo em que recorda os membros desta mesma instituição, sobre a necessidade de se associarem para realizar aquilo que lhes fora legado, a criação e preservação da cultura e da história do país.

Se pensarmos a partir deste ponto, podem ser incontáveis as possibilidades de análise, mas também incertos e imprecisos os caminhos a serem percorridos. Uma vez assumido o desafio de percorrê-los descobre-se – entre atribuições de significado e interesses conflitantes, e em meio a significativos esforços de uma construção memorialística –, a impossibilidade de

se atingir uma realidade unívoca acerca de Januário da Cunha Barbosa, ou mesmo uma memória oficial.

Por mais genéricas que essas questões possam parecer, elas matizaram o início da pesquisa. A indagação acerca da existência dessa realidade primordial aparecia como um problema, à primeira vista, insuperável. Não que se acreditasse em sua existência, mas a força de determinados modismos, como por exemplo, a polarização entre *memória oficial* e a *memória real* arrastava o problema de conhecer *efetivamente* o passado pelas fontes.

O binômio memória oficial/memória real foi contornado, ao percebemos que os biógrafos, em seus respectivos esforços de revestir a história de um personagem de significados, acabam por atribuir aos eventos narrados um poder revelador que se extrai de sua intimidade. A construção de trajetórias implica que o seu cultor se torne o portador de seu personagem. Admite-se tamanha integração entre biógrafo e biografado que a inevitável ilusão termina por conceder sentido e unidade às contingências que atravessam as histórias de vida. Ainda assim, ao visualizarmos uma trajetória, nos deparamos apenas com o que foi elaborado pelos biógrafos e comentadores do religioso, sendo os espaços vazios ou pontos cujo critério (nem sempre claro) não considerou determinante, esquecidos.

Ademais, fez-se necessária uma problematização e compreensão de como cada biografia, ao seu modo, apresentou a vida do religioso. Igualmente, buscou-se um entendimento de como cada artigo ou texto guardava suas particularidades ao retratar os itinerários de Januário Cunha Barbosa e o adjacente universo social, político e cultural da primeira metade do século, bem como os critérios que determinaram circunscrição dessas informações. Cada um, ao seu tempo e espaço criou diferentes maneiras de interpretação biográfica de sua vida. Desse modo, sua trajetória ganhou camadas de leituras, de maneira que os últimos a biografarem seu percurso estavam sujeitos aos estudos dantes produzidos. Na verdade, como tentaremos apontar, as biografias e memoriais publicados imediatamente após a morte de Januário da Cunha Barbosa conformam um núcleo rígido de informações sobre sua trajetória, cujo eco pode ser observado em publicações posteriores consagradas ao clérigo, tanto as divulgadas na esfera do IHGB, quanto em manuais bibliográficos muito populares a partir da segunda metade do século XIX, onde o mesmo tom oficioso pode ser observado nas publicações subsequentes consagradas ao clérigo.

Ainda que se valessem dos mesmos referenciais, os autores buscaram apresentar a trajetória de Januário da Cunha Barbosa de modo singular. Fosse por meio da escolha dos detalhes a serem salientados, ou do ponto de vista cronológico. Tal singularidade das narrativas se associa à formação pessoal, social e historiográfica do narrador-biógrafo. Mais

uma vez, nesse sentido, as possibilidades de análise que se descortinam parecem imensuráveis, no entanto, sabe-se que cada estudo biográfico sobre o clérigo-redator se atrelava a uma cadeia de problemas suscitados por uma conjuntura político, econômica e historiográfica daquele momento. Com isso, queremos dizer que nenhuma se aproxima mais ou menos da real vida e obra do religioso, mas sim construíram versões. Antes de apresentarmos as fontes, faremos um breve contorno.

Para investigarmos a trajetória de Januário da Cunha Barbosa registrada nos memoriais é necessário que se perscrute a documentação elencada a partir das perspectivas propostas por Benito Schmidt. O autor identifica um desafio permanente presente no estudo biográfico quando este procura “capturar os personagens enfocados a partir de diferentes ângulos, construindo-os não de uma maneira coerente e estável, mas levando em conta suas hesitações, incertezas, incoerências, transformações.” (SCHMIDT, 2000, p. 199)

Essa postura implica no abandono da linearidade e nos impele a operar em diferentes temporalidades: o tempo em que a documentação foi produzida e a temporalidade que elas projetam. Para Giovanni Levi, esse entendimento traria mais solidez às análises biográficas.

Em muitos casos, as distorções mais gritantes se devem ao fato de que nós, como historiadores, imaginamos que os atores históricos obedecem a um modelo de racionalidade anacrônico e limitado [...] contentamo-nos com modelos que associam uma cronologia ordenada, uma personalidade coerente e estável, ações sem inércia e decisões sem incertezas. (LEVI, 1996, p. 169)

1.1. A escrita biográfica

A escrita biográfica compreende uma gama de modalidades de escrita, que segundo Gomes (2004), convencionou-se chamar de “produção de si”. A denominação seria resultado da ligação entre o indivíduo moderno, produtor de si e de seus registros, de seus documentos. Sua propriedade distintiva mais fundamental é o emprego da primeira pessoa, seja no singular ou plural, presentes nos discursos e memoriais, no qual o indivíduo adota uma postura reflexiva e crítica junto ao relato narrado e ao contexto em que se insere.

A documentação que integra essa modalidade é variada: biografias, autobiografias, correspondências e memoriais de histórias de vida. Esse material tem conquistado cada vez mais a atenção de leitores e despertado o interesse do mercado editorial e na academia. Seus autores, nem sempre são literatos ou homens públicos. O objeto dessas narrativas autobiográficas também podem ser personagens distanciados dos holofotes da política, ou da cena pública. (KOFES, 2001, p. 192)

Na França, segundo Philippe Levillain (2003, p. 143), o ressurgimento das biografias no mercado editorial se deu em fins dos anos de 1970, após a academia reabilitá-la na década anterior. O salto era visível. As biografias passaram em menos de dois decênios:

[...] do artesanato ao empreendimento editorial sistemático, no qual a influência dos historiadores não parou de crescer. Hoje, praticamente não há uma editora francesa que não tenha uma coleção de biografias, semelhante às galerias de retratos ou de bustos dos castelos da época do Renascimento.

Entretanto, sua legitimidade fora contestada nesse início e seu gênero, conduzido para um domínio que se situava entre a história e a literatura. Para os críticos do gênero, a confecção de biografia envolvia o pesquisador o estudo da “história de uma só pessoa”. Os historiadores, se furtavam ao gênero já que discorrer sobre a existência de indivíduos seria o mesmo que silenciar sobre temas que, historiograficamente, poderiam conter mais relevo, como a economia das trocas ou a história social.

Sugere Levillain que o “retorno à biografia” ocorreu graças à mudança nas relações entre e os indivíduos e o conceito vigente de história. Esse volver ao biográfico era, ainda, parte de um amadurecimento na historiografia que ampliou os diálogos entre a história e as demais ciências sociais.

A escrita autobiográfica é abordada em campos distintos como: historiografia, teoria literária e antropologia. Nesta última, a abordagem se aproxima das ideias de autoetnografia, ego-história e escrita de si, estes dois pontos nos interessam para a realização deste trabalho. Salientamos que nossa aproximação se dará no campo da historiografia e a partir desse enfoque teórico-metodológico, desenvolvermos alguns diálogos possíveis sobre diferentes dimensões na construção social da memória de Januário da Cunha Barbosa. O fabrico da biografia circunscreve no meticuloso processo memorialístico, no qual se confrontam indivíduos pertencentes ao mesmo contexto socioeconômico, político e cultural e suas variadas representações sobre o contexto.

A biografia é fruto de uma trajetória que pressupõe a existência de lembranças e esquecimentos individuais e coletivos. Tais processos são percebidos pelos seus contemporâneos a partir de determinadas configurações de força que operam em uma dada época e imprimem seus caracteres na consciência dos indivíduos. Segundo Wilton Carlos Lima da Silva (2009, p. 155), a biografia é constantemente processada e negociada pelos indivíduos, e mantém com mitos e tradições uma ligação não explicitada, delimitando-se em um tempo e espaço. Em suma, em uma memória “territorializada” como aponta Pierre Nora, que não se reduz em um ato de resgate do passado, mas de reconstrução deste a partir de referências contemporâneas. Sintetiza o historiador francês:

[...] A história é reconstrução sempre problemática e incompleta do que não existe mais. A memória é um fenômeno sempre atual, um elo vivido no eterno presente; a história, uma representação do passado. [...] A memória emerge de um grupo que ela une, o que quer dizer, como Halbwachs o fez, que há tantas memórias quantos grupos existem; que ela é, por natureza, múltipla e desacelerada, coletiva, plural e individualizada. A história, ao contrário, pertence a todos e a ninguém, o que lhe dá uma vocação para o universal. (NORA, 1993, p. 9)

Segundo Philippe Lejeune, o especialista em biografias, o pacto autobiográfico pressupõe essa confluência de narrador e personagem. Uma das possíveis definições é a construção de um “relato retrospectivo em prosa que uma pessoa real faz de sua própria existência, enfatizando sua vida individual e, em particular, a história de sua personalidade” (LEJEUNE, 2008, p. 48). Essa é a ilusão referida por Pierre Bourdieu em um artigo que discutiremos mais adiante. O biógrafo a assume. O pacto entre biógrafo e biografado ainda que se refiram a mesma pessoa é sacramentado quando se presume toda a veracidade dos fatos narrados no relato.

A este respeito discorre François Dosse n’*O Desafio Biográfico* (2009), ao afirmar que cabe aos biógrafos a tarefa do esclarecimento quanto às motivações implícitas a todo empreendimento biográfico. A começar pelas razões que envolvem a escolha do personagem a ser analisado, a metodologia de trabalho a ser empregue, em síntese, as perguntas e os objetivos a serem buscados. Esse processo enuncia, perante os leitores, os pressupostos que legitimam o biografismo despojando seu autor do caráter “miraculoso” que muitas vezes reveste seu discurso.

O já citado Philippe Lejeune aponta que o discurso sustentado pelo biógrafo em sua narrativa tende a ser asséptico, quando ele não se propõe a discutir os aportes teóricos e os fundamentos ideológicos envolvidos na pesquisa. Significa dizer que para Lejeune nenhum estudo é levado a cabo fortuitamente, a ponto de se conformar numa trivial diletância. Seria como discutir, nas palavras de Michel de Certeau (1982, p. 65), o que “fabrica” o historiador quando produz uma biografia.

Outro entrave à consecução de biografias, com que os biógrafos se veem às voltas, diz respeito à tentação de uma análise que objetiva a totalidade em trabalhos que açambarca “vida e obra”, do “berço ao tumulo” do biografado. Uma pesquisa biográfica nesses moldes pressupõe um leque documental razoavelmente vasto. Ao se debruçar sobre uma vida, não raro, o pesquisador se depara com desafortunadas lacunas documentais. Não é possível imaginar, como bem assinalou o historiador francês, Marc Bloch (2001, p. 27), em livro já

citado, que exista um tipo de documento para cada problema histórico específico ou destinado para seu uso.

Nesses casos, o hiato das fontes se torna verdadeiro convite à imaginação dos leitores, completá-los é parte do processo de atribuição de sentidos, significados e interpretações que os indivíduos são impelidos a realizar.¹⁹ Graças ao exercício, o “pacto-autobiográfico” se concretiza.

No entanto, todas essas reflexões, para Benito Schmidt, fariam do biografismo um exercício menos angustiante. Um dos pontos que legitimariam a investigação de uma trajetória, seria a singularidade das inquietações que uma história de vida é capaz de suscitar. Os pontos cegos e as incertezas advindas dessas trajetórias podem ser encarados como problemas historiográficos que adquirem relevância dentro das investigações historiográficas. Contudo, interessaria ao “historiador-biógrafo” menos a revelação de detalhes ocultos ou faces ainda desconhecidas dos seus retratados, do que a análise e compreensão de mecanismos sociais e a funcionalidade de grupos cuja atuação costuma ser pensada homogeneamente. (SCHMIDT, p. 25, 2002)

Para os que consideram a biografia um gênero híbrido, postulando que ela sempre experimentou uma tênue legitimidade em relação à história, a crise dos grandes modelos explicativos – marxismo, estruturalismo, história serial/quantitativa – propiciou a conformação de um cenário favorável a reflexões sobre o fazer historiográfico, e um balanço da disciplina que permitiria aos historiadores analisarem os trajetos explorados. Ademais, fez ressurgir, empregando a consagrada expressão do historiador inglês Lawrence Stone, uma série de “retornos”, sendo a biografia um destes. (SCHMIDT, 2000, p. 121-122)

A história que, durante um período se ocupara das estruturas e dos destinos coletivos baseando-se em conceitos totalizantes, uma história de vocação marxista, viu seus pressupostos serem revisados após a “virada linguística”. Para Avelar (2010, p. 159), essa inflexão pouco a pouco grassou a historiografia e trouxe novamente a noção de indivíduo – dessa vez diante de um status renovado – para o foco das investigações. Igualmente se observou um movimento de reflexão acerca da narrativa da história elencada em sua condição de problema historiográfico.

Como ponderou Sabina Loriga (1998, p. 225), o interesse dos historiadores pelos indivíduos não se justificava apenas por sua participação em atividades política, econômica e

¹⁹ "Nada se emenda nos livros confusos, mas tudo se pode meter nos livros. Eu, quando leio algum desta outra casta, não me aflijo nunca. O que faço, em chegando ao fim, é cerrar os olhos e evocar todas as coisas que não achei nele. [...] É tudo que se acha fora de um livro falho, leitor amigo. Assim preencho as lacunas alheias; assim podes também preencher as minhas". (ASSIS, 1959)

cultural, mas, pelo seu cotidiano. A revalorização do sujeito pela memória coletiva, na análise da autora não fora recebida sem suspeitas: a “febre biográfica” foi acompanhada à distância por muitos historiadores que faziam reservas ao gênero, acreditando que estudos cujos indivíduos desempenhavam papéis privilegiados na análise inevitavelmente acabavam por abandonar a “história-problema”. Esse retorno faria mais uma vez uma da disciplina histórica um exercício historicizante, superficial e cronológico. (SOUZA, 2007)

No cenário da historiografia francesa, a “traição dos intelectuais” – para retomar a expressão de Julien Benda – para os historiadores que haviam retornado para o gênero biográfico na história, era assim justificada pelo medievalista Georges Duby:

[...] eu podia ser acusado de trair o “espírito dos Annales”. Eu era, com efeito, o primeiro dentre os epígonos de Marc Bloch e Lucien Febvre a aceitar escrever a biografia de um “grande homem”. Mas na realidade não me desviava nem um milímetro do meu percurso. A única modificação – das mais importantes reconheço – dizia respeito à forma. Eu estava voltando sem rodeios à narrativa. Contava uma história, seguindo o fio de um destino pessoal. Mas continuava atendo-me à história-problema, à história-questão [...] o particular [...] só me interessava quando me informava sobre o coletivo. (1993, p. 137-138)

A escrita biográfica pressupõe “uma narrativa de movimentos encadeados” ou como afirma Mary del Priore (2009, p. 11): “uma intriga codificada por fatos reais, interpretados”. O trabalho produzido por um biógrafo se propõe a relatar a trajetória de vida de seu biografado. Essa característica remete o gênero biográfico ao cerne do problema da narrativa e ao seu conseqüente retorno. A retomada dos estudos biográficos no decorrer das últimas décadas é um fenômeno consentâneo à reflexão narrativa no interior do discurso histórico.

Com a crise do estruturalismo e a retomada da noção de *sujeito* nas ciências humanas, despontam novos aportes teórico-metodológicos – sendo a história oral uma destas manifestações – que procuravam trazer as trajetórias, a história particular, para o centro das investigações. Não sem desconfianças, com estatuto renovado, o gênero biográfico assim reconquista seu espaço. Ao reiterarmos a legitimidade do biográfico como objeto privilegiado dos historiadores priorizaremos um autor apontou sérias críticas ao gênero. O autor em questão é o sociólogo francês Pierre Bourdieu.

Em 1986, Bourdieu publicou nos *Actes de la recherche en sciences sociales*, revista criada e organizada por ele, o célebre artigo *L'illusion biographique* (1986). Esse trabalho seria a centelha de um candente debate sobre o gênero biográfico nos anos seguintes. Nele, o sociólogo discorre sobre as construções da narrativa biográfica e uma ácida crítica ao peso

atribuído à noção de trajetória e história de vida. A crítica apresentada por Bourdieu é essencial para apontar os vícios e as limitações do gênero.

Pierre Bourdieu argumenta que a noção de “história de vida” entrara silenciosamente, como que de maneira clandestina, primeiro na etnologia e depois em sua disciplina, na sociologia. Ele atribuía aos pesquisadores o contrassenso da apropriação indevida de uma noção que se acreditava pertencer ao “senso comum”, o estudo de trajetórias: a ideia de que a vida perfaz “um caminho, uma estrada, uma carreira”, cujo sentido já se sabe de antemão, em uma espécie de predestinação individual.²⁰

O relato biográfico, segundo o autor francês, se enraíza na errônea premissa de “que a vida constitui um todo, um conjunto coerente e orientado”, e prossegue:

É o que diz o senso comum, isto é, a linguagem cotidiana, que descreve a vida como um caminho, um percurso, uma estrada, com suas encruzilhadas [...], ou como uma caminhada, isto é, um trajeto, uma corrida, um *cursus*, uma passagem, uma viagem, um percurso orientado, um deslocamento linear, unidirecional que comportam como um começo (‘um início de vida’), etapas, e um fim do sentido duplo, de termo e objetivo [...], um fim da história. (1996, p. 74)

O enredo de uma existência não é uma trajetória retilínea em direção a um fim que já se revelava, implícita ou explicitamente, desde a infância do sujeito biografado. E sentencia:

[...] Falar de histórias de vida é pelo menos pressupor, e é muito, que a vida é uma história, e que uma vida é insuperavelmente o conjunto de acontecimentos de uma existência individual concebida como uma história e a história dessa história. (1996, p. 74)

Esclarece também a respeito das narrativas autobiográficas que é possível que sua inspiração se deva:

[...] ao menos em parte, na preocupação de atribuir sentido, de encontrar a razão, de descobrir uma lógica ao mesmo tempo retrospectiva e prospectiva [...] Essa inclinação a se tornar ideólogo de sua própria vida, selecionando, em função de uma intenção global, certos acontecimentos *significativos* e estabelecendo entre eles conexões que possam justificar sua existência e atribuir-lhes coerência, como aquelas que implicam na sua instituição como causa ou, com mais frequência, como fim, encontra a cumplicidade natural do biógrafo para quem tudo, a começar por suas disposições de profissional da interpretação, leva a aceitar essa criação artificial de sentido. (1996, p. 75-76)

A ideia que uma vida possa conter uma verdade, e que a trajetória individual encerre uma unidade coerente deve ser questionada, afirma Bourdieu. O pesquisador não deve aceitar

²⁰ Verificam-se duas traduções do artigo de Pierre Bourdieu para o português, a primeira – utilizada nesse trabalho – aparece sob apêndice do seu livro **Razões práticas**: sobre a teoria da ação. Campinas: Papirus, 1996 e a segunda, como capítulo do livro organizado pelas pesquisadoras Marieta de Moraes Ferreira e Janaína Amado. Cf. **Usos & abusos da história oral**. 8.ed. Rio de Janeiro: FGV, 2006. p. 183-191.

complacientemente o ponto de vista do seu objeto, como se ele pudesse se situar e ocupar o mesmo mundo social do seu biografado.

Acrescenta Dosse (2009, p. 55), que o trabalho do biógrafo guarda uma tensão contínua entre a vontade de se reproduzir o real vivido e “o polo imaginativo do biógrafo, que deve refazer um universo perdido segundo sua intenção e talento criador.”

Pode-se argumentar, entretanto, que essa delicada relação não seja exclusividade do gênero biográfico, ainda que ela atinja seus limites no biografismo, quando alguma coerência é urdida nas trajetórias para que a realização da investigação se efetive, ainda que se admita, por outro lado, a incapacidade de recriar a riqueza e a complexidade de uma vida concreta.

Segundo o historiador François Dosse, Bourdieu foi mais longe quanto à impertinência do biográfico. De acordo com nota da edição francesa, o livro *Esboço de auto-análise*²¹ foi redigido entre outubro e dezembro de 2001 e publicado postumamente primeiro na Alemanha no início de 2002 e posteriormente na França. O livro traz o mesmo título de um subcapítulo da última parte de outra obra, *Para uma Sociologia da Ciência* e acabou por se revelar uma versão elaborada deste trabalho. Nesta obra o sociólogo formula a seguinte questão “como, sem se entregar à complacência narcísica, aplicar a si mesmo este programa e fazer sua própria sociologia a sua auto-socioanálise”:

Vou começar por evocar a posição que eu ocupava no campo das ciências sociais em diferentes momentos do meu trajeto e talvez, pelo paralelismo com outras correntes da sociologia da ciência, no subcampo da sociologia da ciência, na altura em que escrevi meu primeiro texto sobre o campo científico, no início dos anos 70, ou seja, num momento que 'nova sociologia da ciência' ainda não tinha feito sua aparição (BOURDIEU, 2004, p. 133).

Bourdieu, em epígrafe inicial, sentencia, “Isto não é uma biografia”.²² O sociólogo procurava escapar da famigerada *ilusão biográfica* que imprimiria ao relato, de maneira falsa, a vida em uma lógica, um sentido capaz de estabelecer relações de causalidade entre os acontecimentos de diferentes ordens. Sua tese é que para compreender um indivíduo em suas “tomadas de decisões” (ao invés de escolhas), é necessário considerar sua posição objetiva dentro de um cenário, sua força institucional, as disputas travadas no campo. Nas palavras de Bourdieu: “posição no espaço social, à posição no campo e à posição no universo escolástico.” (2004, p. 130-131)

²¹ Esse livro teve como tradutor em sua edição brasileira o sociólogo, Sérgio Miceli. Há notas explicativas organizadas por Miceli que indicam a tradução edição francesa de 2004. O autor também é responsável por apresentar a obra e por compor a introdução *A emoção raciocinada*.

²² Para a versão no original, ver BOURDIEU, Pierre. **Esquisse pour une auto-analyse**. Paris: Raisons d’agir, 2004. A obra seria traduzida e editada no Brasil, um ano mais tarde, cf. BOURDIEU, Pierre. **Esboço de auto-análise**. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

A conformidade dos títulos de *Para uma Sociologia da Ciência e Esboço de auto-análise* apontava que Bourdieu buscava continuar a reelaboração de uma reflexão a ser apresentada, no que viria a ser, seu último curso ministrado no College de France. Com o auxílio do seu filho, Jérôme Bourdieu, ele se submete ao crivo da análise sociológica e se esmera na tarefa de reconstituição de sua própria história. Uma história social, contra e a partir do seu “campo”. Esse exercício, de tomar-se como objeto da análise, o obriga não somente a reconstituir os episódios da vida cotidiana, como as experiências infantis no internato, o convívio com os familiares numa pequena cidade na Província de Aquitânia, sudoeste da França, os trabalhos etnológicos em sua decisiva prática docente na Faculdade de Letras de Argel, na Argélia, como também todo seu itinerário institucional na França.

Ao falar de si, o sociólogo conta de sua trajetória, como pesquisador no momento de sua chegada ao campo universitário francês. Particularmente, o estado do campo sociológico e filosófico no momento do seu ingresso, no fim da década de 1950, da influência e da dominação exercida por Jean-Paul Sartre, o “intelectual total”, no debate nas ciências humanas; e em síntese, da afirmação da sociologia na França ao longo do século XX. (2005, p. 41)

Como alerta o autor na epígrafe de *Esboço*, o livro escapa intencionalmente da pretensão de ser uma autobiografia (afirmação, aliás, ratificada ao longo do trabalho), e se transforma ao longo da autoanálise, numa investigação sobre a formação do campo sociológico francês. Bourdieu também procurou se prevenir do assalto de futuros biógrafos, desencorajando, desse modo, aqueles que se arriscassem a vasculhar sua trajetória, a explicar *sociologicamente* sua vida e as escolhas que haviam marcado seu itinerário institucional. Acreditava que traços de sua personalidade deveriam ser mantidos ocultos depois de sua morte.

Um último ponto a ser discutido dentro da crítica do autor francês diz respeito a um elemento constituinte das narrativas (auto)biográficas: o nome próprio. Segundo ele, o mundo social identifica normalidade identitária como “constância de si mesmo”:

Como instituição, o nome próprio é arrancado ao tempo, ao espaço e às variações de lugar e de momento: assim, para além de todas as mudanças e flutuações biológicas e sociais, ele assegura aos indivíduos designados a constância nominal, a identidade com o sentido de identidade a si mesmo, de *constantia sibi*, exigida pela ordem social. (2008, p. 78)

Desse modo, o nome próprio seria “o atestado visível da identidade do seu portador através dos tempos e dos espaços sociais, o fundamento da unidade de suas manifestações”, a unidade básica capaz de reunir nos registros oficiais todas as experiências socialmente

quantificáveis: “*curriculum vitae*, *cursus honorum*, registro judiciário, necrológio ou biografia, que constituem a vida como uma totalidade finita.” (BOURDIEU, 2008, p. 78)

Assegura Bourdieu (2008, p. 79), que o nome próprio é o “suporte” do que costumeiramente chamamos de “estado civil”, do conjunto de características e propriedades vinculadas a uma pessoa, as quais são instituídas por leis. Entretanto, esse registro apenas mensuraria uma condição jurídica do indivíduo, “que ele não pode atestar a identidade da *personalidade*, como individualmente construída, a não ser a preço de uma enorme abstração”.

Restaria aos historiadores e sociólogos, ao empreenderem suas pesquisas, a percepção do conjunto de características que distinguem uma pessoa e a tornam singular, esses traços se encontram fracionados. A multiplicidade e a permanência de uma pluralidade de caracteres escapam às rígidas determinações que o nome próprio significa e que, apesar de se pretender inalterável, pode ser modificado, como veremos no relato memorialístico do historiador Boris Fausto, em cuja obra, *Negócios e Ócios: Histórias da Imigração* (1997), faremos uma breve incursão.

Nesse trabalho memorialístico, o historiador de origem judaica adota os procedimentos típicos de um historiador – distanciamento, análise, objetividade – para descrever as suas origens familiares, bem como seu traslado do Oriente para o Ocidente – e de outros núcleos de imigrantes – que desembarcaram na América do Sul nas primeiras décadas do século XX em busca de melhores condições de vida, trabalho, em resumo, para refundarem suas vidas. Boris Fausto, escolhe um objeto que lhe é muito caro: suas origens, composta em sua linhagem materna de imigrantes judeus que chegaram a São Paulo na década de 20, os “Salem” (originários da Turquia) e do lado paterno, os “Fausto” advindos do Leste Europeu. Sua narrativa se desdobra com fluidez e os eventos dos quais as famílias são testemunhas, ecoam como se o microcosmo familiar reproduzisse um contexto mais amplo:

Combina(r) as esferas pública e privada; ou seja, quando a narrativa se insere de algum modo em um universo coletivo, dizendo respeito a uma etnia, a uma nação, a uma classe social etc.; e também quando as relações internas entre os membros da família ajudam a iluminar um quadro cultural mais amplo, dizendo respeito ao modelo familiar de uma sociedade. (1997, p. 7)

Ao reconstruir com riqueza de detalhes as particularidades dos familiares na Europa e no Oriente, o autor compõe um rico quadro das imigrações para América Latina e seu desenvolvimento nas Américas justificando seu interesse em investigar as motivações individuais de cada ente. Desse modo, o historiador termina por contornar a “ilusão biográfica” firmada a cada momento em que ele admite recontar suas histórias de vida e de

seus familiares sempre a partir da perspectiva contemporânea. Com efeito, Fausto trata de pôr em relevo os interstícios da memória e a idealização de um passado remoto intrínseco aos que haviam deixado seus lares e sua origem do outro lado do oceano.

Considerando as noções desenvolvidas por Pierre Bourdieu para analisar uma das trajetórias apontadas pelo historiador Boris Fausto, particularmente a noção da continuidade do “eu” social apregoado pelo registro do *estado civil*, percebe-se que mesmo essa identidade que a princípio parece transcender às flutuações históricas, que certifica acesso à existência social, está sujeita a mudanças.

Segundo é narrado no livro, Brettschneider Fuss, nascido no antigo Império Austro-Húngaro, pai do historiador brasileiro, ao emigrar para Argentina no ano de 1913, é levado a modificar seu registro civil, o nome, para melhor se integrar à vida portenha da capital argentina. A difícil pronúncia e a estranha grafia de Fuss para um país latino, foi decisivo na mudança do seu sobrenome para Fausto, junto com a substituição de Brettschneider para Símon.

A constância nos registros civis criaria a ilusão que a vida é una, mas mesmo essa permanência poderia ser contestada, de tal forma que, o nome próprio seja parte da mesma abstração. O sociólogo emprega a metáfora do metrô e sua rede estrutural, com matrizes, entroncamentos e estações para pensar os caminhos a serem percorridos pelos indivíduos. Os acontecimentos biográficos que compõe a trajetória podem ser lidos como *deslocamentos* no espaço social.

Cabe observar que a trajetória de um indivíduo é pensada por Bourdieu como um metrô e sua rígida malha de trilhos. Essa percepção da trajetória permite que se anteveja um leque restrito de escolhas a que uma pessoa poderia tomar ao longo da vida, como se não houvessem opções distintas das que já se apresentassem aos indivíduos, do mesmo modo que o percurso das locomotivas são estancados pelos trilhos.

A discussão anteriormente encetada de detalhes inenarráveis que devem se manter ocultos numa trajetória, nos remete a um problema ético, quando o historiador-biógrafo se propõe a investigar os itinerários de uma vida. A intimidade dos personagens não parecem ser “fatos importantes em si”, como se houvesse um valor inerente ao que é inusitado. (SCHMIDT, 2012, p. 187)

Antes, o parâmetro que o pesquisador deveria se pautar incluiu a devida consideração ao personagem e a historicidade por ele vivida. Essa ética particular poderia muito bem servir de guia ao ofício do profissional de história.

A título de se mencionar alguns obstáculos enfrentados ao longo da pesquisa tomaremos como exemplo o estudo do historiador francês Alain Corbin. (1998) O projeto do autor que consistiu em inverter os procedimentos usuais da história social do século XIX, em uma investigação centrada em reviver um “homem invisível”, cuja memória há muito desaparecera. Contrário a quaisquer procedimentos que acarretassem “heroicização” dos sujeitos, Corbin voltava sua atenção para testemunhos de indivíduos de destino comum, que tivessem vivido sem ter deixado “nenhum traço especial ou original”. (LORIGA, 2002, p. 241)

O ex-aluno de Ernest Labrousse realizou uma pesquisa em um pequeno município francês, ao sul da Normandia, chamado Origny-le-Butin, de pouco mais de 250 habitantes. Após uma breve visita ao arquivo da cidade e da leitura de tabelas decenais com informações de casamentos e óbitos de moradores locais, procedendo ao acaso, Corbin escolheu três nomes cuja identidade em nada lhe era familiar. O primeiro nome aleatoriamente consultado morrera jovem, estava, portanto descartado, já o segundo, um senhor septuagenário chamado Louis-François Pinagot que vivera entre 1798 e 1876, atravessara, portanto, o século XIX. A longevidade de Pinagot não lhe deixara em dúvida. Em posse do nome, o historiador saiu à caça e coleta de todas as informações pertinentes e relativas ao sujeito. (CORBIN, 2005, p. 23)

A tarefa imposta à Corbin foi a de encontrar vestígios e pistas deixadas por Louis-François ainda que sua trajetória não tivesse lhe reservado nenhum feito extraordinário. Foi então que, o autor decidiu reconstruir o que poderia ter sido seus passos na pequena vila rural da Normandia.

Depois de colaborar na coleção *História da vida privada* (1993), o historiador francês recebera a acusação de que seu trabalho (que contava mais de cem páginas) revelava apenas aspectos da intimidade das elites. Considerando a crítica injusta, Corbin argumentou que apenas para pequena parcela da população podia preservar documentos relacionados à própria história. Esses grupos teriam, desse modo, em teoria, o direito à memória. Logo, apenas para estes a história *escrita de si* se tornava possível. A história de vida de Pinagot parecia ser sintomática nesse sentido: se para Corbin não havia dificuldade em acessar informações relativas aos acontecimentos de sua vida cívica, como a data do casamento, local de votação (o *registro civil* de Pierre Bourdieu), inventário de pequenos bens amealhados ao longo de sua trajetória de vida, o mesmo não poderia dizer do estudo de sua intimidade, de sua vida privada, afinal nenhum diário, carta, ou outro documento pessoal que remetesse ao registro de sua subjetividade havia sido encontrado no período de investigação no arquivo da cidade.

Apesar de muito vasculhar, os traços particulares da vida Louis-François Pinagot haviam se perdido nos registros. Lamenta Corbin que para uma parcela esmagadora dos indivíduos na história, o desaparecimento era, portanto, um processo incontornável.

Depois de discorrer sobre os óbices, Corbin disserta acerca da solução encontrada para o dilema que nos serviu de inspiração metodológica para prosseguir com o desenvolvimento da pesquisa. O caminho encontrado por Alain Corbin em seu trabalho nos rendeu novos impulsos. Nas palavras do historiador francês: “Podemos imaginar um grande homem que não deixou uma escrita de si, mas de quem se falou tanto, de quem se fizeram tantos retratos, que podemos penetrar sua intimidade.” (CORBIN Apud VIDAL, 2005, p. 23)

Seguindo estas pistas, ainda que não se alcance a “escrita de si” de Januário da Cunha Barbosa, cada um dos memoriais e elogios biográficos confeccionados sobre sua trajetória, fixaram imagens que, analisadas em diferentes perspectivas, permitem um estudo da construção de sua memória

1.2. Breve relação da produção literária de Barbosa

Uma investigação digna de relevo acerca da produção do clérigo coube ao destacado bibliógrafo luso Inocêncio Francisco da Silva (1859, p. 117). No seu *Dicionário Bibliográfico Português*, Silva coligiu vasto material que reunia os mais significativos autores em língua portuguesa até meados do século XIX. A obra iniciada por Silva foi continuada, após sua morte, pelo seu testamentário, o também português, Pedro Wenceslau de Brito Aranha (1833-1914), jornalista e escritor, que ao final da empreitada apresentava 23 volumes. O *Dicionário de Inocêncio*, como era referido no século XIX, constituía uma continuação da *Biblioteca Lusitana* (1759), de autoria do clérigo Diogo Barbosa Machado cuja publicação data os anos de 1741 e 1759.

Passados quase um século desde a realização do trabalho de Silva, a Revista do IHGB, na ocasião do centenário do falecimento de Barbosa, em 1946, publicou um levantamento preciso acerca de sua produção. A autoria era do bibliógrafo Tancredo de Barros Paiva, proprietário da Livraria Brasileira.²³ Paiva era um conhecido livreiro fluminense que, anos

²³ A livraria de Tancredo Paiva ficava na Rua do Lavradio, nº 132. A via que teve suas vias reformuladas pelo Marquês com o levava seu nome, abrigou teatros, livrarias e uma loja Maçônica. A região estava localizada nas adjacências da Praça dos Arcos, centro da Lapa.

antes, publicara uma bibliografia pormenorizada do historiador de Capistrano de Abreu e um dicionário de pseudônimos.²⁴

O artigo de Tancredo de Paiva relaciona setenta e quatro trabalhos atribuídos ao clérigo, no quais se destacam prédicas, orações, livros, artigos, periódicos, necrológios, impressas ao longo das quatro primeiras décadas do século XIX.²⁵ O texto também sugere um guia variado de fontes para o estudo da vida e obra de Januário da Cunha Barbosa, considerado por ele, o “jornalista da independência”. Dentre elas, ressaltamos *A Cultura Brasileira* de Fernando de Azevedo, ano de 1942; *Páginas Brasileiras* de Max Fleiuss no ano de 1938, de Feijó Bittencourt “*O Instituto: os Fundadores*”, do mesmo ano. Até aquele momento esse levantamento era o mais completo acerca da produção intelectual de Januário da Cunha Barbosa.

Em comemoração ao segundo centenário do nascimento do seu fundador, o IHGB promoveu no dia 19 de novembro de 1980, por iniciativa e coordenação do primeiro secretário em exercício, Manuel Xavier de Vasconcellos Pedrosa, uma série de solenidades onde inicialmente foi inaugurada na Sala Teresa Cristina, nas dependências do Instituto, a exposição de documentos do acervo da Casa concernentes a vida do clérigo.²⁶ A solenidade contou com a presença de dois estudiosos, Marcello Ipanema e, a também pesquisadora da imprensa fluminense, Cybelle de Ipanema. Ambos foram responsáveis pela elaboração de uma “súmula da atividade jornalística” de Januário, bem como de atribuição de obras que, à época, haviam sido publicadas sob pseudônimo ou de forma anônima.

Apesar da diversificada produção do religioso fluminense, têm sido tímidos os esforços de reedição de seus trabalhos. O *Livro de Fontes de Historiografia Brasileira* (2010) organizado por Manoel Luiz Salgado Guimarães apresenta o artigo de Januário da Cunha Barbosa publicado na Revista do IHGB, denominado *Lembrança do que devem procurar nas províncias os sócios do Instituto Histórico, para remeterem à sociedade central do Rio de Janeiro*. (1839) Este texto integra um conjunto mais abrangente de contribuições oferecidas pelo IHGB e publicadas por seu periódico, a propósito de forjar um determinado modelo para a escrita da história do Brasil. Para Guimarães (2010, p. 12), o trabalho ofertado pelo clérigo iniciou uma forma peculiar que tinha como ponto de partida a questão nacional no Brasil oitocentista.

²⁴ Cf. **Bibliografia de Capistrano de Abreu**. São Paulo: Tipografia do Diário Oficial de São Paulo, 1918 e PAIVA, Tancredo Barros. **Achêgas um Dicionário de Pseudônimos**, Rio de Janeiro: João. Leite, 1929. 248 p.

²⁵ Bibliografia cronológica compilada por “Um bibliógrafo carioca” por Tancredo de Barros Paiva. **RIHGB**, Rio de Janeiro, vol. 190, p. 130-138, jan./mar. 1946.

²⁶ Cf. Para a lista destes trabalhos, ver **RIHG**, Rio de Janeiro, nº 330, p. 261-291, jan./mar. 1981.

Além do trabalho do clérigo, a obra do historiador Salgado Guimarães apresenta uma coletânea de textos – considerados “modelos de escrita” – produzidos no Brasil ao longo do século XIX. A presença do artigo de Januário da Cunha Barbosa acena que projeto historiográfico encetado pelo IHGB era “ajustado” à narrativa que desejava contar sobre o passado.

O *Parnaso Brasileiro*, primeira antologia de poetas nacionais, publicado entre 1829-1832 e coligida por Barbosa, foi prefaciada e teve o índice geral de poesias comentados por José Américo Miranda (1999). Conquanto ainda muito distante da publicação na íntegra, a obra de Miranda esclarece pontos fulcrais da primeira ontologia poética de Januário da Cunha Barbosa.

A produção literária do clérigo tem sua referência arrolada em numerosos manuais bibliográficos produzidos ao longo do século XIX. Junto com a síntese de sua trajetória, na qualidade de um indivíduo ilustre, trazem a lista de seus trabalhos. No século XX, a produção do padre secular apareceria de forma mais contextualizada. Vejamos, por exemplo, a monumental *História da Inteligência Brasileira* de Wilson Martins, que recorda que o “severo cônego [...] abandona por um momento a sua sisudez e escreve *A Rusga da Praia grande, ou o Quixotismo do General das Massas*, em três atos, impressa e representada no Rio de Janeiro” (MARTINS, 1978, p. 195)

Embora relacionados e comentados, tanto o poema *A Rusga da Praia Grande*, quanto *Os Garimpeiros* se perderam dos catálogos de bibliotecas e Arquivos nacionais ou estrangeiros. Por se tratar de peças satíricas que ridicularizavam determinadas personalidades políticas no império – como era o caso da *Rusga* que zombava do padre Marcelino Duarte (188-1860) que se unira ao grupo dos *exaltados* para atacar o regente Feijó, figura muito estimada por Januário – vieram à luz encobertas sob a capa do anonimato. Parece não haver dúvidas que esta característica favoreceu o desaparecimento das obras.

Uma parte da crítica literária ponderou que o título *Os Garimpeiros*, poema moldado em traços clássicos, era ilegível para as novas gerações e tampouco detonava criatividade estética. A obra parecia interessar apenas por ser “genuinamente nacional”. Neste sentido, a suposição da falta de maiores méritos literários nos escritos pode figurar também como um dos motivos para ausência de preservação dos títulos. Hoje, elas só podem ser encontradas de maneira fragmentada em jornais fluminense do século XIX.

1.3. A produção literária de Barbosa entre dois mundos

A atuação e produção literária de Januário da Cunha Barbosa se deu em meio ao peculiar quadro luso-brasileiro de fins do século XVIII e início do XIX. Nesse período, práticas políticas e sociais da sociedade portuguesa coexistiam com elementos modernos de um projeto político constitucional que era cada vez mais bem recebido pelos futuros brasileiros. Essa situação exprimia uma tensão entre os mundos do Antigo Regime e uma sociedade que se pretende moderna, mas que “vive sempre no intervalo entre o passado e o futuro”, como denomina a filósofa Hannah Arendt.

[...] do ponto de vista do homem, que vive sempre no intervalo entre o passado e o futuro, o tempo não é um contínuo, um fluxo de ininterrupta sucessão; é partido ao meio, no ponto onde 'ele' está; e a posição 'dele' não é o presente, na sua acepção usual, mas, antes, uma brecha no tempo, cuja existência é conservada graças à 'sua' luta constante, à 'sua' tomada de posição contra o passado e o futuro.” (ARENDR, 2011, p. 33)

Neste sentido, os escritos do religioso apontam para uma fratura decorrente da *aceleração do tempo* particular ao período. Um passado que não fora revogado, mas que já não oferecia significados e orientação às novas experiências políticas e literárias, ou novas ações e reflexões que trazem em seu bojo referências culturais de um tempo pretérito. (HARTOG, 2003, p. 99-100)

De acordo com Maria da Glória Oliveira (2007, p. 158), a consciência dessa precipitação temporal exigia não somente o registro e a escrita da história, como também uma coleção de acontecimentos memoráveis, devidamente ordenada de sentido.

No interstício dessas duas temporalidades, o religioso fluminense partilhou dos ideais de ambas as épocas, sem, no entanto, abandonar os valores da “elite brasiliense”. Aos olhares pósteros, suas ações não completamente destituídas de contradições, já que sua luta junto a outros maçons foi no sentido de tornar independente essa porção do império luso-brasileiro, fazendo fluir para o império do Brasil o constitucionalismo monárquico, tributário da experiência francesa de julho de 1789, sem, no entanto, renunciar o apoio à figura D. Pedro I, o “Defensor Perpétuo” do Brasil, considerado seu maior representante.

A difusão do *reformismo ilustrado* português no império além-mar propiciou o surgimento de um novo horizonte de expectativas entre os súditos. Em contrapartida, em outros indivíduos os ecos da Revolução Francesa desencadeavam um temor crescente quanto à perniciosidade do ideário francês por, pretensamente, ter deixado a Europa em “ruínas”. A vivência dessa transitoriedade paradigmática por Barbosa e seus congêneres foram percebidas

como prenúncio de novos tempos. Nessa realidade antagônica, elementos do passado e do presente conviviam de maneira não harmônica.

Para os ilustrados do início do século XIX, essa atmosfera trouxe uma sensação de iminente crise, resultado da incerteza de se viver entre “tempos cruzados”, um passado já impossível de ser resgatado e um futuro permeado de apreensão. A produção intelectual do clérigo nesse período, o *Parnaso Brasileiro* (1829-1831), por exemplo, se situa nessa “brecha temporal”: sua antologia poética não se alinhava à nascente estética romântica de Gonçalves Magalhães, Araújo Porto-Alegre e Torres-Homem e de outros adidos culturais brasileiros que fundavam na cidade de Paris, em 1836, a revista *Niterói*²⁷, tampouco eram epígonos do arcadismo barroco. A produção de Barbosa foi reconhecida posteriormente pelos críticos como salienta Zilberman (2000, p. 19-20), pertencente ao movimento pré-Romântico, já que possuía motivações neoclássicas.

De acordo com Candido, uma vez independente, restava ao Brasil fomentar uma estrutura cultural própria e estabelecer uma literatura que dispusesse contornos próprios. A tarefa dos literatos era a de sistematizar as singularidades para cultura brasileira e criar um cânone. Promover uma ligação entre passado literário e a produção do presente. Esse esforço pioneiro se concretizaria a partir da coleção de textos poéticos publicados no mesmo *Parnaso*, primeira ontologia brasileira de autores nacionais. (AUGUSTI, 2006)

Entretanto, ressalva Antonio Candido, que o *Parnaso* se trata de uma “obra sem ordem nem método”, apesar de resguardar o mérito de coligir de maneira inédita, os fragmentos da produção literária brasileira, possibilitando a criação de um *corpus* e de um cânone literário. A tarefa de edificar um *corpus* literário próprio, levaria os primeiros românticos, de certo modo, a *inventarem* a literatura brasileira, em seus primeiros levantamentos. (CANDIDO, 2000, p. 21)

Essa realidade antagônica, na qual elementos contraditórios coexistiam, é apontada pelo crítico e poeta Ronald de Carvalho na *Pequena História da Literatura Brasileira* (1919). Ela se corporifica, segundo Carvalho no poema épico de Barbosa em *Niterói*. O poema era uma homenagem do religioso em celebração à elevação política do Brasil, que passara a compor o Império Português na condição de Reino Unido a Portugal e Algarves, em 1815.

O fato arrebatara o clérigo que em homenagem compôs um poema épico, ao estilo do verso neoclássico setecentista. No poema, o reino do Brasil é narrado a partir de elementos

²⁷ O debate sobre primeira Revista brasileira editada em Paris, cf. PINASSI, 1996.

mitológicos clássicos, como, por exemplo, seu título *Niterói*, nome que batizava a Baía de Guanabara, tinha sua origem em um episódio mitológico de uma luta de gigantes.

Na obra do religioso, Januário da Cunha Barbosa lança mão de elementos mitológicos no enredo do poema para narrar o descobrimento das terras brasileiras e os conflitos advindos entre os povos que aqui desembarcavam e os habitantes que já ocupavam o território descoberto. Neste relato, o mito do paraíso terreal – que preserva uma longa tradição na literatura ocidental –, é mais uma vez retomado para fomentar a visão das novas paragens retratadas com um clima agradável, repleto de uma fauna e flora opulenta e suntuosa.²⁸

1.4. Os itinerários de Januário Cunha Barbosa na SAIN e no IHGB

Entre os anos de 1830 a 1834, Barbosa esteve à frente da Imprensa Régia²⁹ como seu único diretor. Entretanto, o feito que consagraria o clérigo como um dos indivíduos mais destacados nas primeiras décadas do Brasil independente foi sua ativa participação na fundação do IHGB. A fundação dessa instituição é precedida pela criação de outra agremiação, a SAIN, em 1827. Esta última teria em seus *Estatutos*, sua finalidade claramente delimitada, auxílio a indústria:

[...] mormente pela aquisição de maquinismos, que, expostos às vistas do Público façam-se conhecidos, possam ser copiados, e desafiem o interesse dos nossos Agricultores, e nossos Artistas: para que por meio delas consigam minorar os trabalhos da mão-de-obra, obtendo ao mesmo tempo com mais facilidade, perfeição e menos despesas, maior soma de produtos”. (ESTATUTOS DA SOCIEDADE AUXILIADORA DA INDÚSTRIA NACIONAL, 1828)

O propósito de oferecer subsídios às questões relativas à “indústria” incluía a realização um trabalho prático com os fazendeiros, que previa a distribuição de sementes e a confecção de manuais agrícolas que pudessem promover uma melhor instrução. Esperava-se que a disseminação de novas técnicas produziria um aprimoramento no cultivo e aumento da produtividade.

Pode-se dizer que a Sociedade Auxiliadora era parte de um projeto de centralização de Estado posto em marcha um processo desde a Independência. A instituição projetava a construção de conhecimentos que promovessem a integração das diferentes províncias do

²⁸ A respeito da crença em um paraíso terreal ver DELUMEAU, 1994.

²⁹ Imprensa Régia foi o primeiro prelo oficial na América Portuguesa, fundada por decreto no dia 13 de maio de 1808, dia do aniversário do Príncipe Regente, com o propósito de imprimir toda a legislação e documentação diplomática originária das repartições reais e quaisquer outras obras. O órgão encontrava-se subordinado à Secretaria de Estado dos Negócios Estrangeiros e da Guerra. A direção era tripartida, foram nomeados Mariano José da Fonseca, José Bernardes de castro e José da Silva Lisboa (futuro visconde de Cairu). (HALLEWEL, 2005, p. 111)

Brasil, em um período de conturbadas experiências políticas de contestação da autoridade da monarquia. Sua fundação refletia o desejo de uma alternativa, – muitas vezes presente em momentos de instabilidade política e crise institucional a qual a monarquia foi exposta após os sucessivos episódios de Revoltas Regenciais – de afirmação da legitimidade do projeto monárquico constitucional. A fonte dessa legitimidade viria de estudos que buscavam no passado o germe de uma nacionalidade.

Se a contribuição da SAIN parecia se abarcar primordialmente questões da produção e circulação de bens e riquezas, dez anos após a fundação da Sociedade, dois de seus membros sugeririam a fundação de uma nova instituição. A proposição tinha como signatários, dois membros do Conselho Administrativo da Indústria Nacional, o marechal Raimundo da Cunha Matos e o padre Januário da Cunha Barbosa.

A proposta de erigir um instituto foi acolhida por unanimidade entre os membros da SAIN. Ambas as instituições estavam sob a autoridade do imperador, considerado por elas seu *protetor*. A manutenção das sociedades dependia em uma parte menor da subscrição dos leitores, mas sua receita majoritária provinha dos fundos do erário do soberano. Este traço nas sociedades literárias no Brasil do século XIX, as tornavam, virtualmente, parte do governo. A produção de conhecimento histórico e geográfico nestas instituições, acompanhará o tom do discurso oficial, cujo objetivo não era outro que não o de exaltar “a glória da pátria e de seus membros”. Essa particularidade, como veremos mais diante, estabelecerá as interdições em relação ao que poderia ou não ser dito em relação a trajetória de Januário da Cunha Barbosa em memoriais publicados na revista do IHGB.

Mais tarde, já em primeira sessão do IHGB, Barbosa, em discurso inaugural, discorreria sobre as justificativas para a existência de uma instituição voltada para os estudos de história e geografia. Nessa primeira reunião, José Feliciano Fernandes Pinheiro, visconde de São Leopoldo, foi eleito presidente e o religioso escolhido o primeiro secretário. Ademais, à nova instituição foram dados os objetivos e direção que permaneceram essencialmente inalterados por mais de cem anos. (POPPINO, 1953)

O desenvolvimento dos conhecimentos em história e geografia guardavam claros contornos políticos:

Sendo inegável que as letras, além de concorrerem para o adorno da sociedade influem poderosamente na firmeza de seus alicerces, ou seja pelo esclarecimento de seus membros, ou pelo adoçamento dos costumes públicos é evidente que em uma monarquia constitucional, onde os méritos e os talentos devem abrir as portas aos empregos, e em que a maior soma das luzes deve formar o maior grau de felicidade pública, são as letras de uma absoluta e indispensável necessidade, principalmente aquelas que, versando

sobre a história e geografia do país, devem ministrar grandes auxílios à pública administração e o esclarecimento de todos os Brasileiros. (RIHGB, 1839, p. 7)

O discurso do clérigo conferia um sentido político que a disciplina da história deveria assumir com vistas a fomentar o patriotismo para uma nação que, à época, encontrava-se em gestação. Com efeito, “o conhecimento do passado, organizado segundo princípios de uma ciência, deveria estimular o patriotismo, entendido nos termos de uma identidade nacional a ser forjada”. (GUIMARÃES, 1989, p. 103)

Capítulo II

A vida póstuma de Januário da Cunha Barbosa nas páginas da Revista do IHGB

*Sim, cada morto deixa um pequeno bem, sua memória, e pede que cuidemos dela. Para aquele que não tem amigos, é preciso que o magistrado ocupe seus lugares. Pois a lei, a justiça, é mais segura que todas as nossas afeições esquecidas, que todas as nossas lágrimas tão rapidamente secas. Essa magistratura é a história. [...] Jamais em minha carreira perdi de vista esse dever do historiador. A muitos mortos esquecidos dei a assistência que eu mesmo sinto necessitar. Eu os exumei para uma segunda vida. Vários não haviam nascido no momento que lhes teria sido propício. Outros nasceram às vésperas de circunstâncias novas e surpreendentes que vieram apagar, por assim dizer, sufocar sua memória [...] A história acolhe e renova essas glórias deserddadas: dá vida aos mortos, ressuscita-os. Sua justiça associa assim os que não viveram num mesmo tempo, faz reparação a vários que só surgiram um momento para desaparecer em seguida. Eles vivem agora junto a nós, que nos sentimos seus parentes, seus amigos. Assim se faz uma família, uma cidade comum entre os vivos e os mortos.*³⁰

³⁰ Na versão original: “Oui, chaque mort laisse un petit bien, sa mémoire, et demande qu'on la soigne. Pour celui qui n'a pas d'amis, il faut que le magistrat y supplée. Car la loi, la justice, est plus sûre que toutes nos tendresses oublieuses, nos larmes si vite séchées. Cette magistrature, c'est l'Histoire. [...] Jamais dans ma carrière je n'ai pas perdu de vue ce devoir de l'historien. J'ai donné à beaucoup de morts trop oubliés l'assistance dont moi-même j'aurai besoin. Je les ai exhumés pour une seconde vie. Plusieurs n'étaient pas nés au moment qui leur eût été propre. D'autres, à la veille de circonstances nouvelles et saisissantes qui sont venues les effacer, pour ainsi dire, étouffer leur mémoire [...] L'histoire accueille et renouvelle ces gloires déshéritées; elle donne nouvelle vie à ces morts, les ressuscite. Sa justice associe ainsi ceux qui n'ont pas vécu en même temps, fait réparation à plusieurs qui n'avaient paru qu'un moment pour disparaître. Ils vivent maintenant avec nous qui nous sentons leurs parents, leurs amis. Ainsi se fait une famille, une cité commune entre les vivants et les morts.” (MICHELET, 1982, p. 268)

No trecho acima, o historiador francês Jules Michelet – inspirado no ofício provisório de Camões, nas Índias, em administrar bens de pessoas desaparecidas ou falecidas – assevera que deveria se instituir um “guarda de túmulos”, “um tutor e protetor dos mortos”, em contornos mais definidos, um administrador dos bens daqueles que faleceram, sendo o maior deles sua memória. Caberia à história essa prerrogativa, e papel o atribuído ao historiador, era o de oferecer uma segunda vida os mortos. O historiador, diz Michelet, é um vigia dos mortos, guardião daqueles que morreram.

Uma das atribuições da história seria a de reanimação: a disciplina histórica desenterraria os mortos para uma segunda vida, livrando-os do esquecimento e trazendo-os para uma comunidade que se encontra paralelamente entre os vivos e os mortos. Seu papel taumáturgico de oferecer uma segunda chance aos que já se foram, surge como um gesto imperioso ao seu ofício. Construir uma cidade comum entre vivos e mortos, Logo, a função da história seria a de construir uma cidade em comum entre vivos e mortos, e o papel do historiador, jogar o tempo todo entre esses dois extremos.

Desejando não esquecer nada, Michelet relatava tudo o que podia guardar em seus escritos pessoais. Obstinado em resistir à morte dos mortos, fazia do luto uma atividade contínua que constantemente recomeçava, uma vez que sempre havia falecidos já mudos a quem dar a palavra. Para Michelet, segundo Roland Barthes (1991, p. 17-18), sempre haveria muito sangue negro dos mortos para se beber. Desse modo, ele pretendia resistir à inexorabilidade do desaparecimento provocado pela morte.

A “enigmática relação” representado pelo gesto incumbido ao historiador de estabelecer uma ponte entre a “sociedade presente e a morte através da mediação de atividades técnicas”, segundo Michel de Certeau (1982, p. 65), caracterizaria seu conceito de *operação historiográfica*. A escrita da história “dá lugar à falta e a esconde” na relação com os mortos. E, prossegue Michel de Certeau acerca dos relatos sobre o passado “que são o equivalente dos cemitérios nas cidades: exorciza e reconhece uma presença da morte no meio dos vivos.” Além disso, esclarece-nos De Certeau (1982, p.106) que: “Por um lado, no sentido etnológico e quase religioso do termo, a escrita representa o papel de *um rito de sepultamento*; ela exorciza a morte introduzindo-a no discurso.”

Em certa medida, não estavam muito distantes disto os esforços daqueles que se esmeraram em narrar detalhadamente os feitos da trajetória e construir uma memória biográfica para Januário da Cunha Barbosa.

O texto a seguir assume, em parte, a proposta deixada por Michelet para os pósteros: de oferecer uma nova vida aos mortos, e examina como se operou a construção da memória

biográfica de Januário da Cunha Barbosa através das páginas da Revista *do IHGB* e por publicações de seus agremiados em veículos congêneres.

2.1. Os *topoi* da memória biográfica de Januário da Cunha Barbosa

Em primeiro lugar é preciso que se admita que, a despeito das biografias abordadas (que conformam a memória biográfica do clérigo) apresentarem limitações semelhantes entre si, em contrapartida, os textos dispõem de uma rica pesquisa documental apresentando uma ampla variedade de temáticas que tratam da vida de Januário da Cunha Barbosa.

Em sua totalidade, as biografias publicadas na Revista mapeiam satisfatoriamente tanto a trajetória política, quanto a produção literária de Januário da Cunha Barbosa levando em consideração suas obras impressas, artigos em periódicos, discursos parlamentares e documentos manuscritos apreendidos como fontes privilegiadas para a composição da sua atuação. Para ficarmos com um exemplo, um trabalho publicado na Revista, na década de 1970, das autoras Maria Helena D'Amato Rocha e Maria e Luisa Niemeyer Lima (1972, p. 164-165) analisa os fundamentos básicos para o estudo do pensamento do religioso. A importância desse estudo, segundo as pesquisadoras, está ligada à abordagem de sua variada atuação, responsável pela sua projeção no mundo intelectual do período.

Em geral, esses trabalhos buscaram compreender a trajetória política de um homem de letras contexto das primeiras décadas do século XIX, considerando seus embates parlamentares, como por exemplo, as discussões relacionadas à expansão da instrução pública no império³¹ e a catequização dos indígenas como alternativa à vinda de escravos para o Brasil.³² As análises também recaem sobre sua atuação administrativa em diversos órgãos da burocracia imperial, tais como na Sociedade da Indústria Nacional como 2º Secretário, também são descritos os anos em que Januário desempenhou a função de bibliotecário na Biblioteca Pública da Corte e como idealizador e fundador do IHGB, sendo ele o homem forte da instituição em seus primeiros anos. Em sua tese de doutoramento, Lúcia Maria Paschoal Guimarães apresenta Januário da Cunha Barbosa como o “grande executivo” do IHGB. Nomeado seu primeiro-secretário, Barbosa também acumulou o cargo de diretor da comissão da Revista, biblioteca e arquivo. O religioso

Organizou a publicação da revista, produziu um artigo de grande relevância sobre a pesquisa histórica no Brasil [...] administrou “a casa” e, sobretudo, contribuiu com ideias que, a curto prazo, renderiam bons frutos. A proposta

³¹ Essa questão é analisada pormenorizadamente em SAVIANI, 200, p. 13.

³² As primeiras discussões no IHGB sobre o trabalho escravo podem ser observadas nos debates das sessões que esclareceram o posicionamento sobre conceitos como liberdade e civilização. (RODRIGUES, p. 10, 1995)

de pedir ao Imperador menino que tomasse o IHGB sob sua imediata proteção foi da autoridade de Januário, bem como o plano de solicitação de subsídios à regência, pela via da Assembleia Legislativa. (GUIMARÃES, 1994, p. 59)

Ao observarmos os memoriais sobre a vida de Januário da Cunha Barbosa produzidos na esfera do Instituto, é quase inevitável não experimentarmos um ligeiro *estranhamento*, pois salvo em situações específicas, as notícias biográficas publicadas na Revista sobre sua trajetória nem sempre estão assinadas, conforme observou Enders (2000), e raramente excedem um número superior a três ou quatro laudas.

Quando consultamos os elogios biográficos sobre a vida de Januário da Cunha Barbosa, do mesmo modo, experimentamos um desconforto que termina por frustrar nossas expectativas, já que muitas vezes os textos biográficos parecem inserir detalhes que em um primeiro momento aparentam ser irrelevantes, e ademais, parecem omitir a discussão de aspectos essenciais à trajetória do indivíduo em questão. (BURKE, 1997, p. 83)

O mesmo mal-estar é sentido por Peter Burke ao examinar as biografias escritas ao longo do Renascimento. O problema, segundo Burke, é que essas biografias não guardam o mesmo sentido que hodiernamente as atribuímos. O historiador cita como exemplo a vida do poeta florentino Dante Alighieri, contada por Giovanni Boccaccio. Ao lê-las, o historiador notou que a vida do autor de *A divina comédia* era permeada por uma variada gama de anedotários. Do mesmo modo, os trabalhos memorialísticos consagrados à trajetória de Barbosa, publicados na Revista, estão locupletados de *topoi* (plural do grego *topos*). Aristóteles compreendia por *topoi*, ou “lugares comuns”, verdades previamente aceitas que poderiam orientar argumentos e as nossas escolhas. (RUBINELLI, 20011, p. 62)

A vida de Januário da Cunha Barbosa, contada e recontada por seus comentadores, proveio, invariavelmente, de um núcleo de lugares-comuns e informações, sem que houvesse maiores preocupações acerca de sua procedência, sendo muitas vezes transcrita de forma, *ipsis litteris*, de autor para autor, de diferentes gerações.

Propõe Peter Burke (1997, p. 84) que o historiador transforme o desconcerto que os acompanha – na medida em que manuseia as biografias produzidas no passado, seguido da tentação de desprezá-los e tomar seus autores como inábeis – em uma busca por interpretações (positivas) a respeito dos textos e do próprio gênero biográfico. O *estranhamento darntoniano* (DARNTON, 1986. p. 15) daria lugar a perguntas que levassem em consideração o papel do indivíduo na sociedade (em particular, no Brasil oitocentista), ou antes, do estudo a respeito do que os contemporâneos pensavam sobre a forma e a função, do que posteriormente foi aceito como uma biografia.

No início do trabalho, afirmamos que uma das tarefas, as quais o IHGB se propôs consistia em fixar a memória de vida de grandes homens na história da nação do Estado brasileiro, de modo que ao recontar a história dos seus *homens ilustres*, o historiador refaria o percurso de constituição da pátria. Esse propósito se concretizou, como se pode observar na Revista, na sessão dedicada à publicação dos notáveis “homens de letras”, ao longo do século XIX. Nesse espaço se deu a formulação das biografias e memoriais biográficos.

Estas biografias tinham como fonte de inspiração a *magistra vitae*, difundida pelo IHGB entre seus membros e disseminadas em compilações de indivíduos, como o manual de autoria do já citado Augusto Sisson. A concepção de uma história *magistral vitae* é assim definida por Oliveira (2010, p. 285):

O uso da fórmula herdada dos antigos correspondia à experiência da constância da natureza humana dentro de um espaço temporal contínuo e, por conseguinte, à concepção de história como fonte de exemplos edificantes e lições morais fornecidas pelo passado, com a utilidade de instruir o presente.

Desse modo, as biografias guardavam exemplos a serem imitados não só pelos contemporâneos, mas também pelos pósteros, assegurando um passado para nação e um futuro mediante “imitação da vida” desses ilustres. Dessa forma, o grêmio “arrancava” do esquecimento (tão temido por Cybelle Ipanema em relação à memória de Barbosa) alguns dos brasileiros mais ilustres.

Como afirmou Schwarz (1993) a produção de elogios biográficos se respaldava no desejo de viabilizar propostas que visavam definir o perfil da nação e oferecer um suporte para o estabelecimento do poder monárquico-centralizador. Ela também se harmonizava – como apontou Manoel Guimarães (1988) – com o projeto de grande monta ambicionado pelos primeiros fundadores do IHGB que consistia em coligir e reunir documentos ao longo de todas as províncias do Império visando à elaboração de uma história nacional, atenta às demandas políticas necessárias à consolidação do Estado monárquico brasileiro, no início do Segundo Reinado.

Esse intento surge delineado no discurso de fundação do IHGB de autoria Januário da Cunha Barbosa, em 1838, precisamente na primeira sessão do Instituto. Manoel Guimarães (2008, p. 399) elencou o discurso ao conjunto de “textos fundacionais”, haja vista que acenavam um determinado tipo de escrita da história. O sentido deste pronunciamento era, ao mesmo tempo, historiográfico e político, pois articulava um modelo de história às demandas

de um Estado que assegurava sua legitimidade como nação, em meio a um período de contestações da ordem monárquica.

Januário reservava ao IHGB o papel de protagonista na tarefa de coordenar a atividade de escrita da história nacional através da coleta das fontes e da documentação que se encontravam espalhadas nas províncias e em arquivos estrangeiros. (BARBOSA, 1839a, p. 9-10)

O clérigo atribuiria, ainda, mais um ponto a ser objeto da escrita da história. O Instituto deveria se esmerar em organizar aos moldes do que Plutarco havia feito na Antiguidade, um panteão de heróis que serviriam de exemplos de virtudes morais a serem imitados por diferentes gerações.

Desse modo, o empenho de Januário da Cunha Barbosa em fazer reviver ou “dar vida a beneméritos” consistiu um esboço para adquirir contornos mais concretos com a criação da seção de *Biografias*, que passou a compor a revista a partir do ano seguinte, seção esta que se tornou uma referência desse tipo de publicação.³³ A Revista do IHGB torna-se um *locus* privilegiado para a publicação dessas biografias.

A produção de biografias era perpassada pela discussão *sobre como deveria ser escrita a história do Brasil*. Embora o IHGB fosse um *locus* importante da publicação de biografias no Brasil do século XIX, o gênero também se manifestava a partir de outros círculos, ainda que os autores guardassem algum vínculo institucional com o referido grêmio, fosse pelas vias de sócios efetivos ou correspondentes.³⁴ É dentro deste projeto historiográfico do IHGB que a produção relativa à memória biográfica de Januário da Cunha, produzida pelos seus sócios, deve ser analisada.

Desde já é preciso assinalar que no Brasil do século XIX, história e biografia se entrecruzavam a partir de duas questões centrais: a busca por uma cientificidade – em um momento que a disciplina histórica se aproximava cada vez dos paradigmas das ciências naturais – e a tarefa de se escrever a história da nação de um Estado recém-independente.

Os sócios do IHGB se empenharam arduamente nessa tarefa, que encontrou solução parcial no discurso inaugural proferido por Januário da Cunha Barbosa, então primeiro-secretário da instituição, quando este propõe a seus membros um projeto biográfico capaz de “arrancar ao esquecimento, em que jazem sepultados, os nomes e feitos de tantos ilustres

³³ O nome da seção na *Revista* aparecia como *Biografias de Brasileiros Distintos por Letras, Armas, Virtudes, & etc.*

³⁴ As tendências externas à instituição que repercutiram dentro das produções dos sócios também serão objetos de nossa de análise, mas em um momento seguinte. Nela aparecerá a obra a *Galeria de brasileiros ilustres*, organizada pelo já citado Sebastião Augusto Sisson. Nela o autor dedica verbete às contribuições políticas e literárias de Januário da Cunha Barbosa.

Brasileiros, que honraram a pátria por suas letras e por seus diversos e brilhantes serviços” (BARBOSA, 1839a, p. 14).

O modelo de biografias proposto pelo sacerdote Januário se pautava nas biografias dos grandes homens. Esse paradigma orientou a produção de textos biográficos dos membros do IHGB. O esteio no qual os historiadores deveriam se fixar ou no “limite copiar os princípios e métodos não é outro senão Plutarco: o livro de Plutarco é uma excelente escola do homem, porque oferece em todos os gêneros os mais nobres exemplos de magnanimidade.” (BARBOSA, 1839a, p. 15)

A biografia era um gênero nobre de escrita da história em meados do século XIX. Essa evidência, no entanto, segundo Maria da Glória Oliveira (2010, p. 283), passou a ser questionada por muitos historiadores. A construção das biografias assentava-se no caráter exemplar dos grandes feitos dos biografados. A esse aspecto somava-se a obrigatoriedade da apresentação de um conteúdo fidedigno (o abandono das *anedotas* presentes nas biografias renascentistas) e uma capacidade de representar a vida dos indivíduos mediante o curso geral dos acontecimentos.

Pontua Oliveira que, é nesse momento que a história adquire um significado que acaba por transcender os relatos históricos particulares (biografias e trajetórias) e se “converte em conceito coletivo singular como agente e sujeito de si mesma”. (OLIVEIRA, 2010, p. 285)

Esse processo é discutido pelo historiador alemão Reinhart Koselleck, como a constituição da disciplina história como “um coletivo singular”, fruto do surgimento de um novo “horizonte de expectativas” viabilizado em meio a profundas transformações sociais gestadas a partir da segunda metade do século XVIII.

Essas transformações acompanharam a difusão de uma nova consciência histórica que propiciou o desaparecimento gradual da história *magistra vitae*. Entretanto, esse processo não ocorreu de maneira linear, pois, entre o paradigma heroico ciceroniano que pretendia fixar os feitos de grandes homens a partir das narrativas biográficas e a concepção de história “como agente impessoal e sujeita de si mesma” – que dificultava o entendimento da história a partir da categoria de um ilustrado –, pairava uma grande ambiguidade que repercutirá no entendimento do gênero biográfico para os historiadores do IHGB e conseqüentemente nas narrativas da vida de Barbosa.

A novidade para os historiadores, de acordo com Oliveira, seria a compatibilização das forças e acontecimentos coletivos que condicionaram as ações de seus protagonistas. Com a nacionalização da figura do grande homem, o culto desses personagens nesse contexto implicava, antes de tudo, em construir uma história nacional de um Estado recém-

independente. Em outras palavras, ao relatar a história dos grandes indivíduos, reconhecidos como membros beneméritos, patriotas pelas contribuições à nação, recontava-se e reconstruía um passado histórico. É nesse sentido que se observará que as narrativas dos indivíduos e o seu culto deles implicará na construção de uma história e uma política nacional. (ENDERS, 2000, p. 42)

2.2. Os primeiros memoriais

No começo do ano de 1846, o estado de saúde de Januário da Cunha Barbosa se agravava. O religioso, que voltara à Câmara para a 6ª legislatura de 1845 a 1847, estava impedido de prosseguir a atividade parlamentar, devido ao agravamento da enfermidade. O clérigo já acusara o mal-estar a de 10 janeiro de 1838, quando em nota ao *Correio Oficial*, dirigida ao Ministro e secretário de Estado Interino do Império – Bernardo Pereira de Vasconcelos, dava ciência que Antônio Pereira de Araújo Pinto (1819-1880), futuro membro do IHGB, assumiria suas aulas autorizando-o, a “subsistir-me nos impedimentos, a que dão causa as minhas enfermidades” como escreveu o próprio Januário. Na mesma nota externava seu consolo em saber que a Aula Pública de Filosofia havia sido frequentada com bastante aproveitamento da mocidade, como provam os exames que se fizeram” e suplicava ao Ministro um compêndio mais apto para explicar aos alunos matérias filosóficas “com autoridade Superior.”³⁵

Entre os meses de janeiro e fevereiro, em virtude da ausência do clérigo, as sessões na instituição foram suspensas. Aguardava-se que o quadro de saúde do clérigo-fundador se revertesse e que ele pudesse retornar às atividades do Instituto Histórico. A boa-nova nunca viria. Com o falecimento de Januário da Cunha Barbosa, a vaga que se abria na Câmara fora ocupada, em maio de 1846, por Paulino José Soares de Souza, futuro visconde de Uruguai.

Januário da Cunha Barbosa falecera a 22 de fevereiro de 1846. No dia seguinte, um convite assinado por todos os Srs. membros da mesa administrativa do IHGB é encaminhado aos jornais da Corte convocando a todos os brasileiros “gratos a memória de um cidadão tão prestante”, para que se fizessem presentes em seu cortejo fúnebre.

A Revista, em seu *Extrato das atas* das sessões do primeiro semestre de 1846, traz as solenidades e homenagens *post-mortem* oferecidas na ocasião do funeral do seu ilustre,

³⁵ A nota pode ser vista no exemplar do jornal, cf. *Correio Oficial*. Rio de Janeiro, n. 7, 10 de janeiro de 1838. Januário da Cunha Barbosa começa a requerer a substituição para Cadeira de Filosofia Racional e Moral “pago à sua custa”, no primeiro semestre de 1837. Não se sabe se por motivo de saúde, uma vez que a nota não apresenta a justificativa. Contudo, informa que o candidato à vaga deveria comparecer para que se avaliasse sua competência. Cf. *Correio Oficial*. Rio de Janeiro, n. 71, 31 de março de 1837.

primeiro secretário perpétuo, Januário da Cunha Barbosa. Em 145ª sessão do IHGB, ocorrida em 8 de março de 1846, às onze horas e trinta da manhã, achavam-se presentes os sócios mais importantes do grêmio: os dois vice-presidentes do Instituto, o segundo secretário, o orador, o tesoureiro, membros das comissões permanentes e diversas sumidades.

O conselheiro Cândido José de Araújo Viana, o Marquês de Sapucaí, na função de primeiro vice-presidente, abre a sessão e declara que, estando reunidos em Assembleia extraordinária, os sócios presentes procederiam a eleição do sócio que deveria suprir o lugar de 1º secretário, vago, com o falecimento de Januário. O Estatutos do IHGB de 1839 previam eleição secreta. A contagem das cédulas apontava que o eleito era o segundo zoólogo do Museu Nacional, Manuel Ferreira Lagos (1817-1871) que, na mesma sessão já discursara como novo 1º secretário.

O conselheiro Cândido José de Araújo Viana, o Marquês de Sapucaí, na função de primeiro vice-presidente, abre a sessão e declara que, estando reunidos em Assembleia extraordinária, os sócios presentes procederiam a eleição do sócio que deveria suprir o lugar de 1º secretário, vago, com o falecimento de Januário. O Estatuto do IHGB de 1839 previa eleição secreta. A contagem das cédulas apontava que o eleito era o segundo zoólogo do Museu Nacional, Manuel Ferreira Lagos (1817-1871) que, na mesma sessão já discursara como novo 1º secretário.

Como de costume, o escolhido, após a eleição dirigia a palavra aos presentes, confirmava sua gratidão e convidava a todos os brasileiros a prestarem homenagens à memória de um “cidadão tão prestante”. Como novo 1º secretário, Ferreira Lagos fez votos de agradecimento ao falecido primeiro secretário perpétuo e, em cortejo, os membros do Instituto e demais presentes acompanharam o cadáver até o túmulo. No momento em que se baixava o corpo à sepultura, Manuel José de Araújo Porto-Alegre pronunciou um discurso.

Antes de entrar na análise do discurso, convém mencionar um achado documental, mais precisamente um manuscrito, datado do período colonial que alimentara um interessante vínculo entre o zoólogo Ferreira Lagos e Januário da Cunha Barbosa. Trata-se do *Manuscrito 512*, ou *documento 512*, hoje preservado na seção de *Manuscritos*, no acervo da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro.³⁶

³⁶ O documento digitalizado pode ser visualizado no endereço eletrônico: <http://docvirt.com/docreader.net/DocReader.aspx?bib=g:\Trbs_N\Raras\BN_Color.DocPro&pesq=manuscrito%20512> Acessado em 02 de janeiro de 2014. Já sua transcrição pode ser encontrada no endereço a seguir: <http://xa.yimg.com/kq/groups/18647663/1588892879/name/Transcri%C3%A7%C3%A3o+Manuscrito+512.pdf> Acessado em 02 de janeiro de 2014.

De autoria incerta, o documento fomentou uma das maiores fábulas arqueológicas do Brasil Império. O manuscrito apresentava, em uma narrativa de caráter exploratório, um grupo de bandeirantes que rumaram da cidade de São Paulo para uma expedição ao sertão. No traslado, o grupo teria se defrontado com misteriosas ruínas de um povoado de localização remota, possivelmente no interior da Bahia. Tais ruínas sugeriam ao leitor a existência de uma antiga civilização adianta da época, que teria ocupado aquela região em tempos remotos.

O manuscrito, encontrado ao acaso por Ferreira Lagos, foi ofertado a Januário da Cunha Barbosa que estava à frente da direção do Instituto, e não hesitou em publicá-lo na íntegra, na primeira edição da Revista, tendo acrescentado um prefácio em que teorizava sobre a origem do documento.³⁷

[...] encontrou por fim o Sr. Lagos o desejado manuscrito na livraria pública d'esta corte [Biblioteca Nacional], mas danificado pelo cupim que nos privou de muitas palavras, como se pode ver nas lacunas do nosso impresso conservada a mesma figura do estrago que se fizera esse inseto no manuscrito mencionado. Como a notícia que agora damos ao público é assaz interessante, por ser um indício que em fatos de história pode conduzir a grandes descobertas, nós a estampamos tal e qual foi encontrada sem emitir o menor juízo; e assim também as letras inscrições copiadas do dito manuscrito com toda a fidelidade. (RIHGB, 1839, p. 151)

Uma vez publicado, o documento encetou uma grande discussão no Instituto que tomou a narrativa como verídica e, em reunião no grêmio, deliberou-se que uma comissão seria composta para investigar a localização exata das ruínas. Em 1840, o padre Benigno José de Carvalho e Cunha seria nomeado para encontrar a cidade perdida da Bahia. Dessa expedição, a comissão encarregada, com base nas informações reunidas, organizaria um único volume com todos os dados geográficos disponíveis, para formar um atlas brasileiro com suas origens.³⁸

2.3. A homenagem *post mortem* a Januário da Cunha Barbosa no IHGB

Os pontos elucidados no discurso de Manuel José de Araújo Porto-Alegre ajudarão a conformar numerosos *topoi*, um lugar-comum retórico, na trajetória de Januário da Cunha Barbosa, cujos ecos serão sentidos em produções ao longo do século XIX, chegando ao século XX. Esses feitos, na forma como Porto-Alegre os descreve, serão reproduzidos em outros

³⁷ Cf. Relação histórica de uma oculta e grande povoação antiquíssima sem moradores, que se descobriu no ano de 1753, nos sertões do Brasil; copiada de um manuscrito da Biblioteca Pública do Rio de Janeiro. **RIHGB**, 1839, t. I p. 150-155

³⁸ Sobre a expedição de Benigno José de Carvalho, incluindo as correspondências trocadas entre ele e Januário, ver ALMEIDA, 2003. Ver também LANGER, 2002.

memoriais e publicações dentro e fora da Revista do Instituto. O que convém observar no pronunciamento do orador oficial do IHGB é o caráter exemplar da trajetória de Januário a ser imitada pelos pósteros. O discurso de Porto-Alegre se propõe a recapitular a vida do religioso se esmerando em ressaltar a abnegação estóica do clérigo traduzida em um *fanatismo patriótico*, em uma vida dividida entre o *altar* e a *pátria*. Entre uma modéstia indescritível – em um “século de arrogâncias” – e uma carreira “triumfal”, “brilhante” ornada de vinte e seis títulos honoríficos em dezoito “congregações ilustres”.

O *Extrato das atas* assinala que a presença de um “grande número de sócios a honrar com sua presença os restos do finado fundador do Instituto”. Manuel José de Porto-Alegre principia discursando:

Quase um quarto de século depois da consumação desse fato estrondoso nos anais da humanidade, da criação de um novo império, veio a morte arrebatador um dos principais atores dessa cena grandiosa, em que fora protagonista o filho dos reis, o príncipe querido da liberdade no velho e novo mundo. Já não existe aquele que nessa época de entusiasmo propôs ao novo soberano do Brasil o título de Imperador, e que, no meio do terror das baionetas, erguia a sua voz impávida para anatematizar uma política opressora, que sonhava reconquistar na América um passado irreparável, e pendurar os grilhões coloniais no solo onde se haviam sentado reis, e de onde emanaram fatos, que impossibilitavam um regresso à escravidão. (RIHGB, 1867, p. 1845)

O pronunciamento prossegue, mas desde o início nota-se que ele sumariza pontos essenciais da trajetória do religioso que serão posteriormente retrabalhados em memoriais biográficos publicados na Revista. A independência é descrita como a cena de uma peça de teatral, reservando a figura do imperador D. Pedro I como a de seu “protagonista”, e de Januário, como “um dos principais atores”, cujo papel foi o de propor “ao novo soberano do Brasil o título de imperador”. Sua atuação decisiva advém do destemido empenho em denunciar veementemente as deliberações das cortes em Lisboa, reconhecidas como praticantes de “uma política opressora”.

O orador Manuel José de Porto-Alegre consagraria a trajetória de Januário da Cunha Barbosa em uma hierarquização de esferas nas ocupações que, como veremos, se repetirá em outras produções memorialísticas. Segundo o poeta, a vida do religioso se dividia entre o “altar e a pátria”. Essas formulações seriam retomadas por Porto-Alegre em outras sessões dedicadas à memória do fundador do IHGB. Neste sentido, o religioso se devotara, em primeiro lugar, aos assuntos religiosos, no exercício de sua vida eclesiástica, e em segundo lugar, ao domínio da política.

[...] Na cadeira evangélica trovejou eloquência, e derramou as máximas sagradas da nossa santa religião com aquela potência que a profusão de seu

gênio era capaz de incutir [...]. No mundo civil, abastado de uma recôndita e profundíssima erudição, possuidor de um imenso de ideias sobre as coisas da pátria, fez o que todo o Império sabe, e que, ensejo cruel, esta grave solenidade impede de enumerar por extenso: seria quase uma ofensa à sua pública modéstia o levantar diante do seu cadáver um monumento tão variado e tão brilhante (RIHGB, 1867, p.147)

Porto-Alegre ressalta que a conduta e atuação do religioso eram pautadas por dois princípios morais norteadores. A primeira seria a virtude intelectual, conquistada pelo estudo “das máximas sagradas” da religião. Essa virtude se exercitaria também por sua atividade de professor. Já a segunda, a virtude moral determinada por uma disposição à humildade por parte do religioso. No entanto, o gesto de trazer sua memória, algo “que todo o Império sabe” a vida de um “monumento tão variado e brilhante”, esta rememoração em si, macularia a sabida modéstia do clérigo. Contudo, essa mesma modéstia não parece estar no plano intelectual, já que faltam palavras em Manuel José de Araújo Porto-Alegre, quando este descreve as aptidões intelectuais e inclinações espirituais do clérigo. Por outro lado, seus talentos não lhe renderiam orgulho, como se almejasse atrair para si as atenções dos demais. Desse modo, Barbosa sabia agir com moderação, evitando as manifestações de altivez. Nessa narrativa, o orador exime Januário do pecado da soberba, fonte de vários outros vícios, como o desmesurado amor próprio que faz o indivíduo, a um só tempo, invejar e a desprezar os demais.

O discurso segue enumerando o “gênio fecundo do homem que agora descansa no leito da morte”, Januário da Cunha Barbosa é descrito como um “trabalhador incansável”, portador de uma “alma ardente e criadora” que empregara sua pena dias e noites de sua vida, para avultar até a perfeição suas obras, “hinos de poesia, folhas de imprensa” onde se reproduziam “coisas da pátria”. Um “operário idealista” que, com “uma alma adornada de todos os predicados, e aperfeiçoada por uma educação completa” fez seus esforços levarem o nome do império a regiões longínquas, representou e anunciou o nome da pátria nas “mais afamadas sociedades da Europa, com as mais antigas academias e universidades, e com os homens que fazem o orgulho da inteligência neste século” (RIHGB, 1867, p. 146).

Ressente-se Manuel José de Araújo Porto-Alegre (1867, p. 147), já que a morte lhe roubara, no mesmo dia, dois amigos: “Já não tenho lágrimas para chorar tantas perdas!”: Primeiramente, Januário, “coberto de louros, na idade da madureza das ideias, o outro [...] o modesto literato Antônio Francisco Dutra e Mello [...] que o Brasil deve chorar também a sua perda, como chora a do benemérito cônego”. O orador, mais uma vez lamenta: “Ai do desgraçado que não compreende a nossa dor, e que não lastima a perda que fizemos na pessoa

do nosso ilustre e sempre saudoso sócio o brasileiro Januário da Cunha Barbosa.” (RIHGB, 1867, p. 150)

Iluminado “por uma longa e variada experiência”, rica de ideias, Januário da Cunha Barbosa não se permitirá iludir pelo “ouropel”, ou seja, falso brilho e o esplendor aparente das preocupações mundanas. O clérigo, “resignado com a injustiça dos homens”, aceitara o retiro comum aos filósofos e na solidão do gabinete “trabalhava com ardor da crença no futuro, com um fanatismo patriótico para esse monumento intelectual” (RIHGB, 1867, p. 147).

O orador Manuel José de Araújo Porto-Alegre enumera os “vinte e seis títulos honrosos [que] adornam sua memória!”:

[...] Em dezoito congregações ilustres foi seu nome proclamado como de um sábio nos países estranhos, pois que no nossos de há muito havia conquistado os inalteráveis direitos que lhe asseguravam os grandes fatos da sua vida, a sua eloquência como orador sagrado, os seus vastos conhecimentos, e sobre tudo os padrões de glória levantara à nossa terra, já ilustrando a memória de seus finados beneméritos, já coordenando as cordas esparsas da lira brasileira, e todo esse vulto literário que criara na formação e correspondência do Instituto (RIHGB, 1867, p. 148).

Se padres e bispos perdiam “um dos seus mais belos ornatos”, o Parlamento, segundo Porto-Alegre, também amargaria a ausência de “uma notabilidade conhecida nos dois mundos; um homem que conquistou seus títulos de mérito com estudo aturado, com documentos traçados pelo seu próprio punho”, que incluía a propagação de conhecimentos úteis à agricultura, indústria e artes mecânicas, estando à frente da Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional.³⁹

Na Sociedade Auxiliadora, o religioso desempenhava a função de Secretário adjunto compondo uma das seis comissões: a Comissão de Economia Doméstica e Rural. Enquanto

³⁹ Procurando uma definição satisfatória para o conceito de “elite política” para o período, Carvalho (2007, p. 51-52) busca uma identificação precisa das pessoas ou dos grupos que exerciam o poder. Para o autor, a historiografia gastara suas energias se preocupando com a questão de “quem mandava”. Ele deduz, sem nenhum demérito ao sistema, que o Império possuía uma estrutura suficientemente simples para supor que as decisões eram tomadas por pessoas que ocupavam cargos no Executivo e Legislativo. A partir desse ponto, Carvalho pretendia determinar a possível influência que certos grupos poderiam exercer na tomada de decisões políticas. Ele se pergunta se Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional poderia figurar como um desses grupos. Sua resposta é negativa. O autor afirma que SAIN não era um organismo de natureza política capaz de pressionar o governo em favor de medidas efetivas, já que ela guardava um traço fundamental muito semelhante ao de outras instituições do período, uma estreita relação com o governo. A instituição garantia seu funcionamento graças às dotações do erário. O seu quadro de membros era composto por uma parcela substancial dos políticos e da elite letrada do período, como por exemplo, marquês de Olinda e visconde do Rio Branco, dentre outros, entretanto essa participação era mais “simbólica” e “honorífica”. Isso porque o periódico do grêmio, o *Auxiliador da Indústria Nacional*, em companhia do secretários-gerais da Sociedade, dentre eles, Januário da Cunha Barbosa, assumiam posições mais de natureza técnico-científica do que política. Ressalva Carvalho, que malgrado o caráter dos artigos pleiteasse a defesa de reformas técnicas e sociais na agricultura, como vimos na opinião de Januário no artigo de Say, não havia um *lobby* maior que empurrasse o governo em favor da formulação e implementação de políticas ou enfrentamentos entre as posições. Por essas razões, a instituição se aproximava mais de uma sociedade literária.

Secretário, ficava a cargo do clérigo a produção de relatórios apreciando as contribuições dos trabalhos de membros e um balanço das receitas da instituição. Januário da Cunha Barbosa também redigia textos (alguns deles traduções de periódicos franceses e ingleses) que versavam sobre a organização e ao incremento da atividade agrícola. O clérigo traria a lume no periódico da instituição, o *Auxiliador* da Indústria Nacional, um artigo do economista francês Jean-Baptiste Say denominado *Vantagem do emprego das máquinas* publicada na sexta edição do *Auxiliador*. Embora esta questão fuja ligeiramente ao escopo do trabalho ela nos parece essencial porque permitirá que se identifique um atributo deveras apontado pelos comentadores na trajetória intelectual do religioso, sua adesão a uma corrente da história do pensamento econômico, o liberalismo. Reproduzimos uma extensa nota no artigo supracitado no qual o clérigo opina sobre questão encetada por Say:

Apesar da excelente e luminosa reputação aos argumentos contra as máquinas, nós podemos considerar esta questão relativamente ao Brasil, e então ainda quando fosse verdade que elas em países muito povoados tirão o trabalho a muitos braços conhecemos que aqui são necessárias, mormente na Lavoura, porque os suprem. **As forças africanas, de que dispunham os nossos Fazendeiros, tem diminuído pela proibição do tráfico,** e a sua diminuição dentro de breves anos será muito maior porque a reprodução não dá nem a centésima parte do que tirávamos da África; **logo é preciso com máquinas a esta falta, e o resultado há de ser em nosso favor, e em benefício da nossa mesma população, como bem prova o sábio Economista Say.** Era este lugar apropriado para darmos conhecimentos aos Leitores de reflexões bem fundamentadas de Goldsmith, provando que o serviço de escravos nunca se pode equiparar ao de homens livres, e que a ignorância se eterniza em uma miserável rotina, perdendo os lavradores as incalculáveis vantagens, que podem e devem colher do melhoramento da sua Indústria. Mas esta matéria tornaria extensíssimo este Art. e nós, dos argumentos do sábio inglês, juntando-os aos do sábio francês, tiramos a seguinte consequência, e é, que a falta de braços no Brasil o obriga ao recurso das máquinas; que o seu bom resultado chamará os Fazendeiros ao melhoramento das suas produções, que a experiência os fará melhor conhecer os seus verdadeiros interesses; e que se as luzes se difundirem pelos lavradores, os seus lucros serão mais rápidos do que a diminuição das forças africanas, que cegamente se empregavam na lavoura, com empate horroroso de fundos, grande risco de perda e nenhum melhoramento da produção. (*Auxiliador da Indústria Nacional*, 1833, p. 19, grifos nosso)

Na longa citação, o religioso endossará os argumentos de Say em favor da introdução de máquinas no país, como já observava na Europa, que pretensamente suprimiriam a futura falta de braços (escravos) nas lavouras. Para Januário, em pouco tempo essa ausência seria observada nos campos, devido às leis de extinção do tráfico, que há pouco haviam sido

promulgadas.⁴⁰ Sem se posicionar diante da questão, o clérigo arrola duas justificativas para a introdução das máquinas, em primeiro lugar os ganhos econômicos que os fazendeiros colheriam e em segundo, motivos “humanitários”, a instituição escravista não serviria aos interesses da humanidade.

Depreende-se que o religioso reitera na nota, os argumentos em favor do liberalismo presentes no ideário na Economia Política Clássica. Esse repertório de ideias pode ser facilmente observável nas obras do escocês Adam Smith e do supracitado Jean-Baptiste Say. A filiação intelectual ao liberalismo já tinha sido apontada por Vitor Viana (1922, p. 168-169), que vislumbrou na geração intelectual da Independência política do país, nomes como visconde de Cairu – primeiro tradutor em língua portuguesa da obra do economista escocês –, Gonçalves, Hipólito da Costa e irmãos Andrada. O historiador da economia, João Frederico Normano (1969, p. 87) também apontara a absorção desta geração às concepções de Vincent de Gournay, Adam Smith e Say.

Dando continuidade à exposição do poeta Araújo Porto-Alegre, seu discurso se concentra em apresentar a figura do fundador do grêmio enquanto um indivíduo talentoso, porém moderado, cujas distinções eram fruto de seus “vastos conhecimentos”. Em um jogo de oposições, Manuel José de Araújo Porto-Alegre constrói um interessante estratagema discursivo, pois ao mesmo em tempo que assevera os méritos do religioso, ressalta, em seguida, seu comedimento.

Segundo o poeta, os diplomas amealhados por Januário da Cunha Barbosa ao longo de sua trajetória eram prova incontestada dos seus méritos, conquistados “a próprio punho”. Todos eles, entretanto, eram “muito diferentes dessa toga dourada, cozida na rapsódia, broslada pela imprudência, e sancionada pela ignorância. A sua reputação não tinha o brilho desses meteoros efêmeros que se levantam no ar, e descrevem após de si uma esteira de travas” (1867, p. 148).

A toga, termo que, por excelência, designa a veste longa, de corpo único dotada de sóbrios detalhes, era a peça comum na indumentária do magistrado – membro expressivo da elite política no período –, e desponta na fala de Porto-Alegre, acrescido da cor dourada à peça, como signo de uma distinção ilusória, como sinônimo do desconhecimento e da imprudência. Seria temerário identificar nessa afirmação, uma crítica *avant la lettre* ao fenômeno do bacharelismo no Brasil, entretanto, pode-se inferir que o poeta tentava associar a

⁴⁰ A primeira, da extensa legislação abolicionista, seria aprovada no Período Regencial, a 7 de novembro de 1831, com a discussão sendo aprovada Câmara dos Deputados. A lei proibia o tráfico de escravos africanos para o país.

imagem do clérigo a de um indivíduo humilde, em oposição à do magistrado togado que denotava suntuosidade.

A Igreja perdeu um sacerdote ilustre, a sociedade um homem benfazejo, generoso, e que não era rico. Da sua tênue bolsa saíram muitos pães para matar a fome da miséria, muitas vestes para cobrir a nudez de desgraças, e, a educação de órfãos que hoje brilham na sociedade, e alguns dos quais respeitaram os dias da sua velhice: o único senão do cônego Januário era sua extrema bondade, era a sua incomparável modéstia num século de arrogância e de ingratidão: seu coração jamais teve rancor, e sua alma generosa nunca inquinou seus lábios na taça da vingança (RIHGB, 1867, p. 149).

Neste ponto, a argumentação do orador prescinde de maior atenção. Segundo Manuel José de Araújo Porto-Alegre, para além da superior missão inerente ao exercício do sacerdócio, Januário da Cunha Barbosa se destacara como generoso indivíduo na sociedade civil, cujas benéficas ações incluíam a caridade, que mitigava a penúria dos miseráveis, e a instrução, oferecida aos desamparados, que assim como o clérigo eram órfãos e também poderiam se sobressair na sociedade de então. A sua única falta era, na verdade, outra virtude. Sua magnanimidade e uma moderação incomum, seria impensável em um período onde não havia possibilidade de retribuição de generosos gestos. De imediato, Porto-Alegre afasta a possibilidade de que Januário tenha tentado reparar a ingratidão, ao infligir os adversários, o mal que sofrera.

Ademais, o clérigo, nas palavras de Porto-Alegre, “não era rico”, isto é, ao longo de sua trajetória, Januário amalhara apenas títulos honoríficos como resultado do seu apurado talento, não bens materiais. Em outras palavras, Barbosa detinha a *humilitas*⁴¹ que, em sua acepção antiga, designava submissão e também denotava insignificância. Na narrativa biográfica de Porto-Alegre, a humildade do religioso não se opõe às outras virtudes, ela apenas se torna ausência de orgulho e desdém pelos outros.

O orador oficial do IHGB apresentaria a vida de Januário da Cunha Barbosa perpassada por um infortúnio que ecoaria nas narrativas posteriores, em sua perspectiva, a trajetória do padre secular não foi apenas uma sucessão de triunfos. A narrativa de sua memória inclui um rol extenso ingratidões a que o clérigo fora alvo, as quais foram motivadas por contendas políticas. Em seu discurso, Porto-Alegre esmiúça os dramas e deixa entrever a figura de um Januário da Cunha Barbosa lesado por perseguições promovidas por adversários, o clérigo se transforma em vítima de conluios de grupos e de indivíduos.

Homens sem religião, sem sistema e sem futuro, abraçados por uma hidrofobia insólita, mais de uma vez intentaram salpicar suas nobres *cans*

⁴¹ Para maiores informações sobre a acepção de humildade na retórica antiga e na modernidade, ver SKINNER 1997, p. 115.

com o lodo do sarcasmo, com o veneno da calúnia e cobrirem sua frente, onde resplandia uma auréola de glória, onde deviam reverdecer louros com o manto esqualido de sua miséria (RIHGB, 1867, p. 150, grifo nosso).

Registra o *Grande dicionário Português ou Tesouro da língua Portuguesa* (1871-1874, p. 83), do Frei Domingos Vieira, que o termo *cans* deriva do latim *canus*, *cana*, do substantivo raiz, responsáveis por tentarem macular suas nobres raízes e a glória de Januário da Cunha Barbosa, recobrando-a de calúnias e injúrias. Apesar de mencionar os infortúnios, o orador não deixa nenhuma pista a respeito de quem sejam seus autores. A prudência do poeta Porto-Alegre o fez silenciar, impedindo a identificação.

Retornando ao pronunciamento de Manuel José de Araújo Porto-Alegre, o poeta reserva o final de sua fala à narração de um dos eventos mais significantes na trajetória política de Januário da Cunha Barbosa: a ativa participação no processo de emancipação e o processo que culminou em sua expulsão do império. De acordo com orador, Januário poderia figurar:

[...] nas fileiras dos independentes, [pois] nunca poupou as fadigas do espírito e do corpo: depois de uma árdua e perigosa viagem, veio repousar seu cansaço no ergástulo, e sofreu suplício da deportação; lutou na terra estranha com o abutre da miséria e, regressando, inocente como era, aos pátrios lares (oh! decretos de Deus, peripécia das grandezas da terra!) encontrou no meio do Oceano aquele mesmo que havia referendado o seu exílio, igualmente, banido, e igualmente inocente (RIHGB, 1867, p. 149-150).

Atendendo ao pedido do Grande Oriente, loja maçônica a que pertencia, Januário viajou à Minas Gerais para pôr em execução um projeto que recolheria abaixo-assinados que reconheceriam em D. Pedro, o novo soberano para o Brasil independente. A ligação do clérigo com a província de Minas se dava pela aliança com a maçonaria local, consubstanciada na figura de dois políticos, a do eclesiástico Antônio da Rocha Franco, participante nas eleições de 1822 para a Assembleia Geral Constituinte, e do coronel Antônio Gonçalves Gomide, principal elo dos maçons fluminenses com as lideranças dos maçons dos mineiros. A presença de Januário nas principais províncias de Minas Gerais justificaria a votação maciça que o religioso recebeu nos colégios eleitorais de Ouro Preto, onde obteve maioria absoluta dos votos, São João del-Rei e Sabará.⁴²

⁴² Sobre a viagem de Januário da Cunha Barbosa ao interior de Minas Gerais, Alexandre José de Mello Moraes escreve: “Quando o padre Januário da Cunha Barbosa, que saiu, pela manhã, do Rio de Janeiro, chegou à Barbacena, primeira vila da província de Minas, já achou ali lavrada uma ata pelo senado da câmara, em que se devia aclamá-lo no dia 12 de Outubro, e isto porque o capitão-mor Rocha, Drummond e seus amigos tinham já escrito a várias pessoas de Minas. O mesmo sucedeu em Queluz, em S. João de El-Rei, S. José, em Ouro Preto e Mariana, com intervalo de poucos dias, tendo partido como portador da carta e mais papéis o pardo José Germano, que caminhava noite e dia, o qual tendo saído algumas horas depois da partida do padre Januário, não

O Decreto imperial de 26 de março de 1824 estipulava o quantitativo de 102 deputados. O religioso foi um dos 20 deputados mais bem votados na Assembleia Geral Legislativa da Província de Minas Gerais, em 1824.

A aprovação de Januário como representante dos mineiros à primeira legislatura na Câmara dos Deputados se contrapôs ao infortúnio político principal de sua vida, quando do seu retorno à capital do império. No entanto, Manuel José de Araújo Porto-Alegre não esclarece aos seus ouvintes por ordem de quem, ao retorno da “árdua e perigosa viagem”, o religioso é recolhido no “ergástulo” – na Roma antiga, o termo designava cárcere onde se confinavam os escravos – tampouco é elucidado o responsável pelo “suplício da deportação” vivenciada por Januário. O algoz do religioso só é revelado de maneira indireta: como parte de uma triste ironia do destino, a injustiça ligara ambos os personagens, quando “aquele mesmo que havia referendado o seu exílio” é expulso do país e encontra Januário no meio do Oceano, no momento em que este já retornava do seu desterro, realizando o caminho inverso. O personagem em questão era José Bonifácio de Andrada e Silva⁴³, figura decisiva nos arranjos institucionais do pós-Independência, que Porto-Alegre adverte malgrado ter sido banido era, assim como Januário, inocente.

O clérigo é então “chamado por duas províncias à representação nacional”, tendo se eleito à Câmara dos Deputados, como dito anteriormente, por dois estados, por Minas Gerais e pela província do Rio de Janeiro, optando pela última, local do seu nascimento, a “urna fluminense”, que lhe dera em compensação de suas desgraças, e em prêmio os seus serviços (RIHGB, 1867, p. 151).

Dando contornos finais ao seu discurso, o orador Araújo Porto-Alegre (1867, p. 151) se volta novamente para os constrangimentos sofridos pelo clérigo, que surge como “vítima do ostracismo das cabalas” pelas mãos dos que o detrataram e perseguiram. Sua carreira

só o encontrou no Paraibuna, como ai o deixou, indo pernoitar de uma légua adiante dele.” (MORAES, 1871, p. 357)

⁴³ Este episódio foi chamado de *A noite da agonia*, na madrugada entre os dias 11 e 12 de novembro de 1823. Na manhã do dia 11 de novembro, a primeira Assembleia Legislativa instalava-se em sessão permanente, depois dos boatos na cidade que acusava alguns dos seus membros de estarem promovendo a discórdia entre cidadãos brasileiros e portugueses que apoiaram a Independência. Uma comissão foi eleita para travar diálogos com D. Pedro I. Ela era composta por algumas das principais lideranças políticas do momento, José Bonifácio, Nicolau Vergueiro, Pedro de Araújo e Felisberto Brant. A controvérsia surgira depois da aprovação de uma proposta deputados mas não aceitas pelo ministro do Império, Francisco Vilela Barbosa, o marquês de Paranaguá, que exigiu a expulsão de José Bonifácio e seus irmãos da Assembleia, seguido da aprovação de outra lei de censura. A tensão só aumentou quando as tropas, comandadas pelo imperador, cercaram o Parlamento e apresentaram o decreto ordenando o encerramento das atividades legislativas. José Bonifácio, seus irmãos e outros deputados foram presos. José Bonifácio foi preso em sua casa e levado para o Forte Tamandaré da Laje, após a dissolução da Assembleia pelo imperador, em 12 de novembro de 1823. Ocioso notar que não haveria nova Constituinte - D. Pedro I outorgaria uma Constituição a 24 de março de 1824, sendo a carta Magna, uma adaptação do texto apresentado por Antônio Carlos de Andrade e Silva, em discussão na Assembleia Constituinte dissolvida. (CALDEIRA, 2002, p. 244)

política é interrompida com a exclusão dos cargos na burocracia, resultado de maquinações e conluios de opositores. Aqui o orador identifica uma curiosa motivação do clérigo para sua intensa participação em sociedades literária. Para vingar “a afronta do seu esquecimento”, Januário erigiu “monumentos literários, padrões de glória, e o Instituto Histórico”. Por conseguinte, os infortúnios na carreira política do sacerdote, teriam sido compensados por uma bem sucedida ascensão nas instituições literárias e órgãos do governo.

O sacerdote teria sido reparado em suas contribuições à pátria já em fins de sua vida, quando a nação e o “arrependimento de seus concidadãos de novo o chamaram a fazer parte da representação nacional.” O retorno ao Poder Legislativo viria com o clérigo assumindo a suplência de deputado na 6ª legislatura (1845-1847), já às vésperas de seu falecimento.

O falecimento de Januário da Cunha Barbosa é tomado por Manuel José de Araújo Porto-Alegre (1867, p. 149) como uma perda irreparável e assinala que a instituição perdia seu maior apoiador, o “piloto que dirigia do fundo do gabinete essas viagens científicas”, responsável por coordenar suas atividades, a “coluna monumental da sua fundação”, em síntese, “seu mais zeloso conservador”.

Atividade incompreensível, um zelo inextinguível, suma inteligência, eram seus predicados: todas estas qualidades tão raras em um só homem, foram voltadas ao amor da pátria! Em qualquer parte da terra, e muito principalmente, a nas épocas críticas, na quadra de um frio egoísmo, a morte de um home semelhante deixa um vácuo difícilimo de preencher: todos estes nobres dotes o constituíram digno de nossa gratidão, de nossa saudade, e o proclamam altamente um dos beneméritos da pátria (RIHGB, 1867, p. 149).

Segundo Porto-Alegre, o governo “confiou-lhe a casa dos sábios, o depósito sagrado dos conhecimentos humanos”, ao nomear Januário bibliotecário e, posteriormente, diretor, da Biblioteca Pública da Corte. Se na administração de um órgão público, o religioso se destacara, o mesmo desempenho podia ser dito de sua produção literária e o prestígio desta entre os pares. “Os seus escritos e trabalhos filológicos são avultados, assim como o número de seus amigos e admiradores.” (RIHGB, 1867, p. 151)

Em suas palavras finais, o orador conclui que a missão do clérigo se cumprira e sua tarefa se encerrava. Depois de dedicar boa parte de sua existência ao púlpito e aos assuntos pátrios, tendo sido um dos criadores da nova monarquia, o religioso igualmente direcionou seus esforços para ser um dos mais fervorosos sustentáculos da liberdade com seu trabalho na imprensa.

Sessenta e seis anos incompletos contou na sua vida; foi um dos criadores desta pátria que possuímos um dos constituidores desta nova monarquia, e um constante sustentáculo da liberdade bem entendida. Está completa a sua missão na terra. Choremos com saudade eterna por aquele cujos restos

separados de nós eternamente, pelo nosso ilustre amigo pelo nosso secretário perpétuo o cônego Januário da Cunha Barbosa (RIHGB, 1867, p. 151).

O *Extrato das atas* traz, em detalhes, o silêncio e a dor que se apoderaram do Instituto diante da leitura de Manuel José de Araújo Porto-Alegre. O pronunciamento do orador foi sucedido pelo aceite unânime da sugestão aventada pelo poeta romântico Manuel José de Araújo Porto-Alegre que previa a construção de um busto do primeiro secretário falecido e outro para o finado marechal Raimundo da Cunha Matos, ambos fundadores da associação. Desse modo, as respectivas atuações seriam homenageadas na forma de esculturas a serem apresentadas em sessão solene única.

Na mesma sessão, entrou-se em discussão, com aprovação rápida, o projeto do chefe da Contadoria Geral do Tesouro, Alexandre Maria de Mariz Sarmento, que sugeria que os sócios correspondentes que passassem ser membros efetivos do grêmio, se encarregassem de apresentar, em primeira sessão pública de aniversário de cada ano, um elogio biográfico do último membro efetivo falecido. Punha-se fim à sessão às duas horas da tarde.

Afora as sessões ordinárias, os sócios do IHGB organizavam as “Sessões públicas aniversárias”, que ocorriam anualmente no mês de dezembro, em comemoração ao aniversário do imperador, celebrado no dia 2 daquele mês. Em uma destas homenagens, na Sétima Sessão Pública, a 9 de setembro de 1847, foram ordenadas atividades em prol da memória do fundador do Instituto.

A cerimônia inaugurava a Sessão Pública do grêmio, realizada no Paço Imperial, espaço nobremente cedido por “Sua Majestade o Imperador”, cuja presença se aguardou até às cinco horas da tarde daquele dia, quando foi anunciada a chegada do monarca, com os rituais de costume, sendo acolhido por todos os sócios do Instituto. Desde fins de 1839, o IHGB conseguira a autorização que previa a utilização de uma sala nas dependências do Paço Imperial para realizar a sessão comemorativa de aniversário. A partir de outubro de 1840, o Instituto Histórico obtém permissão para realizar suas reuniões ordinárias nas instalações do próprio Paço Imperial. As sessões aconteciam no térreo do prédio, no qual se encontrava o Convento do Carmo, antes da chegada de D. João VI.⁴⁴

A mudança do local da sede da instituição era um claro sinal de como o grêmio passava cada vez mais para uma zona de proteção governamental, consubstanciada na figura

⁴⁴ Sobre o histórico de mudanças em espaços utilizados por sessões do IHGB, ver SANCHEZ, 2003. p. 36-38.

do monarca. A primeira sede do IHGB era o mesmo local onde aconteciam as reuniões da SAIN, prédio situado no Campo de Santana, local onde se encontra a Praça da República.

O *Extrato das atas* registra que a cerimônia contava com a participação de diversas autoridades e sumidades como membros da família imperial e com a “presença de mais quinhentos espectadores, entre os quais se distinguiam os representantes das mais nobres corporações do Império, os agentes diplomáticos estrangeiros, e muitos literatos de diversas nações e do país” (RIHGB, 1891, p. 85).

A sessão era presidida por Cândido Araújo de Viana, que substituíra José Feliciano Fernandes Pinheiro, visconde de São Leopoldo, que morrera em julho do mesmo ano. O presidente Cândido Vianna iniciou os trabalhos, sendo sucedido por Manuel Ferreira Lagos, 1º secretário, que apresentou um relatório dos trabalhos. Por fim, Araújo de Porto-Alegre, primeiro orador do grêmio, leu a Ata do encontro anterior e apresentou as contribuições e trabalhos dos membros. Finda a exposição dos relatórios que apresentavam um balanço das atividades, a palavra é passada ao médico Jean-François-Xavier Sigaud (1796-1856), sócio efetivo do Instituto que expõe um elogio histórico ao finado primeiro secretário, Januário da Cunha Barbosa.

O presidente Vianna principia sua fala salientando que sua presença naquela “honrosa cadeira” era fruto de uma “desagradável perda irreparável”. Tratava-se de visconde São Leopoldo que deixou vaga, temporariamente, a cadeira de presidente do Instituto. José Feliciano era formado em Direito pela Universidade de Coimbra e compôs o seletivo grupo dos 27 membros fundadores do IHGB. A figura do visconde, nas palavras de Viana, deixava “a saudade de sua pessoa amabilíssima, a memória de muitas virtudes, de relevantes serviços prestados à pátria e ao Instituto Histórico” (RIHGB, 1891, p. 87).

A ausência da presença “Augusta” do imperador nos dois anos predecessores era a razão pela qual o Instituto deixou de celebrar sessões de aniversário do grêmio e, justifica Vianna, que o encontro não era “um ato de simples aparato de ostentação, mas tinha por fim divulgar os trabalhos produzidos e “render homenagem à memória dos sócios que nesse período tenham desaparecido da cena da vida.” (RIHGB, 1891, p. 87)

Do mesmo modo, segundo Vianna (1891, p. 87), a Revista “regularmente publicada” continuava a revelar, sucessivamente, “os tesouros do nosso arquivo [...] precioso e útil prontuário aos escritores das coisas da nossa terra.” Observa-se como, por meio de seu periódico regular, juntamente com numerosos rituais memorialísticos, passaram a contar com o apoio e incentivo do monarca D. Pedro II. O IHGB enredou a sua própria história, ao mesmo tempo em que compôs a história da nação.

O presidente salienta que no período correspondente aos dois últimos anos, “grande número de distintos literatos” se inscreveram no quadro do grêmio. Mas, que por outro lado, “muitas ilustrações, que eram o ornamento de nossa e a glória do Instituto” haviam deixado a instituição por força de falecimento. Dentre estes, estava

[...] aquele ilustre Brasileiro que concebera a ideia da criação desta sociedade, que mais serviços lhe prestara, e cujo nome andar­á sempre a par da recordação dos que promoveram a independência do Brasil: falo, Senhores, do cônego Januário da Cunha Barbosa (RIHGB, 1891, p. 88)

Ao final do discurso, o presidente Cândido Araújo Vianna avalia como bem sucedido, o projeto empreendido pelo IHGB, não sem frisar o generoso amparo oferecido por D. Pedro II à instituição:

Quase nove anos de existência conta esta instituição; e tendo ela correspondido às esperanças dos fundadores, e à expectativa do mundo literário, que acolheu com aplauso, sendo auxiliada patriótica e generosamente pelos poderes políticos do Estado, e sobretudo amparada pela mão poderosa do Monarca, é fácil augurar-se-lhe longa duração, que assinala seja por importantes serviços ao Brasil no desenvolvimento e aperfeiçoamento dos estudos de sua história e geografia. (RIHGB, 1891, p. 88-89)

Seguindo a ordem, a palavra é passada ao primeiro secretário, Manuel Ferreira Lagos, que expõe em um longo relatório, dentre outros pontos, os objetivos do Instituto, análises dos trabalhos de autores da casa, e informa aos ouvintes as receitas da agremiação e igualmente comunica a relação dos membros premiados em concursos de monografias anteriormente promovidos. O 1º secretário faz a leitura da correspondência de literatos que à época se comunicavam com o Instituto, como era o caso de Ferdinand Denis (1798-1890), autor do célebre *Resumo da História Literária do Brasil* que veio à luz, primeiramente, em língua francesa, em 1825.

Encerrada a exposição do 1º secretário Lagos, Manuel de Araújo Porto-Alegre assume a incumbência de apresentar um discurso, publicado na Revista com o título de *Elogio Histórico Geral*, que foi lido aos presentes. A tarefa do orador, bem definida por ele, era a de “pronunciar nos dias de júbilo sentimentos patrióticos do Instituto”, da mesma forma, como era imperioso o dever que o “obriga nesta solenidade a vir comemorar os efeitos ilustres de nossos finados consócios”. (RIHGB, 1891, p. 150).

Com efeito, a tarefa que Porto-Alegre se impunha era a de exumar os beneméritos varões rememorando suas trajetórias de vida, para retirá-los do esquecimento a que estavam condenados e, assim, acalmando-os em seus leitos, trazia-os novamente a lume – se

empregarmos as palavras de Michel de Certeau – “oferecer-lhes túmulos escriturários”. (1982, p. 103)

Araújo Porto-Alegre arroga para si, na definição de François Hartog, a tarefa de ser

[...] o historiador, circunscrito num tempo que é o dos homens, falando de coisas humanas, com seu saber e seu nome, entende que apenas luta contra o esquecimento. Através da exibição de sua *historie*, ele quer que todas as marcas do fazer dos homens não se tornem “privadas de *kléos* (*akléa*), não “passem” (*exitela*) como uma pintura que pouco a pouco o tempo apaga (1999, p. 19).

A voz de Porto-Alegre (1891, p. 150) evocava a memória dos membros beneméritos que despertavam “saudades inconsoláveis, perdas irreparáveis, nomes que viverão longo tempo na vossa memória, e na memória de toda a posteridade americana.” Esse traço fundamental na fala do orador remete ao que Michel de Certeau denominou de paradoxo capital na historiografia, a saber, o lugar que o morto ocupa na escrita da história. No caso em particular, a forma como o pronunciamento de Porto-Alegre se esmera em evidenciar um momento originário da nação, a que os indivíduos em questão – “a maior parte homens da Independência” – são capazes de materializar. Tamanha reverência não carecia de propósitos, trava-se de “heróis que nos legaram as delícias da liberdade, unidas às convicções das ideias monárquicas e de sua vital utilidade” (RIHGB, 1891, p. 151).

Ao recompor a história dos membros falecidos – vinte e sete sócios ao total⁴⁵ – Porto-Alegre cumpria o papel anteriormente discutido que Michelet denominou de “tutor dos mortos”. O orador buscava, ao dissertar sobre os consócios finados, negar-lhes a finitude e desafiar as respectivas mortes, como assinalou Michel de Certeau (1982, p. 56). É neste sentido que Porto-Alegre falará da “abundante” colheita da morte que grassara no Instituto a morte, emulando a vida do grêmio.

A exposição de Porto-Alegre dentro da sessão no Instituto se transforma em um ritual de sepultamento, eternizando os indivíduos mortos no texto vivo lido pelo orador aos presentes. Concomitantemente a honrava em memória dos varões ilustres, exorcizava-os da morte, introduzindo-os em seu discurso. “Pois, falar dos mortos é também negar a morte e, quase, desafiá-la.” (DE CERTEAU, 1982, p. 56)

⁴⁵ Destes 27 membros iniciais, apura-se 12 eram conselheiros de Estado, dos quais 7 eram também senadores, 1 era apenas senador, 3 eram professores (2 deles vinculados recém-fundado Colégio Pedro II e 1 à Academia Militar); havia ainda outros membros ligados à burocracia estatal: desembargadores, funcionários públicos, militares, e por último, um pregador religioso, Januário da Cunha Barbosa. Constam somente 2 advogados, 1 comerciante e 1 engenheiro. Um dado não menos relevante era a vinculação de 19 dos fundadores do IHGB, também pertenciam à SAIN. (CALLARI, 2001).

“A vida do Instituto está intimamente ligada a vidas dos mortos; nutrida das memórias do passado”, pronuncia Porto-Alegre (1891, p. 150). A história aqui consistia no estudo dos mortos, dos *outros*. O discurso do orador não deixa de remeter à morte como um objeto privilegiado dos vivos, a memória evocada desses indivíduos é uma lembrança edificante, organizadora para nação a que se construía. Discorrer sobre mortos era também falar dos vivos, em uma rica troca de experiências.

O primeiro nome invocado pelo orador, o indivíduo que estava

À frente dessas grandes realidades, dessas sombras veneradas, se levanta em primeiro lugar, para o Instituto, a imagem respeitável do cônego Januário da Cunha Barbosa, 1º Secretário perpétuo e fundador dessa ilustre sociedade. O elogio deste Ilustre Brasileiro, deste literato, orador e filósofo, do redator do *Revérbero* e do cantor de *Niterói*, se reúne em duas palavras: a Independência e o Instituto. (RIHGB, 1891, p. 151)

Na divulgação das letras, Porto-Alegre (1891, p. 151) compara o constante exercício de Januário da Cunha Barbosa, no cargo de lente, com o voo majestoso da águia “igual desde o seu começo até à sepultura”. O poeta recorre a outra metáfora para designar o clérigo como um mestre eficaz na arte de transmitir conteúdos, descrevendo o religioso como um lavrador de “ideias civilizadoras” e cujos braços “roteou estas terras com mais afino”.

A passagem dos anos impunha severas limitações ao ânimo do clérigo, mas foi revertida na mesma proporção, ao longo deste período, e fortificou as atividades de Januário da Cunha Barbosa e “seu nobre fanatismo pelas letras da pátria”. As rugas que gravavam sulcos expressivos em seu semblante transpareciam tão somente em suas obras, que conformavam um “monumento que ele erigia à glória do Brasil”. (RIHGB, 1891, p. 151-152)

As benfeitorias do religioso à nação, reconhece Porto-Alegre (1891, p. 152), eram tamanhas que talvez fossem inúteis seus esforços em prosseguir numerando os feitos “deste Brasileiro incansável na sua missão idealista” em uma existência, “cheia de contrastes”. Mais uma vez, a vida do religioso é apresentada como uma trajetória que oscilava da “glória” ao “exílio”, da “abundância” à “miséria”. O percurso de Januário da Cunha Barbosa foi descrito pelo poeta como uma “pêndula sagrada”, um corpo suspenso, cujo empuxo era o “amor da pátria” que o movia, equilibradamente, de um gênio extraordinário para a modéstia.

Realizadas as considerações pelo orador oficial Manuel Araújo Porto-Alegre, a palavra é legada ao médico francês, sócio efetivo do Instituto, Joseph François Xavier Sigaud, conhecido por sua célebre obra *Do clima e das doenças do Brasil ou estatística deste Império* publicada originalmente em francês, em 1844. O “Dr. Sigaud”, como era designado pelos pares, viria para o Brasil em 1825, ano do reconhecimento das independências americanas

pelas nações europeias. O país do médico vivia os ares hostis da Restauração conservadora que impunha o egresso para muitos detratores do governo regressista.

Sigaud era um profissional de prestígio à época, médico particular de D. Pedro II ainda na juventude do monarca, desde sua vinda não esteve confinado à sociabilidade de corte na capital do Império. Ao contrário, o médico participou ativamente na fundação de variados órgãos de imprensa no período, como por exemplo, *A Aurora Fluminense* e periódicos divulgadores das ciências. Como muitos homens de letras da época, foi atraído ao centro de influência do Instituto, onde pôde observar a atuação do seu fundador, Januário da Cunha Barbosa.

O prelúdio do discurso do médico francês é sintomático em muitos aspectos. Nas palavras dele:

Hoje, cabendo-me pronunciar perante vós o elogio histórico cômego Januário da Cunha Barbosa, eu ousou cumprir o pesado encargo de reproduzir com franqueza os principais traços da vida e das obras de um dos fundadores da nossa associação, dessa que absorveu todo o pensamento de seus derradeiros dias, para quem ele cobiçava como o poeta os destinos do rochedo do mar ‘*Isla velut pelagi rupes immota resistit*’ e que saindo triunfante do desdém de seus adversários, das repulsas que a invasão da política multiplica, e finalmente dos doestos e do ridículo que contra ela atiram os espíritos apoucados e retardatários, consagra o sétimo aniversário de sua instalação, honrada pela presença do Monarca e das primeiras notabilidades do país. (RIHGB, 1891, p. 86)

O Dr. Sigaud começa o discurso, esclarecendo os objetivos de sua fala, como era corrente em elogios biográficos do mesmo gênero. Sua proposta era a de traçar com “franqueza” os principais pontos da “vida e obra” de Januário. Também é usual a deferência que o médico se dirige à figura do religioso. O médico também descreve o grêmio como responsável por concentrar toda a energia do religioso em “seus derradeiros dias”. A fundação do IHGB teria representado o “canto do cisne” na vida de Januário, um gesto final que coroaria sua brilhante trajetória.

Chama atenção a transcrição em latim feita por Sigaud sem a devida referência da obra ou menção de alguma informação que indicasse a autoria do verso. Sem adentrar diretamente na questão da presença de textos clássicos e os usos da antiguidade na Revista, é paradigmático a forma como o médico se apoia na tradição dos Antigos, em busca de um modelo de escrita ou de um estilo literário. As reiteradas citações, sejam na forma de epígrafes ou de epílogos, apontam para a proximidade dos autores com as obras clássicas.⁴⁶

⁴⁶ Essa questão foi por discutida por TURIN, 2011.

A citação em questão – que apresenta pequenas discordâncias ortográficas se cotejada a original – havia sido extraída por Sigaud do poema épico *Eneida*, cuja autoria é atribuída ao poeta romano Virgílio (70 a. C-19 a. C), mais precisamente, do sétimo livro, entre os versos 585 a 590.⁴⁷ Na citação acima, o médico francês recorre ao trecho do poeta romano, para afirmar, em tradução livre, que Januário se opunha, resistia, de maneira passível ou inflexível, aos obstáculos, representados pelo poeta por rochas no mar, as falésias. E, assim como Enéas, o herói de Virgílio (que superou as agruras de uma longa viagem que se inicia com a derrota da cidade de Tróia, e em seguida, transpôs o Mediterrâneo, até chegar ao Lácio, que mais tarde daria origem a Roma), o religioso ultrapassa toda a sorte de obstáculos, para escapar “triunfante do desdém de seus adversários”.

Nesse ponto da exposição, Sigaud se vale de um tema da narrativa mitológica para descrever a figura de Januário da Cunha como a de um personagem perseguido. Essa mesma imagem pôde ser vista em Araújo Porto-Alegre, que ao compor seu necrológio do clérigo, tinha como fio condutor da trama, os conflitos interpessoais envolvendo Barbosa, sendo uma parte motivados por desentendimentos de ordem política com adversários, e outra por atritos com “espíritos apoucados e retardatários”, que faziam do clérigo, um personagem perseguido, vítima de acusações desonrosas e de injúrias.

Dirigindo-se aos ouvintes, Sigaud reconhece que o período vivido era uma “época de publicidade”, uma publicidade “vigilante, motejadora, indiscreta e curiosa, que de tudo se senhoreia, e apreende como em uma rede os mais ricos materiais da história, como as particularidades picantes dos dramas íntimos.” (RIHGB, 1891, p. 186)

A observação do médico, quanto à “publicidade motejadora”, soa como uma advertência e nos sugere um desvio momentâneo de sua exposição para investigarmos o tipo de “publicidade” referida por Sigaud. Supõe-se que se tratava de impressos satíricos não explicitados pelo orador, mas que à época, já circulavam na corte fluminense. As publicações eram de alcance reduzido na maior parte das vezes, de estreita duração, mas devido à linguagem manejada pelos seus redatores, recheada de debocha e sátira, suscitava, amiúde, variadas rusgas. Não raras vezes afrontavam personalidades ligadas ao governo e principais nomes do regime. Os meios impressos – periódicos e folhetins – que pouco a pouco conformavam o espaço público, eram instrumentos da maior importância para os grupos que disputavam poder político.

⁴⁷ “[...] certatim regis circumstant tecta Latini; ille velut pelago rupes immota resistit, ut pelagi rupes magno veniente fragore, quae sese multis circum latrantibus undis mole tenet; scopuli nequiquam et spumea circum saxa fremunt laterique inlisa refunditur alga.” Disponível em <<http://www.thelatinlibrary.com/vergil/aen7.shtml>> Acessado em 15 de janeiro de 2014.

Um exemplo deste tipo de publicação era a folha *A Mutuca Picante*, impressa na Tipografia de Thomas B. Hunt & C. entre os anos de 1834 e 1835, de autoria do próprio Januário da Cunha Barbosa. O impresso, assim como outros libelos difamatórios, era publicado anonimamente e comercializado de forma avulsa ao preço de 40\$ réis. O periódico – que tinha como epígrafe: *Vejam se assim vai boa ou s'inda mais forte a quem* – assegurava no editorial do seu primeiro número, no dia 15 de setembro 1834, que:

Não faltarão meleiros que queiram ver as figurinhas acima a representação de alguns sujeitos mais celebres da nossa época, até aí chegará a melecência de muitos Leitores. Mas a *Mutuca* a declara, zunindo às orelhas de todos, que ela não se importa com este ou com aquele para pregar a sua ferroada, e que só o cheiro de suas manhas, e vistas de suas mazelas, aguçará o seu apetite picante, pois que a ninguém distingue por nomes, e muito menos se retrata no rosto de sua Folha. (A MUTUCA PICANTE, 1834, p. 1)

O layout d'*A Mutuca* trazia três indivíduos, um deles, aterrorizado diante da presença de um maribondo, que zunia e tentava afofá-los. Um dos homens carregava na mão direita uma máscara, sugerindo que ele procurava esconder o semblante, o outro, tentava afugentar o inseto com garras compridas. A charge ilustrava um dos intentos do periódico, atacar ninguém menos que Bernardo Pereira de Vasconcelos, tido como uma das personalidades políticas mais importantes do período imperial.⁴⁸ Vasconcelos entrara em desacordo com o então ministro da pasta da Justiça, Aureliano de Sousa Coutinho e seu irmão, Saturnino de Sousa e Oliveira, Inspetor da Alfândega. O político mineiro contestava a decisão de Aureliano de comutar a sentença de prisão dos revoltosos na rebelião de Ouro Preto, ocorrida em 1833, para o degredo. (VIANNA, 1950, p. 52)

Diante desse conflituoso cenário, Januário da Cunha Barbosa apoia o ministro Aureliano, já que ele conseguira depor um antigo desafeto do religioso, o tutor do jovem D. Pedro II, José Bonifácio, acusado de tentar, desautorizadamente, restaurar o governo D. Pedro I.

⁴⁸ Enquanto líder parlamentar, Bernardo Pereira de Vasconcelos (1795-1850) foi o principal receptor e divulgador das ideias do liberalismo doutrinário no Brasil ao longo segunda metade da década de 1820. A simpatia pela monarquia parlamentar inglesa, o fez um teórico do liberalismo conservador, tanto na política quanto na economia, construtor de instituições. Do mesmo modo, era contrário à democracia e a igualdade social e defendeu a instituição escravocrata em um momento que sua condenação já estava consumada. O deputado mineiro era o maior entusiasta da teoria do governo parlamentar inglês. Na década de 1830, durante a Regência, Vasconcelos e seus companheiros, o Regente Pedro de Araújo de Lima e Evaristo da Veiga, foram os responsáveis de organizar o novo gabinete e implantar o programa do *regresso conservador*. Grosso modo, o regresso partiu de uma interpretação legítima do Ato Adicional que concedia maiores prerrogativa para União a fim de cabo às rebeliões regenciais e que revisasse o Código de Processo Criminal trazendo para alçada do Ministro da Justiça, as competências judiciárias e policiais. Segundo Lynch (2007, p. 193-194) “Para os conservadores, a solução passava por retirar das mãos das localidades a nomeação das autoridades judiciárias e administrativas e acabar com as usurpações das competências legislativas do governo geral pelas assembleias provinciais”. Ver também VASCONCELOS, 1999, p. 34.

Mas, Vasconcelos que carregava o qualificativo de *Proteu* – personagem mitológico que alterava sua forma assim que o desejasse – era hábil e há pouco havia lançado um impresso, cujo título era a data da abdicação do ex-imperador, *O Sete d’Abril*, em que atacava seus adversários. Nele:

[...] foram então atacados com todos os recursos que pode inventar o panfletismo de um homem inteligente que sabia odiar e queria vencer, como talvez não tivemos outro. Mesmo os que os defendiam, como o cônego Januário da Cunha Barbosa na *Mutuca Picante* e no *Correio Oficial*, não são poupados, até em obscenas deturpações de nomes, versalhadas ignóbeis, “avisos” fantasiosos e cheios de ferinas alusões, etc. (VIANNA, 1950, p. 53).

Com efeito, retomando a fala de Sigaud, o que ele designava por “publicidade” eram duas coisas a um só tempo: a imprensa periódica, figurando entre uma delas, a satírica, que aparecia como reveladora de “dramas íntimos”, descritos pelo médico francês, e atores políticos que formavam uma restrita sociedade civil, local onde se encenavam as tramas na corte fluminense. Ao mesmo tempo, “publicidade” era também um campo de ação de luta dos ideais políticos. Em um sentido mais amplo, essa era a própria formação do espaço público.⁴⁹

As “peculiaridades picantes” apreendidas como em uma rede, como as descreve Joseph Sigaud, correspondem, em certo sentido, a uma transformação ou o surgimento de uma esfera pública preconizada por Jürgen Habermas (2003), entendida como um espaço que se consolida a partir da identidade fictícia das pessoas em suas vidas privadas.⁵⁰ A reunião desses indivíduos conformaria um público, um ambiente comum caracterizado pela igualdade de seus agentes.

Sigaud, parece se queixar da transformação que se opera em conformidade com a instituição de um espaço público. A presença maciça de impressos na vida cotidiana da capital do império promoveu o aparecimento de uma nova cena política, onde os atores envolvidos se digladiavam. Habermas se refere a ascensão da “ideologia pública burguesa” e os esforços de uma “opinião pública [que] quer racionalizar a política em nome da moral”. A intimidade dos indivíduos, os detalhes escusos nas trajetórias, antes ocultos, eram agora ventilados no burburinho e mexericos nos *salons*, cafés e clubes e se transformara em matéria-prima a ser comercializada na imprensa satírica matéria-prima para a crítica ferina dos escritos difamatórios.⁵¹

⁴⁹ Acerca da formação da esfera pública no período imperial, cf. MOREL, 1995.

⁵⁰ Essa discussão é encetada por HABERMAS, 2003, 42-74.

⁵¹ O escritor francês Ferdinand Denis, depois de viajar durante cinco anos pelo Brasil, retorna à França, onde publica em 1822, a obra em seis volumes *Le Brésil, ou Histoire, mœurs, usages et coutumes des habitants de ce royaume*, esta obra foi limitada a um único volume que sairia em 1825, apresentando o novo título *Résumé de*

Em Marco Morel (2005, p. 18), a pluralidade de significados carregada pela expressão “espaço público” é pensada historicamente a partir de uma periodização que coincide com os horizontes temporais de nossa análise. Ela abarca a época da Independência e se estende até o fim das Revoltas Regenciais, em 1840. O conceito de “espaço público” para Morel se desdobra em três possibilidades, sendo a primeira a esfera pública um espaço onde interagem diferentes atores que se distinguem do Estado; a segunda a esfera cultural e literária que se encontra integrada ao restante da sociedade e é produto da expressão letrada ou oral de agentes diversificados, por último, o espaço físico onde se configuram estas cenas e as esferas.

Esse mesmo espaço público era o fenômeno que incomodava o médico francês. Sigaud se eximiu de esmiuçar “as particularidades picantes dos dramas íntimos” da trajetória do religioso. Como discutiremos adiante, as biografias e os memoriais relativos à vida de Januário da Cunha Barbosa, publicados nas páginas da Revista, cobrem apenas aspectos da sua *vida cívica*, do homem público e deixam de lançar luz para a intimidade do religioso. Essa característica será a tônica dos memoriais escritos sobre Barbosa.

A figura de Januário da Cunha Barbosa é deste modo narrada nas palavras de Sigaud:

[...] a expressão viva e móvel de seu tempo, ele não teve a ambição de querer domina-lo, visto que nem possuía o gênio [...] o cônego Januário da Cunha Barbosa foi o espelho em que se refletiam as fases de seu país, porquanto sua vida destinada ao sacerdócio, cedo consagrada ao púlpito, contrastada pelas tormentas da política, dedicada à cultura das musas, atrelada ao ensino da filosofia, e toda inteira do jornalismo, terminando pela devotação a duas associações úteis [SAIN e IHGB], fornece a imagem reveladora das ideais e oscilações da época atual.

Transformada em símbolo cívico, a trajetória do religioso deixa transparecer, simultaneamente em que se torna modelo a ser seguido pelos os pares, cada um dos estágios mais importantes da história do país que vai da Independência à constituição do Estado Nacional brasileiro em meados da década de 1840. Ressalva Sigaud, que considerava apenas parte da vida de Januário que fora dedicada ao púlpito, ao exercício da função de sacerdócio, pregação religiosa, posteriormente ao magistério como professor, para finalmente culminar em sua atenção como idealizador de duas das instituições literárias mais importantes do período. Em síntese, a vida pública do clérigo foi toda ela, devotada aos ideais nacionais.

l'Histoire du Brésil, suivi du Résumé de l'Histoire de la Guyane. Na primeira obra, Denis, descreve a sociedade fluminense do período que antecede a Independência. Ao discorrer sobre a vida cultural, Denis considerava culta e elegante, os seletos círculos frequentado pela elite imperial, que optava pelos diálogos em francês, sem faltar atenção à cultura anglo-saxã: “Nas sociedades os estilos são absolutamente os mesmos que os da mesma classe nos Estados civilizados da Europa: uma sala no Rio de Janeiro ou na Bahia oferece, com pouca diferença, a aparência de uma sala de Paris ou de Londres; ali se fala em geral, francês, e os usos se ressentem da influência inglesa” (DENIS Apud RIOS, 1946, p. 298).

A respeito das “tormentas da política” que contrastavam com a trajetória exemplar do clérigo, Joseph Sigaud pretere esclarecimentos aos seus ouvintes, uma vez que significava a inclusão de elementos negativos e dados desagregadores para a narrativa que se pretendia construir. As “oscilações da época atual” eram os conflitos entabulados pelo padre secular com outros personagens do período, mas que não encontravam espaço na exposição.

A fala de Sigaud traçava um panorama detalhado da vida do clérigo, e seguindo os passos de Araújo Porto-Alegre, as resumia em “fases”. Nelas estão presentes o Januário na qualidade de poeta, orador sagrado, escritor político, professor de filosofia e jornalista. Mensura-se a dedicação irrestrita ao púlpito, às letras políticas com a atuação nos periódicos oficiais e a adjacente participação em eventos de grande monta como a Independência e a fundação do Instituto Histórico. Ainda são mencionados, os serviços prestados à literatura nascente, na compilação de ontologias e cantos poéticos de autores nacionais.

Em certo sentido, o esforço do médico francês, como dos demais comentadores da vida do religioso, era o de construir uma narrativa memorialística, onde a vida de Barbosa – nos quadros administrativos do império – pudesse se confundir com a própria trajetória da constituição do Estado Imperial. Deste modo, Januário da Cunha Barbosa aparecerá sempre em destaque em um dos principais episódios, para a história do Brasil do período, a Independência.

Na primeira parte da exposição de Sigaud, são descritos o início da jornada de vida religioso, a filiação paterna e materna, seguida da orfandade precoce, atenuada pela dedicação de um tio paterno e de irmãos ainda “mais moços do que ele” (cujos nomes não são revelados). O tio, que também não tem o nome revelado, subsidiou os encargos dos estudos preparatórios no seminário São José. Em 1801, Sigaud informa a ordenação de Januário como subdiácono, para em 1803, sob a idade mínima requerida, ingressar no sacerdócio. Ainda são referidas duas viagens que o jovem padre faria para Lisboa com a finalidade de se preparar para o ofício de pregador no ano de 1804, e o seu retorno em junho de 1805, ano que “entregou-se ao ministério do púlpito, em que adquiriu crédito.” (RIHGB, 1891, p. 187)

Em 1808, Januário da Cunha Barbosa se estabeleceu na Capela Real do Rio de Janeiro recebendo para tanto, a carta de pregador régio. A atuação como pregador régio o fez colher o hábito da Ordem de Cristo e “os aplausos dos cortesãos e a estima de seus patrícios”. No mesmo ano, Sigaud narra a admissão de Barbosa na cadeira de Filosofia Racional e Moral como professor substituto⁵², habilitando-o para esse cargo, seu ingresso na Mesa do

⁵² A ocupação efetiva da propriedade da cadeira ocorreria apenas seis anos seguinte com a jubilação do seu antigo proprietário em 1814.

Desembargo do Paço. O Tribunal Supremo de Justiça de Portugal, após sua extinção em 1833, viria a se chamar Secretaria de Estado do Reino e dos Negócios Eclesiásticos e da Justiça. Neste interregno, Januário começou a servir como pró-comissário da Ordem Terceira dos Mínimos.

A Revolução Liberal do Porto ecoou como um grito de liberdade que prontamente encontrou coro na voz dos cidadãos da Corte fluminense e de todas as outras províncias, segundo Sigaud. Associado a um “amigo e colega de estudos”, Joaquim Gonçalves Ledo, Barbosa desejou logo concorrer nesta empreitada. O periódico semanal *Revérbero constitucional fluminense* apareceu como elemento catalisador destes esforços que encaminhou os “brasileiros” e fortificou-lhes um sentimento de justiça contra os “disfarçados acometimentos das cortes de Lisboa”. O jornal dos “dois amigos da Nação”, na visão de Sigaud, acendeu os ânimos dos cidadãos dispondo-os para a emancipação que seria proclamada quase um ano após o primeiro número do jornal circular pela corte. Esse episódio é citado com particular desvelo pelo médico francês, já que graças à “representação redigida pelos dois redatores”, Januário da Cunha Barbosa e Gonçalves Ledo em maio de 1822, é que o país iniciara sua emancipação. Neste evento também são lembradas as figuras do então presidente da Câmara Municipal, José Clemente Pereira, também signatário da proposta, e do político Justiniano José da Rocha, como importantes articuladoras desse movimento.

No mesmo mês da proclamação da independência, setembro de 1822, Sigaud conta que Januário da Cunha Barbosa marchou para a província de Minas Gerais com o propósito de auxiliar os aliados maçons na aclamação do Príncipe. O clérigo, representante da maçonaria fluminense, recebia a ordem de uma comissão da loja maçônica Grande Oriente para promover uma série de abaixo-assinados que peticionava a aceitação de D. Pedro I, como imperador, por parte dos mineiros. As principais lideranças maçônicas mineiras eram a do Vigário Franco e a do Coronel Gomide – aos quais Januário da Cunha Barbosa tinha como principais aliados – juntos da figura do cônego Roxa Franco.

Entretanto, apesar dos sentimentos mineiros estarem de acordo com o ato, salienta Sigaud que a presença de um “fidalgo português” (o Conselheiro coimbrã Manoel Ferreira da Câmara Bethencourt e Sá) opositor aos maçons, obrigou o religioso a estender sua missão na província de Minas Gerais por outras cidades. Além de Vila Rica, capital da província, Barbosa percorreu outras regiões importantes, como Caeté, Sabará, se esforçando para suavizar as paixões suscitadas pelos eventos anteriores. Após um mês temperando os dissidentes, conseguiu gloriosamente a conversão dos mineiros em prol da aclamação

constitucional do imperador na capital de Minas, feito em que “tivera não pequena parte”. (RIHGB, 1891, p. 188)

Finda a tarefa, ao retornar para a cidade do Rio de Janeiro, o religioso é surpreendido com a prisão e confinamento na fortaleza de Santa Cruz, a 7 de dezembro de 1822, na ocasião do seu regresso à corte. Ainda no mesmo mês, no dia 19 de dezembro, é deportado em uma embarcação rumo a Havre “sem processo, sem se atender a um só de seus requerimentos, e sem o subsídio pra manter-se em terra estrangeira!” (RIHGB, 1891, p. 188)

Do porto do Havre, rumou Januário para Paris, e na capital parisiense, antes de chegar em Londres, seu próximo destino, soube o clérigo, que o processo movido contra ele e outros brasileiros se encerrara e sua inocência, assim como as dos outros, se confirmara. Todos foram inocentados em fins de 1823, com a exceção de João Soares Lisboa, redator do periódico *Correio do Rio de Janeiro*, jornal que fez coro à causa da emancipação política e, que começou a circular a 10 de abril até a outubro de 1822, em sua primeira fase, sendo a segunda, editada do dia 1 de agosto a 24 de novembro de 1823, após a suspensão dos trabalhos na Assembleia Nacional Constituinte. (SODRE, 1999, p. 68)

O luso João Soares Lisboa também preso por fazer oposição aos irmãos Andrada, acusado de ser um dos principais propagadores do *republicanismo*⁵³ no *Correio*, Lisboa, continuou a editar o periódico mesmo depois de ser preso. Inocentado pelo júri que não conseguiu comprovar a culpabilidade do réu, João Soares se juntou ao Frei Caneca na Confederação do Equador, vindo a falecer combatendo forças imperiais, no ano de 1824.⁵⁴

⁵³ A lista de autores defensores de ideias republicanas é extensa, Renato Lopes Leite identifica o ideal em diversos políticos e publicistas de meados do século XIX. São eles, frei Caneca, João Soares Lisboa, José da Natividade Saldanha e Cipriano Barata. Um dos pontos-chave dessa corrente era a extensão do direito de voto aos não-proprietários. À época, ressalta Leite, essa defesa era algo de extremo radicalismo. À época, o termo república apontava para um sentido negativo, sendo associada na imprensa como sinônimo de anarquia. Entretanto, esclarece Leite, que os defensores do republicanismo buscavam um “regime constitucional representativo” que não eram idênticos ao de república. O modelo defendido se opunha diretamente ao Absolutismo consubstanciado na figura de um monarca absoluto, enquanto à monarquia proposta, contaria com uma Constituição que capaz de regular as atribuições de um Poder Judiciário livre e independente, liberdades individuais, divisão dos poderes, autonomia para as províncias, em suma, um “governo mais livre possível”. Esse projeto, contudo, não agrada o grupo dos Andrada, que tomaram enérgicas medidas para contê-lo. Ver LEITE, 2000. p. 33-34.

⁵⁴ A respeito de João Soares Lisboa, escreveu Frei Caneca: “João Soares Lisboa, uma das pessoas cuja falta era mais sensível, logo que foi ferido, deu os mais claros indícios de não sobreviver a este desastre foi socorrido logo pelo facultativo, e por mais cuidado que se lhe aplicou, veio a morrer no dia seguinte pelas nove horas da noite, 32 a 33 horas depois de ferido. A sua memória é saudosa. Português de nascimento, era brasileiro por afeição; decidiu-se pela liberdade do Brasil, e por esta se dedicou a escrever o *Correio do Rio de Janeiro*, único periódico do Rio, dito pelos franceses. Pelo periódico de oposição, pela sua decisão a favor da liberdade, foi degredado para Buenos Aires e depois pela intriga dos Andradas oito meses preso no Rio de Janeiro, para ser degredado por oito anos, saindo da prisão depois da dissolução da Assembleia, por um chamado perdão, dado pelo imperador; e se passou a Pernambuco e trabalhou quanto esteve em seu poder para sustentar a liberdade das províncias do norte, contra o despotismo do Rio de Janeiro, e para melhor se entender o plano da tirania escreveu *O Desengano dos brasileiros*. O caráter de um homem livre foi por ele sustentado com toda a dignidade até os últimos

Lisboa deixaria registrado no *Correio* suas considerações a respeito do clérigo:

O Padre Januário da Cunha Barbosa, homem de um gênio dócil a toda prova, e o mais aderente a S. M. I. que pode ser um Súdito fiel, colaborou na Representação de 20, e 23 de Maio; foi mandado ir à Minas desfazer qualquer desconfiança mal fundada que aquele brioso Povo tivesse, respeito à marcha política do Rio de Janeiro na Exaltação de S. M. ao imperial Trono, que poderia ser julgado do passo prematuro, ainda que indispensável, e geralmente desejado; não se lhe ouviu uma só palavra que não fosse tendente a este fim, como representou aquele mesmo povo; só por ser Escritor do Revérbero, e Amigo íntimo de Ledo, pois que outro crime não aparece, foi preso, e deportado arbitrariamente como Demagogo. (CORREIO DO JANEIRO, 1823, p. 34)

A partir do testemunho de João Soares Lisboa, se observa que para o redator do *Correio*, Januário da Cunha Barbosa não cometera outro crime a não ser a condição de “amigo íntimo” de Joaquim Gonçalves Ledo que o fez ser deportado sob a acusação de “demagogo”. No entanto, a questão ultrapassava ao nível das relações interpessoais conservadas pelo clérigo. Pesava contra Januário da Cunha Barbosa, a responsabilidade, compartilhada com Joaquim Gonçalves, pela redação da folha *Revérbero Constitucional Fluminense* que circularia na corte de setembro de 1821 a outubro de 1822, redigida por “dois brasileiros Amigos da Nação e da Pátria”. O impresso guardava uma conotação fundamentalmente política. Era o carro chefe de uma tendência mais radical do liberalismo que defendia um sistema monárquico regido por uma carta constitucional. (NEVES, 2003)

O *Correio*, no dia 12 agosto de 1823, trazia uma carta publicada no *Courrier Français, de Paris*, do 15 de maio de 1823. Na carta, o apelante solicitava a publicação de sua “protestação” no “liberal periódico” de Lisboa, que denunciava os desmandos dos “inimigos do novo Império”. Embora não tivesse sido assinada, todos os indícios apontam sua autoria para o próprio padre Januário.

Renato Lopes Leite (2000, p. 74-87) lembra que Januário, Joaquim Ledo e José Clemente Pereira eram o trio que conformava o “carro-forte” do movimento maçônico no Rio de Janeiro da década de 1820. Para Leite, era razoável admitir que o redator do *Correio do Rio de Janeiro* fosse aliado do “grupo de Ledo”, pois também fora acusado de ser um porta-voz da ideologia carbonária e sofrera os mesmos embaraços com a Devassa instaurada por

paroxismos da vida, a qual acabou recomendando aos que o rodeavam que prosseguissem na defesa da liberdade. Mostrou toda a coragem, quando encarou a morte fortificou-se com o sacramento da penitência, único que lhe podia ser administrado; falou muito pouco nas horas que lhe restavam de vida; mas tudo quanto disse foi sólido e conceituoso. Recostado a um amigo e rodeado de outros, quando supôs que acabava à violência de uma ânsia, disse aos que o cercavam: “Morro nos braços da amizade!” Ele soube dar preço a este laço da sociedade. Morreu afinal o homem livre, aos ombros, e no meio das lágrimas e soluços dos amigos. Foi enterrado no alveo do rio Capibaribe. (CANECA, 2001. p. 581)

José Bonifácio. Contudo, depois de 1822, já exilados, os redatores desmancharam essa aliança.

O pedido de Januário a Lisboa era um sinal manifesto da proximidade entre os dois redatores, fato este escamoteado nas biografias e memoriais dedicados ao clérigo, tendo em vista a má reputação do redator luso no governo de D. Pedro I.

José Bonifácio acusara seus adversários de demagogia, em sua ótica. Pretendiam os maçons se apoiarem no descontentamento popular para, ambiciosamente, conquistarem o poder em nome das multidões. Lisboa lembra que o clérigo colaborara na “Representação de 20 e 23 de maio”, episódio que atestaria a participação decisiva de Januário em favor da Independência.⁵⁵ Sobre o episódio escreve Werneck Sodré (1999, p. 54):

Partiu de Joaquim Gonçalves Ledo e de Januário da Cunha Barbosa, os redatores do Revérbero Constitucional Fluminense, a representação, que contou com a adesão de outras figuras destacadas, para a convocação do Conselho de Procuradores, primeira e rudimentar forma de delegação eleitoral a vigorar no Brasil, no nível geral, e decisão que o governo de Lisboa não poderia considerar senão como de rebeldia.

Com a dissolução da Assembleia Constituinte e a extinção do processo, retornava o clérigo ao Brasil, “benignamente acolhido pelo imperador D. Pedro I” com a titulação de oficial da Ordem do Cruzeiro e a 25 de setembro, com a nomeação de cônego da Capela Imperial.

Pouco após o seu regresso, Januário da Cunha Barbosa testemunhou um público aceite dos mineiros aos seus beneméritos serviços prestados na província de Minas de Gerais. A gratidão lhe rendeu uma votação expressiva garantindo sua eleição como deputado para a primeira legislatura da Câmara dos Deputados, iniciada em maio de 1826, em que o clérigo

⁵⁵ Na noite do dia 29 de maio de 1822, encontravam-se na Tipografia do Silva Porto - local em que o tipógrafo do nome do estabelecimento, imprimia o jornal de Soares Lisboa - seis redatores da "Representação do Povo do Rio de Janeiro", petição com mais de seis mil assinaturas, cuja iniciativa partira do Senado da Câmara do Rio de Janeiro sobre a necessidade de "Convocação de Cortes Brasilianas" ou "Assembleia Geral Representativa". Embora tivesse ampla aceitação popular, a "Representação" provocara reações contrárias à Constituinte que foram veiculadas na imprensa. Os redatores do documento eram: em primeiro lugar, Joaquim Gonçalves Ledo; em segundo, o presidente do Senado da Câmara do Rio de Janeiro, José Clemente Pereira; terceiro lugar, o padre e professor de filosofia Januário da Cunha Barbosa, em quarto, o também padre Antônio João Lessa, em quinto, o jornalista luso João Soares Lisboa, e em sexto lugar, o desembargador Bernardo José da Gama. Em síntese, a "Representação" propunha em oito itens, 1º) uma "Assembleia Geral das Províncias" com no mínimo 100 deputados; 2º) sessões públicas para preservar a união do Reino Português em justas condições, mediante de 3º) alterações, reformas da Constituição em gestação em Lisboa; 4º) a Assembleia teria poder legislador; 5º) seria instalada com 2/3 do número total dos deputados; 6º) enquanto se esperavam as "províncias ainda não coligadas", vigoraria o artigo 21 das "Bases da Constituição Política da Monarquia" juradas pelo governo e pelos deputados constituintes do ano anterior; 7º) a "Assembleia" se dirigiria por escrito com as Cortes de Lisboa para deliberarem sobre "a união com Portugal, que o Brasil deseja conservar"; 8º) desejando autonomia, o lugar onde se daria a Assembleia seria a "Sede da Soberania Brasileira". (LEITE, 2000. p. 17-18)

tomou parte pelo Rio de Janeiro, já que também fora eleito por sua província e como previa a lei, devia ser empossado no lugar de nascimento.⁵⁶

O médico francês segue descrevendo a trajetória do clérigo fluminense, que após concluir os trabalhos quadrienais na Câmara, é nomeado diretor na folha oficial, *Diário do Governo* e na direção da Tipografia Nacional. Nessa altura, as funções desempenhadas na folha oficial do império, como a defesa de atos de administração renderam a Januário um “certo resfriamento na opinião dos que menosprezavam os seus sentimentos liberais e os seus esforços de livrar a monarquia constitucional dos perigos de uma revolução, que poderia ter um desfecho bem contrário aos intentos dos que nela se empenhavam.” (RIHGB, 1891, p. 188)

Em outras palavras, assinala Sigaud, que ao atuar frente ao principal órgão oficial de imprensa e defender atos do governo monarquista, pôde Januário reafirmar sua fidelidade perante os que desacreditavam em “seus sentimentos liberais”, e simultaneamente frear os ânimos reformistas de liberais radicais, evitando os riscos de uma revolução.

A direção e a redação da folha lhes são tiradas em meados de abril de 1831, porém logo em julho, pontua Sigaud (1891, p. 189), “a administração Regência permanente deu do que conhecia melhor os sentimentos do cônego Januário” restituindo-lhe a responsabilidade de coordenar e publicar os atos oficiais no *Diário*.

A última década e meia dos anos da vida do religioso foi descrita por Joseph François Xavier Sigaud, como inteiramente devotada a promover as atividades no Instituto e de maneira mais ampla, a prosperidade do país “por todos meios ao seu alcance”. Nomeado examinador sinodal pelo bispo do Rio de Janeiro no Seminário Episcopal de São José, Januário é encarregado de trabalhar no exame da vocação dos novos sacerdotes. Sigaud também lhe confere o título de “cronista do império”. Após a maioria de D. Pedro II em 1840, o clérigo é instituído diretor da Biblioteca Nacional.

O padre Januário, descreve o médico francês, deu a luz a numerosos escritos no periódico *Auxiliador da Indústria Nacional* – por ele criado – e contribuiu decisivamente “com incrível atividade” para a fundação do IHGB. Nas palavras de Sigaud:

Se a tudo isso acrescentarmos o seu desvelo no ensino de filosofia, em cuja cadeira se jubilou com vinte sete anos de serviço; se ponderarmos os

⁵⁶ “[...] e Januário da Cunha Barbosa, que suposto também é nomeado por Minas, contudo, como tem aqui [Rio de Janeiro] a sua naturalidade e residência, não pode deixar de tomar assento por esta Província à vista do Cap. 9 das Instruções de 26 de março de 1824, que muito clara e positivamente determina, que no caso de ser qualquer nomeado conjuntamente por duas ou mais Províncias, prefira a nomeação daquela, em que tiver naturalidade, e na falta desta, residência e no caso proposto o Sr. Januário da Cunha Barbosa, como já fica dito, não só reúne a naturalidade, mas igualmente residência, e por isso deve entrar por esta Província, deixando vago o seu lugar na de Minas”. Cf. *Diário da Câmara dos Deputados à Assembleia Geral Legislativa*. Rio de Janeiro, n. 1, 1826.

trabalhos incessantes da correspondência que ele entreteve com as principais sociedades da Europa e da América do Norte; se contemplarmos as dificuldades de criar, redigir e sustentar o *Auxiliador* e a *Revista trimestral*, periódicos que contam já o primeiro quatro volumes, e o segundo quase sete; se nos lembrarmos de que depois da publicação do *Revérbero* ele deu à luz o quadro das sessões da câmara dos deputados no ano de 1828, vários discursos sobre matérias políticas, inumeráveis sermões e orações de ações de graças, que cantou a glória da pátria em um pequeno poema intitulado *Niterói*, e que com muito trabalho coligiu dois volumes as poesias mais estimas dos poetas brasileiros, juntando-lhes as vidas de alguns deles que o descuido deixava em letal esquecimento; não nos admiraremos que o cônego Januário conseguisse no decurso desses últimos quinze anos tantas distinções, que chegasse a ser Secretario perpetuo das duas mais uteis da capital do Império, sócio do Conservatório dramático, correspondente de quatorze associações literárias estrangeiras, e que às comendas do Cruzeiro e de Cristo, que antes possuía, juntasse a ordem da Rosa, e as comendas da Conceição de Portugal e de Francisco I de Nápoles. (RIHGB, 1891, p. 189)

Na segunda parte da exposição, a fala de Jean-François-Xavier Sigaud se concentra em subdividir as atividades do religioso a partir de sua atuação ao longo das quatro primeiras décadas do século XIX. Nas qualidades de poeta épico e satírico, orador sacro, escritor político, professor de filosofia e jornalista, a atuação de Barbosa é destacada. Ao religioso “foi dada a eminente faculdade de brilhar, não com esse fulgor duvidoso, mas com essa luz viva e duradoura, em cada um desses ramos literários.” (RIHGB, 1891, p. 190)

A primeira atividade a receber destaque do padre Januário é a de *poeta*. No poema épico assinado pelo religioso sob o título de *Niterói*, Januário oferece uma “engenhosa metamorfose dos primeiros tempos da descoberta”, quando tribos indígenas povoavam a baía de Guanabara. Já o poema satírico *Os Garimpeiros*, despertara “inimizades contra o autor” por satirizar seus inimigos, enquanto os versos epigramáticos da *Mutuca Picante* – “cujas picadas ainda hoje sangram” – eram prova incontestada do seu “espírito incisivo séptico, e crítico de Marcial.”⁵⁷

Considera Sigaud, não apenas temerária, mas “arriscada e de comprometer” a crítica, motivada por um estímulo vingador feita por Januário em suas obras satíricas contra os seus adversários, pois, o ataque ferrenho terminava por voltar-se contra o autor. (RIHGB, 1891, p. 190)

O segundo momento esquadrihado por Sigaud na trajetória do religioso é a de *Orador sagrado*. Conta o médico que, Januário da Cunha Barbosa foi desde jovem chamado ao púlpito. Dedicando-se a leitura das melhores obras da literatura religiosa, como as prédicas

⁵⁷ Marco Valério Marcial foi um poeta latino da cidade de Bilibis localizada na província romana da Hispânia. Marcial nasceu em torno do ano 40 d.C. Seus *Epigramas* se impuseram como a mais importante do gênero epigramático não apenas na tradição latina, como em toda Antiguidade clássica, ver AGNOLON, 2007.

de padre Anchieta, Antônio Vieira e de Bartolomeu de Las Casas, e outros pregadores em um estudo “aprofundado dos inumeráveis sermões publicados em diversas línguas latina, portuguesa, espanhola e francesa” em “mais meio século” de dedicação, pôde o clérigo, se tornar um dos oradores sacros mais destacados da corte joanina e a atingir uma rara erudição, não contestada por “seus companheiros, nem ainda aqueles mesmos que constantemente se mostraram seus mais fortes inimigos”. (RIHGB, 1891, p. 191)

Como autor, Januário e

Seus numerosos sermões e orações de graças altamente atestam a tendência de suas ideias progressivas, e refletem a época social e política em que foram pronunciados de sobre púlpito, primeiro em presença de um soberano absoluto, depois perante uma monarquia nascente, mais tarde no meio de um auditório já afeito à liberdade de pensar e de escrever, finalmente ante um príncipe nascido sob o regime constitucional. (RIHGB, 1891, p. 191)

Se antes a trajetória do clérigo era um reflexo do período refletindo o bem sucedido processo de construção da nação, também sua obra é elevada à condição de signo de uma época. A metáfora do espelho é mais uma vez retomada para monumentalizar e enaltecer as obras de Januário relacionadas a períodos distintos na recente história do país, primeiro na presença do “soberano absoluto”, que subtende-se que seja D. João VI. Em D. Pedro I, a monarquia começa a tomar forma, é a aurora do regime monárquico. Este viria a se consolidar posteriormente, em um período “afeito à liberdade de pensar e de escrever”, que viu nascer um príncipe já sob as determinações do regime constitucional.

Na lista de dedicações, a próxima etapa discutida por Sigaud é a de Januário da Cunha Barbosa como *Escritor político*. Constata o médico que o reduzido círculo de escritores políticos até àquela época, dificultava a tarefa de ponderar o lugar que competiria o religioso ocupar. Com efeito, indaga Sigaud se caberia naquele momento ao clérigo Januário, na condição de escritor político, um lugar cativo no então pequeno panteão de ilustres compostos dignamente por figuras como, por exemplo, a de José da Silva Lisboa (o visconde de Cairu) que se distinguiu pela sua fé na monarquia e Evaristo da Veiga, o jornalista reformador. Indagação retórica, pois em um momento seguinte Sigaud sentencia:

Foi o literato cujos trabalhos estou esboçando um escritor de rara fecundidade; ele multiplicou os recursos de sua pena fácil, do seu estilo lícido por vezes caloroso, de suas citações hauridas nas melhores fontes, na defesa da causa dos diversos governos que se sucederam no poder, porém para o triunfo da ordem sistema parlamentar. (RIHGB, 1891, p. 192)

O empenho do padre secular poderia ser mensurado com uma sentença de autoria do político e historiador francês Pierre Daunou (1761-1840), que assim descrevia sua atuação: “Eu passei uma grande parte da minha vida a defender, sustentar, e encomiar o governo

parlamentar, no qual os deputados fazem e desfazem os ministros que a seu turno fazem e desfazem os deputados.” (DAUNOU Apud SIGAUD, 1891, p. 192)

A etapa seguinte a ser dissertada, são as contribuições do clérigo como *Professor de filosofia*. São breves considerações que informam que Januário começara a “inculcar à juventude os preceitos da filosofia antiga” ainda na “época que o Brasil foi erigido Reino”. Barbosa ministrou o magistério durante “um quarto de século”, formando “numerosos discípulos, que [...] ocupam os primeiros cargos da nação.” (RIHGB, 1891, p. 192)

O próximo passo de Joseph Sigaud é descrever as atividades de Januário da Cunha Barbosa na qualidade de *Jornalista*. O médico postula que o jornalismo é condição inerente ao sistema representativo, e cita o episódio da Independência e sua “multidão de escritos políticos”, confirmando que a atividade é “por si a principal força motora dos acontecimentos do país”. (RIHGB, 1891, p. 193)

O médico se dedica a descrever as contribuições do padre Januário na imprensa doutrinária (chamada à época de “jornais ministeriais”) da década de vinte do século XIX, ele assinala:

Basta dizer que o cônego Januário foi o mais ativo coparticipante no jornalismo do seu tempo; que se ele arrebatava no púlpito pela sua nobre presença, por sua fronte larga, por seu olhar vivo, por seus gestos regulares e sua voz acentuada e sonora; no exercício do jornalismo ninguém melhor do que ele possuía a fecundidade, a variedade dos argumentos, nem melhor sabia em seu tempo manejar a linguagem das circunstâncias, o elogio encomiástico dos felizes do dia, e o sarcasmo aos vencidos. Como que estava encarnado o espírito do jornalismo em sua organização sanguínea, móvel e susceptível. Era um agitar contínuo, um incansável produzir e um improvisar inexaurível, que só a paralisia da mão direita pôde diminuir e suspender na idade de sessenta e dois anos. (RIHGB, 1891, p. 193)

A despeito de toda distinção apresentada, Sigaud faz crer que Januário eventualmente poderia ter logrado maiores êxitos caso tivesse ascendido na Igreja ou caso o religioso não tivesse se “deixado distrair pelas influências das tormentas políticas”, no exercício de suas funções como funcionário público, nos quadros da burocracia imperial. Desse modo, “teria sido promovido aos primeiros cargos da nação se unicamente se tivesse dedicado ao estudo das suas necessidades, em vez deixar arrastar das musas, e de confiar nas infiéis promessas das revoluções.” (RIHGB, 1891, p. 193)

Ao conjecturar sobre os possíveis reveses que o religioso tenha tido ao se envolver em “infiéis promessas das revoluções”, Sigaud vai mais longe que o biógrafo anterior, Araújo Porto-Alegre, sem, no entanto, deslindar a trama das “tormentas políticas” que o teriam impedido Januário da Cunha Barbosa de uma ascensão plena em sua carreira. Como se tem

observado, as biografias publicadas na Revista acerca de seu fundador, via de regra, não privilegiaram essas manifestações. As maquinações políticas das quais Januário foi vítima, tampouco as tramas por eles urdidas não serão analisadas satisfatoriamente por seus biógrafos. De maneira mais ampla, os opositores de Januário da Cunha Barbosa não encontraram espaço no interior do IHGB.

O médico francês não vai mais além e finaliza a exposição contrabalanceando-a as afirmações acima de que o religioso não tenha logrado êxito devido às ingerências nas tormentas políticas. “Em compensação, porém”, ressalva Sigaud, que as inclinações morais e intelectuais apresentadas pelo clérigo-fundador ao longo de sua trajetória, faziam-no “fiel e inteligente”, reconhecidamente dono de um colóquio cheio de “chistosas anedotas” em sua forma de escrever artigos aplicados que primavam em zombar. Ao morrer, aos sessenta e seis anos de idade, abandonara a 6ª legislatura da Assembleia Legislativa. Partia, deixava encaminhada a discussão da Reforma da Instrução Pública Encaminhada, e o mais importante, deixava a pátria independente, a mesma independência encetada decisivamente por ele, assim como ideia da coroação do primeiro imperador constitucional brasileiro e a herança na participação de duas das instituições literárias mais importantes do período, a Auxiliadora da Indústria Nacional e o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. (RIHGB, 1891, p. 194)

2.4. A memória corporificada

Pouco mais de dois anos, quando as primeiras atividades foram organizadas no Instituto em prol da memória de Januário da Cunha Barbosa, a proposta que surgiu entre os membros na 145ª sessão que previa a construção de dois monumentos para homenagear a lembrança dos idealizadores do IHGB, padre Januário e marechal Raimundo José da Cunha Matos, se concretizou.

No dia 6 de abril de 1848, o IHGB realizou uma sessão pública no Paço Imperial para inauguração solene dos bustos dos seus dois fundadores. Cândido José de Araújo Viana presidiu a cerimônia solene. Nas palavras do presidente Vianna:

Para render a devida homenagem à memória de tão prestantes varões celebra o Instituto esta solene sessão, que eu tenho a honra de abrir, possuído de inefável júbilo e profundo reconhecimento pela mercê que Sua Majestade, o Imperador se dignou a outorgar-nos os imperais paços, e honrando-a com a sua augusta presença (RIHGB, 1891, p. 217-218).

A Ata da cerimônia descreve a sessão pública como a “primeira daquele gênero no país”, honrada com a augusta presença do imperador D. Pedro II, acompanhada por mais de quatrocentos espectadores, nacionais e estrangeiros, entre os quais se destacavam Ministros e

Conselheiros de Estado, a presença maciça do corpo médico, diplomático, militar, religioso e membros pertencentes às Câmaras de Deputado e Senado. A sessão teve início com o discurso de abertura do presidente Cândido José de Araújo Viana, que falou a um grande público.

Esclarece Vianna, que a escolha da matéria-prima empregue na confecção dos bustos deveria estar em conformidade, à altura dos feitos dos seus dois benfeitores. Desse modo, justifica, que não seria utilizado material ordinário, em verdade, a memória dos fundadores ultrapassava quaisquer monumentos:

Não vamos, Senhores, erigir aos nossos fundadores suntuosos monumentos de metal ou pedra, eles levantaram em seus escritos padrões de glória mais duradouros que o mármore e que o bronze, e os estearam em feitos ilustres, que há de eternizar em adamantinas páginas, colocando no eminente fastígio, a quem tem direito, guerreiro erudito, o patriota enérgico e ilustrado, que intrépido se apresentou entre os denodados mantenedores da nossa Independência. (RIHGB, 1891, p. 218)

Os dois monumentos, talhados em mármore, guardariam a partir daquele momento, na expressão de Lúcia Guimarães, a “Casa da Memória Nacional”. (GUIMARÃES, 2007)

Em seu discurso, Cândido Viana enaltece a nobre iniciativa da fundação da instituição, idealizada por dois “distintos Brasileiros”:

O amor da pátria e o amor das letras, a lisonjeira perspectiva da glória da nação, e o generoso estímulo da própria honra, sugeriram no ânimo de dois distintos Brasileiros a ideia grandiosa da fundação de uma associação literária, que curasse de reunir e organizar os elementos para a história e geografia do Brasil, dispersos por suas províncias e fora do Império. [...] A feliz concepção dos ilustres Brasileiros marechal Raimundo da Cunha Matos e cônego Januário da Cunha Barbosa, formulada em proposta, e oferecida à consideração da Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional, foi abraçada com entusiasmo, e debaixo dos auspícios daquela muito útil e benemérito sociedade recebeu existência o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, que foi instalado a 25 de 1838. (RIHGB, 1891, p. 217)

O Instituto Histórico é descrito por Cândido Vianna como uma “majestosa fábrica” sendo Cunha Matos e Barbosa, seus “primitivos arquitetos”, auxiliados por membros que propiciaram ao grêmio alcançar uma sólida reputação, graças aos préstimos e a “imediate proteção” do “monarca brasileiro” sem descuidar de mencionar as contribuições de “abalizados sábios e literatos nacionais e estrangeiros”, com os quais Instituto “mantém com as mais acreditadas corporações de letras amiga e fraternal correspondência; e tem recolhido em seus arquivos muitos códices preciosos, e numerosos escritos importantes para a história e geografia do Brasil, a que vai dando periódica publicação.” (RIHGB, 1891, p. 217)

O presidente lamenta, entretanto, que marechal Cunha Matos não tenha visto realizar “as esperanças que nutria em relação ao estabelecimento”, uma vez que “a morte o arrebatou

a três meses de fundação”. Em contraposição, “mais feliz do que ele o cônego Cunha Barbosa, em sete anos que lhe sobreviveu, gozou do aspecto consolador e prosperidade da instituição, e lhe prestou os relevantísimos serviços de que somos testemunhas.” (RIHGB, 1891, p. 217)

Ao final da exposição, o presidente Cândido José de Araújo Vianna apresenta os bustos ao público exprimindo em nome do Instituto, votos de gratidão para com seus dois fundadores:

Vamos patentear nos vultos desses varões respeitáveis, nas suas feições amenas e expressivas, que soube conservar hábil artista, a generosidade, o patriotismo, a humanidade, e mais virtudes que os ornaram: cinjamos as veneráveis fronteiras com os virentes ramos da árvore ditosa, cujo nome, conferido ao descobrimento do venturoso Cabral. (RIHGB, 1891, p. 218)

Ao coroar os bustos com folhas de pau-de-brasil, signo da realidade brasileira, Cândido Vianna (1891, p. 217) finaliza sua fala: “Seja essa coroa o símbolo da pátria que fazia bater seus corações generosos; da pátria, a cuja glória dedicaram seus pensamentos e suas fadigas.” Se o reconhecimento dos “perenes despertadores do nosso zelo pelas letras” não viera em vida, após a morte se tornaram merecedores “de nossa devoção”.

Findadas as considerações iniciais do presidente, o orador oficial da casa, Araújo Porto-Alegre, assume a palavra destacando que “de todas as oblações consagradas ao homem” eram “sem dúvida as mais nobres”, aquelas “honras conferidas aos mortos”:

Um povo se retrata todo inteiro nas honras que confere aos seus mortos ilustres. As nações que entregam ao vento as cinzas dos seus beneméritos, não tem futuro: são raças barbarizadas, cuja pátria é um vasto mercado, cujo berço é um balcão, e a vida uma cadeia tecida de anéis terrenos, são homens que fazem consistir toda a sua glória, toda a sua felicidade num pouco de metal: um sórdido e limitado horizonte circunscreve-lhes o universo de suas mais altas aspirações, e o tempo do seu Deus, o altar de suas adorações se resume nas taboas azinhavradas de uma criminosa gaveta. Nos columbários, nos cemitérios, nas sombrias de verdura e de mármore, é que um povo encontra os títulos de sua glória legítima: a lista dos óbitos é o grande índice dos fastos da humanidade. Cada lousa, cada epitáfio, é uma página dessa grande epopeia criada pelo passado, engrandecida pelas tradições, ilustrada pela história e venerada constantemente pelo futuro, as mais belas recordações da humanidade estão no catálogo dos túmulos (RIHGB, 1891, 219-220)

O trecho acima do discurso de Araújo Porto-Alegre, em que o orador incumbe à nação a tarefa de reverenciar seus “mortos ilustres,” ganha maior compreensão e destaque se relacionada ao célebre estudo de Fustel de Coulanges, *A cidade Antiga*, publicado em 1864, quinze anos, portanto, após a fala do orador. O historiador francês buscava analisar, a partir do estudo de crenças antigas presentes na história das “raças” indo-europeus e da relação

destes com a ideia de alma e morte, o surgimento da religião doméstica no desenvolvimento e formação das mais variadas instituições familiares, jurídicas e políticas da Antiguidade. A *Introdução* intitulada *Da necessidade de estudar as mais velhas crenças dos antigos para conhecer as suas instituições* indicava os objetivos do autor. (1998, p. 7)

Em seu estudo das crenças e instituições dos antigos, pretendia alcançar Fustel Coulanges, um sentido diametralmente oposto ao intentado pelo compatriota Michelet. O historiador francês tencionava pôr um termo definitivo ao passado e estabelecer uma divisão decisiva, para dar cabo às exumações dos mortos, assegurando que o passado estivesse devidamente finado. O historiador francês se levanta contra aqueles que buscavam na Antiguidade exemplos para as sociedades modernas. A citação, embora extensa, ilumina a questão.

Esforçar-nos-emos, sobretudo, por tornar evidentes as diferenças radicais e essenciais que, para sempre, hão-de distinguir estes povos antigos dos das sociedades modernas. O nosso sistema de educação obrigando-nos a viver desde a infância na tradição dos gregos e dos romanos, habituou-nos a compará-los sempre conosco, a julgar a sua história pela nossa e a explicar as nossas revoluções pelas deles. Tudo o que de gregos e romanos conservamos e por estes nos foi legado faz-nos ver quanto a estes povos nos assemelhamos; pesa-nos, pois, ter de considerá-los como povos estrangeiros; e assim, a estes, quase sempre, os interpretamos como a nós mesmos. Deste modo de ver procedem inúmeros erros. Enganamo-nos redondamente quando só apreciamos estes povos antigos através de opiniões e à luz de fatos do nosso tempo. Esta noção errada da matéria tem seus perigos. A ideia formada sobre Grécia e Roma muitas vezes perturba as nossas gerações. Por uma observação errada das instituições da cidade antiga, imagina-se poder fazê-las reviver entre nós nas leis da atualidade. Iludem-se, assim, quanto à noção de liberdade que tiveram os antigos e destarte a liberdade entre os modernos tem corrido seus riscos. Os nossos últimos oitenta anos mostram-nos claramente como uma das grandes dificuldades a opor-se à marcha da sociedade moderna está neste nosso inveterado costume de termos a Antiguidade grega e romana sempre diante dos olhos. (FUSTEL DE COULANGES, 1995, 11-12).

Observa-se, pois, que a obra de Coulanges estava inserida no contexto dos “últimos oitenta anos”, que abarcavam o período anterior a Revolução Francesa, de 1789, passava pelo Primeiro Império, Restauração, Monarquia de Julho, Segunda República e chegava por fim, ao Segundo Império. O autor parecia inquietar-se com os tencionados resgates históricos por parte de variados grupos, entre eles socialistas e republicanos radicais, incluindo historiadores pós-revolucionários que buscavam na experiência política dos antigos um precedente histórico que legitimasse suas posições políticas face à Revolução Francesa.⁵⁸

⁵⁸ São fartas as análises que se aplicaram em apontar o caráter infecundo das imitações. Destaca-se a passagem na obra de Karl Marx, *O dezoito Brumário de Luís Bonaparte*, em que o autor denunciava a recorrente imitação

No capítulo dois do *Primeiro livro*, denominado *O culto aos mortos*, observa Coulanges (1998, p. 14) que “até os últimos tempos da história da Grécia e de Roma” entre as “mais antigas gerações, muito antes ainda de existirem filósofos, acreditavam já em uma segunda existência passada para além desta nossa vida terrena. Encaravam a morte, não como decomposição do ser, mas como simples mudança de vida”.

Em seguida, o historiador francês se pergunta (1998, p. 7) "em que lugar e de que maneira se viveria esta segunda existência?" Após declinar a conjectura da imortalidade da alma, uma vez que a crença numa vida eterna jamais se enraizara entre as populações greco-italicas, esclarece o autor “que a alma ia passar essa sua segunda existência; ficava perto dos homens, continuando a viver na terra, junto deles”. Mais adiante, o autor certifica, “Acreditou-se mesmo, durante muito tempo, que nesta segunda existência a alma continuava associada ao corpo. Nascida com o corpo, a morte não os separava; alma e corpo encerravam-se juntamente no mesmo túmulo.”

Segundo Fustel de Coulanges, as cerimônias compreendiam que

Os mortos eram tidos como entes sagrados. Os antigos davam-lhes os epítetos mais respeitosos que podiam encontrar no seu vocabulário; chamavam-lhes bons, santos, bem-aventurados. Tinham por eles tanta veneração quanto o homem pode ter pela divindade que ama ou teme (1998, p. 14)

“Por mais antigas que sejam estas crenças”, “persistiram durante longo tempo” e que “delas nos ficaram testemunhos autênticos”, “entre os grandes escritores da Grécia se encontra a sua manifestação”, Coulanges localiza em escritos de autores latinos e identifica o culto aos mortos em autores como Ésquilo, Eurípides, Píndaro. São transcritas passagens de obras de autores da envergadura de Virgílio, Plauto, Columela, Plínio, o Moço, Suetônio, Ovídio e, por fim, Cícero que afirma: “são homens que abandonaram esta vida terrena; considerai-os como seres divinos” (CÍCERO Apud FUSTEL DE COULANGES, 1995, p. 14).

Em seguida, Coulanges (1998, p. 14) esclarece que a glorificação não era somente privilégio dos grandes homens, para o pensamento ciceroniano, cada morto era um deus, sem haver, desse modo, uma distinção do indivíduo *post-mortem*.

a personagens do passado por parte de democratas e socialistas procurando obliterar o significado das experiências do presente. Nas palavras de Marx: “Hegel observa [...] que todos os fatos e personagens de grande importância na história do mundo ocorrem, por assim dizer, duas vezes. E esqueceu-se de acrescentar: a primeira vez como tragédia, a segunda como farsa. Caussidière por Danton, Luís Blanc por Robespierre, a Montanha de 1848-51 pela Montanha de 1793-1795, o sobrinho pelo tio. E a mesma caricatura ocorre nas circunstâncias que acompanham a segunda edição do Dezoito Brumário.” Ver MARX, 1978. p. 325; cf. também SCHREINER, 2003.

Longe de querer apontar uma ligação da fala de Araújo Porto-Alegre aos ritos fúnebres presentes na religião doméstica dos antigos, que seria por motivos óbvios insustentável, antes pretende-se sugerir uma ligeira relação na exortação do orador ao povo quanto à responsabilidade de se “retratar” com seus antepassados, isto é, de prestar homenagens aos varões do passado em seus “columbários”.⁵⁹ Esses cuidados podem ser vislumbrados do discurso do orador:

Eu vos disse, Senhores, que a glória de um povo repousa toda inteira nos seus túmulos, e que a lista dos óbitos era o índice dos seus fastos; eu vos disse que a civilização de um povo se media pelas horas que ele conferia aos seus mortos ilustres, e que os epitáfios eram páginas da epopeia progressiva da humanidade. (RIHGB, 1891, p. 231)

Os pósteros cumpririam a função de sacerdotes laico ao rememorem constantemente os feitos dos seus antepassados, interpretando-os e conferindo identidade aos vivos a partir dos mortos. Estes não possuem mais uma dimensão sagrada, mas o passado edificado por eles, sim. Em última análise, se não pode ressuscitá-los, as narrativas biográficas os mantinham vivos na memória das gerações futuras. (DIAS, 2000)

O trecho acima remete mais uma vez ao debate da apropriação da Antiguidade Clássica pela nascente historiografia do IHGB e esclarecendo que, embora não seja o propósito do trabalho, é possível distinguir o entendimento, na fala do orador, da história em sua função antiga, como *magistra vitae*. A ideia de que a imitação dos antepassados, em seus gestos, promoveria um aperfeiçoamento na capacidade humana, acentuando seus progressos. Este era a próprio objetivo da disciplina histórica do período.⁶⁰

É a partir desse fito que Porto-Alegre lança um olhar para os antepassados. O passado em seu estatuto sacro. Subjaz a essa noção a ideia de que a história é uma constante que pode ser aprimorada com o aprendizado contínuo provindo dos ensinamentos dos “veneráveis varões”.

A história, para Porto-Alegre, era um progresso ininterrupto que se inicia entre e os gregos e latinos, e alcançaria os letrados do IHGB em uma longa tradição humanística

⁵⁹ O orador oferece mais um indício do seu olhar voltado para os antigos, já que o termo *columbário*, em Roma, designava uma variedade de construção sepulcral coletiva, feita a partir de tijolos, geralmente de formato quadrado, que perfaziam pequenos nichos destinados a guardar urnas cinerárias. Esses nichos eram dispostos em linhas horizontais, separadas por uma moldura saliente. O escritor latino Varrão descreve uma urna funerária que poderia conter mais de cinco mil restos mortais de crianças depositadas. (MELLADO, 1855, p. 507-508).

⁶⁰ Koselleck descreve a mudança que se operou em fins do século XVIII, quando da descoberta de um novo horizonte de expectativas, que se cristalizou no conceito de progresso. O historiador alemão descreve a transformação da ideia de “*profectus*”, termo que guardava uma conotação para “*progressus*” mundano. Essa mudança permitia que se pensasse em um “melhoramento da existência terrena”, dando margem para um futuro em aberto. A história passava a ser concebida como “um processo de contínuo e crescente aperfeiçoamento”, estabelecida de geração em geração. Cf. KOSELLECK, 2006. p. 316-317.

assegurada, sobretudo, pelo sistema de ensino do período. Roberto Acízelo de Souza ressaltou o amplo papel desempenhado pelo empreendimento eclesiástico na instrução escolar e a prevalência do ensino dito *humanístico*, que remetia às *humanidades* e ao *humanismo clássico*. O sistema pedagógico de ensino no Brasil oitocentista oferecia ao público livros que se ocupavam, primordialmente, com retórica e poética. (DURAN, 2010)

Em outros termos, a educação humanística pretende facultar um conhecimento comum a todos os homens, concebido como matéria coincidente com a própria natureza ou essência humana, donde sua designação mediante a palavra latina *humanitas*, literalmente humanidade, propriedade do que é humano. O vocábulo aparece pluralizado nas línguas modernas [...], provindo da expressão latina *studia humanitatis* (literalmente, “estudos da humanidade”), empregada por Cícero e depois na idade média, quando passa a designar o conjunto das disciplinas de ensino (as artes liberais de Marciano Capela: gramática, dialética, retórica, geometria, aritmética, astrologia e música) (SOUZA, 1999, p. 22)

O discurso de Porto-Alegre enuncia, do ponto vista histórico, as raízes humanísticas de uma formação acadêmica que corroboraria com a tese de Souza. Nas palavras do orador:

A história é o manancial que fertiliza o entusiasmo, que o prepara e fortalece para aparecer no meio dos homens trajado com as vestes do heroísmo e das outras virtudes. A reunião de todos os atos da humanidade é a grande epopeia da civilização: Homero, Tucídides, Ésquilo, Licurgo, Demóstenes, Fídias, Numa, César e Cícero, Agripa, Virgílio, e Tácito, Carlos Magno, Alcuíno e Dante, Gioia, Vinci e Buonarroti, Brunelleschi, Rafael e Vico, Camões, Descartes e Newton, Leibniz, Lavoisier e Napoleão, Newcomen, Laplace e Cuvier, David e Alexandre Soumet, são as estrofes variadas e magníficas desta narração pomposa, deste canto sublime e progressivo que narra as vitórias do entendimento, e faz da humanidade o herói de tantas variadas conquistas. (RIHGB, 1891, p. 221-222)

Para reforçar esta análise, retomamos o discurso de Araújo Porto-Alegre. O autor define o propósito da sessão:

[...] dedicamos nesta solenidade à memória dos nossos presados sócios, o marechal Raimundo José da Cunha Matos e cônego Januário da Cunha Barbosa, encerram um pensamento que esclarece o futuro, vinga o passado, e asselar, nesta época de transição, a nossa saudade, o nosso reconhecimento para com os dois principais fundadores do Instituto Brasileiro. (RIHGB, 1891, p. 219)

Este trecho materializa um traço fundamental do *regime de historicidade*⁶¹ marcado por uma *historia magistra*: para o orador, o pensamento dos fundadores do grêmio, José da Cunha Matos e Januário da Cunha Barbosa, tem a capacidade de iluminar o futuro, e em um

⁶¹ Para François Hartog (2013, p. 11) é imprescindível pensar a produção acadêmica do historiador articulada à dimensão temporal inerente à escrita da história do período e as relações humanas com o tempo como um todo. Essas relações seriam presididas pelo que o autor francês chamou de *regime de historicidade*, categoria analítica desenvolvida pelo historiador que lhe seria na caracterização de uma "maneira de engrenar passado, presente e futuro ou de compor um misto das três categorias".

mesmo movimento, atingir de maneira segura o passado. É neste sentido que Temístocles Cezar admitirá que o passado tecido pelos oradores do IHGB, eram tão somente seu próprio presente. Define Cezar que os “historiadores do IHGB devem ser profetas, mas do presente”. (CEZAR, 2004, p. 20)

A trajetória de ambos é marcada por comportamentos virtuosos, modelos de conduta para os pares. Esses modelos, apreendidos juntos com a história, propiciariam um esclarecimento do passado e a previsão do futuro, como aponta Araújo Porto-Alegre.

À referida “época de transição” cogita-se que Porto-Alegre tenha aludido ao turbulento contexto em que o IHGB foi fundado, os últimos anos do período mais conturbado da história brasileira, o período Regencial, cujo início se situa na abdicação de D. Pedro I, a 7 de abril de 1831, seguida de uma série de rebeliões violentas de contestação à ordem que se propagou ao longo do território nacional. O chamado “Golpe da Maioridade”, arquitetado pelos liberais a 23 de julho de 1840, quando o menino Pedro teve sua maioridade decretada, mitigou, em parte, a continuidade dos conflitos. (MOREL, 2008, p. 68)

O Instituto ao inaugurar os bustos de “mármore cinzelados” esforçava-se por “satisfazer uma fração deste empenho numeroso” e igualmente transmitir

[...] à posteridade as imagens venerandas do sacerdote [Januário] e do general [Cunha Matos]; mas cabe-lhe a máxima ventura de honrar sua memória, compensando da mais nobre que lhe é possível a perda de sua presença com a sua imagem: é uma grata ilusão para todos os membros desta academia, que eles criaram, e deixaram florente e respeitada. (RIHGB, 1891, p. 224-225)

Araújo Porto-Alegre (1891, p. 225-226) instrui seus ouvintes para que eles ponderassem com justeza “o preço destes varões, que agora honramos, é necessário que nos coloquemos no ponto de sua devida apreciação, e nos afastemos das inconsideradas exagerações da mediocridade na estima dos homens.”

Os fundadores do grêmio progrediram e legaram sua herança, segundo Porto-Alegre, a despeito do período adverso em que viviam. Era uma época de pouco apreço à liberdade de pensamento e escrita, uma restrição representada pelo orador com a utilização de uma sinédoque, um “pesado cetro”. O bastão curto, signo do poder do soberano, simbolizava uma autoridade marcada pelo despotismo e pela opressão do regime de D. Pedro I, outrora exaltado por Porto-Alegre, mas que naquele momento era descrito como “pouco ilustrado”.

Admiremos os homens que hoje consagramos, e que souberam, debaixo do pesado cetro de um despotismo pouco ilustrado, elevar-se ao ponto em que os vimos antes da era de pensar e de escrever livremente, e de progredirem até merecessem este de pública veneração, legando aos seus parentes e

amigos a glória de ouvirem vitoriar seus nomes no seio de uma academia ilustrada, e perante o Imperador Americano. (RIHGB, 1891, p. 227)

É conveniente lembrar que o orador ficara responsável de tecer uma das considerações *post-mortem* na primeira sessão do grêmio em prol da memória de seu fundador, e passados dois anos após seu falecimento, Porto-Alegre (1891, p. 229) observa que não há “um só acadêmico que não sentisse em seu peito sentimento inextinguível com a recordação do benemérito Januário”, o nome do clérigo “querido do povo” e “respeitado por estranhos” se transformara em “uma página brilhante da nossa história literária e civil”.

Por quase “meio século”, Januário da Cunha Barbosa acumulara erudição de todos “os tesouros da antiguidade clássica, padres da Igreja” e do que de mais apurado se produziu a civilização moderna. Para Porto-Alegre (1891, p. 229) o clérigo se destacara no “gênio da poesia, no púlpito nas palestras literárias e científicas”, todas essas atividades ministradas “com uma elegância e pureza de língua digna de ser invejada.” Um dos seus maiores legados foi o “aperfeiçoamento do espírito da mocidade” em uma missão voluntária: por quarenta anos “ensinou a moral do Evangelho, e vinte e cinco as máximas de uma sã filosofia”.

Ressalta Porto-Alegre (1891, p. 229) que os “talentos do cônego Januário nunca foram nem levemente contestados”, sobretudo nos “dias terríveis de inopinadas peripécias, e nos transe e oscilações de sua vida, que não foi igualmente risonha e plácida”. Apesar de fazer menção aos inesperados episódios, o orador segue a praxe dos memoriais anteriores ofertados ao clérigo não nomeando seus interlocutores, no máximo, chega a afirmar que os inimigos de Januário da Cunha Barbosa não foram outros senão os detratores da pátria retirando o conteúdo pessoal dos conflitos.

Estes mesmos inimigos, responsáveis pela deportação do clérigo, não conseguiram enfraquecer os “três pontos invariáveis que estavam profundamente gravados nos seus nobres instintos”:

Na volta de sua deportação, o nosso ilustre consócio não trouxe ódios, nem libelos; Januário reapareceu nos longes do horizonte, tangendo sua lira harmoniosa, risonho e sereno, e saudando os montes de sua querida pátria, tecendo um hino ao sol dos trópicos, e cantando Niterói. A espada do Anjo exterminados nunca refletiu um lampejo de sua alma na lâmina cruel: no seu coração nunca houve essa esponja falta que se embebe do fel das vinganças. (RIHGB, 1891, p. 230)

Na descrição de Porto-Alegre, pode-se entrever o retorno de Januário da Cunha Barbosa ao país, aos moldes do regresso mitológico de Orfeu que voltara do mundo inferior, após enfrentar deuses e demônios à procura de sua querida Eurídice, empunhando sua “lira harmoniosa”, instrumento que usara para inebriar os inimigos. (KURY, 2009, p. 294)

A prova da inocência do religioso atestada por Porto-Alegre é que as desventuras impostas a Januário da Cunha Barbosa pelos seus detratores com o desterro não foram capazes de despertar sequer um lampejo de ressentimento ou rancor que tenha servido de combustível para vinganças do clérigo.

Pondo fim ao discurso, o orador oficial do Instituto Histórico aponta a profícua produção de Januário. Se o clérigo escrevera muito, é porque escrevera toda a vida, mas a preservação deste material estava desde o início comprometida já que “a maior parte dos seus escritos não foram lançados à posteridade, e nem poderiam ser”, justifica Porto-Alegre que isso aconteceu porque o clérigo era:

[...] um homem que se constitui missionário do presente, que marcha acompanhando o tempo e as circunstâncias, que escreve para combater de hora em hora nos periódicos, lança todas essas folhas ao ar, que desaparecem com a efêmera vida dos acontecimentos que as fizeram sair à luz. (RIHGB, 1891, p. 230)

A produção literária de Januário não se circunscrevia apenas às atividades jornalísticas na tarefa da redação de periódicos diários. O clérigo, segundo Porto-Alegre (1891, p. 230), foi precursor na composição de elogios fúnebres, ele “importou as necrologias”, o “primeiro que ofertou no altar da morte um tributo, um culto merecido à memória dos varões ilustres”.

Seguindo a ordem programada da sessão, o sócio correspondente Francisco Manoel Raposo de Almeida expõe um discurso em memória do marechal Raimundo Cunha Matos. O panegírico de Raposo Almeida antecede o *Elogio Histórico* pronunciado pelo 2º secretário Francisco Paula de Menezes acerca de Januário da Cunha Barbosa.

O 2º secretário Menezes (1891, p. 241) ao assumir a tarefa de dissertar sobre o religioso, reconhecia que o caminho possível para estudá-lo passava pelos “pensamentos” de Januário, por meio deles se chegaria ao “incalculável livro de sua inteligência para ler as grandes concepções de verdades que lá existiram”. Desde o início de sua fala sentiu a dificuldade se “louvar a um homem como o ilustre cônego Januário da Cunha Barbosa é discorrer sobre uma época inteira de ilustração é abranger de relance todos os produtos das duas grandes influências que maravilhosamente exercera.”

O *Elogio Histórico* de Menezes descreve a vida do clérigo em seus já conhecidos contornos, o autor vislumbra a trajetória de Januário da Cunha Barbosa pelos olhos dos seus memorialistas predecessores, isto é, a partir dos numerosos *topoi* que enquadravam a carreira de Januário da Cunha Barbosa, fosse ela eclesiástica ou como funcionário da burocracia imperial, como digna de exemplaridade, a ser louvada e imitada pelos pósteros. Em função dessa reprodução de caracteres anteriormente levantados que se produz uma iminente

sensação de repetição a tudo que o 2º secretário venha a falar sobre um dos fundadores do Instituto Histórico.

A vida do clérigo é apresentada como uma ascensão contínua em todos os aspectos de sua existência. Menezes fala de uma “espantosa concatenação de fatos grandiosos que esmaltaram a vida inteira do ilustrado cônego J. da C. Barbosa, desde a aurora até o instante em que o ferio sopro da morte a luz da vida e fechou as portas ao tabernáculo do gênio”. (RIHGB, 1891, p. 243)

A compreensão de que a trajetória do sacerdote era repleta de feitos do “berço” ao túmulo, advém daquilo que Pierre Bourdieu chamou de uma noção sartriana de “projeto original”: a vida de Januário seria a contínua revelação de uma obra acabada desde o princípio.

Essa vida organizada como uma história (no sentido de narrativa) desenrola-se segundo uma ordem cronológica que é também uma ordem lógica, desde um começo, uma origem, no duplo sentido de ponto de partida, de início, e também de princípio, de razão de ser, de causa primeira, até seu fim, que é também um objetivo, uma realização (*telos*). (BOURDIEU, 2008, p. 74-75)

A família do clérigo legara a ele, sobretudo, o pai – Sr. Leonardo José da Cunha Barbosa, descrito como “homem de costumes puros” – uma “pobreza honrada” e os “mais belos exemplos da pátria.” Na mocidade, Januário da Cunha Barbosa conseguira “espantosos progressos”, graças à “facilidade de sua compreensão, o gosto pelo estudo, e os primeiros tempos do seu gênio, o tornaram em breve espaço o assombro dos que curaram de sua educação.” (RIHGB, 1891, p. 243)

A título de “engrandecer seu louvor”, Menezes julga necessário mencionar os nomes dos professores dos clérigos e que este não era um esforço fortuito, afinal “lembrar o distinto nome de seus mestres, porque não poucas vezes a glória destes reverte sobre a discípulos” e cita o poeta brasileiro Manuel Inácio da Silva Alvarenga (1749-1814), “célebre pela vastidão de seus conhecimentos”, com “quem bebeu o jovem aluno [Januário] as fecundas lições da arte dos Cíceros, que mostrava não vulgar aptidão.”⁶²

Aqui, são claras as referências de Januário enquanto leitor de Cícero. Presentes em manuais de retórica no século XIX, como Souza (1999, p. 41) já havia apontado. É em Cícero

⁶² Segundo Duran (2009, p. 26) que analisa o *Alvará de regulamento para os estudos menores das línguas latinas, grega e hebraica e da arte da retórica* publicado em Lisboa, no ano de 1759, durante o reinado de D. João I, foi aprovado para criar de cadeiras de retórica para os estudos menores. O *Alvara* trazia a lista dos clássicos a serem ministrados nas aulas e lidos, *Instituições*, de Quintiliano, adaptadas por Rollin para o uso nas escolas; aconselhava-se o uso das da *Retórica*, de Aristóteles; *Obras Retóricas*, de Cícero e Longino, Vossio e Frehey de Granada. As recomendações distinguiam a obra mais aconselhável para cada tipo de oração. Os gêneros da disciplina podiam ser compreendidos com leituras das *Orações* de Cícero; para melhorar a elocução, a *Fundamenta Stylicultores* de Heinécio.

que Januário depreende a famosa fórmula do orador latino *historia magistra vitae*, que exprimia uma a clássica concepção da história enquanto fornecedora de exemplos (*plena exemplorum*).

A fase que se seguiu, após a razão estar “formada pela reflexão” de Januário, foi marcada pelo “primeiro grito de sua vocação” como um de seus “triumfos escolares”. Pondera Menezes que nem sempre a profissão eleita é resultado de “amadurecida reflexão ou de combinados cálculos”, já que muitas vezes a sociedade não permitiria que ela fosse exercida, mas um impulso “chamou o jovem Januário ao altar da religião.” (RIHGB, 1891, p. 243-244)

Após dissertar sobre a tradição nacional de mestres nas artes da oratória sacra, lamenta Menezes que estivessem “perdidos para nós os primeiros ensaios do ilustre cônego Januário da Cunha Barbosa” de tal modo não podiam ser avaliados, mas que essas produções “que lhe granjearam a sólida reputação de que gozara desde que apareceu em tão sublime quanto perigoso teatro”. (RIHGB, 1891, p. 247)

O 2º secretário Francisco Paula de Menezes estima que o “talento” do clérigo tenha lastreado “mais de quatrocentos sermões”, e numa representação que se tornara célebre, muito empregada pelos memorialistas, descreve Januário:

Era nosso colega dotado de uma voz cheia, sem aspereza, e de fisionomia expressiva e amena. Seu porte tinha essa majestosa conveniência, que tanto impõe sobre um auditório. Sua eloquência era persuasiva sem esforço, encantadora sem afetação, flexível e a apaixonada algumas vezes, como a de [Jean-Baptiste] Massillon: seus quadros eram traçados com arte, suas imagens cheias de vida e de conveniência seus símiles revelam a lição dos grandes mestres e o depurado gosto do orador; frequentes seu pincel traçou elegantes retratos oratórios, que bem deixam ver quanto se nutria seu gênio das fecundas lições dos grandes mestres. (RIHGB, 1891, p. 248).

Menezes (1891, p. 248) enfatiza que “nosso colega”, Januário, em uma demonstração de suas grandes qualidades de orador, sabia “prantear a morte dos reis”, e que o clérigo tenha ministrado as “orações fúnebres do imortal rei o Senhor D. João VI, e à nossa primeira Imperatriz” D. Leopoldina (1797-1826). Essa faculdade já havia sido descrita por Araújo Porto-Alegre como um elogioso pioneirismo do clérigo que “importou” a prática de necrológicos, as trazendo-as para o cerne do IHGB.

O 2º secretário também reverenciava o clérigo por um dos atributos de sua produção literária e sacra, digna de admiração “com toda justiça” a “correção e pureza deu estilo”, os “vigorosos esforços que fizera para depurar a língua que falamos dos inúmeros vícios que uma educação descuidada” tenha propiciado.

Os próximos temas a serem visitados por Menezes (1891, p. 250) envolvem “outro teatro não menos vasto”, o teatro da política. Como em outros memoriais, o ponto de inflexão para que o processo de emancipação no Brasil se iniciasse, começa no Velho Mundo, “desatado em toda Europa” e que atinge “o grito do povo português”, como em um despertar do “pesado sono de uma escravidão de tantos séculos!” O “estrondoso movimento” atravessou o oceano e atingiu o país rememorando em “nossos corações as reminiscências de tantas opressões!” Os portugueses fizeram um cálculo que previa sua liberdade, mas “para nós a escravidão e as trevas da ignorância”.

A conjuntura política do país, às vésperas da Independência é pensada por Menezes, a partir de analogias literárias, como um drama, ou um teatro. O autor descreve que “brasileiros dignos da pátria” se associaram para neutralizar o execrável conluio luso. Entre os brasileiros, se encontrava “nosso ilustre consócio [Januário] e alguns outros”. O povo “carecendo de enxergar a verdade, destramente coberta pela sedutora linguagem de nossos adversários”, foi esclarecido “com a publicação de um jornal político, o *Revérbero*, escrito no estilo de uma época toda tinta nas paixões [e do] desencadear nas grandes crises das nações.”

Distinta foi a figura do ilustre cônego Januário da Cunha Barbosa em todas as cenas deste grande drama. É ele e seus amigos que auxiliam o augusto príncipe a proclamar nos campos do Ipiranga nossa independência; é ele quem voa à Minas Gerais para levantar os obstáculos que se opunham à realização do grande plano de um império. Ele volta, Senhores, coberto de glória, e com a satisfação de haver desempenhado tão alta missão. (RIHGB, 1891, p. 251)

Depois deste nobre gesto, era de se esperar, indaga Menezes (1891, p. 251) que “a coroa cívica tecida dos louros da vitória vai cingir sua fronte gloriosa?” Ao contrário, o exílio voara ao encontro do clérigo que de imediato foi expulso para França “porque a calúnia o envolvera em suas horríveis tramas”. Estoicamente, Januário aceita seu destino de desterrado. No estrangeiro suas “saudades da pátria são pouco suavizadas pelas sublimes impressões de tantas belezas e prodígios de uma civilização tão adianta.”

Em um momento de terrível desamparo é que o religioso revelaria seu caráter, ao invés do ressentimento e do desejo de vingança contra seus opositores, no exílio, Januário planejava seu prestígio futuro no país que o exilara como forma de reparação do indigno gesto. Tratava-se de uma represália patriótica. Sua ascensão no império seria uma resposta aos seus inimigos.

Qualquer homem de um caráter vulgar, cuja alma desse acesso às paixões rancorosas, vingar-se-ia talvez da pátria, esquecendo-a; porém o ilustre cônego, Senhores, vinga-se pensando em seu futuro engrandecimento e nos meios de obtê-lo! Ele estuda a atividade industrial, e examina as molas de

sua elevação; apalpa o rápido crescimento das artes, frequenta os grandes estabelecimentos; pratica com os mais ilustrados homens de todas essas terras de sua peregrinação, e colhe deste jeito uma soma de conhecimentos que ampliam prodigiosamente a esfera tão vasta inteligência. (RIHGB, 1891, p. 251-252)

O clérigo aguardou até o momento em que viu “finalmente destruído os enredados fios da trama que o havia envolvido” ao receber das “próprias mãos do augusto monarca” as distinções da Ordem do Cruzeiro e logo depois, dignidade de cônego.

O que se segue no pronunciamento é sabido, uma vez que o discurso do 2º segundo secretário realiza uma recompilação de dados e informações presentes em narrativas biográficas consagradas ao religioso, antes publicadas na Revista do grêmio. Brota dessa síntese, a imagem de Januário da Cunha Barbosa como um indivíduo dotado de variadas virtudes morais. Em primeiro lugar, a caridade do religioso. “A bolsa” de Januário, escreve Menezes (RIHGB, 1891, p. 252-253), “pouco repleta, mas franca, espancou a necessidade de muitos.” Em segundo lugar, sua benevolência. Em uma “época de terrível egoísmo e abnegação”, em que “multidão sempre estúpida” buscava “apedrejar e demolir os grandes edifícios, isto é, os grandes homens. O clérigo deu mostras do seu admirável caráter e um “grande serviço a seus detratores”, ao poupá-los da “vergonha de uma solene” de ter que retratarem em público.

Um terceiro ponto ressaltado por Francisco Paula de Menezes é o seu empenho na promoção da literatura nacional. Januário, ao se ver “o cultivo das letras da pátria, tão esquecidas e abandonadas” reuniu “os espalhados elementos de nossa glória literária e levou ao público “numerosos escritos inéditos de nossos melhores poetas, organizando um Parnaso que os eternizasse”. Seu “largo cultivo dos clássicos tinha-lhe dado essa aptidão, essa esquisita sensibilidade que auxiliada pela reflexão chamamos gosto em um de letras”. (RIHGB, 1891, p. 254)

A glória máxima para o religioso viria com a participação e fundação de duas grandes instituições literárias do período, a SAIN e o IHGB. Ambas são uma resposta a “escandalosa adulteração” com que o “mercenário estrangeiro” traçava nossa história. A história da pátria antes entregue “a ímpia mão do bárbaro”, estava agora assegurada, graças à “obra desse homem verdadeiramente grande, cujo patriotismo jamais se cansara, cujo gênio jamais fraqueou, e cujo coração foi cada vez mais da pátria.” (RIHGB, 1891, p. 257)

Com a saúde já debilitada, conta Menezes (1891, p. 257) que, uma “rápida febre” arrebatou o religioso a 21 de fevereiro de 1846, levando para eternidade um “orador eloquente”, um “denodado campeão”.

Sua vida foi um composto de grandes feitos e de pequenas imperfeições. Viveu como morreu, pobre e respeitado. Sua morte foi plácida e tranquila como a dos homens probos, grandiosa e sublime como a dos sábios. A hora tinha soado nos campanários da eternidade, era a hora do terrível passamento, ainda em bem que foi ela solene. (RIHGB, 1891, p. 258)

Seis anos antes do falecimento do clérigo, Antônio Carlos Ribeiro de Andrada Macho e Silva assinou no Palácio do Rio de Janeiro, o decreto de 14 de agosto de 1840, com rubrica do imperador D. Pedro II, que mandou executar o pedido de aposentadoria solicitado por Januário em 1835, com o ordenado de 600\$000 (seiscentos mil réis), mesmo valor recebido ao longo de mais duas décadas no magistério na cadeira de Filosofia Racional e Moral. (COLEÇÃO DAS LEIS DO IMPÉRIO DO BRASIL, 1839, p. 38)

Em termos absolutos, o valor poderia ser considerado modesto se comparado à riqueza das palavras com que os biógrafos do clérigo empregavam ao compor sua memória. Uma ironia se atentarmos para a figura de Andrada Machado, cujos irmãos, José Bonifácio e Martin Francisco, Januário conhecera muito bem, e agora um dos membros dessa mesma família, chancelava o benefício que permitiria ao clérigo se dedicar integralmente às atividades da Sociedade Auxiliadora e do recém fundado Instituto Histórico.

2.5. Januário na Galeria dos ilustres de Sisson

A *Galeria dos Brasileiros Ilustres*, que veio a lume em 1861, foi uma das primeiras obras publicadas, distante da órbita do Instituto, a dedicar um espaço à memória de Januário da Cunha Barbosa. Seu autor era o retratista⁶³ e litógrafo francês Sebastião Augusto Sisson que chegou ao Brasil em 1852 e se estabelecera, três anos mais tarde, no Rio de Janeiro.

A escrita biográfica da *Galeria* assentava, por intermédio de uma narrativa fundadora, valores e identidades a serem reproduzidas pelos pares, haja vista, o quanto concorriam para o bem-estar da pátria. O autor francês procurou exaltar trajetórias e valores que perfaziam o projeto do regime monárquico centralizado na figura do soberano. Januário da Cunha Barbosa, assim como os demais biografados, são apresentados como *vultos* ilustres, homens probos e íntegros, cuja honestidade e determinação quanto aos assuntos pátrios o tornavam célebres desde muito cedo, graças às suas próprias ações, benéficas à nação. (MENEZES, 2008, p. 4)

A obra do litógrafo francês guardava uma motivação maior, a de apresentar para nação a vida de homens ilustres, como exemplo de indivíduos praticantes de gestos e ações nobres,

⁶³ No oitocentos, aumentaram as possibilidades de se reproduzir tecnicamente imagens. Com a facilitação propiciado pelo avanço da técnica a escrita se modificou e permitiu o aparecimento de revistas ilustradas.

modelos a serem imitados pelos cidadãos, seguindo a fórmula atribuída a Pitágoras de Samos na Antiguidade “Venera a memória dos heróis beneméritos”.

Foi e é nossa ideia bosquejar somente sob o ponto de vista histórico a vida e o caráter dos homens que se tem ilustrado no belo Império Americano; desenhar as principais figuras, que tem deixado vestígios de sua passagem neste país e em sua cena política desde a Independência até os nossos dias; em uma palavra, apresentar os quadros e a história do Brasil neste período, expondo a par dos retratos os feitos dos seus varões que mais se tem distinguido. [...] Nossa missão, pois, se resume exclusivamente em transmitir à posteridade os traços dos principais personagens do heroico drama da Independência do Brasil, e daqueles outros que, herdeiros desse legado glorioso, dirigem o país em sua marcha regular. Dos primeiros a maior parte já pagou o tributo à morte, e não são mais que sombras ilustres do Panteão histórico do Brasil; alguns porém restam ainda, como venerandos monumentos do passado, e com seu exemplo, seus conselhos, e sua experiência, animam aqueles que, jovens ainda, e cheios de vigor e de esperanças, continuam a obra grandiosa de seu país. (SISSON, 1861)

Na *Introdução da Galeria...* (1861), Sisson justificava os objetivos de sua obra:

Além da importância imensa que debaixo deste ponto de vista apresentam as biografias, acresce que todos os povos naturalmente se ufanam de ver perpetuada a memória de seus heróis, e varões beneméritos, ou nos cantos dos poetas, ou nos monumentos que a gratidão nacional lhes consagra, ou enfim e principalmente nos escritos de biógrafos conscienciosos, que são ao mesmo tempo uma justa satisfação para os contemporâneos, e um tesouro precioso reservado para a posteridade; um tributo de gratidão devido aos beneméritos, e, o que não importa menos, um incentivo poderoso, que convida os filhos a seguir os exemplos dos pais, e que faz suceder por novos os antigos beneméritos.

O modelo de virtude, que percorre manuais biográficos como, por exemplo, o de Sisson, estava calcado em um ideal da virtude personificada na figura do herói. Esse modelo remete a uma herança inspirada nas artes da oratória da Antiguidade Clássica, em particular, a uma determinada concepção de história, cuja origem se liga ao filósofo latino Marco Túlio Cícero, para quem a história, era a testemunha dos séculos, a luz da verdade, mensageira do passado, em síntese, a mestra da vida. (CICERO, 2004, p. 71)

A história aparece como um gênero de narração especialmente voltado à sua função narrativa no registro de fatos verdadeiros, transcorridos no passado. Assim como o *aedo* – inspirado pela Musa – cantava as epopeias e a glória imortal dos heróis, o historiador se esmerava em demonstrar a partir das *exempla*, os varões beneméritos, cujos gestos podiam ser imitados pelos pares do presente e do futuro. Para Hartog (1999, p. 18)

[...] o aedo de outrora era um dispensador de *kléos*, de uma glória imortal para os heróis que tinham aceitado morrer por ela no combate, o *hístōr* sente-se requisitado a “produzir” sua narrativa para impedir (ou, pelo menos, retardar) o apagamento da atividade de homens que são simplesmente homens.

A história – em sua acepção ciceroniana reproduzida por Sisson – era o registro de traços da atividade dos homens que dispunha de uma gama variada de heróis que encarnavam ideais máximos da nacionalidade. Suas condutas eram como espelhos a refletir o patriotismo cívico.

Interessava aos grupos à frente do IHGB, subsidiados pelo erário do monarca, veicular narrativas biográficas de caráter pedagógico que fornecessem lições monumentalizadas a serem assimiladas pelo público. O caráter pedagógico das trajetórias era o lastro dos mais diferentes manuais biográficos publicados no período.

O trabalho de Augusto Sisson seguia a voga das publicações de coletâneas ou dicionários biográficos que grassou no Brasil, com especial vigor, a partir segunda metade do século XIX. Ele também partilhava do mesmo repertório de referências das biografias publicadas na Revista do IHGB, a saber, a exaltação de valores e condutas que concorreriam para o bem da nação. Em outras palavras, a construção de trajetórias individuais em que o personagem da trama devotava-se diligentemente à causa do regime monárquico.

As biografias apresentavam uma história nacional, sempre vista a partir da ótica e das ações dos seus ilustres varões e assim, reproduziam um determinado imaginário nacional que tinha como elementos chave, o caráter benéfico do poder monárquico e o projeto centralizador representado pela figura do imperador. O caráter norteador dos escritos biográficos apresentava a monarquia constitucional como a forma de governo mais adequada, junto com a centralização política, personificada na figura, primeiramente do imperador D. Pedro I, e ulteriormente, na personalidade do seu filho e sucessor.

No empreendimento literário de Sisson, a narrativa dos feitos de Januário da Cunha Barbosa o glorificavam, elevando-o à importância de herói nacional. Suas ações se respaldavam em códigos e valores sociais vigentes, transformando sua trajetória em um signo, um padrão a ser alcançado pelos contemporâneos e pela posteridade.

Afora a “relação dos feitos dos grandes homens”, pontua Sisson, que seu manual guardava:

[...] um encanto indizível em ter junto da história dos heróis, ou do homem iminente, a imagem de seu rosto: então parece que se renova o passado, ou que se testemunha cenas brilhantes, de que se esteve longe: então como que se vê o estadista meditando no seu gabinete, como que se admira o orador na tribuna, e o poeta exaltando-se em suas horas da mais feliz e ardente inspiração. (1861)

Destarte, além do propósito apresentado pelo autor, de revelar os feitos dos *vultos*, o projeto biográfico de Sisson se ancorava na proposta de revelar a imagem, um retrato dos

varões. As litografias, com a “imagem dos rostos” dos biografados, antecedem os 89 textos biográficos dos *homens ilustres*, compilados pelo autor. Os varões eram apresentados em imagens com trajes formais e poses imponentes. Por meio delas, Sisson procurava revelar as “cenas brilhantes”, às nobres atividades as quais os biografados se dedicavam.

À periodicidade da *Galeria*, elucida Augusto Sisson que “O título da nossa obra indica bem claramente, que tomamos por ponto de partida a época gloriosa da Independência do Brasil”, ainda que não se desconheça que “a nossa galeria com um grande número de varões ilustres, que se assinalaram nos séculos anteriores, e ainda nos primeiros anos do atual”. Aqui, são claros os esforços de compor uma narrativa nacional que precederia mesmo à Independência em 1822. Este passado mais remoto contaria com a presença de figuras da estirpe do “padre José de Anchieta, que embora nascido no velho mundo, foi o apóstolo do novo, e tornou-se Brasileiro por uma vida inteira consagrada ao Brasil”.

O litógrafo se ufana ao comentar que seu empreendimento foi animado por um “majestoso incentivo”, seu manual, divide glorioso com o leitor, foi “bem recebido e acoroçado pelos Brasileiros, e muito nos honra a distinção com que S. M. o Imperador o Sr. D. Pedro II se dignou de tomar debaixo de sua imediata proteção especial a *Galeria dos Brasileiros Ilustres*.”

A anuência do monarca à obra de Sisson é uma característica determinante da natureza e dos conteúdos que são explorados nas biografias que compõem a obra, especialmente do religioso. Explica o autor francês que:

Em nossos trabalhos biográfico esmerilhando cuidadosos a vida pública do homem, suspenderemos nossos passos diante do lar doméstico; e cerraremos os olhos ao proceder particular: não pertence ao escritor a vida íntima do cidadão: somente à tradição cabe revelar esses detalhes para completar o caráter dos homens célebres.

Desse modo, Sisson se exime da responsabilidade de revelar as “particularidades íntimas” dos seus *vultos*, distanciando sua obra da “publicidade motejadora”, referida por Sigaud, que urdia cáusticas críticas às tramas que se passavam na capital do império. Julgava não ser de sua alçada, tampouco da competência dos escritores, em geral, escrutinar “a vida íntima do cidadão”. O resultado dessa escolha é sabido, ao “cerrar os olhos” para o “proceder particular”, as narrativas deixam de mencionar os conflitos interpessoais, muitas vezes travados entre membros do Instituto Histórico que se opuseram mutuamente no passado, e reduzem estas trajetórias a meros símbolos cívicos do “drama da Independência do Brasil”. Nesta circunstância, a assepsia dos relatos não deixava dúvidas quanto à possibilidade da obra dispor da chancela do monarca.

Sisson reserva duas laudas para descrever a trajetória do clérigo, quantidade observada em boa parte dos memoriais, exceção feita a indivíduos considerados mais proeminentes, como o militar Luís Alves de Lima e Silva, o Duque de Caxias. (SISSON, 1861, p. 17-22)

O autor francês não apresenta novos dados da trajetória do religioso, ele também segue os marcos temporais propostos pelos comentadores anteriores e define o ano de 1821, como o ano do ingresso do religioso à causa emancipacionista. Nesse momento, segundo Sisson (1861, p. 111) um “grito de liberdade soltado em Portugal achou eco no coração de Januário da Cunha Barbosa”, que de pronto se associou a “um amigo e colega de estudos”, Joaquim Gonçalves Ledo para fundarem o periódico semanal, *Revérbero*, responsável por acender o entusiasmo em favor da independência. Apesar de consumada apenas em setembro de 1822, a Independência tinha realizado “verdadeiramente em Maio pela representação feita pelos dois redatores do *Revérbero*”, a qual teve como consequência o episódio do “Fico”, em que José Clemente Pereira, “e mais dois patrícios”, José Mariano de Azevedo e José Joaquim da Rocha, redigiram um documento que aconselhava o Príncipe Regente a desrespeitar “os disfarçados acometimentos das cortes de Lisboa” que exigiam o retorno a Portugal.

O clérigo participava, em companhia dos indivíduos citados e demais, das atividades da loja maçônica Grande Oriente, no Rio de Janeiro. Os maçons usufruíram de relativa influência junto ao Príncipe Regente. Essa proximidade nunca é omitida pelos comentadores da trajetória do clérigo. Ela seria um sinal evidente da importância de Januário da Cunha Barbosa na independência e na idealização da monarquia constitucional, proposta veiculada pelo *Revérbero*, periódico em que o clérigo era redator.

Descreve Sisson (1861, p. 111) que no momento em que “os negócios do país chegavam ao ponto de seu maior desenvolvimento”, isto é, quando a independência já era um fato consumado entre os cariocas, Januário da Cunha Barbosa “marchou à província de Minas Gerais” e embora naquela localidade contasse com “a presença de um fidalgo português, que ali governava com algum partido”, o religioso conseguiu “temperar algumas paixões irritadas acontecimentos anteriores” e, trabalhando “por si e por seus amigos” conseguiu “gloriosamente fazer muitas reconciliações”.

O fidalgo em questão era o engenheiro e futuro Senador Manuel Ferreira da Câmara (1762-1835), cujo principal interlocutor à época era o naturalista José Bonifácio de Andrada e Silva. Manuel Ferreira e Bonifácio se conheceram nos tempos dos estudos universitários, quando eram acadêmicos na Universidade de Coimbra, suas formações e trajetórias em muito se assemelhavam: após os estudos, ambos foram convocados pela Coroa portuguesa, em

processo de modernização do seu aparelho de Estado⁶⁴, para trabalharem na burocracia colonial. (VARELA, 2007, p. 154)

A oposição feita à viagem de Januário da Cunha Barbosa por Minas Gerais era um mau agouro e nem de longe era injustificada, já que Manuel Ferreira, assim como José Bonifácio, se opunha à causa emancipatória e ao projeto intentado pelos maçons do Rio de Janeiro, de aclamar o Príncipe como imperador, donde se concluí a ausência de hospitalidade do engenheiro português ao religioso.

Em contornos de dramaticidade, relata Sisson (1861, p. 111) que o religioso quando “acabava a inteira conversão dos dissidentes”, um mês após o reconhecimento da aclamação do Imperador na província de Minas Gerais, retornava de viagem para a capital do império orgulhoso de sua próspera campanha entre os mineiros, e no seu regresso, é preso no mesmo instante da chegada e recolhido na fortaleza de Santa Cruz a 7 de dezembro de 1823, para doze dias depois ser “posto a bordo de um bergantim francês, e deportado para o Havre [França], sem processo, sem atender a um só de seus requerimentos, e sem subsídio para manter-se em terra estrangeira”.

O clérigo não sofrera a “inqualificável deportação” sozinho, tivera “muitos outros companheiros de desgraça”, sendo um deles, Joaquim Gonçalves Ledo, principal companheiro de lide jornalística, que se exilou em Buenos Aires. No entanto, o processo instaurado contra o religioso não tardou para ser “julgado improcedente” e, ainda no exílio, em Paris, Januário da Cunha Barbosa teve a notícia de que “sua inocência havia plenamente triunfado”.

O desterro, entretanto, aponta Sisson (1861, p. 111-12) proporcionara um incremento na reputação do clérigo: “só serviu para fazer avultar a consideração de que por todos os seus atos e serviços feitos à pátria se tornara tão credor”. Tal consequência, por sua vez, não era acidental, pois, como sentencia o autor francês “Não era possível que os acrisolados serviços, tão desinteressadamente prestados à pátria e ao Império por Januário da Cunha Barbosa, ficassem eternamente deslembados na consciência pública e nos arquivos da administração suprema.”

E o tempo em que Barbosa se encontrava fora do país – que ajudara *desinteressadamente* a emancipar –, o período “de sua imerecida deportação”, foi

⁶⁴ Esse período é conhecido na historiografia como Ilustração portuguesa. Seu apogeu se observou quando D. Maria I foi entronizada, iniciando a “Viradeira”, período caracterizado pelo recrudescimento de práticas e reformas ilustradas, orientador por critérios científicos, que já se observavam, de maneira incipiente, desde o reinado de D. José I, período do Marquês de Pombal, época das “novas ideias” no Império Português. (FALCON, 2003)

“aproveitado em ilustrar a sua inteligência, habilitando-a com os frutos da experiência e a lição dos homens para melhor servir ao seu país, cuja prosperidade constituía o constante objeto de sua solicitude e anelo”. (1861, p. 111-12)

Restituído à pátria, o clérigo foi recebido pelo imperador D. Pedro I “com todos os sinais de benevolência, sendo logo em seguida honrado com oficialato do Cruzeiro em Abril de 1824”, e admitido cônego na Capela Imperial do Rio de Janeiro. Os atos de distinção, ressalta Sisson, não vieram apenas do monarca, o religioso foi correspondido pelo povo mineiro e carioca que, com “demonstrações não menos nobres e honrosas”, “elevaram o cônego Januário ao alto cargo de representante da nação na primeira legislatura, que teve lugar em Maio de 1826.” (SISSON, 1861, p. 112)

Completado o quadriênio na Câmara dos Deputados, o religioso não obtivera êxito para um novo mandato no Poder Legislativo. Uma vez distante da atividade parlamentar “o governo, querendo aproveitar as luzes e reconhecida aptidão do cônego Januário, o encarregou, não só da direção da tipografia nacional, como também da redação do *Diário do Governo*”.

A *Gazeta do Rio de Janeiro* circulou na capital do império entre os anos de 1808 e 1822, alterando seu nome para *Diário do Governo*, a partir de então. A folha era um veículo oficial – aos moldes da *Gazeta de Lisboa* – que se limitava a levar ao público atos do governo e artigos oficiais de orientação pró-governista.

O período que se segue na trajetória de Januário da Cunha Barbosa foi marcado por conflitos de ordem política. Desempenhando o papel de escritor oficial, a pena do clérigo, a partir daquele momento, passou a defender os atos do governo e a confrontar periódicos de adversários do governo de D. Pedro I, àquela altura, já desgastado com as autoritárias manobras políticas.

No início de 1827, de todas as folhas a fazer oposição ao ministério de D. Pedro I, *A Aurora Fluminense* manifestava maior descontentamento em relação ao monarca. O jornal tinha como principal editor, Evaristo da Veiga (1799-1837), que aproveitara uma parte da herança que lhe cabia pelo falecimento de sua mãe, e com o auxílio do seu irmão, João Pedro, abriu a livraria, João Pedro da Veiga & Comp., situada na rua das Quitandas, esquina com a Rua S. Pedro. (CORREIO DO RIO DE JANEIRO, 1823, p. 228)

Após o ano de 1827, gozando de uma situação econômica mais favorável, Veiga adquire a tipografia e outros imóveis de outro conhecido livreiro, o francês João Batista Bompard. (NEVES, 2013, p. 80)

Para compra-los, Evaristo da Veiga dispendeu uma vultosa importância, cerca de 11:000\$ (11 contos de réis). Os desafetos de Veiga chegaram a zombar da alta quantia paga às instalações de Bompard.⁶⁵

O empreendimento se localizava na Rua dos Pescadores, nº 49. O clérigo, ao que consta nos registros de testemunhos e documentos, morou toda a sua vida em uma outra casa nesta mesma rua, lugar onde também e lecionava matérias da filosofia para seus alunos, segundo informa o anúncio na seção de *Artigos não oficiais* do jornal *Diário do Governo*⁶⁶:

Januário da Cunha Barbosa, Professor Público de Filosofia Racional e Moral nesta Corte faz público, que abre o seu Curso no dia 1º de Março, nas casas da sua residência, Rua dos Pescadores N. 112. Os Alunos que quiserem ouvir as suas explicações de Lógica, queiram apresentar-se no dia 25 do corrente, pelas 10 horas da manhã, para serem matriculados. (DIÁRIO DO GOVERNO, 1833, n. 38)

Coincidências à parte, Evaristo da Veiga era o redator de um dos periódicos que mais fazia oposição ao gabinete de D. Pedro I e aos atos de governo, levados a público, dentre outros veículos, por meio de uma de suas folhas oficiais, sendo o *Diário do Governo* uma delas. Este, por sua vez, dirigido pelo padre Januário. O livreiro não era o único detentor de um periódico contrário ao monarca, outras folhas ventilavam críticas à monarquia, para citarmos dois exemplos, *Astréa* e *Verdadeiro Patriota*.

Embora a *Galeria* não contemple estes dados, é por meio de uma sofisticada arguição que Sisson justifica o desagrado de muitos, a partir daquele momento, pela figura de Januário da Cunha Barbosa.

⁶⁵ A justificativa para a compra, Evaristo da Veiga, a ofereceu em seu jornal: "Vamos à transação da compra da casa com que tanto se tem feito, e a que vem agora que aludiam várias expressões misteriosas da Malagueta. Compramos por 11 contos de reis a propriedade que habitamos, e de que seu dono pretendia desfazer-se, quando premeditou passar à Europa, assim como dispôs, então, de alguns outros prédios dentre os que possuía no Rio de Janeiro. Seria assombroso que um homem que negocia com homens há mais de 8 anos, que começou com algum capital herdado, que tem, além disso, os produtos do seu jornal e o estipêndio de Deputado, houvesse acumulado 11 contos de reis para comprar o edifício em que tem seu estabelecimento?" Cf. **Aurora Fluminense**. Rio de Janeiro, n. 583, 25 de janeiro de 1832. Veiga respondia ao publicista português, Luís Augusto May, autor do texto publicado em seu periódico que satirizava a compra da imprensa de Bompard. Luís May estava à frente da redação do panfleto *A Malagueta* que circulou de 18 de dezembro de 1821 a 31 de março de 1832. May acumulava graves discordâncias de ordem político com Evaristo, já que o português advogava o federalismo, que promovia maior autonomia às províncias do Império, contrapondo a centralização do poder vigente no período, enquanto Veiga, partilhava do ideário do Partido Liberal, conhecida pela moderação dos temperamentos e apoio à monarquia constitucional.

⁶⁶ Ver **Diário do Governo**. Rio de Janeiro, n. 38, 15 de fevereiro de 1833. Não sabe se quantas vagas foram preenchidas na ocasião. Já o periódico *Correio Oficial* do dia 14 de janeiro de 1836, oferece detalhes deste processo. A seção tem como subtítulo *Resultado dos trabalhos do ano letivo do Curso de Filosofia Racional e Moral do Rio de Janeiro em 1835*. O texto que segue informa: "Matricularam-se 29 Estudantes; destes fizeram exame 4; foram plenamente aprovados assim como também exame de ponto 17. Ficarão para fazer exame em Março 8. 18 estudantes são do Rio de Janeiro; 5 de Minas Gerais; 1 de São Paulo; 1 de Goiás; 1 da Bahia; 1 de Pernambuco; 1 do Ceará; 1 do Maranhão. Rege esta Cadeira Januário da Cunha Barbosa." Cf. **Correio Oficial**. Rio de Janeiro, n. 10, 14 de janeiro de 1836.

Como era natural, não poderia deixar o cônego Januário nessa sua nova posição incorrer no desagrado daqueles que, por qualquer modo, hostilizassem os atos da administração a cuja defesa se prestava. Não há ministério que não tenha adeptos e detratores. Desta origem procedeu o resfriamento das aflições de alguns de seus amigos e admiradores, sem que jamais pudessem fazer carga de ser menos extremoso defensor dos verdadeiros sentimentos liberais que professava, ou de olhar com menos horror para quanto podia alimentar a anarquia ou a revolução. (SISSON, 1861, p. 112)

O litógrafo francês faz crer que o clérigo, ao assumir uma postura terminantemente favorável aos atos da administração do governo, dada a função que exercia, encerrava de uma vez quaisquer dúvidas que pairassem entre os “amigos” e “admiradores” quanto à sua fidelidade ao monarca soberano, tendo em vista seu histórico de acusações e de exílio. Nesse cenário, defender um governo que pelos jornais de oposição descrito como *despótico* parecia ser um pecado venial, para alguém que fora acusado de incitar a desordem.

Contudo, ainda que defendesse atos despóticos, Sisson redime o clérigo ao dizer que Januário não poderia ser responsabilizado por, pretensamente, não ser um defensor dos “verdadeiros sentimentos liberais”. De maneira equidistante, o religioso também estava em desacordo com a “anarquia ou a revolução”, como constantemente os críticos do liberalismo, impingiam aos liberais. Januário, para empregar as palavras de Sigaud que parecem denotar algum grau de cinismo, soube ao seu tempo, manejar a *linguagem das circunstâncias* e manter-se à frente dos cargos da burocracia administrativa do governo imperial, quase incólume, no decorrer dos turbulentos anos da década de 1830. O mesmo período, das Regências, aparece como catalisador para as ações do religioso:

Por essas vicissitudes, tão naturais no regime da política adotada, facilmente explica-se a dispensa do cônego Januário da redação da folha oficial, em abril de 1831, bem como também a sua reintegração, logo em junho do mesmo ano, sob a administração da regência permanente, que soube fazer justiça aos sentimentos e à ilustração de um cidadão tão distinto. Novas provas de consideração do governo ainda se observam em suas nomeações de examinador sinodal, de cronista do Império e de diretor da Biblioteca Nacional. (SISSON, 1861, p. 112)

A instabilidade que se seguiu à abdicação de D. Pedro I, explicaria para Augusto Sisson, a dispensa e a reintegração de Januário aos cargos da burocracia administrativa do império.

O jornal *O Sete d’Abril* parabenizaria ironicamente o retorno de Januário à frente do *Correio Oficial*. Esse episódio aparece em uma nota, *Irmãos, alegrai-vos*, publicada na folha. O redator, que não se identifica, destaca com sarcasmo, em itálico, os predicados morais do clérigo.

Parabéns! Parabéns! O Ilmo. E Revm. Sr. Padre Mestre Januário da Cunha Barbosa, cônego e Lente de *Moral*, ex redator da ‘*Mutuca Picante*’ acaba de ser reintegrado na redação do *Correio Oficial* de que fora há tempos removido pelo Sr. Ministro da Fazenda Manoel do Nascimento, talvez *por declamações vagas e perniciosas intrigas*. Este ilustre Brasileiro, quaisquer que tenham sido até agora suas opiniões, além de outros requisitos, é dotado de talentos e virtude, e caracterizado pela sua *probidade*; de sorte está habilitado, como nenhum outro cidadão, para desempenhar tão árdua como difícil tarefa, e dar *boas contas* desta nova empresa. E digam lá que esta escolha não é em tudo coerente com os princípios?!! *O sete d’Abril*, dando sinceros parabéns ao Sr. Cônego por ter sido novamente *alugado*, espera que sua Senhora tenha aprendido na escola da adversidade a ser mais cordato e que daqui em diante se limite a dar-nos, no *Correio Oficial*, explicações dos Atos da Administração com aquela decência que convém à dignidade do Governo (O SETE D’ABRIL, n.º 291, 1835, p. 4)

A alternância entre os grupos foi interrompida com a ascensão da Regência Trina Permanente (1831-1835) composta pelos deputados José da Costa Carvalho, o Marquês de Monte Alegre, da Bahia; pelo maranhense João Bráulio Moniz, e pelo senador Francisco de Lima e Silva, o Barão da Barra Grande, do Rio de Janeiro, eleitos no Paço do Senado da Assembleia Geral Legislativa de 17 de junho, presidida pelo bispo e senador paulista José Caetano da Silva Coutinho. (BASILE, 2001, p. 61) Este grupo, na visão do francês, reconheceu os préstimos de um cidadão tão distinto, quanto o sacerdote.

Mas este reconhecimento não perduraria, já que a 6 de setembro de 1832, o *Diário do Governo* traria um Decreto especificando que a Regência, em nome do Imperador demitia Januário da Cunha Barbosa do lugar de Diretor da Tipografia Nacional sob as ordens de Antônio Francisco de Paula e Holanda Cavalcante de Albuquerque. Para seu lugar, a resolução previa a nomeação de Francisco Crispiniano Valdetaro, um dos fundadores do periódico *A Aurora Fluminense*.⁶⁷ Era a guinada liberal em favor do Partido dos *moderados*, com maioria no Congresso, sobretudo na Câmara dos Deputados.

O periódico *A Verdade*, impresso na Tipografia Nacional, que circulou no Rio de Janeiro do dia 25 de fevereiro de 1832 a 22 de julho de 1834, publicou uma nota em que refletia brevemente sobre a demissão do clérigo que já não gozava mais do prestígio de outrora e lembrando que Januário fora deportado por Bonifácio sutilmente designado por “justiceiro do Governo”.

O Sr. Cônego Januário da Cunha Barbosa já não redige o Diário do Governo, ele vai ser redigido por pena *Temporária*... Também foi o Sr. Januário despedido da direção da Tipografia Nacional. Este Sr. não é feliz com a influência gigante já outrora, tendo ido a Minas dar passos para a independência do Império, depois de ter a disposto pelo seu excelente Revérbero teve de ir as águas do Sene, deportado pelo *justiceiro* do Governo

⁶⁷ Cf. **Diário do Governo**. Rio de Janeiro, n. 56, 6 de setembro de 1832.

de então: agora é lançado fora, enquanto não vai para mais longe; pois o Gato escaldado teme a água quente e fria. (A VERDADE, 1832, p. 4)

Já em vias de concluir, Sisson (1861, p. 112) faz um balanço final das atividades as quais o clérigo teria se empenhado, uma vez que é nos “últimos anos de sua existência” que Januário “não se descuidava um só momento” de dedicar-se “com o mais desvelado zelo ao serviço do seu país.” O periódico *Auxiliador da Indústria Nacional*, o Instituto Histórico e a Revista do grêmio deviam-lhe a existência, tudo isso aliado aos “serviços prestados ao ensino da filosofia no período de vinte e sete anos, que lhe valeram ao fim, a sua jubilação”. O sacerdote foi “Professor de filosofia, por mais de um quarto de século”, “constante e aturado no trabalho, incansável em produzir” viu suas forças amainarem-se, quando aos sessentas e dois anos de idade, “uma paralisia lhe veio suspender a ação da mão direita”. A “rara fecundidade” do clérigo como escritor público o tornava um “dos principais de sua época, digno companheiro dos Cairus e Ferreiras da Veiga”.

Para Sisson, na “organização sanguínea” do clérigo “achava-se como que encarnado o espírito do jornalismo” e conclui, com a já discutida imagem do religioso, como indivíduo, cujos “eminentíssimos serviços” poderiam “ter sido melhor recompensados” não fossem as “tormentas políticas” e a ingratidão dos homens que o impediram de ter “colhido melhores louros em sua afanosa vida”. (1861, p. 112)

No texto de Sisson, não havia espaço para equívocos, somente acertos. Porquanto a narrativa biográfica da trajetória do clérigo era pensada a partir de determinadas categorias, como *herói* e *gênio*, que por sua vez, estavam indissociadas da ideia de *nação e pátria*. Desse modo, as inclinações literárias de Januário serão ressaltadas, quando elas possam proporcionar algum ganho ou contribuição efetivo ao país. Suas *virtudes pessoais* plasmavam sua trajetória, ao mesmo tempo em que o tornavam mais interesse ao público leitor. Na narrativa de Sisson, abundam referências ao “constante e aturado” trabalho do religioso, a sua “incansável [disposição] em produzir e “inexaurível no improvisar”; multiplicam-se elogios ao pródigo caráter do clérigo e escasseiam-se menções aos conflitos e às malfadadas experiências políticas, piedosamente, identificadas como “tormentas”.

Sisson almejava esboçar uma bela imagem para os seus biografados, mediante o emprego de palavras enaltecidas. O surgimento e a difusão da fotografia/litografia permitiram que despontasse um outro tipo de obra biográfica que associava imagens solenes às ações heroicas dos biografados.

2.6. A memória de Januário da Cunha Barbosa entre os Bacharéis em Letras

A tradição erudita do século XIX possibilitou a Januário da Cunha Barbosa um perfil multifacetado com destaque e notoriedade na atuação em diversas áreas. Entre os literatos, a panteonização da figura do clérigo fluminense se consolidou a partir de um esforço de hiperbolizar suas referências biográficas. Este exercício punha em relevo uma “carreira gloriosa” de Januário da Cunha Barbosa em um discurso que exaltava o sacerdote Barbosa como um “filho do Brasil”.

A construção da memória biográfica do religioso também pode ser identificada em uma obra chancelada pelo Instituto dos Bacharéis em Letras, fundado a 2 de julho de 1864, sob a presidência de Antônio Maria Correia de Sá e Benevides (1836-1896) – na época simples sacerdote, mas que depois viria a ser o oitavo bispo da diocese de Mariana e quarto bispo de Goiás – que proferiu em sessão magna o discurso de inauguração onde apresentava a obra, *O púlpito no Brasil*, de autoria de Benjamim Franklin Ramiz Galvão (1846-1938).

O trabalho foi lido pelo presidente Antônio Maria Correia durante as sessões do Instituto dos Bacharéis de Letras entre os anos de 1864 e 1865. O poeta Anastácio do Luís do Bonsucesso (1833-1899), membro do mesmo Instituto, dirigiu a redação e a publicação do primeiro e único volume do grêmio presente na Biblioteca dos Bacharéis em Letras. Ele também é autor de um Ensaio biografia e crítica publicado no mesmo volume, denominado *Quatro vultos*.

Ramiz Galvão, como era chamado à época, nasceu em Rio Pardo, Rio Grande do Sul, vindo mais tarde ao Rio de Janeiro, onde sua trajetória como homem público ganharia forma. No Colégio D. Pedro II, realizou toda a sua instrução primária. Seguiu seus estudos superiores na capital do império, na Faculdade de Medicina e, em 1869, regressou à sua antiga escola, desta vez, na condição de professor de retórica. Guardando alguma semelhança com a trajetória de Januário da Cunha Barbosa, a carreira de Ramiz Galvão culminaria no convite feito a ele para o cargo de diretor da principal biblioteca do país, a Biblioteca Nacional, onde anteriormente o clérigo havia exercido a mesma função entre os anos de 1839 e 1846. Ramiz Galvão esteve à frente da direção da Biblioteca por 12 anos, entre os anos de 1870 a 1882, quando foi convocado para ser preceptor dos filhos de Conde d’Eu, netos de D. Pedro II.⁶⁸

⁶⁸ É abundante a documentação e bibliografia sobre Ramiz Galvão e a modernização da Biblioteca Nacional. Um perfil do médico pode ser encontrado em FLEIUSS, Max. Ramiz Galvão. **RIHGB**, v. 171, p. 313-7, 1936. Informações acerca da BN, ver (CARVALHO, 1994). Para maiores informações sobre a Biblioteca Nacional ver (BESSONE, 1999).

No período em que exerceu o cargo de diretor, Ramiz Galvão promoveu significativas mudanças que permitiram a modernização da instituição, transformando o diminuto espaço dedicado às obras e documentos da antiga Biblioteca Pública da Corte na mais importante biblioteca do Brasil.

N’*O púlpito*, Ramiz Galvão procura estabelecer uma genealogia de seus biografados, seguindo uma ordem cronológica esclarecendo que apesar de inexistir um púlpito em um período anterior ao século XVIII no Brasil, não podia deixar de reconhecer nomes como o do padre Manuel da Nóbrega e José de Anchieta pelos “incalculáveis serviços à causa da civilização e de seu rei, e cuja história é uma cadeia não interrompida de ações heroicas e sublimes desde o desinteresse até o martírio, onde muitos sucumbiram (1867, p. 36).

A descrição da trajetória de Januário da Cunha Barbosa, enaltecida à magnitude de destacado orador, tem como base, memoriais publicados na Revista do IHGB, como por exemplo, o *Elogio Histórico* oferecido por Sigaud e o discurso fúnebre lido pelo poeta Manuel de Araújo Porto-Alegre, ambos já analisados, são citados e constam nas notas do texto.

Mais uma vez, a vida do clérigo é apresentada entremeada por fases. Os primeiros passos traçados de Januário da Cunha Barbosa, por Ramiz Galvão, aparecem na seguinte ordem:

[...] em 1801, Januário tomou a ordem de subdiácono, e dois anos mais tarde entrou no sacerdócio. Aqui começa a carreira gloriosa desse tesouro de atividade, trabalho e inteligência, saber e patriotismo. O púlpito é a primeira tribuna que assiste a seus triunfos, é o primeiro teatro de suas vitórias. Orador preparado para leitura e pelo estudo dos bons modelos sagrados e profanos, e sustentado por uma vigorosa inteligência sai a liça de combate, e desde seus primeiros ensaios adquire sólida reputação. (1867, p. 164)

Esse é o período da transmigração da Família Real portuguesa para o Rio de Janeiro, quando D. João VI, “amante como era e protetor da eloquência sagrada, não podia o monarca ficar surdo aos talentos daquele jovem que era preciso animar, porque nele se descobrira o gérmen de um grande homem”, assim ao se estabelecer no Reino do Brasil, o monarca português nomeia Januário da Cunha Barbosa ao exercício da função de pregador régio na Capela Real do Rio de Janeiro. (GALVÃO, 1867, p. 164)

No mesmo ano “outra prova de consideração ao seu talento recebe Januário”, com a confirmação da vaga de lente substituto na cadeira de Filosofia Racional e Moral, que seria conquistada definitivamente em dezembro de 1814. Neste momento, se a vida de Januário da Cunha Barbosa atingira seu ápice como sacerdote, afirma Ramiz Galvão, que “outra face do homem eminente [de Januário] vai aparecer.” Essa outra face de Januário da Cunha Barbosa

era a de publicista, “é a imprensa o teatro de suas glórias”, escreve Ramiz Galvão a respeito do clérigo. (1867, p. 164-1865)

Às vésperas da independência, afirma Ramiz Galvão, Januário da Cunha Barbosa se agita ao ouvir “os ecos do grito de Liberdade que além do Oceano soltava Portugal”. A Revolução do Porto “vem segredar então ao ouvido do Brasileiro os mistérios de um grande futuro, e o filho do Brasil levanta-se cheio de patriotismo para quebrar os grilhões do cativo”. (1867, p. 165).

Nesse período, Ramiz Galvão destaca a associação do clérigo a Joaquim Gonçalves Ledo, o companheiro de lide de Januário, com quem ele redige o periódico semanal *Revérbero Constitucional Fluminense*, veículo este que “encaminhou os Brasileiros à independência, fortificou-lhes a opinião contra os disfarçados acometimentos da corte de Lisboa, acendeu-lhes o entusiasmo daquela época, dispondo os ânimos para a emancipação do Brasil.” (1867, p. 165)

Seguindo os passos de biógrafos anteriores de Januário da Cunha Barbosa, em particular do também médico Joseph Sigaud, Ramiz Galvão transcreve um trecho do *Elogio Histórico* composto por Joseph Sigaud, para reiterar sua hipótese de que era de responsabilidade de:

[...] sua pena de hábil jornalista, se deve grande parte dos sucessos desta época tão interessante para o Brasil: nesta especialidade ele era fecundo, lógico e ‘*manejava habilmente a linguagem das circunstâncias, o elogio encomiástico dos felizes do dia, e o sarcasmo aos vencidos.*’ (1867, p. 165, grifo do autor)

A reprodução *ipsis litteris* do *Elogio* de Sigaud na obra de Ramiz Galvão apontava a conformidade inequívoca entre a visão do autor e a versão oficial do IHGB sobre a memória biográfica de Januário da Cunha Barbosa, do mesmo modo, indicava como esta memória oficial do grêmio edificada em torno do seu fundador, ecoou para além dos limites da instituição.

No entanto, pontua Ramiz Galvão que não estava concluída a missão de Januário, depois de se deslocar entre as cidades mais importantes da província de Minas Gerais anunciando a emancipação, o clérigo ao seu retorno:

[...] volta cheio de glória ao Rio de Janeiro, mas ah! não para receber a coroa no Capitólio, como em tempos já idos se fazia, senão para seguir caminho do exílio, que é o laurel com que a pátria agradecia costuma agora retribuir o amor e o sacrifício de seus filhos. (1867, p. 166)

Ao invés de louros, o clérigo é recebido em um clima de hostilidades, sendo e “vítima de intrigas” que levam ao seu desterro. Novamente, assim como em memoriais biográficos

anteriores, não se sabe quem urdiu as intrigas, Ramiz Galvão não nomeia seus autores. Contudo, a redenção do religioso não tarda: os tormentos que exilaram Januário da Cunha Barbosa são os mesmos que tecem uma coroa de glória “porque os espinhos do martírio imortalizam uma frente quando é a frente da inocência.” (1867, p. 165)

Não poderia ser mais clara a alusão feita por Ramiz Galvão comparando Januário da Cunha Barbosa à figura de Jesus Cristo. O autor se refere ao desterro do clérigo como um verdadeiro “martírio”. Galvão também evoca a imagem dos espinhos – que conformavam uma coroa na cabeça de Cristo – como uma metáfora para os infortúnios vividos pelo religioso, mas que terminariam por asseverar sua inocência.

No entanto, depressa se fez a justiça reconhecendo a inocência do “grande patriota”, que retornaria ao Brasil um ano após ser desterrado, em dezembro de 1823. Na ocasião, Januário da Cunha Barbosa foi recebido pelo Imperador em pessoa com os “sinais de amor” e os despachos de oficial da Ordem do Cruzeiro e o título de “Cônego” da Capela Imperial. As distinções são provas incontestes do seu sacrifício em nome da pátria que são complementadas com sua eleição para deputado por duas Províncias, Rio de Janeiro e Minas Gerais.

Uma vez cessado o destaque da carreira de Januário como publicista, Ramiz Galvão descortina “a vida do homem político” do religioso. Nessa fase, entretanto, cessariam os elogios, uma vez que Barbosa teria sido não mais que um funcionário público, cumprindo as ordens recebidas e defendendo as decisões burocráticas do governo imperial:

Os fatos que verdadeiramente o tornam merecedor dos maiores encômios terminam; no resto de sua vida, como homem político, Januário da Cunha Barbosa não fez senão sustentar em uma folha oficial os atos da administração. (1867, p. 167)

O clérigo secular, a partir deste momento, parece ter optado por um longo e seguro percurso entre os órgãos burocráticos do governo, ainda que se dedicasse as instituições literárias, com produção variada, o empenho na burocracia imperial ajudou a conformar a imagem de um indivíduo que apenas sustentou as decisões governamentais.

Destaca Galvão, que surge nesse momento o literato e poeta Januário da Cunha Barbosa. Nessa atividade, o religioso alcançaria sólida reputação nas letras, cujo nome viveria por longos anos na memória dos pósteros. Muito aplicado no estudo da língua vernácula, Barbosa manejava:

[...] uma linguagem correta e pura, como não é hoje comum; conhecedor profundo dos segredos da filosofia ensinou-a por muitos anos com o maior aplauso embebendo os espíritos da mocidade com os preceitos mais são [da] moral; dotado de um talento poético imenso e

de uma veia inexaurível deixou-nos um poema o – *Niterói* – que pelos belos versos e imagens grandiosas que encerra pelo apurado bom gosto que revela, bastara para inscrever seu nome nos anais da literatura nacional e prova bem claramente que o jornalista, o filósofo, e o purista dedilhava também as cordas de uma harpa sublime. (1867, p. 167)

Além da poesia épica, era também uma das especialidades de Januário da Cunha Barbosa, a sátira, como já foi apontado pelo médico francês Joseph Sigaud, em discurso fúnebre analisado. Ramiz Galvão também salienta que o clérigo cultivara o gênero aos moldes das epigramas do poeta latino, Marcial. As obras *Os Garimpeiros* e o periódico *A Mutuca Picante* o comprovam.

Já como orador sacro, embora o clérigo não pudesse rivalizar “com nenhum dos membros do triunvirato do oratório brasileiro, formado por, segundo o autor, S. Carlos, Sampaio e Mont’Alverne”, Januário se destacara como um dos pregadores de relevo. Deste modo, a trajetória do clérigo, se cotejada a de outros oradores sacros do período, não se destoa dos homens mais notáveis do ofício na época.

A fim de embasar sua afirmação, Ramiz Galvão, traz uma citação do frei Francisco do Monte Alverne, mesmo não ser possível precisar sua origem, o frei chega a citar o clérigo Januário como um “gigante da oratória”, a julgar pelos seus sermões considerados merecedores de um lugar superior ao que se encontravam. Apesar disso, seu talento oratório não se situava no mesmo plano dos maiores sermonistas da época:

[...] distingue-se em todos os seus Discursos uma dicção correta, pura e castigada; seu estilo é quase sempre simples e elegante raramente guinado e sublime; não há grandes concepções, nem pensamentos arrojados em que o gênio do orador se patenteie; os quadros oratórios são raros se bem que algumas vezes não sejam destituídos de beleza. Enfim, Januário da Cunha Barbosa a julgar pelos discursos que lemos, era um orador que podia agradar, podia até encantar; mas nunca arrastar nem comover um auditório. As paixões não se perturbam ao ouvir suas palavras; sempre a imaginação sente-se ferida por um raio de beleza, mas o coração nunca se agita, a vontade nunca se determina, enfim o ouvinte não se sente oprimido com o peso da eloquência. (1867, p. 173)

Embora o clérigo não fosse capaz de “comover um auditório” com seus sermões, tampouco os “quadros oratórios” fossem raros em sua retórica sacra, ressalva Ramiz Galvão (1867, p. 173) que “revela porém Januário grande conhecimento das Escrituras e leitura adiantada de autores sagrados, desenvolve sempre seu tema com habilidade, e o sermão é deduzido e belo”.

Deste modo, Ramiz Galvão cautelosamente deprecia as competências técnicas da retórica do clérigo para, logo em seguida, enaltecer suas capacidades exegéticas e, neste

movimento, castigando e consolando, o autor não macula a imagem de Januário da Cunha Barbosa, como convenientemente procederam seus biógrafos predecessores.

O “ilustrado orador do Instituto Histórico”, Araújo Porto-Alegre é mencionado em seu elogio fúnebre, em discurso já analisado, na morte do sacerdote. Na ocasião, segundo Ramiz Galvão, o orador oficial do grêmio “chamou-o [Januário da Cunha Barbosa] de uma realidade oratória na quadra em que o púlpito era ocupado por verdadeiros luzeiros da tribuna sagrada.” (1867, p. 168).

Prescindindo a necessidade de “justificar os encômios que tecemos a este autor”, Ramiz Galvão extrai algumas peças de autoria do clérigo Januário a fim de “estudar o gênio do orador” por meio das regras da oratória sacra, comprovando, assim, seus méritos.

Ao final da exposição, Ramiz Galvão conclui de forma hesitante:

Parece pois que não foram filhos de mero entusiasmo os encômios que tecemos ao distinto orador, ele em verdade os merece, e nós certamente não poderemos deixar em silencio seu nome, quando um pouco extensamente estudamos a tribuna sagrada brasileira. Januário da Cunha Barbosa foi um digno coevo da eminente trindade oratória que em seu tempo florescia. (1867, p. 177-178)

O púlpito no Brasil, dentro de pouco tempo se tornaria obra rara. A desafortunada circunstância “induziu vários bondosos colegas do nosso Instituto a reclamarem a sua inserção nesta Revista”. Para satisfazer os numerosos pedidos de seus afiliados, o grêmio decide publicar o texto na íntegra em 1922, “sem alterá-lo na substância”, limitando apenas a “ligeiríssimas correções de forma”. A fiel reprodução da obra de Ramiz Galvão, segundo o editorial da Revista, era indicativo de como o “autor desde os verdes anos amou as coisas da Pátria.”⁶⁹

A análise da trajetória de Januário da Cunha Barbosa feita por Ramiz Galvão é quase toda embasada em documentação produzida pela Revista do Instituto fundado pelo clérigo, e acaba por reiterar o que os comentadores anteriores já haviam feito a respeito de Barbosa. São ressaltados seus talentos na oratória; sua ativa participação na independência e, embora respeitado por sua competência no púlpito, sua produção literária, bem como sua atuação parlamentar, ao contrário não são louvadas por seus pares, sobretudo as obras de cunho literário, compilações de poemas e versos de sua autoria, têm apenas seus títulos listados em suas memórias. Desse modo, a imagem que se constrói do religioso – é de um indivíduo que se dedicou ao trabalho e aos estudos, mas que não chegou a edificar uma grande obra literária.

⁶⁹ Para o trecho correspondente à memória do sacerdote Januário da Cunha Barbosa, ver **RIHGB**, t. t. 92, v. 146. p. 104-114.

Capítulo III

A memória de Januário da Cunha Barbosa no século XX

Já sou um homem de uma certa idade. A natureza da minha ocupação nos últimos trinta anos permitiu que eu tivesse um contato mais próximo com um grupo de homens que pode parecer interessante e de certa forma singular, e sobre quem, até onde é de meu conhecimento, nada jamais foi escrito: refiro-me aos escriturários ou copistas. Eu conheci muitos deles, em caráter profissional e privado, e, se assim desejasse, poderia relatar histórias diversas, que talvez provocassem sorrisos em cavalheiros de bem e fizessem chorar aqueles mais sentimentais. Mas troco as biografias de todos os outros escriturários por algumas passagens da vida de Bartleby, o escriturário mais estranho que jamais vi ou de que ouvi falar. De outros taquígrafos talvez eu consiga contar a vida toda, mas não se pode fazer nada parecido em relação a Bartleby. Não creio que haja material suficiente para uma biografia completa e satisfatória deste homem. Trata-se de uma perda irreparável para a literatura. Bartleby foi um daqueles seres sobre os quais nada é passível de confirmação, a não ser junto às fontes originais, e, no caso dele, essas são muito poucas. O que vi de Bartleby com meus próprios olhos estarecidos é tudo o que sei dele, com exceção, na verdade, de um relato vago que é reproduzido ao final.⁷⁰

⁷⁰ MELVILLE, Herman. **Bartleby, o escrivão**: uma história de Wall Street. Cosac Naify: São Paulo, 2008.

A mesma angústia que permeia o relato do narrador – do qual não nos é informado o nome – do conto de Herman Melville, ao se perceber impedido de “contar a vida toda” do escrivão Bartleby por não dispor de “material suficiente para ter uma biografia completa e satisfatória deste homem”, parece também nos acompanhar ao longo desta investigação. Assim como ele, admitimos a impossibilidade de se produzir um estudo abrangente e completo sobre a personalidade da qual vimos tratando, ainda que dispuséssemos do religioso das “fontes originais” a respeito do religioso, tais como as mencionadas no texto de Melville. O entrave longe de nos desacreditar quanto à viabilidade da proposta, nos estimula a buscar, no papel de narradores, uma versão da construção da memória de Januário da Cunha.

3.1. O esboço bibliográfico de Antônio da Cunha Barbosa

São escassos os dados a respeito do autor da biografia mais pormenorizada sobre a trajetória de Januário da Cunha Barbosa, publicada na Revista do IHGB. Sabe-se que era historiador e sócio do IHGB. Na revista do grêmio, o historiador publicou um estudo dedicado às artes do Brasil período colonial⁷¹ e também aparece como autor de uma notícia biográfica em que presta, tardiamente, homenagens póstumas ao co-fundador do Instituto, amigo do padre Januário, o marechal Raimundo José da Cunha Matos.⁷² Curiosamente, os nomes se assemelham muito, Antônio da Cunha Barbosa lançou seu esboço bibliográfico sobre o clérigo-fundador no tomo sessenta e cinco do periódico do grêmio, logo após a virada do século, no ano de 1903.

A biografia do historiador Antônio Barbosa sobre o clérigo, em certos aspectos, é corolário dos memoriais dantes publicados na Revista e analisados neste trabalho, em outros, vai além. Sem abandonar um tom notadamente laudatório, o memorial do biógrafo reconstitui os caminhos percorridos pelo religioso fluminense em um panorama mais amplo do império luso-brasileiro caracterizado pelo intrincado jogo político no período da pré-Independência, dos arranjos institucionais do Primeiro Reinado e das profundas transformações institucionais que acompanharam o Período Regencial, após a renúncia de Pedro I. O autor analisou os itinerários ocupados por Januário da Cunha Barbosa ao longo de sua trajetória, bem como o contexto político e cultural em que viveu. No texto biográfico se observam os mesmos caracteres presentes em memoriais anteriores, Januário é lembrado como um indivíduo probo e devotado à pátria.

⁷¹ Cf. **RIHGB**, t. 91, p. 89-154, 1898.

⁷² Cf. **RIHGB**, t. 66, 83-120, 1905.

O esboço cumpre com os propósitos atribuídos às biografias do período, quais sejam, de enumerarem e prestarem louvor aos grandes homens, sobretudo, aos indivíduos mais notáveis que haviam participado dos quadros de membros das instituições políticas e artísticas mais destacadas do Império. Essa concepção pode ser largamente associada ao discurso do próprio Januário da Cunha Barbosa na sessão inaugural e na abertura dos trabalhos do IHGB. Essa “preocupação biográfica”, como denomina Armelle Anders (2000), estará presente desde o segundo número do periódico do grêmio que será intitulado de “Brasileiros ilustres pelas ciências, letras, armas e virtudes, etc.”. Graças esta seção na Revista, a biografia do fundador do grêmio apareceria no começo do século XX.

Nas narrativas biográficas sobre Januário, a formação do Estado nacional brasileiro, em meados do século XIX, e a simultânea emergência de uma escrita histórica sobre a nação parecem se fundir à sua própria trajetória. Essa indissociabilidade terá consequências nos memoriais sobre a vida do sacerdote Januário, já que, aos olhos de Antônio Barbosa, a sua trajetória somente importará, na medida em que ela exemplifique, corporifique e emule uma consciência nacional. É por essa razão que as virtudes cívicas e suas inclinações à política, assim como suas ações no emergente espaço público serão, sobremaneira, ressaltadas.

Na condição de biógrafo, Antônio da Cunha Barbosa tinha o livre arbítrio de escolher os traços que lhe pareciam mais favoráveis na trajetória do religioso e, desse modo, eleger os momentos em que o religioso, em ações, concorresse para o bem da nação. Os pontos onde houvesse desacordo e conflito, ao contrário, seriam silenciados. Dessa forma, quando o padre secular criticará a postura *antiliberal* de D. Pedro I, já às vésperas de sua abdicação, ele o fará pensando em salvaguardar o bem maior garantido com a continuidade da monarquia constitucional representativa. Em nenhum momento, Januário contestara as prerrogativas do imperador, apenas seus atos, considerando-os autoritários. Pôr em dúvida a legitimidade do monarca levaria o clérigo a incorrer, conseqüentemente, no delito de insubserviência ao imperador.

A relação do clérigo com a figura do monarca, na visão dos seus comentadores, aparentava em alguns momentos ser muito ambígua, em outros, paradoxal. Conta o biógrafo de Januário da Cunha Barbosa, que ele

[...] possuía o retrato de D. Pedro I, com dedicatória do seu próprio punho, tendo sabido sempre corresponder a todo esse afeto. Foi contrário à revolução de 7 de Abril, mas consumado o fato subordinou-se e acompanhou a nova situação, para não complicar os acontecimentos. (RIHGB, 1903, p. 223)

Esse dado pode ser corroborado se considerada uma doação do clérigo em sessão da Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional de número 179, ocorrida a 3 de fevereiro de 1838, portanto, quase quatro anos após a renúncia do monarca ao Trono. A proposta de Januário, oferecida ao conselho da instituição, consistia em um retrato de “Sua Majestade o ex-Imperador o Senhor D. Pedro I”, a ser exposto na Sala de sessões, ou seja, o espaço mais utilizado para as reuniões, a pretexto do monarca ser o “Augusto Fundador desta Sociedade”. O clérigo ainda solicitou que se gravassem na parte inferior a seguinte sentença: *Brasiliae imperium Petrus Fundavit ad Artes*, o correspondente em livre tradução na língua portuguesa seria: no Império do Brasil, Pedro fundou as artes. (O AUXILIADOR DA INDÚSTRINA NACIONAL, 1838, p. 83-84)

A deferência do Conselho da instituição à figura do ex-Imperador não foi menor, tanto que, prontamente agradeceu a “dádiva do retrato” ao “Ilustre Sócio” e mandou, sem demora, que fosse colocado no “topo da sala por cima da estante da Biblioteca”.

Essa ligação, ora de cordialidade e admiração, ora de distanciamento e crítica, entre Januário e D. Pedro I, como observaram os confrades do religioso, aparece como um visível princípio de discrepância e de fragilidade dos ideais políticos que guiavam a conduta do sacerdote. Os biógrafos anteriores do clérigo veriam essa maleabilidade com outros olhos. Antônio da Cunha seguiu essa premissa, mas a justificou responsabilizando o sistema partidário pouco definido da época às guinadas políticas do religioso.

Acusaram-no os seus amigos políticos de incoerência dos princípios, senão formal infidelidade. Encabeçava-lhes aparente contradição. Mas assim procederam todos, exceção dos restauradores. No regime monárquico – conservadores se passaram para liberais e vice-versa; republicanos para liberais e nem por isso deixaram de ser eminentes patriotas. Como censurar então o Cônego Januário em uma época, em que os partidos não estavam bem acentuados? (BARBOSA, 1903, p. 232)

A este respeito, João de Camillo de Oliveira Torres (1968) lembra que, no período não havia quem desconhecesse o brocardo – “nada tão parecido com um conservador, como um liberal no poder”. O provérbio poderia ser alterado com as variantes “saquaremas” para conservadores, e por “luzias”, a nomenclatura partidária para os liberais. Exceção feita pelo biógrafo Antônio da Cunha Barbosa aos restauradores, também designados de *caramurus*. Os partidários da restauração advogavam o retorno de Pedro I ao Trono aos moldes do governo anterior ao 7 de abril de 1834.

O provérbio supracitado encontrava sua razão na infeliz cumplicidade de práticas autoritárias de liberais e conservadores.

Ora, nossos liberais (e mesmo alguns conservadores...) pagaram seu tributo à paixão verbal pelo liberalismo. Uma vez nos postos de comando, usavam dos mesmos processos dos conservadores, quando não os superavam. Daí o provérbio – diferentes os programas, idênticos os processos políticos. No fundo era uma ironia popular a uma espécie de insinceridade bem intencionada e inconsciente dos liberais. (TORRES, 1968, p. 37)

Deste modo, os liberais serão lembrados por manejar uma linguagem acurada e eloquente, embasados na tradição retórica liberal, na pena de publicistas da imprensa periódica, cujo exemplo pode ser encontrado na figura dos redatores do *Revérbero*, Januário e Joaquim Ledo. Porém, uma vez alçados aos cargos de poder, os liberais reproduziam os mesmos desmandos antes impingidos seus aos adversários conservadores.

Como observou Emília Viotti da Costa (1999, p. 146) outro fator que promovera mudanças de lado a lado, para além da condescendência entre as práticas políticas das partes, era a transição de muitos políticos que se identificavam com o liberalismo em termos econômicos em um primeiro momento de suas trajetórias políticas – como Bernardo Pereira de Vasconcelos, o mais emblemático dos casos, o que caminhou de uma postura notadamente liberal em termos políticos e econômicos, para uma posição contrária que o fez ser o “arquiteto” do *regresso conservador*. Depois desta guinada, Vasconcelos passará defender sem maiores constrangimentos, a continuidade do comércio de escravos – e numa etapa posterior, aderiam ao conservadorismo.

De maneira semelhante, Januário da Cunha Barbosa, com o avançar dos anos, também tendeu para uma postura mais conservadora em termos políticos. Após a experiência do exílio em fins de 1822, ainda que em nenhuma circunstância consta que o religioso tenha abandonado a leitura de autores ligados a Economia Política Clássica, tais como Jean-Baptiste Say e Adam Smith, Barbosa abandonou a redação de folhas liberais, tais como o *Revérbero* para assinar os periódicos oficiais do governo.

Depois deste breve parêntese, voltamos ao trecho acima selecionado no texto de Antônio da Cunha Barbosa. Na passagem, o biógrafo justificava as hesitações e a postura política adotada pelo religioso, apontando como justificativa, a ausência de partidos definidos e programáticos e, como consequência, a fragilidade do sistema parlamentar na vida política do Brasil pós-Independência. Contudo, a retidão da conduta do religioso em nenhum momento é posta em dúvida.

O autor reconhece que o clérigo cometera excessos, “sua paixão política o afastara do poder”, reconheceria Antônio da Cunha. Porém, debaixo da exaltação, subsistiam patrióticos propósitos que só aspiravam ao bem para nação. Deixando por ora as intenções do clérigo à

parte, a questão a se destacar recai sobre a divergência de projetos apresentada por ele – sobretudo na imprensa periódica – e os ideias de seus adversários do religioso, que redundarão em disputas que apenas são pinceladas pelo seu biógrafo no memorial.

Ao escolher os testemunhos que iriam compor a memória de Januário, Antônio da Cunha Barbosa habilmente recorreu aos confrades do clérigo para narrar sua trajetória deixando de mencionar as falas de adversários que pudessem pôr em risco sua interpretação dos fatos. Os testemunhos arrolados serão sempre de aliados de Januário e de Joaquim Gonçalves Ledo que escrevia na companhia do clérigo o jornal *Revérbero*. O insurgente da Revolução Pernambucana, Cipriano Barata defendeu, do mesmo modo que os *reverberistas*, o projeto de nação encampado no jornal do religioso, e também está presente no texto do biógrafo. O político José Clemente Pereira, companheiro de Januário na loja maçônica Grande Oriente, também é consultado. Em suma, quando Antônio da Cunha Barbosa opta por não contemplar falas de adversários na composição da memória de Januário, esta ausência apagará as possíveis discordâncias de sua trajetória, de tal modo o esboço bibliográfico por ele realizado só se esmerará em ressaltar as habilidades pessoais de Januário, seus méritos como orador sacro e literato, etc.

A exposição de Antônio da Cunha se inicia com uma epígrafe extraída de um sermão de Januário da Cunha Barbosa proferido em 23 de Maio de 1826, na ocasião das exéquias de D. João VI, na Capela Imperial. A citação da oração fúnebre traz pistas que indicam quais caminhos o biógrafo percorrerá no memorial: “Não pode o silêncio da morte sufocar as vozes da justiça e da gratidão, quando a memória dos que ela arranca de entre os vivos, desperta a lembrança das ações grandes, que devem chegar à mais remota posteridade.” (BARBOSA, 1903, p. 197) Do mesmo modo, o biógrafo pretendia com o elogio biográfico despertar, nos pósteros, o reconhecimento das grandes ações prestadas à pátria pelo religioso.

Essa intenção se revela logo no primeiro parágrafo, quando o autor inclui o clérigo Januário como “um nome que brilha nas páginas da história brasileira” e acrescenta em seguida:

Quando a vida literária nascia no Brasil, encontrou no Cônego Januário um dos seus mais dedicados apóstolos. No jornal – batalhando pela emancipação política da sua terra natal; na tribuna sagrada – pregando a doutrina religiosa do cristianismo. (BARBOSA, 1903, p. 197)

O acontecimento mais relevante do qual o clérigo participou, segundo Antônio Cunha, o “documento imorredouro dos seus dotes de espírito”, foi a fundação do IHGB, que contou com a “inspiração e execução” de marechal Cunha Matos. E prossegue: “sapiente e honestíssimo sacerdote, o seu ilustre nome ainda não foi apagado da memória nacional”. Na ótica do biógrafo, “todos nós brasileiros, lhe somos devedores dos mais sinceros reconhecimentos e homenagens.” (1903, p. 198)

O religioso fluminense é apresentado por Antônio da Cunha Barbosa como um redivivo, isto é, alguém que voltara à vida, que ressuscitou. Este estatuto era assegurado pelos memoriais biográficos que livravam o clérigo do esquecimento. O biógrafo ressalta mais uma vez que Januário não estava esquecido e enumera a presença de sua figura em uma documentação variada: o religioso estava presente nas páginas da Revista do Instituto Histórico, também se perpetuava no órgão divulgador da Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional, o *Auxiliador da Indústria Nacional*, do mesmo modo seu nome aparecia nos discursos inscritos nos arquivos da loja maçônica Grande Oriente do Brasil, e em “quase todos os livros bibliográficos e cursos de literatura nacional, seletas, parnasos e antologias brasileiras.” (p. 198, 1903)

A infância e mocidade do clérigo são mostradas em seus eventos mais singulares, a orfandade prematura aos nove anos de idade, a responsabilidade assumida pelo tio, José da Cunha Barbosa, em educar o sobrinho, sem contrariar a vocação de Januário ao sacerdócio. Não tardariam as aulas preparatórias eclesiásticas que foram tomadas no Seminário Episcopal de São José em 1801, onde dois anos mais tarde, tomaria ordens e ingressaria como subdiácono.

Antônio da Cunha Barbosa lembra de registrar que Januário teve como professor o Frei Rodovalho, que instruíra na época outros destacados oradores, como Carlos Sampaio e Mont’Alverne.

A razão preponderante que levou Januário da Cunha Barbosa a ingressar no sacerdócio, adveio, segundo seu biógrafo, do reconhecimento do poder que o clero concentrava naquela época e, reproduzindo o dizer de João Francisco Lisboa, ao abraçar a vida eclesiástica Januário “entraria pela porta mais fácil e azada para quem queria seguir os caminhos que guiam à grandeza humana.” (1903, p. 199)

O memorial de Antônio da Cunha Barbosa apresenta os acontecimentos da vida civil do clérigo de maneira cronológica, após a ordenação em 1803, Januário da Cunha Barbosa faria duas viagens a Lisboa, ao regressar, dois anos depois, passaria a se dedicar ao púlpito. Sua devoção ao ministério renderia a nomeação de pregador régio, da Capela Real do Rio de

Janeiro estabelecida em 1808 por D. João VI; no mesmo ano, o clérigo foi agraciado com a insígnia da Ordem de Cristo e admitido como professor substituto na cadeira de Filosofia Racional e Moral, passando a proprietário desta em 1814, por ordem do bispo José Caetano da Silva Coutinho, “que apreciando os sabidos talentos do padre mestre Januário o distinguiu desse modo.” (1903, 199)

O exercício no magistério se daria até 1841, Antônio Cunha Barbosa narra-o nesses termos:

Nele madrugou propensão para os estudos filosóficos – a aptidão para lecionar. Estudioso e ávido de conhecimentos, lia os mais difíceis livros das sagradas escrituras; comentava alguns, anotava outros, e com tanto ardor vivacidade que se tornara um dos mais respeitados filósofos do seu tempo. (1903, p. 199)

Segundo o biógrafo Cunha Barbosa, a vida do clérigo Januário apresentava duas fases distintas: a do político e a do literato. O autor se esforça em apresentá-las separadamente, advertindo: “Desde já, devemos declarar, que primeira vista parece que Januário fora um político versátil, um desertor do seu partido. A verdade é que nunca o foi.” (1903, p. 199)

A suposta versatilidade partidária de Januário da Cunha Barbosa era resultante das mudanças no cenário político do Primeiro Reinado que propiciaram ora o apoio do religioso, ora seu afastamento em relação à figura de D. Pedro I. As reconfigurações do jogo político justificam, segundo Antônio da Cunha, as decisões aparentemente contraditórias do clérigo. Quando nomeado, em decreto oficial, redator do *Diário Fluminense*, periódico do governo, Januário da Cunha Barbosa não mediu esforços na defesa e no apoio ao herdeiro da dinastia de Bragança. Esse cenário se modificaria com a abdicação do imperador ao trono em 7 de abril de 1831. A partir deste momento, o religioso mudaria de lado, e passaria a atacá-lo, intitulado-o de “déspota” e “tirano”, por conta seus atos “antiliberais”.

Pretendendo absolver o clérigo das acusações dos seus adversários, Antônio da Cunha Barbosa opera uma divisão entre regime político, a Monarquia Constitucional, e governo, consubstanciado na figura de D. Pedro I. Assim, o biógrafo pôde isentar a responsabilidade do clérigo diante das sucessivas críticas feita aos desmandos do monarca após sua renúncia ao Trono. O dilema era atestar a fidelidade de Januário nos tempos de D. Pedro I, quando Januário defendera o regime do monarca no *Diário do governo*, para uma situação oposta, depois da renúncia do soberano, quando o religioso passou a escrever nas folhas liberais durante a Regência. Nesse momento, não faltaram críticas ao primeiro imperador. Como conciliar essa mudança de lado? Para Barbosa, o clérigo não era de todo responsável, pois como *funcionário público* ele deveria acatar ordens.

Como pois censurar-se o redator do *Diário Fluminense* que, apenas atacava o 1º Imperador e o seu governo respeitando, muito embora, a Monarquia Constitucional Representativa, pela qual tanto se esforçava? Se como escritor Januário, defendia atos de governo adversário; não era o político quem escrevia, era o funcionário público, que devia cumprir com os seus deveres de lealdade para com o governo que serviu. (1903, p. 200)

Para afastar qualquer indício de infidelidade partidária, Barbosa salienta que a idoneidade da retórica e da oratória de Januário da Cunha Barbosa nunca havia sido posta em xeque. O biógrafo afirma que o clérigo “nunca alugou a sua língua, nem a sua pena”. Parecia haver em Barbosa, um inescapável constrangimento ao admitir que o clérigo apoiou ou desaprovou os governos em função dos seus interesses pessoais, como, por exemplo, para assegurar seu emprego. Ou seja, tanto na imprensa periódica como redator, ou como pregador na tribuna sagrada, ou ainda, como orador na Maçonaria:

Nessas ocasiões não mercadejava a língua, desempenhava o seu papel profissional, tratando tão somente do assunto para qual tinha sido convidado. Na imprensa escrevia em folha oficial, e como tal o seu dever era apoiar a quem representava. Um funcionário público não é um mercenário, é um servidor da pátria. (1903, p. 200)

Antônio da Cunha Barbosa salienta os “relevantíssimos serviços prestados [por Januário] à causa da nossa emancipação política”, que se iniciaram em 1821, quando o religioso se uniu a Joaquim Gonçalves Ledo e fundou o *Revérbero Constitucional Fluminense*, periódico cujo propósito era defender a causa da independência do Brasil. Januário “soube sabiamente encaminhar o espírito público, influenciando-o às novas ideias, manejando a linguagem das circunstâncias.” (1903, p. 200)

A Januário e Ledo se juntariam Hipólito da Costa com seu *Correio Braziliense* e o político luso-brasileiro José Clemente Pereira, articulador e líder das manifestações populares que resultaram no “Fico”, em 9 de janeiro de 1822. Todos eles foram “os precursores do assinalado dia 7 de setembro” que, segundo Alencar Araripe, “não foi uma surpresa, mas uma realidade esperada.” (1903, p. 201)

A confirmação da “influência e parte ativa na causa da nossa independência”, viria quando Eusébio de Queirós, futuro Ministro da Justiça e Ministro do STJ, propôs em sessão da Câmara dos Deputados a 20 de abril de 1839, uma comissão – encabeçada por Januário da Cunha Barbosa – encarregada de compor uma narrativa “que pudesse esclarecer aos historiadores sobre a gloriosa época da nossa emancipação.” (BARBOSA, 1903, p. 201)

Antônio da Cunha Barbosa recupera a origem da ideia em dotar o país com uma monarquia constitucional representativa. O biógrafo a localiza em um artigo denominado *Confusão de Poderes* publicado no *Revérbero* (1822, p. 185), que por sua vez havia sido de

outro periódico, o *Correio Braziliense*, publicado na Inglaterra pelo jornalista brasileiro Hipólito da Costa.⁷³

Muito embora, o artigo não fosse da autoria do clérigo, o texto foi selecionado por Januário e Joaquim Ledo para ser publicado na folha. Ao reproduzirem-no, os redatores endossaram a ideia do jornalista brasileiro. O biógrafo Barbosa acreditava que a transcrição do artigo de Hipólito da Costa no jornal do clérigo era um sinal clarividente de que para “esse patriota, a melhor forma de governo, mais adequada à índole brasileira, era a de uma Monarquia Constitucional Representativa”:

Em uma Monarquia Representativa, o Rei deve possuir todo o poder, que lhe é compatível com a Liberdade, este poder deve ser revestido de formas majestosas, porque na Monarquia Representativa a segurança do monarca é uma das garantias da Liberdade, e esta segurança só pode nascer da consciência e convicção de uma força suficiente. Os magistrados em uma República honram-se honrado no Povo a fonte de sua autoridade: os Cidadãos de uma Monarquia Constitucional honram-se honrando no Rei o Protetor e Defensor da Nação. [...] Pelo nosso abraçado sistema de Monarquia Representativa nós saboreamos os frutos da liberdade sem nos expormos aos seus excessos, a paz de que hoje gozamos, foi precedida de longos trabalhos, porque a hidra da sangrenta anarquia por muitas vezes produziu as suas decepadas cabeças no meio dos que diziam irmãos. A fortuna de termos um grande Pedro, da mesma dinastia por nós escolhido e adorado, herdeiro do senhor D. João VI, que defenderemos sempre, é mais apreciável, sem dúvida, que a dos habitantes do vastíssimo império do Norte, assemelham-se as circunstâncias é verdade, mas serão bem diversos os resultados desta nova fundação no Brasil, porque o liberalismo entra nele como matéria prima de um príncipe liberal, como o que agora nos rege e nos defende, eterniza o seu nome na História do Mundo, eterniza a sua fundação e com ela a prosperidade de todos os seus súditos. (BARBOSA Apud BARBOSA, 1903, p. 202-203)

A situação de penúria vivida pelo Brasil naquele momento é descrita por Hipólito da Costa a partir de uma imagem: uma família necessitada, cujo pai deveria oferecer provimento, mas se que vê fustigado por um “poder remoto”, do qual não se recebe mais nada senão “opressões”, estas simbolizando Portugal. Diante da tribulação, o provedor cogita a possibilidade de tomar atitudes mais enérgicas – se desvincular de Portugal – para garantir a subsistência de todos:

Eu tenho uma jovem e numerosa Família, que sou obrigado a sustentar, e cujo cuidado me deve mais interessar que o de um poder remoto de quem nunca mais recebi senão opressões, e que ultimamente me quer rebarbarizar destruindo a minha categoria, anulando os meus forais, roubando-me o

⁷³ Na companhia de Joaquim Gonçalves Ledo, oficial-maior da Contadoria do Arsenal do Exército que liderava “Grande Oriente do Brasil”, loja maçônica local de linha francesa, Januário e seu amigo criaram no dia de 15 de setembro de 1821, o *Revérbero Constitucional Fluminense*. Conhecidos na maçonaria como irmãos “Kant” e “Diderot”, Januário e Ledo, ao lado de José Clemente Pereira, eram reconhecidamente as principais figuras maçônicas da cidade. (BARATA, 2006, p. 218)

tesouro precioso que eu possuía. A natureza separou-me dele por localidade, clima, caráter de habitantes, produções de solo... Eu devo formar uma nação independente? Perguntamos nós, que direito tinha Portugal de obriga-lo à força aceder ao seu sistema? De mandar cortes Pretorianas comandadas Pro cônsules atrevidos e independentes semear cizânia, a discórdia e a guerra? Será por juramento que se deverá aceder a sua constituição? (BARBOSA Apud BARBOSA, 1903, p. 202)

A citação esboça todo um quadro amplo do cenário da conjuntura política do país às vésperas da Independência, bem como o despontar daquilo que viria a ser mais tarde um traço do movimento do Romantismo, o reconhecimento dos caracteres próprios do país, “clima, caráter de habitantes, produções de solo”, em suma, uma fisionomia étnica, social e geográfica que definiriam as reivindicações para a proposta de autonomia política e literária do Brasil. (CANDIDO, 2004, p. 18)

Digna de nota são as correlações feitas por Hipólito da Costa remontando a um repertório estético concernente aos antigos. O jornalista efetuava uma comparação entre o efetivo metropolitano e o grupo experiente de legionários incumbido da proteção do *praetorium* (líder) e o Procônsul, magistrado romano governador de uma província no período da República Romana. Na leitura de Hipólito da Costa os políticos lusos se equiparavam aos soldados romanos. Por essa visão, é possível entrever os usos que Costa tenha feito da Antiguidade Clássica, pois, ao lançar mão desse recurso retórico pretendia se valer da autoridade de elementos antigos, servindo-se dessa imagem clássica – a história de Roma – com o objetivo de garantir a legitimidade e persuadir seu leitor quanto à veracidade dos eventos narrados.⁷⁴

Um poder tirânico se instaurava no ato de “rebarbarizar” o país. Nesse ponto do discurso, é clara a alusão à recolonização intentada pelas Cortes de Lisboa, expressa nas ordens de retorno do Príncipe Regente à Portugal, na supressão dos Tribunais superiores da capital imperial e demais medidas que rebaixavam o Reino do Brasil à condição de Colônia novamente. Também se encontra, o questionamento dos desígnios do “sistema” português em terras americanas e por último, a ruptura do Brasil em relação à pertença do império luso.⁷⁵

Entretanto, o biógrafo Antônio Barbosa quer fazer crer ao seu leitor que Januário da Cunha Barbosa em momento algum advogou a dissensão entre o Brasil e a metrópole. “O Brasil não exprimiu nenhum só voto, uma só expressão que designasse – desunião com

⁷⁴ Rodrigo Turin (2011) teceu uma análise do lugar dos antigos na escrita da história da nação, e o espaço por ela ocupado na tarefa do historiador.

⁷⁵ O termo “recolonizar” seria largamente empregado pelos deputados do Brasil nas cortes Constituintes de Lisboa e referia-se às decisões políticas aí tomadas, cujo traço mais significativo era a retração da autonomia do Reino do Brasil conquistada, após a vinda da D. João VI e a Abertura dos Portos. A historiografia consagrou que essas medidas trariam ao Brasil, seu antigo status de Colônia de Portugal. (BERBEL; JANCSÓ, 2005)

Portugal”. A Independência, neste sentido, não era uma obra já acabada, como se não houvesse uma alternativa aos deputados brasileiros após os reveses nas Cortes de Lisboa. A desilusão gradual, que culminaria com a ruptura e formação de um único império teria sido desencadeada por caprichosas atitudes de alguns deputados lusos na Corte portuguesa:

Ainda nenhum Brasileiro disse: eu não quero Constituição, nenhum exclamou também: separemo-nos da mãe pátria, mas o capricho de alguns deputados nas Cortes de Lisboa tem-nos grandemente aproximado de um termo, em que os Brasileiros todos gritaremos unânimes: temos Pátria, temos Constituição, temos Rei e bastante denodo para defendermos a nossa Liberdade, para conservarmos as nossas Leis e a nossa Política, gloriosa Representação Nacional. (1903, p. 202)

O próximo discurso elencado pelo autor é a oração sacra recitada em missa na Capela Imperial no dia 12 de agosto de 1822. A celebração que precedia à eleição dos deputados era oferecida aos povos das províncias do Norte do Brasil:

Qual não deve ser agora a minha confusão, vendo-me na indispensável necessidade de ligar em meu discurso os interesses da pátria com os da religião, chamando-vos a consultar neste dia memorável os avisos de vossa consciência, na expectação do Brasil e do Mundo! Honrados colegas, um povo grande e brioso, que não sofre desprezo e desonra, tem firmado em nós a sua confiança; da nossa atual escolha, depende sem dúvida nossa felicidade e a dos nossos descendentes. É a primeira legislação do Brasil que vai se firmar, é o sábio código que deve segurar as nossas ações e é no momento em que foram iludidas as nossas tão bem fundadas esperanças, porque o capricho e não uma verdadeira confraternidade, dirigido aqueles que nos prometiam grandes bens, com a Constituição de Lisboa. (BARBOSA Apud BARBOSA, 1903, p. 204)

O religioso fluminense arroga no sermão a tarefa de fazer a indissociação entre o discurso religioso e político, conclamando os seus ouvintes, em particular, aos votantes que participam do processo eleitoral, a escolherem seus representantes que firmariam “a primeira legislação do Brasil”. Como se sabe, as reuniões parlamentares foram divididas em sessões preparatórias e, em reuniões, onde o texto da carta magna foi redigido até o trágico dia 11 de novembro de 1823, que viria a ser chamado de Noite da Agonia, em que D. Pedro I em um gesto autoritário, dissolve a Assembleia Geral Legislativa e posteriormente outorga sua Carta Constitucional. (BRASIL, 2003)

O memorial biográfico de Antônio da Cunha Barbosa direciona sua atenção para a figura de José Bonifácio de Andrada e Silva, o “Patriarca da Independência”, em uma recapitulação pormenorizada da sua trajetória à luz de diversos historiadores contemporâneos da época, em obras de natureza variada, bibliografia, artigos e crônicas em jornais. O propósito dessa guinada se justifica pela oposição contundente representada pela figura de José Bonifácio e seus irmãos, ao projeto de Independência aventado pelo grupo de Gonçalves

Ledo e Januário, que se entrincheiravam na loja maçônica, Grande Oriente do Brasil. O ápice dessa tensão se dará com o fechamento do centro maçônico e a expulsão ou exílio dos envolvidos no episódio que ficou conhecido como “Bonifácia”, a devassa empreendida por Bonifácio. A figura de José Bonifácio de Andrada e Silva é descrita nestes contornos:

A José Bonifácio de Andrada e Silva, benemérito brasileiro, cabe um dos primeiros lugares entre os homens do passado, se bem que, como supõe Eunápio Deiró, não tivesse tido competência para guiar o povo brasileiro no exercício de sua nova política; apesar de ser educado no regime absoluto de Portugal, não soube reunir as difíceis e raras condições de um chefe completo de governo livre. [...] A princípio, o respeitável e sábio paulista não era de opinião da nossa separação de Portugal, tinha simplesmente a ideia da federação com a metrópole. (RIHGB, 1903. 204-205)

As razões para o desinteresse na empreitada emancipatória são encontradas por Antônio da Cunha Barbosa na obra *A independência e o Império do Brasil* do historiador brasileiro, Alexandre José de Mello Moraes.

José Bonifácio, conforme me comunicou verbalmente o meu parente e amigo o Marquês de Olinda, na presença do desembargador Ludgero Gonçalves da Silva (ex-chefe de Polícia), Garcia Almeida e outras pessoas, veio de Lisboa para São Paulo em setembro de 1819, e era oposto à independência do Brasil, pelas vantagens que recebia do Erário real. Antônio Carlos como conhecia o modo de pensar do seu irmão José Bonifácio, constantemente lhe escrevia de Lisboa, para que se empenhasse pela independência da Pátria, e que, portanto, a aderiu forçado e não por sentimentos espontâneos à causa do Brasil. (2004, p. 86)

À argumentação de Mello Moraes se junta o artigo de André Werneck publicado no *Jornal do Comércio*, com o título *José Bonifácio e a Independência*. No artigo, o autor comenta os assuntos importantes discutidos na Assembleia Constituinte instalada a 3 de maio de 1823. Dos projetos apresentados, destaca os trabalhos de José Bonifácio, um dos primeiros que concerniam à abolição da escravatura, o segundo a respeito de populações indígenas e um terceiro, que propunha a mudança da capital do império. O biógrafo de Januário apresenta sua leitura do artigo de Werneck:

Pensa o Sr. Werneck que, estando de posse o preclaro estadista de um poder ditatorial poderia ter realizado essas ideias, mas fora mais homem de palavra do que de ação e de certo modo esse conceito parece confirmar a suposição acima mencionada, do Sr. Eunápio Deiró. (RIHGB, 1903, p. 206)

Desse modo, se José Bonifácio era um homem mais de palavras do que de ações, essas, teriam vindo do “Senhor D. João VI”, e revogando a alcunha consagrada de Bonifácio, o biógrafo considera o monarca português, como o “primeiro patriarca da nossa independência política”, responsável “por transladar-se com a sua Corte, em 1808, para o Rio

de Janeiro” (BARBOSA, 1903, p. 206). As iniciativas do rei português foram tamanhas que o biógrafo sentencia:

Tanto mais somos de opinião que o Senhor D. João VI foi o maior cooperador da nossa emancipação política, quanto foi ele, quem fez da sua colônia americana um Reino Unido, em 1815. Foi segundo pensamos essa ideia pura iniciativa sua. (1903, p. 206)

Os episódios que antecedem a emancipação são descritos por Barbosa em detalhes, como, por exemplo, o papel da Carta Régia a 28 de janeiro de 1808 que autorizava a todas as nações aliadas de Portugal, o acesso aos portos do Brasil, a “patriótica medida” havia sido sugerida pelo “sábio economista” visconde de Cairu, e se tornou “o primeiro passo dado para nossa independência política” (1903, p. 207).

As iniciativas de D. João VI, e seu filho, futuro D. Pedro I, são listadas por Antônio da Cunha Barbosa: a fundação da Imprensa Régia, da Faculdade de Medicina em Salvador, de Escolas Militares, e do Jardim Botânico, do Erário Régio, todas essas medidas enumeradas foram responsáveis por emular “a ideia de independência que já se encontrava desenvolvida”.

Depois de todas estas providências, os estímulos à independência já estavam dados. Coube a iniciativa derradeira ao Príncipe Regente “animado por alguns brasileiros inteligentes e liberais”. Entre eles, “cronologicamente falando”, se encontravam as figuras de Hipólito de Costa, redator já mencionado do *Correio Braziliense*, um poderoso instrumento de prosperidade política e o periódico *Revérbero Constitucional Fluminense*, no qual Januário da Cunha Barbosa escrevia em companhia de Joaquim Gonçalves Ledo “com a epígrafe *Retire sit nefas*; periódico que não cessava de declarar que o Brasil já estava no período de sua civilização, que já não apreciava tutela”. (BARBOSA, 1903, p. 207-208)

A epígrafe escolhida pelos redatores tinha como lema *Redire sit nefas!* (Voltar atrás é um crime!), extraída do verso 26 do quinto livro *Odes II* do poeta latino Horácio.⁷⁶ Os propósitos do *Revérbero* eram assim descritos:

Publicar tudo o que possa concorrer a sustentar o sistema Constitucional, tão felizmente estabelecido na Nação Portuguesa, admitindo com escolha não só o que se tem escrito, e escreve na Europa a este respeito, mas ainda o que produzem Nossos Constitucionais Brasileiros⁷⁷ (IPANEMA, 2005, p. 103-104).

⁷⁶ Quinto Horácio (65 a.C.-8 a.C.) foi um poeta latino conhecido pelos poemas líricos e satíricos.

⁷⁷ "Prospecto de um novo periódico", publicado no Diário do Rio de Janeiro, 7 de setembro de 1821. Apud IPANEMA, Marcelo e Cybelle de (Org.). **Instrumento da edição fac-similar do *Revérbero Constitucional Fluminense, 1821-1822***. Rio de Janeiro: Edições Biblioteca Nacional. 2005, p. 103-14.

O enunciado expunha os ganhos advindos do movimento constitucionalista “felizmente estabelecido pela nação portuguesa” e o retorno à situação política anterior – simbolizada pelo Absolutismo – “um crime!”

A 9 de dezembro de 1821 chegava ao Rio de Janeiro o bergantim, navio correio do *Infante D. Miguel*, trazendo ordens e decretos emitidos pelas Cortes de Lisboa e correspondências importantes: cartas assinadas por D. João VI, dirigidas ao seu filho e herdeiro Príncipe Regente exigindo o seu regresso à Portugal. Essas medidas, segundo Antônio da Cunha Barbosa, causaram “grande indignação” entre os indivíduos e ensejaram a organização de “clubes, [onde] reuniu-se o povo nas praças públicas, protestando contra a política Lisboa” (1903, p. 208). Nesse momento:

Os partidos monarquista e republicano, que trabalhavam pela independência da pátria, dirigidos por Ledo, José Clemente, cônego Januário, [Luís Pereira da] Nóbrega, Barão de Santo Amaro e outros, continuando na sua gloriosa campanha, aproveitaram de tal indignação para unirem-se em um único pensamento: isto é, obter que o Príncipe Regente desobedecesse às ordens recebidas do Reino. (BARBOSA, 1903, p. 208)

Dessa união, viria a petição, dirigida ao Regente em 2 de 1822, que solicitava sua permanência. Coube a responsabilidade da redação a Joaquim Gonçalves Ledo, em casa de Justiniano José da Rocha. O documento contou com mais de oito mil assinaturas. A tensão se instalou na capital do império. Tropas foram preparadas, mas o general português desistiu de enfrentá-las. Apenas nesse momento “foi então que começou a cogitar a dessa ideia [de emancipação] o nosso sábio compatriota”, de onde Antônio Barbosa conclui, “A nosso ver, o Conselheiro José Bonifácio de Andrada e Silva pelo que acabemos de expor, não deve estar, no plano superior dos influxores da patriótica ideia” (1903, p. 209).

O autor prossegue sua arguição reforçando a não participação de José Bonifácio no processo de emancipação. Para o biógrafo, enquanto “[Hipólito da Costa] Costa Pereira, [Januário da] Cunha Barbosa, Gonçalves Ledo criavam juntos jornais políticos e nele faziam a propaganda [emancipatória], o venerando paulista entregava-se às investigações mineralógicas em São Paulo, com seu irmão.” (1903, p. 209)

Já no começo do século XX, a figura de José Bonifácio era consensualmente retratada na literatura historiográfica como a de um estadista exemplar, um político devotado à causa da emancipação brasileira, não à toa tenha recebido a alcunha de “Patriarca da Independência”. Entretanto, Bonifácio sobressaiu-se não apenas como homem público, mas também por ser um naturalista, um estudioso do mundo natural. (VARELA, 2006) Suas memórias científicas, com destaque para os trabalhos em mineralogia, revelam um pesquisador dedicado à solução

de problemas na atividade mineradora em Portugal e, um experimentado filósofo natural, versado em conhecimentos práticos na conservação de bosques, florestas e de um melhor aproveitamento do solo luso.

Para Antônio da Cunha Barbosa, a ideia da Independência em José Bonifácio viria somente após sua nomeação para ministro na pasta do Ministério do Reino e Negócios estrangeiros, durante a regência do Príncipe Regente Pedro. O irmão mais jovem de José Bonifácio, Martim Francisco, que o instruíra sobre a necessidade de ruptura com Portugal. No entanto, para o biógrafo de Januário da Cunha Barbosa:

Confrontando os fatos, estudando os acontecimentos e colhendo restos da tradição oral e informações sobre o assunto, divergimos, colocando-nos sob outro ponto de vista, relativamente que se atribui ao grande vulto que se encheu com seu respeitável nome brilhante pagina da história brasileira. Sem contestarmos os grandes méritos do ex-tutor do Senhor D. Pedro II, resguardarmos a convicção de que o Sr. Conselheiro José Bonifácio não foi o patriarca da nossa independência, porquanto o seu passado nos induz a aceitar esse conceito, e a sua intervenção nos acontecimentos políticos da época o desfigura nesse papel que lhe empresta a crítica histórica. Conta-nos Sr. [Alexandre] Melos Morais pai, que em um daqueles dias agitados que se seguiram ao da nossa emancipação política, se lembrou alguém de colocar em uma vitrina da rua do Ouvidor o retrato do ilustre sábio, acompanhado dos seguintes dizeres: *Patriarca da Independência*. Desde essa ocasião a frase foi repetida, ecoando progressivamente em todos os recantos da nossa historiografia. Recolhemos mais tarde, a parte anedótica da vida do eminente homem de Estado nos foi mostrada uma carta escrita ao Conselheiro Vasconcelos Drummond, em 1825, na qual se lê: “Muito me arrependo de haver concorrido para a liberdade do povo brasileiro”. Por esse tópico que é a refutação do próprio José Bonifácio, ao título *patriarca* da Independência, por isso mesmo que confessa *haver concorrido* para a liberdade dos brasileiros, depreende-se o erro em que se acham seus panegiristas. (1903, p. 210)

Negando, pois, que José Bonifácio tenha influenciado decisivamente no transcurso dos acontecimentos que levaram à Independência, “este nosso grande acontecimento político”, o biógrafo colhe o testemunho de Alexandre Melos Morais para afirmar que a emancipação do país teria sido obra do “patriotismo dos deputados brasileiros”, dentre eles, do deputado Antônio Carlos Ribeiro de Andrada Machado e Silva (também irmão de José Bonifácio), “que com toda a energia atacou as pretensões absurdas de seus colegas lusitanos” na Assembleia Constituinte de Lisboa, em 1821. O projeto de federalização do Brasil é também atribuído a Antônio Carlos, cuja ideia foi prontamente rejeitada pelos deputados lusos. Em resposta, o Andrada incitou os parlamentares brasileiros a recusarem o juramento e a assinatura da nova Constituição. (BARBOSA, 1903, p. 211)

Finda a exposição sobre os Andrada, o autor transcreve um fragmento de autoria Alexandre José de Melo Morais Filho, filho do historiador de igual nome, que por sua vez cita

no artigo um texto do jornalista Cipriano Barata (1762-1838), no periódico *Correio da Manhã*. No exemplar do *Correio*, Barata discorre pormenorizadamente sobre o processo de emancipação brasileiro, reconstruindo os episódios, nomeando seus principais autores e, salientando o papel do grupo da Maçonaria nesse processo:

Na sessão n. 14, em assembleia geral do povo maçônico, em 20 do 6º mês, resolveu-se que I. *Guatimozim*⁷⁸, D. Pedro de Alcântara, príncipe regente e defensor perpétuo, fosse aclamado rei do Brasil, sob a monarquia constitucional representativa, com sucessão à sua dinastia; que isto se comunicasse logo as províncias e por todos os meios nosso I. e amigos, afim de se removerem quaisquer dúvidas obstáculos, cujo deveria efetuar-se no dia 12 outubro, aniversário natalício da monarquia; esforçando-se todos para o desempenhar e propagar. (BARBOSA, 1903, p. 217)

Observa-se que o acordo sacramentado pelos parlamentares, de remeter às Câmaras provinciais, representantes que anunciassem a Assembleia Constituinte que se formaria dentro de pouco tempo, também assegurava que o futuro imperador juraria a nova constituição. Nessa ocasião “padre Januário da Cunha Barbosa que já estava pronto para partir para Minas, conforme lhe fora ordenado, pediu cópia do juramento e instruções e partiu no dia seguinte para seu destino.” (BARBOSA, 1903, p. 217)

O biógrafo de Barbosa prossegue citando o texto de autoria de Cipriano Barata que narra que José Bonifácio foi destituído da loja maçônica por Ledo, em razão da diferença dos caminhos a serem traçados até a emancipação. Enquanto o primeiro, agora ministro de D. Pedro I, preferia aguardar as iniciativas do governo que levariam à independência, o segundo planejava redigir um manifesto em nome dos fluminenses, com o objetivo de pedir ao Príncipe Regente que se convocasse uma assembleia geral no Brasil, para reunir todas as províncias a um centro com autonomia para deliberar sobre os futuros da nação. O lugar de Bonifácio foi ocupado pelo Príncipe Regente. Para rivalizar “guerrear [com] Grande Oriente” e fazer frente à influência exercida sobre D. Pedro I, pelo grupo composto de Gonçalves Ledo, Januário e outros, o político santista, com ajuda do seu irmão, Antônio Carlos Ribeiro, decidiu fundar o *Apostolado*.

O *Apostolado*, afirma Barata, aos moldes do grêmio congênere, almejava à Independência e a integridade do império personificado na pessoa do Príncipe Regente, mas implicitamente, também aspirava o desaparecimento do grupo rival.

⁷⁸ O Príncipe Regente foi convidado a se unir aos maçons da Loja “Grande Oriente” em 02 de agosto de 1822 adotando o nome histórico de *Guatimozin*. Três dias depois se tornava o Grão-mestre, maior título para um maçom. Em sessão número dezessete da Assembleia Geral, tomou a palavra Domingos Alves Branco Muniz Barreto para propor que se aclamassem Príncipe Regente não só Imperador do Brasil, mas que ele foi reconhecido “Defensor Perpétuo do Brasil”.

A disputa não demoraria a ganhar a arena política. “Januário, Ledo, José Clemente, Nobre e outros hostilizaram, o ministério Andrada censurando-o como antiliberal”, escreveu Barata. Em resposta, José Bonifácio acusou o Grande Oriente, loja maçônica do grupo favorável a Independência, de incitar as massas e disseminar intrigas, e o mais grave, a pretensão de instaurar um governo republicano, nem que para tanto fosse “convocado seitas amotinadoras.” (BARBOSA, 1903, p. 217-218)

Para apurar as denúncias, o ministério ocupado por Bonifácio e seus irmãos “abriu devassa rigorosa de inconfidência”, procedendo uma perseguição sem tréguas “não obstante os haver tido como aliados e amigos em dias tormentosos”:

Foram presos e recolhidos à Fortaleza de Santa Cruz e depois removidos para as ilhas das Cobras e Conceição os Ir. Domingos Alves Branco Muniz Barreto, José Joaquim Gouveia, João da Rocha, Pedro José da Costa Barros, Thomaz José Tinoco de Almeida, Joaquim Valério Azevedo. Ledo contra quem se tinha conspirado o grupo dos acusadores, ocultou-se na fazenda de um dos irmãos, e daí emigrou para Buenos Aires. Foram deportados os irmãos Luiz Pereira da Nóbrega e José Clemente Pereira, quando se procedeu a devassa. O P. Januário que partira para Minas Gerais, antes de reformada a ata e a supressão da clausula do juramente prévio, apresentando-se à camarada capital foi preso logo que chegou. (BARBOSA, 1903, p. 218)

O episódio do processo deflagrado pelos Andrada, minuciosamente narrado por Barata, segundo Barbosa, corrobora que a loja maçônica de Ledo e Januário, “foi um dos mais fortes impulsores, não só da emancipação, como da execução das principais ideias da nossa Constituição”, tendo Januário desempenhado um papel singular, já que “fora um dos mais ativos e prestimosos obreiros.” (BARBOSA, 1903, p. 218)

O padre Januário foi um dos perseguidos e indiciados na “sonhada conspiração” a 30 de outubro de 1822. Seus companheiros de lide política não tiveram melhor sorte. Para Barbosa, não pesavam dúvidas quanto à natureza da acusação e de que se tratava de uma injustiça contra o religioso:

Infamante calúnia contra quem tanto estimou e apreciou a D. João VI e a sua augusta Família! A linguagem dos seus sermões, dos seus discursos, dos seus escritos no *Revérbero*, o seu procedimento político, enfim, na Maçonaria nos autorizam a protestar contra semelhante acusação. O Padre Januário soube sempre conservar-se grato a quem o distinguiu com a nomeação de pregador régio, àquele que declarava deleitar-se com os seus sermões, e que não cessava de repetir ser o colaborador do *Revérbero*, um dos nossos melhores oradores sacros. Este seu sentimento de gratidão acentuava-se ainda mais, porque ele não se esquecia de que o Príncipe Regente muito tinha distinguido todos os nossos antepassados, seus pais e nossos Bisavós. Quem, como nós, atentamente tiver lido os seus vários artigos políticos no *Revérbero* e os seus discursos na Maçonaria, como grande orador que dela foi, repelirá as calúnias que lhe foram imputadas e concluirá que outro fora seu pensamento. Escreveu e trabalhou pela nossa

independência política, deixando sempre transparecer seu ideal monárquico, o seu respeito e admiração pela casa de Bragança. (1903, p. 219-220)

O biógrafo reitera em muitos momentos a lealdade de “Padre Januário” ao monarca D. João VI, responsável pela nomeação do clérigo ao cargo de orador sacro na Capela Imperial. Ao avaliar os artigos políticos assinados pelo clérigo no *Revérbero* e seus discursos em reuniões na maçonaria⁷⁹, não encontrou neles traços da “propaganda incendiária” e “anarquista”, que José Bonifácio identificou. Foi preso por ter ido à Minas Gerais.

[...] enviado pelos facciosos com o fim aparente de fazer certo naquela Província que a do Rio de Janeiro estava determinada a celebrar a aclamação de S. M. I. no dia de 12 de Outubro, e que ele em desempenho do verdadeiro fim dos mesmos facciosos, espalha ideias subversivas nos ânimos daqueles povos. (BARBOSA, 1903, p. 220)

Antônio da Cunha Barbosa afirma, depois de apresentar muitos testemunhos, que esta foi uma “clamorosa injustiça, quando é notório que ele e Gonçalves Ledo foram dos primeiros que bradaram no *Revérbero* pela: a Constituição, Independência, e Monarquia Constitucional”. (BARBOSA, 1903, p. 220)

Por sua importância neste processo, o periódico de Januário e Ledo, o *Revérbero* carece de alguns esclarecimentos. Apesar do curto do período de existência (circulou entre 15 de setembro de 1821 a 8 de outubro de 1822), o periódico foi o primeiro se posicionar em favor da emancipação do país. O litógrafo francês, Sebastião Augusto Sisson, radicado no Brasil, lembra em sua *Galeria* que:

O *Revérbero Constitucional Fluminense*, periódico semanal que apareceu pela primeira vez em 15 de setembro, encaminhou os brasileiros à Independência, fortificou-lhes a opinião contra os disfarçados acometimentos das Cortes em Lisboa, acendeu-lhes o entusiasmo daquela época, dispoendo os ânimos para a emancipação do Brasil, proclamada em setembro de 1822, mas começada verdadeiramente em Maio pela representação redigida pelos redatores do *Revérbero* (1861, p. 111).

O jornal apresentava uma característica que se tornaria comum nos periódicos do período, a paginação continuada de seus números, caractere que estimulou sua encadernação e a afirmação de uma legitimidade às folhas impressas, o que até a época era conferida apenas aos livros. Tratava-se de uma clara alusão a uma sequência, mais precisamente, à ideia de uma obra fechada. Eram impressos em formato in-oitavo (o tamanho tradicional dos livros), primeiramente na oficina de Moreira e Garcez, e em seguida na tipografia de Silva Porto, outro lusitano integrado à causa da emancipação. (SILVA, 2010, p. 89)

⁷⁹ Januário da Cunha Barbosa, Joaquim Gonçalves Ledo e José Clemente Pereira, primeiro presidente da Câmara dos Deputados, compunham a “elite” do movimento maçônico na cidade do Rio de Janeiro. (LEITE, 2000, p. 227-233).

Tais defesas seguramente não agradam ao ministério dos Andrada. José Bonifácio viu nos maçons e nos periódicos que organizavam, um nicho de ideias perniciosas à ordem pública e os acusou de espalhar calúnias que fomentavam a anarquia e a guerra civil. (BARATA, 2006, p. 239)

Deflagrada a devassa, o religioso foi recolhido na fortaleza de Santa Cruz após seu retorno de Minas Gerais, onde havia anunciado a aclamação do imperador D. Pedro I e esperava o aceite dos mineiros. Argumenta Barbosa que Januário viajara com autorização do Ministério, como consta na portaria da Secretaria de Estado dos Negócios do Império. A Província de Minas Gerais, merecendo o afeto e a amizade do religioso, o elegeria mais tarde a deputado para representá-la na primeira legislatura do Império.

O biógrafo constata que, com a mudança na configuração do jogo político, em princípios da década de 1830, era possível que Januário tenha empregue sua pena para atingir o imperador, mas o fizera somente após a renúncia do monarca, e ressalva que o clérigo jamais deixou de se posicionar em favor da monarquia constitucional:

Escreveu, é verdade, após os sucessos de Sete de Abril, na *Mutuca Picante*, ter sido alguns atos do governo do ex-1º Imperador, *despóticos e tiranos*. Mas, ao mesmo tempo, que assim se expressava, expunha abertamente seu espírito monarquista constitucional representativo, forma política essa sempre seu ideal (BARBOSA, 1903, p. 220).

Novamente, o Antônio da Cunha Barbosa ressalta que malgrado Januário tenha acusado o ex-imperador, que renunciara ao Trono, de ter agido como *déspota*, o religioso contestava as ações do governante, e não o regime político do país à época, uma monarquia constitucional, considerada pelo clérigo, a forma de organização política “ideal”.

O próximo documento arrolado pelo biógrafo é o supracitado *Processo dos Cidadãos*.⁸⁰ Trata-se da devassa que José Bonifácio de Andrada e Silva mandou proceder “para justificar os acontecimentos do famoso dia 30 de outubro de 1822”. Nesta data, José Bonifácio e seu irmão, Martim Francisco, mandaram instaurar, no mesmo dia em que foram reintegrados no Ministério, um processo que se iniciou dia 4 de novembro contra seus inimigos. A lista inclui, pela ordem, Domingos Alves Muniz Barreto, João da Rocha Pinto,

⁸⁰ O historiador Alexandre Melo Moraes narra os acontecimentos que se seguiram ao fechamento da loja maçônica Grande Oriente, dirigida por figuras avessas a simpatia de José Bonifácio que agiu com “desejos de vingança pela sede do mando: “Suspenso o Grão Oriente as intrigas e perseguições tomaram mais força; porque as ambições e o desejo de mando e das vantajosas posições se manifestavam francamente. Quando todos se deveriam unir para a solidificação da independência, e a boa organização das instituições do Brasil ser o empenho de todos, não aconteceu assim; porque os obreiros da emancipação política do país perseguiram-se mutuamente, [...] e se vê no monstruoso processo mandado instaurar por José Bonifácio contra os cidadãos, Domingos Alves Branco, Rocha Pinto, Alves de Azevedo, Tinoco, Gouvêa, Valério Tavares, Lisboa, Costa Barros, Lopes, Ledo, Nobrega, José Clemente Pereira, padres Januário e Lessa”. Ver MORAES, 1871, p. 413-414.

Luís Manuel Alves de Azevedo, Tomás José Tinoco de Almeida, José Joaquim de Gouveia, Joaquim Valério Tavares, João Soares Lisboa, Pedro José da Costa Barros, João Fernandes Lopes, Joaquim Gonçalves Ledo, Luís Pereira da Nóbrega de Sousa Coutinho, José Clemente Pereira, Padre Januário da Cunha Barbosa e Padre Antônio João de Lessa.

Tratava-se dos autos do processo empreendido pelos Andrada contra os maçons. No Prefácio da obra – atribuída a José Clemente Pereira – Barbosa recupera os trechos que “vem provar a inocência dos supostos conspiradores e o espírito vingativo do Ministério” dos irmãos Andrada. Para Clemente Pereira, o redator do *Revérbero* usou sua pena para defender, na imprensa, a legitimidade do trono constitucional contra o ataque dos ultra-liberais. E, agindo desse modo, “tornou-se um dos sustentáculos da monarquia constitucional; motivo pelo qual lhe advieram intrigas urdidas pelos seus próprios correligionários. (PEREIRA Apud BARBOSA, 1903. p. 223).

As intrigas o conduziram ao desterro, porém:

[...] os tormentos que aí sofreu teceram-lhe uma coroa de glória, porque os espinhos do martírio imortalizaram uma frente quando a auréola a inocência: são como a opala, quer se antepor ao sol mas só consegue irrisar-lhe os raios. (1903, p. 223)

A figura de linguagem de José Clemente Pereira não deixa margem para dúvidas, os acontecimentos que levaram Januário da Cunha Barbosa ao desterro se assemelhavam a um calvário. Sua expulsão do país confirmaria sua vocação de mártir. Contudo, os espinhos desse martírio – que não feriam sua inocência – eram como a opala, tecido fino de algodão, que ao ser exposto ao sol não consegue lhe tapar os raios:

A sua inocência foi reconhecida pelo Imperador que ao seu regresso, o recebeu com sinais de apreço, nomeando-o oficial a ordem do Cruzeiro e Cônego da Capela Imperial, além de lhe ter dispensado sempre a sua augusta e honrosa amizade. O Cônego Januário possuía o retrato de D. Pedro I, com dedicatória do seu próprio punho; tendo sabido sempre corresponder a todo esse afeto. Foi contrário à revolução de 7 de Abril, mas consumado o fato subordinou-se e acompanhou a nova situação, para não complicar os acontecimentos. [...] O patriota Januário, fora como outros brasileiros, vítimas de sonhados tramas demagógicas; sua inocência, porém, foi logo conhecida no processo que se intentou, e em Setembro de 1823. Com os seus companheiros de sorte, regressou ao seio da pátria, vindo com eles figurar nas primeiras legislaturas do Império. (BARBOSA, 1903. p. 223-224)

Como é sabido, uma vez expatriados, nenhum dos “beneméritos revolucionários” poderiam compor novamente a Assembleia Nacional Constituinte presidida pelo bispo-capelão José Caetano da Silva Coutinho, qual teve sua dissolução decretada por D. Pedro I com, com o auxílio das forças policiais em meio à discussão dos pontos essenciais que constariam na Constituição.

No entanto, a má sorte não demoraria para abater o ministério dos Andrada, tendo sofrido o mesmo revés dos seus antigos adversários: foram presos e obrigados a seguirem para o exílio. Relata o autor, que ao regressar do desterro, o Barbosa “deu-se a coincidência de se ter encontrado no mar com o ministro seu perseguidor, que por seu turno ia sofrer as mesmas provas porque passara a sua vítima.” (1903, p. 224)

A trajetória do padre secular Januário, que se segue a partir do seu regresso, é permeada de êxitos, como já foi dito, Januário foi agraciado com uma importante distinção à época, a condecoração de oficial da Ordem do Cruzeiro e o aceite do benefício eclesiástico de Cônego na Capela Imperial do Rio de Janeiro.

Maria Beatriz Nizza da Silva observa que os partidários do absolutismo e os constitucionalistas se combateram calorosamente na imprensa em torno de questões como privilégios e mercês, porém, tanto a primeira prática como a segunda, sobreviveram ao movimento constitucional e adeptos dos dois lados, do mesmo modo que as criticavam não deixavam de reclamá-las. Um episódio em particular, ilustraria a distância entre as discussões, as reformas pleiteadas e a realidade prática. Após a Independência, dissolvido o gabinete dos Andrada, e suprimidos e inocentados os réus vítimas da perseguição andradista, D. Pedro I decreta a criação da supracitada Ordem do Cruzeiro, a fim de retribuir os seus aliados políticos. Tal iniciativa foi duramente criticada pelo periódico maranhense *O Conciliador* – aproveitando o ensejo para manifestar o desagrado e desaprovação à emancipação – que tomou como claro sinal da incongruência do novo regime. Mesclando um tom de denúncia e ironia, a folha registrava:

Todos sabem que uma nova Ordem Cavalheiresca foi estabelecida para premiar os que promoveram mais *distintamente* a desunião e anarquia do Brasil; é também necessário que todos conheçam os nomes dos da ORDEM IMPERIAL DO CRUZEIRO. (CONCILIADOR DO MARANHÃO, 1823)

Em outro exemplar d’*O Conciliador*, o vício de origem da carta constitucional de 1824, advinda das desabonadas circunstâncias de sua elaboração e o passo em falso dado pela monarquia, era assinalado:

E nesta época que se pretende dar uma Constituição ao Brasil forjada entre violências, e perseguições, por Deputados venais, Ministros d’Estado, Camaristas, e outros vis satélites da tirania!! e o primeiro passo de Liberalismo criar a Ordem do Cruzeiro para aumentar os Privilegiados!!! (CONCILIADOR DO MARANHÃO, 1823)

Retornando à análise, Antônio da Cunha Barbosa conta que o clérigo, no ano seguinte ao seu regresso, foi eleito deputado por duas províncias, de Minas Gerais e Rio de Janeiro,

tendo optado pela última, por ser seu local de nascimento.⁸¹ Nesta legislatura, Januário veio a exercer seu mandato como um:

Político apaixonado, temperamento satírico e polemista, a sua vida pública salientou-se, principalmente, no seio da comissão de instrução pública da Câmara, atacando a política dos Andradas e a de Bernardo Pereira de Vasconcelos, e finalmente em alguns opúsculos satíricos contra certos homens notáveis de sua época. Não se distinguiu como orador parlamentar, as suas glórias oratórias teve-as na tribuna sagrada. Recomendando-se pelo seu espírito culto e adiantado, deve-se a ele os esforços que empregou para fazer passar a lei que criava os nossos dois cursos jurídicos – de São Paulo e Recife (BARBOSA, 1903, p. 225).

Reserva o biógrafo, em sua exposição, um espaço considerável para destacar no sacerdote seus “luminosos pareceres sobre projetos do ensino público” dotados de “grande erudição pedagógica”. O padre Januário havia sido um “emérito pedagogo”, tendo acompanhado o desenvolvimento da pedagogia nos países mais adiantados” (BARBOSA, 1903, p. 226).

Na vigência do primeiro mandato como parlamentar na Câmara dos Deputados, que Januário da Cunha Barbosa ocupou graças ao lugar vago deixado por Marquês Inhambupe, eleito no mesmo pleito para senador, as atenções do religioso se voltaram para o debate da instrução pública e “nos seus vários artigos de jornais, atacando a política dos Andradas e a de Bernardo Pereira de Vasconcelos, e finalmente em alguns opúsculos satíricos contra certos homens notáveis de sua época”. (BARBOSA, 1903, p. 225)

Terminado seu mandato como deputado em 1829, e não tendo sido reeleito, foi dirigir o *Diário Fluminense* que no período de 1824 a 1825 se chamava *Diário do Governo* enquanto Frei Francisco de Sampaio esteve à sua frente. O clérigo seria nomeado diretor da Tipografia Nacional, por decreto imperial a 18 de dezembro de 1830, com o ordenado anual de 800\$000 (oitocentos mil réis) e 5% de comissão do produto líquido de toda a Tipografia. Os seus préstimos lhe renderam a distinção do hábito de Cristo.

Entre os anos de 1830 a 1831, foi incansável defensor dos atos do governo respondendo aos opositores no órgão oficial do império, *Diário Fluminense*. O clérigo voltaria à Câmara na 6ª legislatura de 1845 a 1847, mas sua morte em 1846 o interrompera de prosseguir.

⁸¹ O jornal *O Spectador Brasileiro* em seu número 57 do dia de 12 de novembro de 1824 informa aos seus leitores a lista dos deputados mais votados na Província de Minas Gerais para a primeira legislatura (1826-1829). Januário recebera 220 votos, sendo o décimo primeiro mais votado, a do seu “amigo de estudos”, Joaquim frente de figuras de expressivas como Manuel Ferreira da Câmara, Joaquim Gonçalves Ledo e Severiano Maciel da Costa. Cf. **O Spectador Brasileiro**. Rio de Janeiro, n. 57, 12 de novembro de 1824.

Por outra lei, a de 3 outubro de 1834, o exercício da função de diretor da Tipografia Nacional lhe foi suprimida, passando o religioso a ocupar a função de administrador do mesmo órgão.

O biógrafo Antônio da Cunha Barbosa (1903, p. 225) explana que a “paixão política [de Januário] o afastara do poder”, e que no intervalo de sua atuação política na Câmara dos Deputados, redigiu alguns debates para parlamentares. O clérigo chegou a ter seu nome ventilado para ocupar a pasta da Marinha. Essa notícia foi divulgada pelo próprio desafeto de Januário, Bernardo Vasconcelos, na sessão *Boato* do periódico do político mineiro, *O Sete d’Abril*.

Corre como certo que resolveu-se completar o Ministério, o qual, assim completo, deve permanecer até à futura convocação das Câmaras; e, para esse fim, dizem que o Sr. Cônego Januário da Cunha Barbosa toma a pasta da Marinha, e o Sr. Deputado Francisco Remígio de Albuquerque e Mello a de Estrangeiros. (1834, p. 4)

A partir deste ponto, o autor seleciona artigos assinados pelo padre secular a fim de examinar os debates encetados, bem como os interlocutores em questão. No exemplar número XXI do *Diário Fluminense*, do dia 21 de janeiro de 1831, Januário, revisitando suas matérias, reiterava a defesa que fazia às ações do governo monárquico desacreditando outros redatores da corte que falavam em nome da Vontade Nacional. Essa “opinião particular” simpática aos “motins na Bahia e Pernambuco”, no período em que o país experimentara as maiores turbulências com a chamada Revolução Pernambucana, é enfaticamente atacada pelo clérigo:

Dissemos às páginas 182 do n. 4 deste *Diário* que não era, nem a *opinião pública nem a vontade Nacional*, quem se exprimia loucamente, por esses motins que se contam na Bahia e Pernambuco, por alguns escritos que hoje na Corte se publicam para a vergonha do bom senso da civilização brasileira, que eles fazem ver em marcha retrógrada. Este pensamento que não precisa de comentário para com as pessoas instruídas e amantes de boa ordem, que também como tais coisas aqui se faze, merece todavia ser explicado, para melhor inteligência dos Brasileiros Constitucionais de todas as Províncias, que talvez se assentem de ousadias dos atrabiliários, que se arrogam o direito de expressar como vontade Nacional a Opinião Pública a sua mesma *opinião particular* e vontade, sempre em oposição à tranquilidade dos povos, que assim desinquietam e arrastam a abismos da desgraça, etc. (BARBOSA Apud BARBOSA, 1903).

Após apresentar matérias assinadas nas folhas oficiais do governo, nas quais Januário da Cunha Barbosa (ou, o clérigo) fazia uma vigorosa defesa dos atos da monarquia, dirá o biógrafo que “os artigos do cônego Januário no *Diário do Governo* foram verdadeiros tipos de patriotismo e saber” no período de maior aflição aos governantes do Império, que ocupou boa parte da década de 1830, até a maioria de D. Pedro II.

Assinala Antônio da Cunha Barbosa (1903, p. 231) que foi “nessa época que mais se acentuou o espírito jornalístico de Januário”, o biógrafo oferece ao leitor “uma ideia do Cônego Januário como [...] polemista sarcástico na redação da *Mutuca Picante*”, e seguindo o mesmo procedimento, apresenta um artigo de Januário para “formarmos um juízo do seu estilo de oposicionista político.”

A *Mutuca*, em seus artigos, fazia clara oposição à política de Bernardo Pereira de Vasconcelos expressa em seu periódico já citado, *Sete de Abril*. Eleito nas assembleias províncias em Minas Gerais, Vasconcelos voltava à Câmara no ano de 1834.

No periódico, afirma Barbosa (1903, p. 233), que Januário publicava “notas sarcásticas e humorísticas contra certos personagens, especialmente Marianno Carlos de Souza Correia”, a quem o clérigo gentilmente designava de *Rato molhado*.

Segundo o biógrafo, Correia era parente e antigo protegido do clérigo, que a amizade se convertera em desprezo entre as partes e Correia voltara-se contra Januário. A guinada do desafeto do clérigo é ilustrada: “tão perverso fora esse homem [Correia], que procurou intrigar o cônego Januário com Gonçalves Ledo, seu amigo particular, colega de estudos e companheiro no Revérbero e na Maçonaria”. (BARBOSA, 1903, p. 233)

Em oposição ao político Bernardo Pereira de Vasconcelos, a *Mutuca* passou a alimentar discordâncias com outro periódico, a *Aurora Fluminense*, de Evaristo da Veiga.

As severas e ácidas críticas, o tom “acrimonioso” do jornal do clérigo justifica Barbosa (1903, p. 234), era “o estilo da época” e, cada um ao seu modo, travava forças entre si, sobretudo contra Vasconcelos “que se tinha tornado completamente aborrecido dos liberais”. Ocorria *guerra dos jornalistas*, para empregar a expressão de Lustosa (2000), já que cada grupo “dispunha de jornais, jogava doestos os mais insultuosos e usando uma linguagem.”

O jornal de Vasconcelos, *O Sete d’Abril* (1838, p. 4) se dirigia ao clérigo – que não se cansava de ironizar o político mineiro – pelo vulgo de “bobo Fluminense Januário” (1838, p. 4) e também denominava o religioso pela alcunha do seu periódico “Januário Mutuca”. (O SETE D’ABRIL, 1836, p. 3) Ambos dedicavam um ao outro, versos insultuosos.

A metáfora de um conflito armado empregue por Isabel Lustosa ganha sentido uma vez que o biógrafo argumenta que nas mãos de Januário “abundavam as armas em seu arsenal e conforme as necessidades do momento, ora lançava mão de ervada seta do epigrama, ora da calava filosófica”. (BARBOSA, 1903, p. 237)

Para o autor (1903, p. 237), o religioso compreendera a função da crítica que destilava nos seus periódicos: o lema consagrado entre comediantes italianos, apareceria também

Molière, em sua obra *Tartufo*, que considerava estar entre os objetivos da comédia, a capacidade de castigar os costumes com o riso, “O Cônego Januário compreendia o papel de crítico, compenetrava-se do *ridendo castigat mores*, do velho Horácio”.

A exposição do biógrafo intercala transcrições de trechos d’*A Mutuca* de Januário e artigos publicados no *Sete d’Abril*, de Vasconcelos, onde os liberais mediam forças “em estilo humorístico, senão picante e ridículo” (BARBOSA, 1903, p. 237)

Distante da violência dos pleitos do Brasil da década de 1830, aos olhos de Antônio da Cunha Barbosa parecia haver uma contradição entre a “fina educação” com que os redatores se apresentavam à sociedade e os excessos destilados entre si nas folhas. Porém, o biógrafo notara que o litígio não era privilégio da disputa de Januário e Vasconcelos, mas um traço constitutivo do jornalismo político de então.

À princípio, estranhamos a linguagem, aliás insultuosa destes dois contendores políticos, ambos inteligentíssimos e cultos, ambos cavalheiros de fina educação e ambos de relevantes serviços à sua Pátria. Mas não é de admirar se como nos conta o Sr. Dr. J. M. de Macedo, a imprensa política da época, isto é, a das gazetas periódicas do Governo e da oposição ou absolutista e republicana, como se dizia, tinha adotado por lógica a injúria, por argumento o insulto, e de um e outro lado a vida priva dos adversários era indignamente açoitada pela calúnia atroz, ou ainda mesmo pela vontade malvada. (BARBOSA, 1903, p. 240-241)

Isabel Lustosa (2000, p. 32) analisa a mudança nas “intenções” dos editoriais de impressos que surgiram no Brasil entre os anos de 1821 e 1823, como consequência do intenso debate político e impulsionados por um desejo de transformação das instituições. Os redatores se impunham a tarefa de informar diligentemente a população para o regime liberal que viria. A partir dos editoriais e das discussões que percorriam os impressos, se entrevia a crença no papel transformador da educação que se pretendia difundir. Ultrapassado o processo de Independência, os grupos políticos gradualmente se tornaram mais coesos e os jornais passaram a ser o instrumento por excelência das disputas políticas e de interesses. Os debates se acirraram e a tensão e os excessos se cristalizaram nas folhas que receberam a alcunha de *escritos difamatórios*.

Recorda Lustosa que o direito ao anonimato – usufruído por Januário e muitos outros redatores – garantia a impessoalidade e favorecia as violentas investidas entre os jornalistas. Sob pseudônimo, nem o imperador D. Pedro I se furtara a possibilidade publicar artigos anônimos na folha *O Tamoyo*, de Bonifácio, contra João Soares Lisboa, do *Correio do Rio Janeiro*, e Luís Augusto May, n’*O Espelho*.

Depois de se deter sobre a figura de Vasconcelos, o biógrafo se esforça por destrinchar a importância de Evaristo da Veiga no que toca à trajetória de Januário da Cunha Barbosa. Aqui, cessam os elogios e o tom “encomiástico” na narrativa biográfica de Antônio da Cunha. O texto passa a salientar a vida de Veiga, em sua prodigalidade intelectual e a fidelidade política que ultrapassara as circunstâncias que terminou por fazer sombra aos oscilantes caminhos seguidos por Januário. As trajetórias são confrontadas e o editor d’*Aurora* termina por prevalecer sobre o clérigo e servir-lhe de modelo de conduta.

De saída, Antônio da Cunha pondera que Veiga levava vantagem sobre “os dois companheiros”, sabidamente Januário e Vasconcelos.

O ilustre mineiro⁸² foi uma das nossas maiores mentalidades, e atingira a mais alta culminância da nossa imprensa. Foi o protótipo do jornalista brasileiro; não imitou como também não há de ser imitado. Moldado e feito para o período político em que viveu, assumiu por meio da imprensa uma posição excepcional, única, como só ele soube conquistar e manter. John Harmitage, o sisudo e autorizado historiador desse período, considerado- um dos escritores políticos mais talentosos não só do Brasil como da língua portuguesa (BARBOSA, 1903, p. 241)

A superioridade de Veiga transparecia em uma análise rápida do seu periódico *A Aurora Fluminense*, segundo Antônio da Cunha (1903, p. 241). Ao contrário de Vasconcelos e Barbosa que comumente lançavam mão de expedientes pouco cavalheirescos, o redator Evaristo da Veiga ofereceu um “belo exemplo de estudo grave e lúcido das questões da polêmica sem azedume, e absolutamente isento de injúria e de aleive; não escapando todavia aos insultos e as calúnias dos escritores adversários”.

O jornalista Evaristo da Veiga se posicionara à meia distância de “republicanos” e “absolutistas”, seu “espírito doutrinário” na política, frisa Barbosa, o levou – assim como também levou a Januário – a defender a bandeira da monarquia constitucional representativa. Recorda que Evaristo da Veiga foi responsável, em 1828, pela criação do partido monárquico constitucional no Brasil. Tecendo elogio a ambos, Barbosa rememora que

O redator da *Aurora Fluminense*, como o redator do *Diário Fluminense*, não acompanharam os seus correligionários liberais, ou antes não fizeram coro, com a maior parte deles, em agremiação republicana, nas suas ideias de – federação das províncias – etc. (1903, p. 242)

Em outras palavras, tanto Evaristo da Veiga quanto Januário da Cunha Barbosa não se enredaram à bandeira republicana defendida por aliados liberais que advogaram a descentralização do poder que conferia mais autonomia às províncias. Segundo Carvalho

⁸² Antônio da Cunha Barbosa comete um pequeno deslize, Evaristo Ferreira da Veiga e Barros era natural da cidade do Rio de Janeiro (lugar que viveu até falecer), e não da Província da Minas Gerais, portanto, era carioca e não mineiro.

(1998, p. 165-166) a experiência traumática vivida pelas autoridades as com guerras civis, dissensões partidárias, ameaças separatistas no nordeste do país na Província de Pernambuco (Revolução Pernambucana a 1817 e depois a Confederação do Equador em 1824) e depois no Sul (Guerra dos Farrapos que permitiu que ao Rio Grande Sul se declarasse um estado independente por quase 10 anos) desacreditara a muitos sobre a viabilidade desse projeto.

Ressalta o biógrafo, ainda que, Evaristo da Veiga tivesse uma “índole política mais firme que Januário” e que essa solidez no caráter do jornalista se manifestou após a renúncia de Pedro I. Enquanto Veiga se manteve leal ao grupo *moderado*, organização por ele criada, o religioso, por sua vez, “após o Sete de Abril, com grande número de seus correligionários, afastou-se do seio do seu partido que se tinha exaltado, revolucionado, democratizado, constituindo-se em partido *anti-liberal*” (BARBOSA, 1903, p. 242).

A abdicação de Pedro I e a sucessiva vacância do Trono imperial irromperam um violento conflito pela disputa da Regência. O grupo que se encontrava mais articulado e apto a ocupar o governo era dos *moderados*. Politicamente, ocupavam o centro, buscavam o *justo meio*, isto é, um equilíbrio oferecido pelo constitucionalismo, aos moldes da experiência inglesa, e pelo repertório de ideias da França, do período da *Restauration*. Em outras palavras, os moderados repudiavam os extremos, tanto o Absolutismo, quanto a Democracia e apregoavam a divisão dos poderes entre o monarca e os representantes do povo. Outro dado a ser considerado, era a entrada de um novo grupo no cenário da política, os *caramurus*, que era formado, basicamente, por seguidores do ex-Imperador que clamavam o seu retorno ao Trono. (BASILE, 2004).

É necessário lembrar que o padre Januário assinara as folhas oficiais no governo de D. Pedro I, desde o final de seu primeiro mandato como deputado, em 1829. Sua defesa ao monarca se estendera até o momento de sua abdicação, que provocou o afastamento o afastamento imediato do religioso dos setores conservadores. É neste interregno que Januário se vincula aos partidários da moderação, partido que a pouco “vieram se juntar liberais pacatos, sensatos e criteriosos” sob a “cheia” de Veiga que “os dirigiu admiravelmente.” (BARBOSA, 1903, p. 242)

Em contraposição ao percurso de Veiga, Antônio da Cunha Barbosa (1903, p. 242-243) pondera que “o caminho jornalístico de Januário fora outro, o seu temperamento era apaixonado, feroso e picante, já o primeiro era “plácido, delicado, correto, firme e doutrinário”. Januário “era mais culto e erudito”, Evaristo, por sua vez, “superior no bom senso de estadista evidente”. As virtudes políticas de Veiga, símbolo do jornalista moderado, o “mais influente na marcha do governo do Brasil” e o “maior do homem de sua época.”

Após tecer todas estas considerações, Antônio da Cunha Barbosa redime o clérigo dos seus excessos:

Polemista hábil e jornalista independente, acompanhava a nossa vida social e política, advogando sempre assuntos interessantes ao desenvolvimento da terra que anto estremeceu; deixando, entretanto, sempre transparecer a sua nota dominante – a ironia –; arma sua predileta, que lançava mão para bater o adversário, sem contudo ter o seu gênio rabelaisiano prejudicado os seus brios de fino cavalheiro, o que prova não ter deixado rancor nem inimigo, pois não causou mal à pessoa alguma. Tinha grande coração, alma generosa. (1903, p. 242)

O biógrafo traz novamente à narrativa as boas ações do político mineiro Bernardo Pereira de Vasconcelos, elevado por Barbosa à estatura de um dos “mais consumados estadistas”. Seus predicados na imprensa jornalística o aproximavam do clérigo. Ambos “escreviam diariamente, indicando e provando ser” a monarquia a melhor forma de governo. Vasconcelos “salvara a monarquia constitucional” em companhia do religioso. “Qual outro Januário, seu temperamento era apaixonado polemista de sarcasmos; publicava artigos de potente argumentação, de desabridas zombarias contra seus adversários.” (BARBOSA, 1903, p. 243)

Na narrativa, Antônio da Cunha Barbosa (1903, p. 243-244) se presta a fazer uma síntese das contribuições da trinca dos liberais, que “Incontestavelmente foram estes beneméritos brasileiros, os três jornalistas que prestaram os mais relevantes serviços à nossa causa política, no período calamitoso de 1831”. Cada um ao seu modo advogou, ao longo de suas vidas, a monarquia constitucional representativa como melhor caminho para o país. Evaristo da Veiga “não se cansava de aconselhar: ‘Moderação, moderação, haja moderação!’”, ao seu tempo Januário, embora tivesse entrado em conflito com “antigos partidários do ex-Imperador, “foi também um dos sustentáculos” da monarquia e “patriota conservou sempre ilesa a sua fé monárquica”. Ao seu turno, Vasconcelos compôs o partido liberal o qual “deve às mais consideráveis instituições com que dotou o Brasil”.

Encerrando a exposição da trajetória política do clérigo, Antônio da Cunha Barbosa confirma que o “Padre Januário” prosseguiu até 1837, como funcionário público e como redator, defendendo as decisões do governo na imprensa das investidas do grupo dos *exaltados*; sobretudo a regência de Diogo Feijó “de quem fora particular amigo”. Aborrecido, o clérigo “retraiu-se da vida pública” até 1845, quando reeleito deputado na 6ª legislatura pela província do Rio de Janeiro.

No Parlamento, o clérigo não tomaria parte em questões políticas e trataria somente, como procedera em legislatura anterior, de questões relativas às reformas planejadas para a

instrução pública. Bastante adoentado, com a saúde frágil, Januário ainda veria o projeto nº 23, de sua autoria, ser discutido na Câmara. A proposta previa a criação do curso de Ciências Eclesiásticas no Seminário Episcopal de São José, onde realizara os estudos preparatórios.

No final da exposição correspondente às atividades políticas do clérigo, Antônio da Cunha Barbosa emula o tom elogioso dantes dedicado ao biografado e, tomando de empréstimo as palavras que orador Manuel de Araújo Porto-Alegre dirigiu ao clérigo mais de meio século antes, no momento em que se baixava o corpo sepulto do religioso, consagra Januário da Cunha Barbosa como um “verdadeiro farol da civilização brasileira”.

Esclarecido por uma longa e variada experiência, rico de ideias, desenganado e resignado com a injustiça dos homens, o cônego Januário de há muito havia professado e feito voto nesta tebaida do gabinete, nesse retiro dos filósofos e aí trabalhava com ardor e crença no futuro, com fanatismo patriótico, para esse monumento intelectual, para essa glória perdurável que atravessa as idades e forma a base da grandeza real de uma nação. (BARBOSA, 1903. P. 244-245).

3.2. Januário da Cunha Barbosa, o jornalista da Independência

A construção da memória biográfica de Januário da Cunha Barbosa a partir da Revista IHGB, passou também pelas páginas de um trabalho, denominado *Os jornalistas independência*, lido no Instituto por ocasião da sexta sessão ordinária a 5 de setembro de 1917. O folclorista Basílio de Magalhães, sócio do IHGB aponta os propósitos de seu pronunciamento:

O nosso intuito, porém, não é de rememorar os acontecimentos principais que determinariam o corte do cordão umbilical entre o Brasil e sua metrópole lusitana. Trabalho de tanta monta que não pudera ser realizado em uma rápida palestra. O nosso objetivo é, sim, completar uma pequena lacuna, que não foi infelizmente preenchida pela recente publicação da *História da Independência* do visconde Porto Seguro [Adolfo Varnhagen], sem que ela, todavia, por forma alguma desluza o incontestável serviço prestado pelo nosso benemérito grêmio, da qual tivemos a honra de ser relator. (RIHGB, 1918, p. 774)

Magalhães pretendia preencher um espaço deixado por Varnhagen no tocante ao papel dos jornalistas no processo de emancipação. “Referimo-nos ao excelso relevo, que teve a imprensa em todas as fases da ingente luta pela Independência do Brasil.” (RIHGB, 1918, p. 774)

O dia da comemoração do centenário da Independência se aproximava e membros e sócios promoviam a solenidade para que se recordasse dos:

Exemplos de edificação à causa sagrada da terra natal – não somente para que rendamos o preito de nossa gratidão aos fundadores da nacionalidade brasileira, como também para que recebamos [...] a luminosa lição de um perfeito patriotismo, que urge ser aprendida e posta em prática pelas almas, pelos corações e pelos braços válidos de toda a geração presente. (RIHGB, 1918, p. 774)

Feito os esclarecimentos, Magalhães ressalta que a imprensa teve em todas as fases da luta pela independência um “excelso relevo”, cabendo ao jornalista Hipólito da Costa com o seu *Correio Braziliense* (1808-1822), o papel de “*primus inter pares*” nessa empreitada. Depois de Hipólito da Costa, as figuras de Januário da Cunha Barbosa e Gonçalves Ledo, com seu *Revérbero*, aparecem como “os mais solícitos e ardorosos guerreiros da nossa emancipação política”. (RIHGB, 1918, p. 774)

Magalhães faz uma breve síntese da trajetória do clérigo Januário e de Joaquim Gonçalves Ledo quando já em idade madura consagraram de suas “cultas inteligências e de sua assombrosa atividade” aos reclames do Brasil. Como outros personagens que aspiravam à liberdade em seu tempo, se puseram a trabalhar em “sociedades secretas”. Estes esforços resultaram na fundação da loja maçônica Grande Oriente do Brasil, tendo como seu primeiro vigilante, a figura de Gonçalves Ledo e do clérigo secular, e Januário da Cunha Barbosa como orador. Para Basílio de Magalhães, este era o maior centro irradiador de liberdade e propagador de ideias de independência daquele período.

Entretanto, pouco antes da fundação da loja maçônica, empenharam-se os dois amigos da lide jornalística da criação do *Revérbero* em cujo subtítulo do periódico se podia ler “escrito por dois Brasileiros amigos da nação e da pátria”. Magalhães que já citara o trabalho de Adolfo Varnhagen, *História da Independência*, traz mais uma a obra do historiador no ponto e expõe o trecho onde visconde de Porto Seguro afirma que o ouvira os fundadores do periódico dizer que “todos os artigos publicados no *Revérbero* foram obra de ambos coletivamente”, ou seja, “o que qualquer dos dois inicialmente escrevia era revisto e editado pelo outro”. (VARNHAGEN, 1917) Essa elucidação era necessária já que o periódico, publicado a princípio quinzenalmente, não trazia seus artigos assinados, como outras folhas do período, e portanto, vinham a lume de forma anônima.

Esclarece Magalhães que nada impedia que se reconhecesse a veracidade da asserção, tendo em vista que os textos de cuja autoria poderia ser atribuída a Januário Cunha Barbosa guardavam um “iniludível” estilo sermonístico, ao passo que os artigos de Ledo detonavam “menor abuso da tropologia”. Apesar de apresentarem estilos diferentes, é notável para o

folclorista que ambos souberam entusiasmar as “classes sociais” do Rio de Janeiro desde os primeiros exemplares do jornal.

Observa Basílio de Magalhães que o jornal *Revérbero* foi decisivo no processo de Independência quando orientou os “patriotas brasileiros” a obstar o retorno do Príncipe Regente à Lisboa, nos seus exemplares dos idos de dezembro de 1821. O periódico reagia e se posicionava frente aos decretos expedidos pelas Cortes Gerais portuguesas, meses antes, em 29 de setembro. Os decretos exigiam o retorno imediato do príncipe D. Pedro para Portugal. Em relação ao episódio do “Fico”, o jornal de Barbosa e Ledo também é apontado por Basílio Magalhães como responsável por ter concebido a ideia da convocação, na capital fluminense de um Conselho de Procuradores das Províncias. Nesse projeto, conseguiram a adesão de figuras políticas proeminentes do período como a do primeiro presidente da futura Câmara dos Deputados, José Clemente Pereira e do General Luiz da Nóbrega.

Os corredores do *Revérbero* aparecem, em seguida, como autores da petição dirigida ao Senado da Câmara do Rio de Janeiro para que ela reconhecesse como legítima a convocação de uma constituinte nacional, tendo Joaquim Gonçalves Ledo realizado a leitura perante o Príncipe Regente, da representação coletiva assinada pelas figuras políticas mais destacadas.

Com o objetivo de atrair decisivamente a figura do futuro monarca a favor da emancipação política, expressava o *Revérbero* a 30 de Abril de 1822, em um artigo considerado por Magalhães como “vibrante”, em um estilo que trazia os traços inconfundíveis da retórica de Januário da Cunha Barbosa, a sentença final em prol da independência. Vejamos:

– Príncipe! Rasguemos o véu dos mistérios rompa-se a nuvem que encobre o sol, que deve ralar na esfera brasileira; forme-se o livro que nos deve reger e, sobre as bases, já por nós juradas, em grande pompa seja conduzido e depositado sobre as aras do Deus de nossos pais. Ai, diante do Altíssimo, que tenha de ouvir e punir, se fores traidor, jura defende-la e guardá-la a custa de teu próprio sangue; jura identificar-te com ela, o Deus dos cristãos a Constituição brasileira e Pedro, eis os nossos votos, eis os votos de todos os Brasileiros. Oh! Dia da gloria! Quanto és belo, até mesmo lóbrigado por entre as névoas do futuro! Príncipe, só assim baquearam de uma vez os cem dragões que rugem e procuram devorar-nos. *Não desprezes a gloria de ser fundador de um novo império!* O Brasil, de joelhos, te amostra o peito, e nele gravando em letras de diamante o teu nome. Não te assustem os pequenos princípios... Ah! Si visses como é pobre a nascente dos dois gigantes da América, e como depois levam aos mares mais guerra do que tributos! Príncipe, as nações todas têm um momento único que não torna quando escapa, para estabelecerem seus governos. O Rubicon passou-se atrás fica o inferno; adiante está o tempo da imortalidade. *Redire sit nefas!* (RIHGB, 1918, p. 782-783)

O autor também afirma que em sessão do Grande Oriente a proposta de Domingos Alves Branco Muniz Barreto de reconhecer D. Pedro como o “Protetor e Defensor Perpétuo do Brasil” foi unanimemente aceita, cabendo a Januário Barbosa e Ledo a responsabilidade da redação do discurso que José Clemente Pereira ofereceria ao príncipe a 13 de maio de 1822. Conta Magalhães que o Príncipe Regente aceitaria o título apenas se efetuassem a exclusão do termo “Protetor”, alegando que o Brasil era capaz de proteger a si mesmo. (RIHGB, 1918, p. 782-783)

Segundo Basílio de Magalhães, a ação dos *reverberistas* ainda não havia terminado. Parafraseando o *Dicionário Biobibliográfico Brasileiro* (1895, p. 295) de Sacramento Blake, os dois redatores dispunham do jornal que pode ser considerado “o principal inspirador de todas as manifestações populares em 1821 e 1822”.

A aceitação do título de “Defensor” por D. Pedro I se seguiu a convocação da Constituinte. O *Revérbero* e seus redatores cada vez mais adstringiam o processo patriótico. A 14 de agosto, aspirando ao final das “veleidades” entre o povo da terra dos bandeirantes, o Príncipe Regente se dirigia a São Paulo. Nesse ínterim, Ledo discursava na loja maçônica Grande Oriente sobre a “necessidade de se fazer proclamar o quanto antes a independência do Brasil e a confirmação da realeza na pessoa do príncipe regente”.

A aclamação de D. Pedro I viria a se realizar no dia 12 de outubro daquele ano. Os líderes da maçonaria não tardaram a deliberar aos seus partidários mais influentes que partissem ao interior das províncias para promoverem a adesão das lideranças locais e assegurarem em definitivo a emancipação do país sob a égide do “Defensor Perpétuo”. Januário da Cunha Barbosa, tido como o “grande Orador do Oriente”, “ofereceu-se para ir para a Província de Minas Gerais, o que fez as próprias custas e com mais brilhante e seguro êxito.” (RIHGB, 1918, p. 784)

Caminhando para o final da conferência, Magalhães afirma que embora as atuações políticas de Januário e Ledo se estendessem muito além do “Sete de setembro”, os feitos anunciados já transcendiam aos limites impostos na sua fala. Ademais:

Tanto mais que nos levaria a tratar dos deploráveis dissídios de que se travaram eles com os Andradas [José Bonifácio, Antônio Carlos e Martin Afonso de Andrada Silva] – lutas que, entanto, não procediam de móveis inconfessáveis, e sim do desejo, que nutria cada qual dos seus dois grupos, de servir exclusivamente, ou em melhor do que o outro, à causa da sagrada Pátria. (RIHGB, 1918, p. 784)

Ao exemplo de outros expositores que o precederam, Magalhães apenas resvala, *en passant*, no tema “dos deploráveis dissídios” envolvendo Ledo e Januário e os Andradas. Sua

postura o liga aos memorialistas anteriores da vida de Januário ao dissertarem sobre sua trajetória. O procedimento habitual era o de resguardar os personagens sob o pretexto de que os conflitos travados entre si, eram resultado do desejo de melhor servir a nação, evitando a discussão das motivações que teriam levado os agentes ao desacordo.

Seguindo o exemplo do *Correio Braziliense*, de Hipólito da Costa, que após cumprir seus desideratos desaparecia em dezembro de 1822, ao seu modo o, *Revérbero* suspendeu a publicação dos seus exemplares um mês e um dia após o grito do Ipiranga.

Ao final, Magalhães lembrou que os dois “campeões da nossa emancipação política”, faleceram com a mesma idade, em um intervalo de diferença de apenas um ano e que Januário da Cunha Barbosa continuou com “admirável capacidade de trabalho” no jornalismo, na literatura, sendo este “um dos mais indelévels estemas de sua coroa cívica.” Os nomes dos dois *reverberistas* ficavam assim gravados, assegurados por aplausos dos contemporâneos e pelo reconhecimento da posteridade, “no altar augusto da Pátria, de cuja independência foram os paladinos mais ilustres, mais abnegados e mais perseverantes na imprensa de aquém-Atlântico.” (RIHGB, 1918, p. 784)

3.3. O sesquicentenário do nascimento de Januário da Cunha Barbosa

A 10 de julho de 1996, na presença de seus sócios, o IHGB realizou múltiplas comemorações para celebrar o cento e cinquenta anos do falecimento do seu secretário perpétuo. Embora seu falecimento tivesse ocorrido a 22 de fevereiro, as festividades foram promovidas seis meses depois. A missa, seguida da exposição da memória de Januário da Cunha Barbosa, foi celebrada por monsenhor Guilherme Schubert.

O clérigo Guilherme Schubert nasceu em Viena, na Áustria, em 1913. Filho de Josef e Matilde Schubert. Ordenado padre em Roma em 1938, local onde concluiu seus estudos em teologia com especialidade em música e história da arte. A nomeação de “Monsenhor” era fruto de uma concessão de título honorífico concedido pelo Papa Pio XI.

Sua ligação com o Brasil se inicia em 1939, um ano após sua ordenação, quando assume o secretariado do Bispado e a direção do Arquivo Diocesano de Ilhéus na Bahia. A vinda para o Rio de Janeiro e sua fixação na cidade só ocorreria após 1945. A obtenção da naturalidade brasileira se deu em 1950. A atuação do monsenhor Schubert incluía a

presidência da comissão da Arte Sacra do Rio de Janeiro e a participação em numerosas instituições e sociedades literárias.⁸³

As solenidades se iniciaram às onze horas da manhã oficiadas pelo sócio titular, monsenhor Guilherme Schubert esboçando um breve perfil do clérigo secular, sobretudo, dando ênfase à atuação de Januário em sua vida como sacerdote.

Schubert observa que Januário nasceu e faleceu “na mesma cidade e na mesma rua”. Essa informação não parece despropositada. O monsenhor parecia dizer, em outras palavras, que o clérigo não angariara bens materiais ao longo da vida, sendo a frugalidade no modo de vida do religioso, uma virtude. Também Schubert pretendia apontar que os esforços de Januário não estavam voltados para sua ascensão material.

Avançando na exposição, Schubert expõe mais claramente sua defesa do religioso. “Considerado figura polêmica, é justiça esclarecer que isso não se refere a ele como eclesiástico.” (RIHGB, 1997, p. 193) E, continua:

Devo, porém, dizer que, se o cônego Januário é considerado figura controvertida, não ocorre isso por procedimentos moralmente censuráveis, mas pelas polêmicas políticas, originadas por seus sentimentos patrióticos de amor ao Brasil. (1997, p. 193)

Ecoando as primeiras biografias consagradas ao clérigo à época do seu falecimento, Schubert emula a imagem de um indivíduo, cujos pecados eram todos veniais, perdoáveis por seu “sentimento patriótico” e “amor ao Brasil”. Do mesmo modo, monsenhor Guilherme não elucida os personagens das referidas “polêmicas políticas”, permitindo que o leitor especule quais eram os interlocutores de Januário da Cunha Barbosa e a razão para seus nomes terem sido omitidos. Ao ocultar o nome desses atores, Schubert parece indicar a gravidade das disputas em que o religioso esteve envolvido. Em outras palavras, Schubert tenta distinguir e proteger a figura de Barbosa de eventuais juízos em razão de sua ingerência no intrincado caldo político das décadas de 1820 e 1830.

O breve intervalo entre a ordenação como sacerdote e a nomeação de pregador régio para Capela Real era um indicador do seu prestígio no exercício da função. Schubert estipula que Januário tenha sido autor “de 400 bons sermões”, estando entre eles, as exéquias de D. João VI e da Imperatriz D. Leopoldina. Ao salientar que o religioso se destacara como orador sacro na corte joanina a ponto de lhe ser encarregada às últimas condolências aos membros da monarquia brasileira, a figura Januário só ganhava mais realce. (RIHGB, 1997, p. 193)

⁸³ O reverendo Schubert ganhara notoriedade após a publicação, no “Jornal do Brasil”, de uma matéria que dava publicidade às suas investigações em história sacra que desacreditava o culto e devoção da escrava Anastásia.

O que nos interessa ao reproduzir esse testemunho mais recente acerca da memória biográfica de Januário da Cunha Barbosa é o fato de Schubert, desde o início da conferência, ao traçar claramente uma distinção das diferentes atividades executadas pelo clérigo evite de emaranhar as esferas do exercício às quais Januário se empenhou. Em primeiro lugar, destaca o sacerdócio – ocupação que exercera com louvor – e não detalha os episódios que o religioso tenha se envolvido quando Barbosa dirigia a redação de folhas periódicas que atraíam o clérigo para o centro de disputas políticas. Essa hierarquização, entre as quais, ora a esfera religiosa se destaca, ora a esfera política sobrepuja a primeira, acaba, por fim, por realçar a *vida cívica* do religioso como leal funcionário na burocracia estatal, em detrimento da sua participação política. Essa abordagem afastava as atenções de atividades que pudessem lhe render polêmicas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os Estados modernos, por vezes, apresentam uma longa história de constituição e unificação sob o signo de uma nacionalidade. Este processo envolve a elaboração de um repertório de símbolos, que na maioria das vezes, estão associados a heróis e acontecimentos específicos que pretendem promover o abstrato sentimento de pertencimento a uma nação.

A nação, enquanto um ideal máximo, incontestável, encontraria, no século XIX, sua definição na célebre conferência *O que é uma nação*, de Ernest Renan, ministrada na Sorbonne, a 11 de março de 1882.⁸⁴

A nação, como o indivíduo, é a culminação de um grande passado de esforços, de sacrifícios e de devoções. O culto dos ancestrais é entre todos o mais legítimo: os ancestrais fizeram de nós o que somos. Um passado heroico, de grandes homens e de glória (estou falando de glória autêntica) – eis aí o capital social sobre o qual repousa uma ideia nacional. (1997, p. 173)

Ao longo do trabalho, reiteramos que os memoriais biográficos denotavam um caráter “asséptico” quanto à narrativa de vida de Januário da Cunha Barbosa. Se relacionarmos essa característica ao pronunciamento de Ernest Renan, depreende-se que não se tratava de uma impostura intencional dos seus autores, mas de um traço distintivo dessa produção pensada como uma modalidade de culto cívico aos indivíduos ilustres, tidos como fundadores da pátria.

As biografias narravam trajetórias que consubstanciavam o projeto de nação que se pretendia edificar, e não poderiam apresentar, dissidências entre si, como se o projeto monárquico fosse uma unanimidade entre os letrados. O Instituto Histórico engendrava uma determinada, conquanto tensa, unidade política capaz de produzir um sentimento de igualdade e homogeneidade entre os vários grupos e setores ali representados.

E, em um duplo movimento, o grêmio fomentou a identificação da história geral e principalmente da nação aos *vultos* ilustres em um contínuo esforço de elaboração de narrativas biográficas. As narrativas evidenciariam a parcela de serviços e contribuições que cada trajetória teria oferecido à sociedade, e desse modo se voltavam, portanto, às questões de cunho institucional e organizacional do Estado.

Neste sentido, a classificação da documentação – concernente ao religioso, publicada na Revista do IHGB – enquanto textos apologéticos ou difamadores, comprometeria o esforço

⁸⁴ A famosa conferência de Ernest Renan na Universidade de Sorbonne viria a ser publicada em um conjunto de discursos e conferências, *Qu'est-ce qu'une nation? Discours e conférences*. Paris: Calmann-Lévy, 1887. O trecho do discurso aqui empregue é da tradução de TITAN JUNIOR (1997).

de problematizar as significações circunscritas nos memoriais, que foram forjados à luz dos problemas históricos, historiográficos e pessoais de quem os redigiu.

Um episódio em particular, três anos após o falecimento de Januário da Cunha Barbosa pode lançar luz ao problema do suposto alheamento das biografias sobre clérigo-redator. Não que as produções que versassem sobre a memória de Januário da Cunha Barbosa fossem distantes à sua vida, mas elas não elucidavam ou omitiam e/ou silenciam acerca dos aspectos mais fundamentais, às vezes delicados, como suas disputas, divergências e ataques entre membros do Instituto, que precediam a criação IHGB. Como todo o propósito da instituição era à criação uma história nacional de um país há pouco independente, a vida de cada um, a sua intimidade – transposta nos memoriais biográficos – deveria também refletir a transparência cristalina que se aspirava para nação.

A 15 de dezembro de 1849, em cerimônia comemorativa do aniversário de fundação do IHGB, D. Pedro II presidia, aos 24 anos, uma sessão de debates da instituição. Segundo Cezar (2005, p. 46), o monarca tomara a palavra na sessão, deixando de lado a circunspeção inerente às suas falas, enuncia um discurso que teria grande repercussão entre os sócios do IHGB.

Segundo Manoel Guimarães (2003), o discurso pronunciado pelo soberano estava imbuído de um sentido “programático”, sua fala reiterava os propósitos da instituição e do periódico trimestral, ao mesmo tempo em que ofereceria novas diretrizes para a produção dos seus sócios:

Sem dúvida, Senhores, que a vossa publicação trimestral tem prestado valiosos serviços, mostrando ao velho mundo o apreço, que também no novo merecem as aplicações da inteligência; mas para que esse alvo se atinja perfeitamente, é de mister que não só reunais os trabalhos das gerações passadas, ao que vos tendes dedicado quase que unicamente, como também, pelos vossos próprios, torneis aquela a que pertença digna realmente dos elogios da posteridade: não dividi pois as vossas forças, o amor da ciência é exclusivo, e concorrendo todos unidos para tão nobre, útil, e já difícil empresa, erijamos assim um padrão de glória à civilização da nossa pátria. [...] recomendo ao vosso presidente que me informe sempre da marcha das comissões, assim como me apresente, quando lhe ordenar, uma lista, que espero será a geral, dos sócios que bem cumprem com os seus deveres; comprazendo-me aliás em verificar por mim próprio os vossos esforços todas às vezes que tiver a satisfação de tomar parte em vossas lucubrações. (RIHGB, 1849, p. 552)

O imperador reforçava aos sócios presentes que a instituição, além de se encarregar dos “trabalhos das gerações passadas”, deveria dedicar-se aos feitos e gestos da geração “(d)aquela a que pertença digna realmente dos elogios da posteridade.” Em outras palavras, D. Pedro II encorajava os membros do IHGB a produzirem uma história do *tempo presente*.

Citando a biografia de Heitor Lyra *História de Dom Pedro II* (1977), Cezar revela que o imperador tinha como seu livro favorito *História da guerra do Peloponeso*, do historiador grego Tucídides. A predileção pela obra indicava que o monarca aspirava que se pusesse em prática um “programa tucidideano”, para o grêmio, ou seja, que edificassem uma história contemporânea.

Os trabalhos até então apresentados na instituição, faziam um uso tradicional dos princípios da *historia magistra vitae*. Segundo Lúcia Paschoal M. Guimarães (1995), era possível identificar nessa produção registros contemporâneos, ainda que estes estivessem sob o formato de discursos pronunciados em cerimônias solenes e reuniões no IHGB onde a história mais recente se fazia presente. A hipótese lançada por Lúcia Guimarães (1995, p. 507) era de que os seus afiliados, deliberadamente, optaram por “esquecer” o passado imediato do país e desse modo, orientados para a construção de uma *memória*, os idealizadores do IHGB não teriam se ocupado da *história*.⁸⁵

Este procedimento também pode ser interpretado como uma clara opção dos seus sócios agremiados de afastar os políticos e letrados que orbitavam o IHGB, das descobertas desconfortáveis que aquela atualidade poderia revelar. Como consequência, a escolha levaria o desagrado do imperador, haja vista que era perceptível que os “feitos” da sua geração eram preteridos de publicações no periódico do grêmio. Esta escolha seria a justificativa para os discursos de Araújo Porto-Alegre, Sigaud, Sisson e demais sócios e membros se esmerarem em resguardar detalhes e não esmiuçar as nuances das disputas travadas por Januário da Cunha Barbosa com adversários que muitas vezes poderiam estar ao seu lado, em sessões do IHGB.

Lúcia M. Paschoal Guimarães notou que o critério presidido para as publicações chanceladas pela agremiação impunha discricção quanto às questões que envolvessem o processo de edificação do Estado nacional, isto é, o tempo presente. Aos membros do IHGB, estava claro que "rememorar os acontecimentos históricos recentes implicaria em trazer à tona uma série de contradições, dúvidas e até mesmo rivalidades pessoais, que em nada poderiam contribuir para o fortalecimento das debilitadas instituições monárquicas". (1999, p. 34-35)

Ao analisar a documentação deixada pelo Instituto Histórico ao longo dos seus nove primeiros anos de existência da instituição, época em que Januário da Cunha Barbosa acumulou a função de 1º secretário, Lúcia Guimarães (1995, p. 571) identificou uma diretriz

⁸⁵ O segundo capítulo da tese Lúcia Guimarães, “Portas fechadas para a história”, argumenta que a carência de obras de cunho historiográfico foi sensivelmente contrabalanceada por uma oferta de documentos publicados na Revista que recuperavam uma memória da nação, como se lacuna das primeiras obras pudesse ser preenchida por intermédio da difusão de documentos.

em um dos relatórios que ofereceria uma pista do critério de seleção de conteúdos e temáticas a serem publicados no periódico do IHGB. Mais do que isto, para a pesquisadora (1995, p. 571) essa diretiva seria "a chave que desvendaria o enigma da produção historiográfica do Instituto Histórico". Nas palavras do religioso, "muitos escritos se tem apresentado, que o Instituto julga não dever ainda publicar, talvez por circunstâncias mui recentes de nossa história e talvez por menos perfeitos na compreensão de fatos que devem fazer o seu complexo."

Semelhante critério pôde ser observado, anos antes, em um parecer que recusava a publicação de uma missiva oferecida ao IHGB por um membro, o general Abreu e Lima. A comissão de História – encabeçada por Januário – declinou a oferta. O parecer com a justificativa foi fidedignamente lido em sessão do dia 19 de dezembro de 1839, pelo então 2º secretário Manuel Ferreira Lagos.

A comissão de história, tendo examinado o documento oferecido [...] que consiste na original participação oficial do governador de Pernambuco, Caetano Pinto de Miranda Montenegro, sobre a revolução daquela província no ano de 1817, entende que, conquanto um tal documento seja na verdade de muito preço, não convém todavia publicá-lo já pelo comprometimento que a sua publicação poderia levar a pessoas ainda existentes; e por isso a comissão é de parecer que o sobredito documento seja guardado nos arquivos do instituto até que todos os nomes nesse documento mencionados tenham comparecido perante o tribunal da posteridade. (1908, p. 294-295)

Sob o risco de prejudicar o prestígio de "pessoas ainda vivas", postergava-se para o porvir, a decisão de divulgar documentos que revelavam detalhes que pudessem pôr em suspensão a legitimidade de um modelo de regime, ao qual posteriormente, o IHGB se filiaria e se concentraria em louvar.

Tratava-se de figuras ainda "não imortalizadas", até mesmo estreitamente vinculadas ao IHGB e, de participação em conflitos e episódios ainda muito recentes que exigiam prudência no relato. A construção de um passado histórico para nação, intentado nas narrativas biográficas, pautava-se num esforço de eliminação das disputas travadas, principalmente, no período da emancipação da nação, entre os mais variados grupos e indivíduos – dentre eles as personalidades que rivalizaram com o imperador.

Um destes conflitos ocorreu na província de Pernambuco e, como observou Lucia Guimarães (2006, p. 116-120), contou com a participação de indivíduos que mais tarde participariam do grêmio, como o marechal Cunha Matos, um dos fundadores da instituição. O tema só viria a ser discutido pelo IHGB no centenário do movimento, em 1917, mas com seus significados transmutados, os insurretos da Revolução Pernambucana não contestavam as

determinações que provinham do Rio de Janeiro. Eles eram, ao contrário, precursores da Independência de 7 setembro de 1822.

A história para a nação, que o IHGB pretendia narrar, previa um passado sem arestas, cujas glórias tivessem sido vivenciadas em comum. Esta compreensão do passado e a formação de uma história coletiva, em paralelo com a deliberada exclusão de dissídios que afetassem a coesão desta narrativa, foi bem observada por Ernest Renan, que percebera a construção ficcional de uma nação.

O esquecimento, e mesmo o erro histórico, são um fator essencial na criação de uma nação, e é por isso que frequentemente o progresso dos estudos históricos representa um perigo para a ideia de nação. De fato, a investigação histórica traz de volta à luz os atos de violência à origem de todas as formações políticas, mesmo daquelas consequências foram as mais benéficas. (1997, p. 161)

Desse modo, a clivagem do que poderia ou não ser narrado nos memoriais biográficos acerca da trajetória de Januário da Cunha Barbosa atendeu a este emblemático processo de conciliação de projetos e ideias e que se deu intra-elites. Dirimir os conflitos, inclusive no plano narrativo, foi uma etapa fundamental na construção da legitimidade do sistema político que vigorou durante todo o império, na forma da monarquia representativa com o poder centralizado na figura do soberano.

Em outras palavras, os autores dos memoriais sobre o clérigo-fundador, fossem eles sócio honorários, correspondentes ou membros da Casa, estavam facultados a enunciarem discursivamente *verdades* a respeito dos seus “membros beneméritos”, desde que essas interpretações se coadunassem com a proposta de coesão narrativa e de apaziguamento dos conflitos e de estímulo de uma consciência nacional presentes nesses escritos.

Os caracteres insistentemente ressaltados na trajetória de Barbosa, descrita nas biografias, dizem respeito a um conjunto de categorias morais, destacando-se as suas virtudes cívicas: sua abnegação, humildade, pertinácia, e, sobretudo a noção de exemplaridade que perpassa toda sua trajetória como incansável religioso e publicista.

A memória de Januário da Cunha Barbosa foi, dessa maneira, apreciada pelos afiliados da agremiação. Esses autores se encontravam ligados às relações de força política do Segundo Reinado de D. Pedro II. Desse modo, o IHGB compôs uma “galeria nacional”, tendo no clérigo uma das suas figuras mais destacadas, além da qualidade de servidor e dignitários do Império. Nesse “panteão de ilustres” sua figura era contemplada junto dos demais *vultos* do passado. Para Enders a “alavanca da civilização” e de “coluna sustentadora do trono” se afirmava. (ENDERS, 2000, p. 27)

Fundado nos derradeiros anos da década mais conturbada da história do Brasil império, o IHGB era parte da consolidação de um poder centralizado, um esforço que perdurou por mais de duas décadas de sucessivos conflitos nos quais a Guarda Nacional sufocou revoltas que eclodiam no país, de norte a sul, algumas delas verdadeiras guerras civis. O historiador Manoel Salgado Guimarães (2011, p. 52-53) não vê como fortuito, o crescimento do interesse em elaborar uma história nacional. Escrever a história brasileira, naquele momento, pressupunha a incorporação das províncias (revoltosas) em uma única narrativa que conformasse a nação, fornecendo-lhes sentimento de pertença, identidade, em suma, incluindo-as em um mesmo processo.

O IHGB arrogou para si a prerrogativa de ser um "centro autorizado para a produção de um discurso sobre o Brasil". Nesta produção discursiva, Guimarães (2011, p. 52-53) observou uma estreita relação entre a pioneira historiografia e a constituição de um projeto nacional. A escrita da história, considerando as biografias dedicadas a Januário da Cunha Barbosa, tomava o clérigo enquanto um signo autêntico da nacionalidade. Essa produção biográfica deve ser equacionada a partir da discussão de como a narrativa de sua trajetória emulava a questão nacional.

O lugar de destaque ocupado pelo IHGB, bem como sua primazia nos estudos historiográficos se reduziram com o surgimento de novos atores em outros *centros de produção*. Assim, se no Brasil do século XIX não era possível uma formação universitária no campo das humanidades, a investigação nas ciências históricas e sociais, acontecia graças à intervenção de academias e sociedades literárias, tal como o IHGB. A partir do surgimento das universidades, novas formas de produção de conhecimento e de narrativas sobre os atores do passado nacional, emergiram.

Os novos autores vinculados às novas instituições, afirma Guimarães (2011, p. 27) puseram em xeque “A história de mártires e heróis, que exigia um estilo biográfico e descritivo, ou a história factual, dita *histoire événementielle*”. A pesquisa historiográfica “deveria ser libertada por uma história preocupada com os processos e as estruturas sociais, colocando-se a serviço da *explicação*”. A nova historiografia tinha como ponto de partida uma “ruptura radical com a tradição da historiografia praticada pelos diversos “Institutos Históricos.” Nessa virada, ou até um pouco antes, a apreciação acerca da trajetória de Januário da Cunha Barbosa experimentou mudanças. Mas, – parafraseando Fiódor Dostoiévski nas derradeiras palavras do seu clássico *Crime e Castigo* – “aqui já começa outra história.” (2001, p. 561)

REFERÊNCIAS

1. Fontes

- BARBOSA, Januário da Cunha. **Parnaso Brasileiro**, ou coleção das melhores poesias dos Poetas do Brasil, tanto inéditas, como já impressas. Rio de Janeiro: Tipografia Nacional, 1829-1832, 2 v.
- DENIS, Ferdinand. **Résumé de l'Histoire du Brésil**, suivi du Résumé de l'Histoire de la Guyane Paris: Lecointe et Durey, Libraires, 1826. Disponível em <<http://gallica.bnf.fr/ark:/12148/bpt6k1410551.r=.langPT>>
- MICHELET, Jules. **Oeuvres Complètes de Jules Michelet**. Paris: Flammarion, 1982. t. 21
- MIRANDA, José Américo. **Parnaso brasileiro, ou coleção das melhores poesias dos poetas do Brasil, tanto inéditas, como já impressas (1829-1832)**. Prefácios e índices. Organização, edição, notas e apresentação de José Américo Miranda. Belo Horizonte: Faculdade de Letras da UFMG, 1999.
- MORAES, Alexandre José de Mello. **História do Brasil-Reino e Brasil-Império compreendendo**: A história circunstanciada dos ministérios, pela ordem cronológica dos gabinetes ministeriais, seus programas, revoluções políticas que se deram, e cores com que apareceram, desde a dia 10 março de 1808 até 1871; ... Rio de Janeiro: Tipografia Pinheiro, 1871. t. I
- ROMERO, Sílvio. **História da Literatura Brasileira**. Rio De Janeiro: B. L. Garnier, 1888. t. I
- SILVA, Joaquim Norberto de Sousa. **Capítulos de história da literatura brasileira e outros estudos**. Belo Horizonte: Faculdade de Letras da UFMG, 2001.
- SILVA, João Manuel Pereira da. **O Plutarco brasileiro**. Rio de Janeiro: Laemmert, 1847.
- _____, João Manuel Pereira da. **Varões ilustres do Brasil, durante os tempos coloniais**. Paris: Livraria de A. Franck, 1858, 2 v.
- SISSON, Sebastião Augusto. **Galeria dos brasileiros ilustres (os contemporâneos)**, retratos dos homens mais ilustres do Brasil, na política, ciências e letras, desde a guerra da independência até os nossos dias. Copiados por SISSON S.A, acompanhados das suas respectivas biografias. Publicado sob a proteção de S. M. o Imperador. Rio de Janeiro: Litografia de A. S. Sisson, 1859-1861, 2 v.
- VERÍSSIMO, José. **História da Literatura Brasileira**. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves & Cia, 1916.

1.1 Fontes da internet

BRASIL. Anais da Câmara dos Deputados. Brasília: Câmara dos Deputados. Disponível em: <<http://www.carama.gov.br>>.

BRASIL. Coleção das leis do Império. Brasília: Câmara dos Deputados. Disponível em: <<http://www.carama.gov.br>>.

BRASIL. Constituição Política do Império do Brasil. Disponível em: <http://escoladegestores.mec.gov.br/site/8-biblioteca/pdf/int_const.pdf>.

1.2 RIHGB

BARBOSA, Antônio da Cunha. Esboço biográfico do Cônego Januário da Cunha Barbosa. **RIHGB**, 2º ed., t. LXV, p. 197, 1903.

BARBOSA, Januário da Cunha. Discurso. **RIHGB**, Rio de Janeiro v. 1 n. 1, p. 9-18, 1839.

_____, Januário da Cunha. Relatório do Secretário. **RIHGB**, Rio de Janeiro, 4. (Suplemento) 19-20, 1842.

_____, Januário da Cunha. Programa sorteado na sessão de 24 de agosto de 1839 – Qual seria hoje o melhor sistema de colonizar os Índios entranhados em nossos sertões; se conviria seguir o sistema dos Jesuítas, fundado principalmente na propagação do Cristianismo, ou se outro qual se esperam melhores resultados do que os atuais. **RIHGB**, 1840, tomo 2. p. 3-18.

_____, Januário da Cunha. Programa sorteado na sessão de 4 de fevereiro de 1839 – Se a introdução dos escravos africanos no Brasil embaraça a civilização dos nossos indígenas, dispensando-se lhes o trabalho, que todo foi confiado a escravos negros. Neste caso qual é o prejuízo que sofre a lavoura Brasileira (desenvolvido na sessão de 16, Cônego Januário da Cunha Barbosa, secretário perpetuo do Instituto). **RIHGB**, 1839, tomo 1, p. 159-166.

GUIMARÃES, Lúcia M. Paschoal. Debaixo da imediata proteção de Sua Majestade Imperial: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (1838-1889). **RIHGB**, Rio de Janeiro, n.388, p.459-613, jul./set.1995.

IPANEMA, Cybelle. Cônego Januário da Cunha Barbosa: para não esquecer. **RIHGB**, v. 158 n. 398, jan./mar. 1997.

MARTIUS, Karl Friedrich Philipp von. Como se deve escrever a história do Brasil. **RIHGB**, Rio de Janeiro, v. 6, n. 24, 1845, p. 389-411.

MENESES, Francisco de Paula. Elogio histórico do cônego Januário da Cunha Barbosa (em 6 de abril de 1848). **RIHGB**, 3^o ed., t. X.

PORTO-ALEGRE, Manoel de Araújo. 145^a Sessão em 8 de março de 1846, **RIHGB**, 1867.

ROCHA, Maria Helena D'Amato; LIMA, Maria Luisa Niemeyer da Silva. Fundamentos Básicos para o estudo do pensamento do Cônego Januário da Cunha Barbosa. **RIHGB**. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, v. 295, p. 164-175, 1972.

SIGAUD, Jean-François-Xavier. Elogio Histórico. Do secretário perpétuo cônego Januário da Cunha Barbosa. **RIHGB**, t. XI, p. 185-195, 1891.

VARNHAGEN, Frederico Adolfo de. História da Independência do Brasil, até ao reconhecimento pela antiga metrópole, compreendendo, separadamente, a dos sucessos ocorridos em algumas províncias até essa data. **RIHGB**, 1917, n.79, p.5-598.

VIANA, Cândido Araújo de Araújo. 145^a Sessão em 8 de março de 1846, **RIHGB**, 1867.

1.3 Obras de referência

BLAKE, Augusto Victorino Alves Sacramento. **Dicionário Bibliográfico Brasileiro**. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1895. 3^o volume.

HOUAISS, Antônio; VILLAR, Mauro Salles. **Dicionário Houaiss da língua portuguesa**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2009.

KURY, Mário da Gama. **Dicionário de mitologia grega e romana**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2009.

MACHADO, Diego Barbosa. **Biblioteca Lusitana: histórica, crítica e cronológica**. Lisboa: Ocidental na Oficina de Antônio Isidoro da Fonseca, 1759.

PINTO, Luiz Maria da Silva. **Dicionário da Língua Brasileira por Luiz Maria da Silva Pinto, natural da Província de Goiás**. Ouro Preto: Tipografia de Silva, 1832.

SILVA, Antonio Morais. **Dicionário da Língua Portuguesa** - recompilado dos vocabulários impressos até agora, e nesta segunda edição novamente emendado e muito acrescentado, por Antonio de Morais. Lisboa: Tipografia Lacerdina, 1813.

SILVA, Inocêncio Francisco. **Dicionário bibliográfico português**. Lisboa: Imprensa Nacional, 1859, t. III, t. X.

VIEIRA, Domingos. **Grande Dicionário Português ou Tesouro da Língua portuguesa**. Porto: Ed. Chardron e Bartolomeu H. de Morais. Rio de Janeiro, 1871-1874.

1.4 Jornais e periódicos consultados

Aurora Fluminense

25 de janeiro de 1832, n. 583

Auxiliador da Indústria Nacional

27 de outubro de 1838, sessão n. 202, p. 84

A Mutuca Picante

15 de setembro de 1834, n. 1, p. 1

A verdade

4 de setembro de 1832, n. 79, p.4

Correio do Rio de Janeiro

12 de agosto de 1823, n.

Correio Oficial

10 de janeiro de 1838, n. 7

31 de março de 1837, n. 71

14 de janeiro de 1836, n. 10

Diário do Governo

15 de fevereiro de 1833, n. 38

6 de setembro de 1832, n. 56

O Conciliador do Maranhão.

25 de fevereiro de 1823, n. 170.

7 de maio de 1823, n. 190.

O Sete d'Abril.

18 de junho de 1838, n. 571, p.4

O Spectador Brasileiro

12 de novembro, n. 57

1.5 Bibliografia

ALMEIDA, Sérgio Luiz Muricy de. Cônego Benigno José de Carvalho: imaginário e ciência na Bahia do século XIX. 2003. 136f. **Dissertação** (Mestrado em História Social) - Programa em Pós-Graduação de História. Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2003.

- ANDRADA E SILVA, **José Bonifácio. José Bonifácio de Andrada e Silva**. Organização de textos e introdução de Jorge Caldeira. São Paulo, Editora 34.
- AQUINO, Maurício. Modernidade republicana e diocesanização do catolicismo no Brasil: as relações entre Estado e Igreja na Primeira República (1889-1930). **Rev. Bras. Hist.**, São Paulo, v. 32, n. 63, 2012. p. 143-170.
- ARENDT, Hannah. **Entre o passado e o futuro**. São Paulo: Editora Perspectiva, 2001.
- AGNOLON, Alexandre. Uns epigramas, certas mulheres: a misoginia nos Epigrammata de Marcial. 2007. 221f. **Dissertação** (Mestrado em Letras Clássicas) – Departamento de Letras Clássicas e Vernáculas. Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.
- BARTHES, Roland. MICHELET. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.
- ARFUCH, Leonor. **O espaço biográfico: dilemas da subjetividade contemporânea**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2010.
- ARNAUT DE TOLEDO, Cezar Alencar; PEREIRA NETO, Juscelino. Os Jesuítas e a Educação no Programa da Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (1839). **Cadernos de História da Educação** (UFU. Impresso), v. 9, p. 397-411, 2010.
- AUGUSTI, Valéria. Trajetória de consagração: discursos da crítica sobre Romance no Brasil oitocentista. 2006. 164f. **Tese** (Doutorado em Teoria e História Literária) - Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas, São Paulo. 2006.
- AVELAR, Alexandre. A biografia como escrita da História: possibilidades, limites e tensões. **Dimensões**, vol. 24, 2010, p. 157-172.
- BARATA, Alexandre Mansur. Constitucionalismo e sociabilidade na cidade do Rio de Janeiro (1822-1823): a Nobre Ordem dos Cavaleiros da Santa Cruz e o projeto de Constituição para o Império do Brasil. In: CARVALHO, José Murilo de. **Nação e Cidadania: novos horizontes**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007. p. 351-376.
- _____, Alexandre Mansur. **Maçonaria, Sociedade Ilustrada e Independência do Brasil (1790-1822)**. São Paulo: Annablume, 2006.
- BASILE, Marcello. **Ezequiel Corrêa dos Santos: um jacobino na corte imperial**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2001.
- _____, Marcello. O império em construção: projetos de Brasil e ação política na Corte regencial. **Tese** (Doutorado em História) - PPGHIS, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2004.
- BESSONE, Tânia. **Palácios de Destinos Cruzados: Bibliotecas, homens e livros no Rio de Janeiro (1870-1920)**. Rio de Janeiro, Arquivo Nacional, 1999.
- BERBEL, Márcia Regina. A Retórica da Recolonização. In: JANCSÓ, István (Org.). **Independência: História e Historiografia**. São Paulo: HUCITEC, 2005.

- BLOCH, Marc. **Apologia da História ou o ofício do historiador**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2001.
- BOURDIEU, Pierre. A ilusão biográfica. In: **Razões práticas**. Sobre a teoria da ação. Campinas: Papirus Editora, p. 74-82, 1996.
- _____, Pierre. **Esboço de auto-análise**. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.
- _____, Pierre. **Esquisse pour une auto-analyse**. Paris: Raisons d’agir, 2004.
- _____, Pierre. Esboço para uma auto-análise. In: **Para uma sociologia da ciência**. Lisboa: Edições 70, 2004. p. 130-155.
- _____, Pierre. L’illusion biographique. **Actes de la recherche en sciences sociales**. vol. 62-63, jun/jul. 1986.
- BURKE, Peter. A invenção da biografia e o individualismo Renascentista. **Estudos Históricos**, n. 19, p. 83-97, 1997.
- CALLARI, Cláudia Regina. Os Institutos Históricos: do Patronato de D. Pedro II à construção do Tiradentes. **Rev. Bras. Hist.**, São Paulo, v. 21, n. 40, 2001.
- CANECA, Joaquim do Amor Divino. **Frei Joaquim do Amor Divino Caneca**. Introdução e organização de Evaldo Cabral de Mello. São Paulo: Editora 34, 2001.
- CAMUS, Albert. **O estrangeiro**. Lisboa: Editora Livros do Brasil, 2001.
- CANDIDO, Antonio. **O Romantismo no Brasil**. São Paulo: Humanitas, 2004.
- CARRARO, Elaine Cristiano. O Instituto Histórico de Paris e a regeneração moral da sociedade. 2002. 167f. **Dissertação** (Mestrado em Sociologia) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. UNICAMP, Campinas, 2002.
- CARVALHO, Gilberto Vilar. **Biografia da Biblioteca Nacional (1807-1990)**. Rio de Janeiro: Irradiação Cultural, 1994.
- CARVALHO, José Murilo de. **A Construção da Ordem / Teatro de Sombras**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.
- _____, José Murilo de. História intelectual no Brasil: a retórica como chave de leitura. **Topoi**, Rio de Janeiro, nº 1, 2000, p. 123-152.
- _____, José Murilo de. **Pontos e bordados**: escritos de história e política. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1998.
- CEZAR, Temístocles. Lição sobre a escrita da história. Historiografia e nação no Brasil do século XIX, **Diálogos**, Maringá, v.8, n.1, p. 11-29, 2004.

- _____, Temístocles. Livros de Plutarco: biografia e escrita da história no Brasil do século XIX. **Métis: história e cultura**, v. 2, n. 3, p. 73-94, jan./jun. 2003.
- _____, Temístocles. Presentismo, memória e poesia. Noções da escrita da história no Brasil oitocentista. In: PESAVENTO, Sandra J. (org.) **Escrita, linguagem, objetos**. Leituras de História Cultural. Bauru/São Paulo: Edusc, 2004, p.43-80.
- CICERO, Marco Túlio. **De Partitione Oratoria**. Cambridge: Harvard University Press, 2004.
- CORBIN, Alain. **Le monde retrouvé de Louis-François Pinagot**: Sur les traces d'un inconnu (1798-1876). Paris: Flammarion, 1998.
- _____, Alain. Bastidores. In: PERROT, Michelle (Org.). **História da vida privada**: da Revolução Francesa à Primeira Guerra Mundial. São Paulo, Companhia das Letras, 1993, volume 4. p. 384-524.
- COSTA, Emília Viotti da. **Da monarquia à república**: momentos decisivos. São Paulo: Editora da UNESP, 1999.
- CURTIUS, Ernest Robert. **Literatura Europeia e Idade Média Latina**. São Paulo: Editora Hucitec, 1996.
- DARNTON, Robert. **O grande massacre de gatos e outros episódios da história cultural francesa**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1986.
- DE CERTEAU, Michel. **A Escrita da história**. Rio de Janeiro, Forense Universitária, 1982.
- _____, Michel. A Operação histórica. In: NORA, Pierre, LE GOFF, Jacques. **História: Novos Problemas**. Rio de Janeiro: Ed. Francisco Alves, 1976.
- DIAS, Sandro. As palavras e o coração: estudo sobre algumas imagens em O povo de Jules Michelet. 2003. 129 f. **Dissertação** (Teoria e História Literária) - Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas, Campinas. 2003.
- DOMINGOS, Simone Tiago. Política e Memória: a polêmica sobre os jesuítas na Revista do IHGB e a política imperial (1839-1886). 2009. 327f. **Dissertação** (Mestrado em História). Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, UNICAMP, Campinas, 2009.
- DOSSE, François. **O desafio biográfico**: escrever uma vida. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2009.
- DOSTOIÉVSKI, Fiódor. **Crime e Castigo**. São Paulo: Editora 34, 2001.
- DUBY, Georges. **A história continua**. Rio de Janeiro: Zahar/ Editora da UFRJ, 1993.
- DURAN, Maria Renata da Cruz. Retórica e eloquência no Rio de Janeiro (1759-1834). 2009. 195f. **Tese** (Doutorado em História) - Faculdade de História, Direito e Serviço Social. UNESP/Franca, Franca. 2009.

- _____, Maria Renata da Cruz. **Ecoss do púlpito**. Oratória sagrada no tempo de D. João VI. São Paulo: Editora UNESP, 2010.
- ENDERS, Armelle. O Plutarco brasileiro. A produção dos vultos nacionais no segundo reinado. **Estudos Históricoss**, Rio de Janeiro, p. 41-61, 2000.
- FALCON, Francisco José Calazans. **A época pombalina**. Política econômica e monarquia ilustrada, 2.ed., São Paulo, Editora Ática, 1993.
- FAUSTO, Boris. **Negóccios e óccios**: histórias da imigração. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.
- FUSTEL DE COULANGES, Numa Denis. **A cidade antiga**. São Paulo, Martins Fontes, 1995.
- GONÇALVES, José Reginaldo Santos. **A Retórica da Perda**: os discursos do patrimônio cultural no Brasil. Rio de Janeiro: Editora UFRJ; IPHAN, 1996.
- GRINBERG, Keila; SALLES, Ricardo (Orgs.). **O Brasil Imperial (1808-1831)**. Rio de Janeiro, Ed. Civilização Brasileira, 2009. vol. I
- GUIMARÃES, José Otávio Nogueira. Vida e morte na escrita da história: entre gregos e modernos. **Textos de História**, vol. 15, n. 1, 2007.
- GUIMARÃES, Lúcia Maria Paschoal. **Da Escola Palatina ao Silogeu**: Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (1889-1938). Rio de Janeiro: Museu da República, 2007.
- _____, Lúcia Maria Paschoal. Debaixo da Imediata Proteção de sua Majestade Imperial. O instituto Histórico e Geográfico (1838-1889). 1994. **Tese** (Doutorado em História) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 1994.
- _____, Lúcia Maria Paschoal. O tribunal da posteridade. In: PRADO, Maria Emília; GUIMARÃES, Lúcia M. Paschoal (Orgs.). **O Estado como vocação**: ideias e práticas no Brasil oitocentista. Rio de Janeiro: Acces, 1999.
- GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado. A disputa pelo passado na cultura histórica oitocentista no Brasil. In: **Nação e Cidadania: novos horizontes**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007. p. 93-122.
- _____, Manoel Luiz Salgado. **Livro de Fontes de Historiografia Brasileira**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2010.
- _____, Manoel Luiz Salgado. Nação e civilização nos trópicos: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o projeto de uma História Nacional. **Estudos Históricoss**, Rio de Janeiro, n.1, p.5-27, 1988.
- _____, Manoel Luiz Salgado. Uma história da história nacional: textos de fundação. In: LIMA, Ivana Stolze; CARMO, Laura do (Orgs.). **História social da língua nacional**. Rio de Janeiro: Edições Casa de Rui Barbosa, 2008. p. 393-414.

- HABERMAS, Jürgen. **Mudança estrutural da Esfera Pública**: investigações quanto a uma categoria da sociedade burguesa. São Paulo: Tempo Brasileiro, 2003.
- HALLEWEL, Laurent. **O livro no Brasil**. São Paulo: Edusp, 2005
- HARTOG, François. **O espelho de Heródoto**. Ensaio sobre a representação do outro. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1999.
- _____, François. **Os antigos, o passado e o presente**. Brasília: Editora UNB, 2003.
- _____, François. **Régimes d'Historicité, Présentisme et Expérience du Temps**. Paris: Seuil, 2003.
- _____, François. **Regimes de Historicidade Presentismo e Experiências do Tempo**. Belo Horizonte: Editora Autêntica, 2013.
- _____, François. Tempos do mundo, história, escrita da história. In: GUIMARÃES. Manoel Luiz Salgado. **Estudos sobre a escrita da história**. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2006, p. 15-25
- IPANEMA, Marcello de; IPANEMA, Cybelle de. **Instrumentação da edição fac-similar do Reverbero Constitucional Fluminense, 1821-1822** / texto, estudo hemerográfico e indexação Marcello de Ipanema (*in memoriam*), Cybelle de Ipanema. Rio de Janeiro: Edições Biblioteca Nacional, 2005. 1v.
- _____, Marcello de; IPANEMA, Cybelle de. **Silva Porto**: livreiro na corte de D. João editor na Independência. Rio de Janeiro: Capivara Editora, 2007.
- JOSEPH, Miriam. **O Trivium**: as artes liberais da lógica, gramática e retórica. São Paulo: É Realizações, 2008.
- KOFES, Maria Suely. **Uma trajetória em narrativas**. Campinas: Mercado de Letras, 2001.
- KOSELLECK, Reinhart. **Futuro Passado**. Rio de Janeiro: Ed. PUC Rio/Contratempo, 2006.
- LANGER, Johnni. A Cidade Perdida da Bahia: mito e arqueologia no Brasil Império. **Rev. bras. Hist.**, São Paulo, v. 22, n. 43, 2002. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-01882002000100008&lng=en&nrm=iso> Acessado em 06 de janeiro de 2014.
- LE GOFF, Jacques. **História e Memória**. Campinas: Editora da UNICAMP, 1990.
- LEITE, Renato Lopes. **Republicanos e libertários**: pensadores radicais no Rio de Janeiro (1822). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.
- LEJEUNE, Philippe. **O pacto autobiográfico**: de Rousseau à Internet. Belo Horizonte. Ed. UFMG, 2008.

- LEVI, Giovanni. Usos da biografia. In: FERREIRA, Marieta de Moraes & AMADO, Janaína. **Usos e abusos da história Oral**. Rio de Janeiro: FGV, 2002. p.167-182.
- LEVILLAIN, Philippe. Os protagonistas: da biografia. In: REMOND, Rene (Org.). **Por uma história política**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003.
- LYNCH, Christian Edward Cyril. O momento monarquiano. O poder moderador e o pensamento político imperial. 2007. 421f. **Tese** (Doutorado em Ciência Política) - Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2007.
- LYRA, Heitor. **História de Dom Pedro II**. Fastígio (1870-1890). Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Edusp, 1977, v. II
- LORIGA, Sabina. **Annales. Histoire, Sciences Sociales**, 2002. v. 57, n.1, 240-242.
- _____, Sabina. A biografia como problema. In: REVEL, Jacques (Org.). **Jogos de Escalas: a experiência da microanálise**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1998, p. 225-226.
- LUSTOSA, Isabel. **Insultos impressos: a guerra dos jornalistas na independência (1821-1823)**. São Paulo: Companhia das letras, 2000.
- MOACYR, Primitivo. **A instrução e o império: subsídios para a história da educação do Brasil**. São Paulo: Melhoramentos, 1936.
- MARX, Karl. "O 18 Brumário de Luís Bonaparte" In: **Manuscritos Econômico-filosóficos e outros textos escolhidos**. Seleção de textos de José Arthur Giannotti; tradução de José Carlos Bruni et al. 2 ed. São Paulo, Abril Cultural, 1978.
- MARTINS, Wilson. **História da inteligência brasileira Vol. II (1794-1855)**. São Paulo: Cultrix, 1978.
- MELVILLE, Herman. **Bartleby, o escrivão: uma história de Wall Sreet**. Cosac Naify: São Paulo, 2008.
- MENEZES, Paulo Roberto de Jesus. Sociedade, imagem e biografia na litografia de Sebastião Sisson. 2008. 116f. **Dissertação** (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História Social. Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2008.
- MOREL, Marco. **As transformações dos espaços públicos: imprensa, atores políticos e sociabilidades na cidade imperial (1820-1840)**. São Paulo: Ed. Hucitec, 2005.
- _____, Marco. La formation de l'espace publique moderne a Rio de Janeiro (1820-1840): opinion, acteurs e sociabilité. **Tese** (Doutorado em História) - UFR d'Histoire - Université de Paris I (Pantheon Sorbonne), Paris, 1995. 2 v.
- _____, Marco. **O período das regências (1831-1840)**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.
- NEVES, Lúcia Maria Pereira de Bastos das. A "guerra de penas": os impressos políticos e a independência do Brasil. **Tempo**, Rio de Janeiro, v. 4, n. 8, p. 41-65, 1999.

- _____, Lúcia Maria Pereira de Bastos das. As belas letras na Livraria de Jean Baptiste Bompard (1824-1828). **História** (São Paulo). v.32, n.1, p. 79-98, jan./jun. 2013.
- _____, Lúcia Maria Pereira Bastos das. **Corcundas e constitucionais**: a cultura política da Independência (1820-1822). Rio de Janeiro: Revan/Faperj, 2003.
- _____, Lúcia Maria Pereira de Bastos Pereira das (Org.). **Livros e Impressos**: retratos do setecentos e do oitocentos. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2009.
- NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. **Projeto História**, São Paulo, n.10, dez. p.7-28, 1993.
- NORMANO, João Frederico. **Brazil**: a study of economic types. Nova York: Biblio Tannen & Publishers, 1968.
- OLIVEIRA, Cecília L. de Salles. **Astúcia Liberal**: relações de mercado e projetos político no Rio de Janeiro (1820-1824). Bragança Paulista: Ícone Editora, 1999.
- OLIVEIRA, Maria da Glória. Brasileiros ilustres no tribunal da posteridade biografia, memória e experiência da história no Brasil oitocentista. **Varia Historia**, Belo Horizonte, vol. 26, nº 43: p.283-298, jan/jun 2010.
- _____, Maria da Glória. Escrever vidas, narrar a história. A biografia como problema historiográfico no Brasil oitocentista. 2009. 218f. **Tese** (Doutorado em História) - Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2009.
- _____, Maria da Glória. Traçando vidas de brasileiros distintos com escrupulosa exatidão: biografia, erudição e escrita da história na Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (1839-1850). **História**, São Paulo, v. 26, n. 1, p. 154-178, 2007.
- PINASSI, Maria Orlandi. Três devotos, uma fé, nenhum milagre: um estudo da Revista Niterói. 1996. 204f. **Tese** (Doutorado em Sociologia). Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, UNICAMP, Campinas, 1996.
- PRIORE, Mary. del. Biografia: quando a biografia encontra a história. **Topoi**, v. 10, n. 19, jul./dez. p. 7-16, 2009.
- POPPINO, Rollie E. A Century of the Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. **The Hispanic American Historical Review**, vol. 33, No. 2, p. 307-323, 1953.
- RODRIGUES, Jaime. Índios e africanos: do "pouco ou nenhum fruto" do trabalho à criação de "uma classe trabalhadora". **História Social**, Campinas, n. 2, 9-24, 1995.
- RODRIGUES, José Honório. **A pesquisa histórica no Brasil**: sua evolução e problemas atuais. Rio de Janeiro: Editora INL, 1952.
- RUBINELLI, Sara. **Ars topica**: the classical technique of constructing arguments from Aristotle to Cicero. Dordrecht/Cambridge: Springer, 2011.

- SANCHEZ, Edney Christian. Tomé. Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro: um período na cidade letrada brasileira do século XIX. 2003. 221f. **Dissertação** (Mestrado em Teoria e História Literária) – Instituto de Estudos da Linguagem. Universidade Estadual de Campinas, São Paulo, 2003.
- SAVIANI, Demerval. **A pedagogia no Brasil**. História e Teoria. Campinas: Autores Associados, 2008. p. 13-19.
- SCHMIDT, Benito Bisso. Biografia: um gênero de fronteira entre a história e a literatura. In: RAGO, Margareth e GIMENES, Renato Aloizio de Oliveira (Org.). **Narrar o passado, repensar a história**. Campinas, SP: UNICAMP, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, 2000. p. 193-202.
- _____, Benito Bisso. História e Biografia. In: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo. **Novos Domínios da História**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012, p. 187-206.
- SCHREINER, Michelle. Jules Michelet e a história que ressuscita e dá vida aos homens. Uma leitura da emergência do "povo" no cenário historiográfico francês da primeira metade do século XIX. 2003. 326f. **Tese** (Doutorado em História) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2005.
- SCHWARCZ, Lilia Moritz. **O Espetáculo das Raças**: cientistas, instituições e questão racial no Brasil 1870-1930. São Paulo: Companhia das Letras, 1993. Cap. IV - Os Institutos Históricos e Geográficos "Guardiões da História Oficial". p. 99-139.
- SENNA, Janaína Guimarães. Flores de antanho: as antologias oitocentistas e a construção do passado literário. 2006. 209f. **Tese** (Doutorado em História) - Departamento de História, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, 2006.
- SGRIGNERO, Adriano Augusto. Em busca da originalidade e unidade da nação: razões e critérios para uma História Geral do Brasil segundo os Pareceres e Juízos publicados pela RIHGB (1838-1860). 2010. 262f. **Dissertação** (Mestrado em História) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2010.
- SILVA, Virgínia Rodrigues da. O Revérbero Constitucional Fluminense, constitucionalismo e imprensa no Rio de Janeiro na Independência. 2010. 215f. **Dissertação** (Mestrado em História Social) – Programa de Pós-Graduação. Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2010.
- SILVA, Wilton Carlos Lima da. Biografias: construção e reconstrução da memória. **Fronteiras**, Dourados, MS, v. 11, n. 20, jul./dez, p. 151-166, 2009.
- SODRÉ, Nelson Werneck. **História da imprensa no Brasil**. Rio de Janeiro: Mauad, 1999.
- SKINNER, Quentin. **Razão e retórica na filosofia de Thomas Hobbes**. São Paulo: Editora da UNESP, 1997.

- SOUZA, Adriana Barreto de. **Duque de Caxias**: o homem por trás do monumento. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.
- TITAN JUNIOR, Samuel de Vasconcelos. Ernest Renan "Que é uma nação" **Plural**: Sociologia, USP, São Paulo, 4, p. 154-175, 1997.
- TORRES, Camilo de Oliveira. **Os construtores do Império**: ideias e lutas do Partido Conservador Brasileiro. São Paulo: Nacional, 1968.
- TURIN, Rodrigo. Narrar o passado, projetar o futuro: Sílvio Romero e a experiência historiográfica oitocentista. 2005. 195f. **Dissertação** (Mestrado em História) - Programa de Pós-Graduação em História. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2005.
- _____, Rodrigo. Os antigos e a nação: algumas reflexões sobre os usos da antiguidade clássica no IHGB (1840-1860). **Atelier du Centre de Recherches Historiques**, v. 7, 2011. Disponível em <<http://acrh.revues.org/3748#tocfrom1n1>>. Acessado 29 de novembro de 2013.
- _____, Rodrigo. Tempos cruzados: escrita etnográfica e tempo histórico no Brasil oitocentista. 2009. 242f. **Tese** (Doutorado em História) - Programa Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2009.
- VARELA, Alex Gonçalves. A trajetória do ilustrado Manuel Ferreira da Câmara em sua "fase europeia" (1783-1800). **Tempo** [online]. 2007, vol.12, n. 23, p. 150-175.
- VARELA, Alex. Gonçalves. **"Juro-lhe Pela Honra de Bom Vassalo e Bom Português"**: Análise das Memórias Científicas de José Bonifácio de Andrada e Silva (1780-1819). São Paulo: Annablume, 2006.
- VASCONCELOS, Bernardo Pereira de Vasconcelos. **Bernardo Pereira de Vasconcelos**. Organização de textos e introdução de José Murilo de Carvalho. São Paulo: Editora 34, 1999.
- VIANA, Hélio. **Estudos de História Imperial**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1950.
- VIANA, Vítor. **Histórico da formação econômica do Brasil**. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1922.
- VIDAL, Laurent. Alain Corbin: o prazer do historiador. **Rev. Bras. Hist.** [online]. 2005, vol.25, n.49 p. 11-31.
- ZILBERMAN, Regina. Críticos e historiadores da literatura: pesquisando a identidade nacional. **Via Atlântica**, n. 4, out. 2000, p. 18-51.